

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Redes sociais (*social networks*) de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil:
a solidão como articuladora de experiências migratórias.**

Juliana Carneiro da Silva

São Carlos
2023

JULIANA CARNEIRO DA SILVA

**Redes sociais (*social networks*) de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil:
a solidão como articuladora de experiências migratórias.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos como requisito para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Igor José de Renó Machado

São Carlos

2023

Silva, Juliana Carneiro da

Redes sociais (social networks) de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil: a solidão como articuladora de experiências migratórias. / Juliana Carneiro da Silva -- 2023. 229f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Prof. Dr. Igor José de Renó Machado

Banca Examinadora: Prof. Dr. Igor José de Renó

Machado, Profa. Dra. Mirian Alves de Souza, Prof. Dr.

Raphael Bispo dos Santos, Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti

da Silva, Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili

Bibliografia

1. Antropologia do refúgio. 2. Redes sociais (social networks). 3. Solidão. I. Silva, Juliana Carneiro da. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Juliana Carneiro da Silva, realizada em 02/03/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

Profa. Dra. Mirian Alves de Souza (UFF)

Prof. Dr. Raphael Bispo dos Santos (UFJF)

Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva (UnB)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Aos meus alunos e às minhas alunas, passados/as, presentes e futuros/as.

Agradecimentos

Aos/às deslocados/as pelo conflito sírio que contribuíram com esta pesquisa e cujos nomes não posso citar por questões de confidencialidade. Obrigada por compartilharem comigo suas vidas, histórias e pensamentos, por confiarem em meu trabalho e pelo carinho que construímos entre nós. Espero que meu trabalho possa honrar tudo o que me ensinaram e que nossos caminhos continuem se cruzando.

Agradeço igualmente às outras pessoas e às instituições que fizeram esta pesquisa possível: aos/às funcionários/as das instituições islâmicas em São Bernardo do Campo por me acolherem, me ajudarem a estabelecer meus primeiros contatos com migrantes vindos/as da Síria e me ensinarem sobre o islã; aos/às fiéis da mesquita por me acolherem e auxiliarem com a pesquisa; aos/às funcionários de serviços municipais e de outras organizações religiosas que trabalham com migrantes na cidade, por terem me auxiliado com informações e contatos; à brasileira que mora na Síria que compartilhou comigo suas reflexões e experiências sobre o contexto do conflito; à coordenação, à equipe e aos/às alunos/as do curso de português para migrantes no qual atuei como voluntária nos anos de 2020 e 2021 pelos caminhos abertos, pela confiança no meu trabalho e pelas trocas significativas, foi um prazer imenso participar deste projeto com vocês. À Hildete, que me acolheu em sua casa em uma das incursões a campo.

Ao Filipe, à Beatriz e à Andrea, que me ajudaram nas primeiras aproximações empíricas ao tema do deslocamento contemporâneo da Síria para o Brasil.

À Fapesp, que me concedeu uma bolsa de pesquisa (processo nº 2018/16738-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)) possibilitando que eu me dedicasse integralmente ao doutorado entre 01/12/2019 e 10/04/2022. Ao/à parecerista anônimo/a que me acompanhou desde o projeto de pesquisa e trouxe comentários, questionamentos e indicações que contribuíram muito para o avanço de minhas reflexões em torno da pesquisa. Sem esse financiamento e sem as contribuições do/a parecerista certamente a presente pesquisa não seria a mesma. Justamente por saber disso, não poderia deixar de expressar aqui a minha tristeza e a minha revolta frente aos cortes de verba para a educação e a pesquisa que foram feitos durante o governo Bolsonaro, precarizando ainda mais as condições de trabalho nesses dois setores.

Agradeço ainda à Fapesp por ter possibilitado, por meio de um projeto de pesquisa do meu orientador (processo nº 2016/09596-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)), a obtenção de um auxílio à pesquisa de campo entre junho e julho de 2018.

Também sou grata ao PPGAS da UFSCar por ter me concedido um auxílio à pesquisa de campo em janeiro de 2019.

À ETEC Bento Quirino, ao Senac Sorocaba e à Bureau Veritas, locais onde trabalhei no período em que estava sem bolsa, por terem sido acolhedores e compreensivos em relação à minha atuação como pesquisadora e por ajudarem a formar a profissional que sou hoje.

Ao Igor, meu orientador, por confiar no meu trabalho e por ter feito do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar), grupo de pesquisa que coordena, um espaço de trocas intelectuais instigantes, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa. Aos/às colegas do grupo agradeço por me inspirarem com seus trabalhos e por lerem e comentarem o meu. Um agradecimento especial à Alexandra, à Iana, à Gabrielle, à Lize, ao Gabriel e ao Alexandre pelas trocas que desenvolvemos também fora do grupo de pesquisa.

Agradeço aos/ às demais colegas e professores/as do PPGAS da UFSCar por contribuírem com a minha formação enquanto pesquisadora e para o amadurecimento das reflexões da presente pesquisa. Agradeço principalmente à Dani, colega do doutorado que me acompanhou de perto nessa caminhada tortuosa que é a realização de uma pesquisa etnográfica e com quem troquei sobre os meandros de nossos trabalhos acadêmicos, mas também sobre nossas vidas pessoais. Obrigada por todas as leituras, comentários e conselhos! O caminho foi mais leve com o seu humor!

Sou grata igualmente ao Fábio e ao Eduardo, que trabalharam como secretário do PPGAS, e à professora Catarina Morawska Vianna pela paciência e pelo auxílio com procedimentos burocráticos da pesquisa, e também às demais pessoas de São Carlos que me apoiaram ao longo de minha trajetória no PPGAS da UFSCar: Vitor, Rodrigo, Tainá, Giovana, Helenira e Luzinele.

Aos/às professores/as Iracema Dulley, Maria Cláudia Coelho, Raphael Bispo, Sílvia Monnerat Barbosa, Gisele Fonseca Chagas, Silvia Maria Montenegro, Glaucia de Oliveira Assis, Miriam Santos, Denise Cogo, Mirian Alves de Souza, Maria Catarina Chitolina Zanini, Wagner Lopes Sanchez e Wellington da Silva de Barros por comentarem meu trabalho em ocasiões diversas, como eventos científicos e reuniões de grupos de pesquisa. Ao professor José Blanes Sala, por oportunizar minha participação em reuniões de seu grupo de pesquisa. Ao professor André Pasti, por, além de ler e comentar meu trabalho, ter me acolhido em um momento em que eu estava bastante desesperançosa em relação ao meu trabalho e à carreira acadêmica. Ao professor Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, por me receber em seu maravilhoso curso “Síria: nação, revolução e guerra civil”. À professora Svetlana Ruseishvili por ter dialogado comigo sobre turismo de parto e por ter me indicado bibliografia sobre o tema.

À professora Denise Fagundes Jardim e ao professor Piero de Camargo Leirner, que compuseram a banca do exame de qualificação e contribuíram para a revisão e o aprofundamento dos debates apresentados naquele texto, bem como para a confecção da versão final da tese.

Aos/às professores/as Mirian Alves de Souza, Raphael Bispo dos Santos, Leonardo Cavalcanti da Silva e Svetlana Ruseishvili por aceitarem participar da banca de defesa desta tese e pelos valiosos comentários e críticas em relação ao meu trabalho, os quais foram importantes para sinalizar caminhos para o aprofundamento de minhas reflexões sobre o tema da pesquisa.

Às professoras Rosana Pinheiro-Machado, Karina Kushnir e Débora Diniz, que não conheço pessoalmente, mas cujos conteúdos *online* sobre escrita acadêmica e pesquisa de pós-graduação muito me ajudaram ao longo do processo da escrita.

A Rodrigo Ayupe, Melissa Gabriela Lopes, Fábio Pucci e Luciana G. de Oliveira, colegas que conheci em eventos científicos e com quem troquei referências e reflexões sobre nossas pesquisas e os temas em comum que as perpassam.

Às amigas-pesquisadoras e ao amigo-pesquisador, Dri, Dani, Agda, Thatha, Miriam, Ana, Flávia, Lari, Gabriel e Mari, por todas as trocas sobre os processos de pesquisa e escrita e também por lerem e comentarem trabalhos meus.

Aos meus pais, Raquel e Fábio, por tudo o que fizeram e fazem por mim. Por me apoiarem ao longo de toda a minha formação educacional e profissional, sempre me incentivando. Por me ajudarem financeiramente nas minhas transições de carreira. À minha irmã, Giovana, por continuar sendo o melhor presente que meus pais já me deram. Obrigada por estar ao meu lado e pela linda relação de cumplicidade que criamos ao longo dos anos. À toda minha família pelo apoio e interesse em minha trajetória profissional.

Às amigas que tenho a sorte de ter ao meu lado por tantos anos: Pati, Bia, Cá, Mait, Agda, Bá, Dri, Miriam, Dani, Mirella, Man, Lari, Ju Freire, Débora e Mari. Obrigada por acreditarem no meu potencial, por me apoiarem e acolherem inúmeras vezes, pelas trocas significativas e por tudo da amizade que é impossível de traduzir em palavras. À Mirella agradeço também por dividir comigo nuances de sua experiência como migrante.

À Amélia e à Sara, profissionais da área da saúde que me acompanham e foram fundamentais no processo de elaborar os altos e baixos do processo de pesquisa e da vida no Brasil em meio à pandemia e ao governo Bolsonaro.

Ao Rafael, meu companheiro, pela relação de amor, carinho, apoio e respeito que construímos e continuamos a construir todos os dias. Por acreditar no meu potencial e por me

incentivar a atingi-lo. Por estar ao meu lado nos altos e baixos desse processo e da vida como um todo. Sem seu apoio e carinho eu não estaria defendendo esta tese hoje.

Resumo

A presente tese analisa as relações entre deslocamento forçado e redes sociais (*social networks*) para o caso de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil. A pesquisa de campo foi desenvolvida de forma intermitente entre os anos de 2018 e 2022 através de observação participante, conversas informais e entrevistas semiestruturadas inicialmente na cidade de São Bernardo do Campo; com a pandemia de COVID-19 e a consequente passagem da pesquisa de campo para o meio digital, o estudo abarcou igualmente deslocados/as pelo conflito sírio que moram em outras cidades brasileiras, sobretudo através do curso *online* de português para migrantes em que atuei como professora voluntária em 2020 e 2021. Na tese, as redes sociais são analisadas a partir de diversos ângulos – apoio prático, relações familiares, arranjos matrimoniais, sociabilidade e apoio emocional – e tal análise revela que a solidão é um sentimento que perpassa todos esses âmbitos da vida dos/as interlocutores/as. Sendo assim, argumento que a solidão, apesar de não ser um sentimento totalizante, é articuladora das experiências desses/as migrantes em meio ao deslocamento forçado e à construção de suas vidas no Brasil, na medida em que não apenas é produzida nesses diversos âmbitos, mas indica relações entre eles: ora a solidão produzida em um âmbito reforça a criada em outro (como ocorre na relação com o Estado frente às políticas públicas de acolhimento e a formação de redes onde obter apoio prático), ora se espera que certa parte da vida possa atenuar as solidões e faltas sentidas em outras esferas (o casamento é tido por alguns/ algumas interlocutores/as como um evento deste tipo, na medida em que é investido de potencial para ampliar momentos de sociabilidade, fontes de apoio prático, de apoio emocional e/ou oportunidades de trabalho, algo também apontado por Zbeidy (2020b) em pesquisa na Jordânia). Mostro igualmente que, apesar de ser articuladora das experiências desses/as migrantes, a solidão que encontrei em campo não é homogênea, estando presente de formas diversas em suas vidas.

Palavras-chave: Deslocados pelo conflito sírio. Redes sociais. Refúgio. Solidão. São Bernardo do Campo (Brasil).

Abstract

This study analyzes the relationship between forced displacement and social networks in the context of people displaced by the Syrian conflict in Brazil. The field study was performed intermittently between 2018 and 2022 using participant observation, informal conversations and semi-structured interviews, initially in the city of São Bernardo do Campo; with the pandemic of COVID-19, and the resulting shift from field study to the digital environment, the study included people displaced by the Syrian conflict living in other Brazilian cities as well. Mediation occurred mainly through an online course of Portuguese for migrants where I taught as a voluntary teacher in 2020 and 2021. Here, the social networks are assessed under several perspectives – practical support, family relationships, marriage arrangements, sociability, and emotional support – that reveal that loneliness traverses all aspects of the participants' lives. Thus, I argue that loneliness, although not an all-encompassing feeling, articulates the experiences of these migrants amid the forced displacement and the forging of their lives in Brazil, to the extent that not only it is produced within these several aspects, but also indicates the relationship between them: sometimes loneliness produced in one aspect increases the loneliness created in another (as happens in the relation with the State in face of the public policies of reception and the creation of networks where they can get practical support), sometimes it is expected that some parts of life can alleviate loneliness and absences felt in other parts (marriage is seen by some participants as such an event since it is invested of potential to offer moments of sociability, sources of practical and emotional support and/or job opportunities, something that Zbeidy (2020b) has pointed out in her studies in Jordan). I also show that, although articulating those migrant experiences, the loneliness I have found in the field is not homogeneous, being present in several ways in their lives.

Keywords: People displaced by the Syrian conflict. Social networks. Refuge. Loneliness. São Bernardo do Campo (Brazil).

Lista de Siglas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CASP - Caritas Arquidiocesana de São Paulo
CCAB - Câmara de Comércio Árabe-Brasileira
CDIAL - Centro de Divulgação do Islam para a América Latina
CFC – Curso de Formação de Condutores
CJ/MJ – Consultoria Jurídica/Ministério da Justiça e Segurança Pública
CNH – Carteira Nacional de Habilitação
CNI/MTE – Conselho Nacional de Imigração/ Ministério do Trabalho e Emprego
Conare - Comitê Nacional para os Refugiados
COVID-19 - Coronavirus disease 2019 (doença por coronavírus 2019)
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRAI - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes
CRNM - Carteira de Registro Nacional Migratório
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DPRNM - Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISIS - Islamic State of Iraq and Syria (Estado Islâmico do Iraque e da Síria)
MEC – Ministério da Educação
ONG - Organização Não-Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PLAc- Português como Língua de Acolhimento
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RA - Registro do Aluno
RG – Registro Geral
RNE – Registro Nacional de Estrangeiros
RNM – Registro Nacional Migratório
RSD - Refugee *Status* Determination (Determinação do *Status* de Refugiado)
SEE - Secretaria de Estado da Educação
SINCRA - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório
SMS - Short Message Service (Serviço de Mensagens Curtas)
SUS – Sistema Único de Saúde
UNRWA - United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente)
WAMY - Assembleia Mundial da Juventude Islâmica

Lista de Figuras

Figura 1 - Pirâmide etária de acordo com sexo de pessoas nascidas na Síria que possuem RNM entre os anos 2000 e 2021 – São Bernardo do Campo.....	26
Figura 2 - Exigência de visto para brasileiros/as em outubro de 2020.....	140
Figura 3 - Exigência de visto para sírios/as em outubro de 2020.....	141
Figura 4 - Pontuação de mobilidade do passaporte sírio.....	141
Figura 5 - Foto do documento de viagem emitido aos/às palestinos/as nascidos/as na Síria.....	142

Sumário

Introdução.....	16
O contexto de São Bernardo do Campo.....	23
A pesquisa de campo a partir de São Bernardo do Campo.....	28
Algumas categorias empregadas na tese.....	35
Dos capítulos.....	42
Capítulo 1: Deslocamentos, diferenças e relações familiares.....	45
1.1 Contextualizando o conflito na Síria.....	48
1.2 Os processos de deslocamento para o Brasil.....	54
1.2.1 Outros caminhos: os efeitos do conflito nas vidas de sírios/as que viviam no exterior.....	59
1.3 Deslocamentos no interior do Brasil e os caminhos que levaram a São Bernardo do Campo.....	63
1.4 Os deslocamentos e as relações familiares.....	68
1.4.1 As ambivalências da aproximação geográfica.....	69
1.4.2 As diferentes temporalidades do deslocamento e as relações familiares.....	73
1.4.3 Estratégias em torno do afastamento geográfico.....	81
1.5 Comentários finais: uma reflexão sobre conexões entre deslocamento e família.....	85
Capítulo 2: A produção de solidão por meio da política nacional de refúgio: abandono pelo Estado e os apoios vacilantes na resolução de questões práticas.....	89
2.1 As incertezas da chegada, o abandono pelo Estado e os apoios vacilantes.....	92
2.2 Obstáculos impostos pela atuação do Estado.....	98
2.3 Atores mobilizados no apoio prático a deslocados/as pelo conflito sírio.....	103
2.3.1 <i>Árabes</i>	104
2.3.2 <i>Internet</i>	109
2.3.3 <i>Brasileiros/as</i>	115
2.3.4 A pesquisadora.....	119

2.4 Comentários finais: uma reflexão sobre modelos de gestão de populações em situação de refúgio.....	123
Capítulo 3: A formação e manutenção de redes pessoais vistas sob o prisma das sociabilidades, das amizades e do apoio emocional.....	129
3.1 Os avessos da sociabilidade.....	130
3.2 Sociabilidades no contexto da migração em tela.....	136
3.2.1 Sociabilidades entre pessoas que estão em países distintos.....	137
3.2.2 Sociabilidades entre pessoas que estão no mesmo país.....	146
3.3 Amizades e apoio emocional: reflexão a partir de experiências de quatro jovens adultos/as.....	157
3.5 Comentários finais: uma reflexão sobre solidão.....	163
Capítulo 4: A solidão frente aos arranjos de casamento e às relações afetivas e/ou sexuais..	167
4.1 Os sentidos do casamento e a configuração do desejo (ou não) de contrair matrimônio.....	170
4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem..	176
4.3 O problema do Brasil.....	182
4.3. 1 A formação das imagens que sustentam o problema do Brasil.....	188
4.3.2 Os efeitos das imagens acerca de <i>brasileiros/as</i> e <i>árabes</i> nos relacionamentos afetivos e/ou sexuais.....	192
4.4 Casamentos realizados.....	198
4.5 Comentários finais: uma reflexão sobre as relações entre relacionamentos afetivos e/ou sexuais e as experiências migratórias marcadas pela solidão no Brasil.	200
Considerações finais.....	204
Referências bibliográficas.....	211
Apêndice A: Tabela com dados dos/as interlocutores/as citados/as na tese.....	228

Introdução

As relações entre deslocamentos e redes sociais (*social networks*) despertam meu interesse desde o mestrado (SILVA, 2016). À época trabalhei com jovens brasileiros/as descendentes de japoneses/as no estado de São Paulo para compreender um tipo de conexão que chamei, a partir da pesquisa de campo, de “atração entre *japoneses/as*”¹, isto é, relações estabelecidas entre *japoneses/as* a partir da ideia de fundo de que estes/as seriam pessoas com as quais é mais fácil estabelecer relação em função de uma japonesidade comum (suposta ou de fato)².

Tal pesquisa me levou a concluir que, sendo as japonesidades múltiplas, o fenômeno da “atração entre os/as *japoneses/as*” também tem configurações diversas, a depender de como cada indivíduo define quem é *japonês/japonesa*. Assim, se para algumas pessoas que se veem menos próximas da cultura japonesa, *japonês/japonesa* é, a partir do olhar racializado presente na sociedade brasileira, quem tem traços orientais, pode haver uma “atração” em relação a essas pessoas em contextos não familiares, sendo que nem sempre estas interações se desenvolvem em conexões mais próximas e profundas; simultaneamente pode haver um afastamento de pessoas que, mesmo tendo traços orientais, são tidas como diferentes por terem uma conexão mais próxima com a cultura japonesa. De outro lado, para aqueles/as que têm proximidade com a cultura japonesa, ou com algum aspecto particular dela, a noção de *japonês/japonesa* está relacionada com a incorporação de determinados saberes e valores daquela cultura, sendo que aproximações nas relações pessoais em função de uma japonesidade compartilhada só se dão entre pessoas que incorporaram valores e saberes semelhantes, não incluindo portanto todas as pessoas que têm traços orientais. Embora eu não tenha explorado profundamente na dissertação, a família apareceu como um aspecto importante para a incorporação ou não de valores e saberes japoneses por parte dos/as jovens.

Tendo finalizado a dissertação, meus interesses de pesquisa se direcionaram para duas questões: (a) compreender melhor as relações entre família e migração e (b) trabalhar com fluxos migratórios mais recentes, observando os processos que se dão nas primeiras gerações de migrantes. O projeto de pesquisa para o doutorado surgiu como uma forma de tentar articular esses dois novos interesses: considerando o atual fluxo de pessoas que deixam a Síria por conta

¹ Termo nativo brasileiro usado, a princípio, para referir-se a nipodescendentes.

² Fenômenos semelhantes aparecem na literatura antropológica sob o nome de solidariedade étnica (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), porém, seguindo Machado (2011), considero que o maquinário da etnicidade é insuficiente para dar conta das relações que observei na pesquisa campo; por isso, adoto o maquinário da diferencialidade.

do conflito e chegam ao Brasil, propus-me a investigar como as relações de parentesco são produzidas, vividas e significadas quando interseccionadas com o refúgio. Partindo dos apontamentos da literatura sobre a capacidade dos deslocamentos migratórios tensionarem o parentesco (BRYCESON; VUORELLA, 2002; MACHADO, 2015; LOBO, 2014, apenas para citar alguns), produzindo transformações nas formas pelas quais este é vivido e concebido, levantei a hipótese de que o refúgio, por ser uma forma particular de migração (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010)³, implicaria em modulações específicas para o parentesco. Particularmente, apontei no projeto de pesquisa a importância de verificar se os trânsitos frequentes entre o país receptor e o país de origem descritos em trabalhos sobre parentesco e migrações (OSMAN, 2016; JARDIM, 2000, 2007⁴), bem como outros mecanismos de manutenção familiar presentes em trabalhos sobre o tema (MACHADO, 2015; BRYCESSON; VUORELLA, 2002; BALDASSAR, 2007; HANDERSON, 2015, apenas para citar alguns), como o envio de remessas e presentes e a comunicação via internet, seriam possíveis e empregados em situação de refúgio.

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa de campo fez necessário uma mudança na questão central proposta no projeto de pesquisa: ainda preocupada em entender como o refúgio influencia as redes de relações de deslocados/as pelo conflito sírio, transferei o foco da pesquisa das relações de parentesco para as redes sociais (*social networks*), na medida em que os dados de campo me levaram a atentar também para a formação e a manutenção de relações de amizade, a sociabilidade, o apoio prático e as relações afetivas e/ou sexuais.

Sendo assim, o objetivo da presente tese é apresentar uma etnografia das redes sociais (*social networks*) de deslocados/as pelo conflito sírio que migraram para o Brasil⁵, entendendo as relações destas redes com o deslocamento forçado. Trata-se, portanto, de investigar a

³ Jubilut e Apolinário em artigo de 2010 discutem os diferentes tipos de migração e pontuam que o/a refugiado/a, ao contrário do/a migrante, não pode contar com a proteção legal do Estado do qual é nacional; isso não significa que sua situação seja necessariamente mais delicada que a do/a migrante, visto que, no direito internacional, os/as refugiados/as têm proteção mais ampla que os/as migrantes. Porém, os *status* de refugiado/a e de solicitante de refúgio podem influenciar negativamente a mobilidade (ver: Al-Ali (2002) e Jardim (2016)). No caso do Brasil atual, os/as solicitantes de refúgio devem comunicar viagem ao exterior em todas as situações; já os/as refugiados/as reconhecidos/as precisam solicitar autorização do Conare para três tipos de viagem: (a) viagem ao país de origem; (b) viagens com duração superior a 12 meses; (c) viagens usando o passaporte do país de origem (Cf. Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/viagem#:~:text=H%C3%A1%2C%20no%20entanto%2C%20tr%C3%AAs%20situa%C3%A7%C3%B5es,de%20viagem%20espec%C3%ADfica%20ao%20Conare%3A&text=viagem%2C%20para%20qualquer%20destino%2C%20com,origem%20como%20documento%20de%20viagem>. Acesso em: 24 set. 2020).

⁴ Cabe ressaltar que, no contexto pesquisado por Jardim (2000, 2007), o refúgio é uma das possibilidades no processo de diáspora palestina.

⁵ Conforme explicarei adiante, inicialmente a pesquisa teria como *locus* a cidade de São Bernardo do Campo (SP), mas com o desenvolvimento do trabalho acabei entrando em contato, a partir dos trânsitos por São Bernardo, com deslocados/as pelo conflito sírio que moram em outras cidades da região e até em outros estados.

formação, mobilização e manutenção de redes de relações no contexto da migração em tela. O foco da análise recai sobre as redes sociais locais, embora eu aborde pontualmente aspectos relativos a redes transnacionais.

Em relação à bibliografia nacional sobre refugiados/as no Brasil, esta abordagem é minoritária, visto que a grande parte dela (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2008; BORBA; MOREIRA, 2016; FACUNDO NAVIA, 2014; HAMID, 2012; PERIN, 2013; MOULIN, 2009; BAEZA, 2018; MEIHY, 2019; BRANCO PEREIRA, 2019; VASCONCELOS, 2021; ALMEIDA, 2021, apenas para citar alguns) se concentra no aparato institucional do país (tanto governamental quanto da sociedade civil) e nas relações que refugiados/as e solicitantes de refúgio entretêm com ele⁶; por esse motivo, pesquisas que procuram entender outras dimensões do refúgio no Brasil, como as redes sociais, representam uma contribuição importante à esta literatura.

Olhando agora para os debates em torno das redes sociais (*social networks*) – entendidas aqui como um conjunto de atores (pessoas, organizações e/ou instituições sociais) conectados (SOARES, 2004) por relações interpessoais ou impessoais (AMRITH, 2016), as quais têm, segundo Ryann et al (2008), funções diversas, isto é, ali se busca e se obtém apoio emocional, instrumental, informacional, companhia e socialização⁷ - vemos que elas são consideradas como elementos importantes nas análises das migrações (CASTLES; MILLER, 1998; SOARES, 2004; ANDRADE, 2017), seja por sua atuação na organização da viagem (STEVENSON, 2016; SÖNMEZ, 2017; ANDRADE, 2017; JARDIM, 2000, 2007), no estabelecimento no país de destino (PUCCI, 2021; WAHLBECK, 1999; AMRITH, 2016; GLICK SCHILLER; ÇAĞLAR, 2016; SÖNMEZ, 2017; JARDIM, 2000; TRUZZI, 1997, apenas para citar alguns) ou na manutenção de relações com o país de origem (RYANN et al, 2008; WAHLBECK, 1999)⁸.

⁶ Cumpro mencionar algumas exceções, como a dissertação de Gallo (2011), que investiga as redes de sociabilidade de refugiados/as congolese/as na cidade de São Paulo centradas na *Église Bon Nouveau Message* (a sede paulistana foi fundada pelos/as refugiados/as), o artigo de Schiocchet (2011), que trabalha com a questão da palestinação através do conceito de *al-sumud* (resistir) em três contextos, sendo um deles o Brasil, o trabalho de Souza (2021) analisando família e deslocamento pela perspectiva de mulheres sírias migrantes no Brasil e na Tunísia, Andrade (2017) que investiga as redes sociais de refugiados/as LGBT na cidade de São Paulo, a dissertação de Jimenez Lopes (2019) e o artigo de Coimbra e Orchard (2020) que focam nas relações de trabalho e, de certa forma, a produção de Jardim (2000, 2007, 2009) sobre palestinos/as no Brasil, visto que o refúgio é uma das possibilidades no processo de diáspora palestina.

⁷ Essas diferentes funções ou, nos termos de Mitchell (1969), diferentes conteúdos, podem ser encontrados em uma mesma relação ou em relações diferentes. Sobre este tema, ver Mitchell (1969) e Ryann et al. (2008).

⁸ Há, no entanto, como veremos no capítulo dois, conflito e tensão em meio às redes sociais na migração. Sobre este assunto, ver também Andrade (2017) e Pucci (2021).

Nesse tipo de contexto é importante levar em conta o dinamismo das redes sociais dos/as migrantes⁹, isto é, seu potencial para variar ao longo do tempo¹⁰; de acordo com Ryann et al (2008, p. 675. Tradução minha): “O sistema de apoio requerido por e disponível para migrantes recém-chegados pode divergir dos tipos de redes por eles estabelecidas após terem se familiarizado com o novo ambiente”.

Se, em alguns casos, o passar do tempo no país de acolhimento pode significar uma ampliação das redes sociais do/a migrante (RYANN et al, 2008), o trabalho de Stevens (2016) com refugiados/as sírios/as em Irbid (Jordânia)¹¹ mostra que o contrário também ocorre: o argumento do autor se centra na ideia de que, com o tempo, as redes sociais prévias à migração, muito importantes para a viagem e para o estabelecimento em Irbid, foram se tornando menos ativas, tanto no que concerne ao apoio prático quanto à sociabilidade e ao apoio emocional. Isso se dá porque, com o prolongamento do período em que os/as refugiados/as sírios/as permanecem na Jordânia, os recursos materiais que circulavam nessas redes foram se tornando mais escassos, minando, portanto, os meios para o apoio prático; por outro lado, o surgimento de novas redes sociais, apesar de oferecer certo apoio na obtenção de emprego, é considerado lento pelo autor (STEVENS, 2016, p. 61).

Já no que concerne à sociabilidade e ao apoio emocional, Stevens (2016) mostra que, por exigir investimentos financeiros (custos com a viagem, quando se faz visita, ou com padrões de hospitalidade, quando se recebe) e por implicar em custos emocionais¹² ou preocupações relativas à reciprocidade, as visitas entre familiares e amigos/as eram pouco comuns para os/as interlocutores/as, sendo que o autor caracteriza este cenário como sendo de isolamento social. Ele afirma, ainda, que “... a solidão era frequentemente mencionada como um grande problema em Irbid.” (STEVENS, 2016, p. 56. Tradução minha).

Trabalhando também na Jordânia, mas com refugiados/as palestinos/as e sírios/as, Zbeidy (2020b) igualmente se refere a um cenário de estilhaçamento das redes sociais¹³ destes/as migrantes - o que tem como consequência o medo do isolamento e da solidão (especialmente para homens solteiros) -, sendo que a autora mostra como contrair matrimônio é tido por eles/as como um meio de lidar com essa situação: o casamento, sendo entendido

⁹ Cabe elucidar que as redes sociais de não migrantes também são mutáveis (SOARES, 2004; MITCHELL, 1969).

¹⁰ A dinamicidade ou, em suas palavras, transitoriedade, das relações de migrantes também é abordada por Amrith (2016).

¹¹ O artigo de Sönmez (2017) sobre a realidade dos/as refugiados/as sírios/as no Líbano, na Turquia e na Jordânia caminha no mesmo sentido das conclusões de Stevens (2016).

¹² Os custos emocionais existem já que as visitas podem implicar em situações embaraçosas devido às condições em que vivem muitos dos/as refugiados/as em Irbid ou em situações potencialmente perigosas (risco de denúncias ao governo jordaniano ou ao governo sírio).

¹³ Stevens (2016) descreve este fenômeno como um colapso das redes sociais dos/as migrantes.

localmente como uma forma de ampliar redes sociais que foram abaladas pelo conflito e pelo deslocamento forçado, é, entre outras coisas, um evento que permite refazer o sistema de apoio das famílias migrantes na medida em que amplia e consolida fontes de apoio prático e emocional. Assim, a autora relata como os arranjos de casamento são uma questão importante para seus/suas interlocutores/as e também para compreender suas experiências migratórias, pois ele permite ver como os/as migrantes lidam com os obstáculos que lhes são impostos a partir do deslocamento forçado e também suas imaginações sobre o futuro.

Lokot (2018), em pesquisa com refugiados/as sírios/as na Jordânia, e Souza (2021), investigando a presença deste contingente populacional no Brasil e na Tunísia, criticam a ideia de colapso das redes sociais (em Stevens (2016)) argumentando que, em alguns casos, a migração produz o movimento contrário (i.e aumento da sociabilidade e/ou das redes sociais), ideia que é corroborada pelo estudo de Bartram (2019) sobre sociabilidade em migrações no interior da Europa. Apesar de não trabalharem diretamente com a noção de redes sociais, Lokot (2018) e Souza (2021) trazem contribuições importantes para a presente pesquisa na medida em que apontam para a complexidade, imprevisibilidade e diversidade das relações sociais dos/as migrantes: para as autoras, fatores como gênero, idade, motivos para a amizade, atitude em relação a *outsiders*, entre outros, influenciam as relações que serão estabelecidas pelos/as refugiados/as sírios/as no país de acolhimento.

Reconhecendo parte desta diversidade, a tese de Pucci (2021), que investiga as relações de refugiados/as sírios/as com estruturas de acolhimento humanitárias na cidade de São Paulo, conclui, em relação às redes sociais, que existem trajetórias diferenciais entre pessoas que migraram com um ou mais contatos no Brasil (família, conhecido/a(s), redes religiosas transnacionais) e quem veio sem nenhum contato, sendo que o autor destaca que nem sempre os/as últimos/as encontraram-se em uma situação pior. Se, por um lado, essas pessoas tiveram que se virar sozinhas para encontrar apoio, tornando os primeiros momentos no país mais difíceis, posteriormente elas foram capazes de tecer para si redes nas quais encontraram não apenas apoio prático, mas também sociabilidade (esses dois elementos tendiam a ser encontrados nos mesmos espaços, como Organizações não-governamentais (ONGs) e mesquitas); por outro lado, pessoas que já tinham algum contato no país, sobretudo se este era um/a conhecido/a, se por vezes chegaram aqui já com alguns direcionamentos, acabaram por se decepcionar em relação ao apoio que receberam destes/as conhecidos/as e/ou tiveram maior dificuldade para expandir suas redes no país de acolhimento (sobretudo em relação a *brasileiros/as*).

A presente tese, ao investigar as redes sociais de deslocados/as pelo conflito sírio a partir da cidade de São Bernardo do Campo (SP), dialoga tanto com os trabalhos sobre refúgio no país quanto com pesquisas que abordam as redes sociais nas migrações, inserindo-se em um contexto que, diferentemente da Jordânia, onde as redes sociais prévias têm um papel muito forte no país de acolhimento por conta de relações históricas e atuais dela com a Síria (CHATTY, 2017a, p. 190), o apoio obtido com contatos prévios à migração foi, em geral, tido como insuficiente pelos/as migrantes, algo também presente na tese de Pucci (2021). Assim, a principal questão que surgiu ao longo da pesquisa foi referente à formação de redes sociais no Brasil, não apenas para apoio prático, mas igualmente para sociabilidade, apoio emocional e arranjos matrimoniais. Ao investigar essas questões no diálogo com deslocados/as pelo conflito sírio a partir da cidade de São Bernardo, deparei-me frequentemente com expressões de e narrativas sobre solidão, algo citado não apenas em trabalhos com deslocados/as pelo conflito sírio (como em Stevens (2016) e Zbeidy (2020b)) mas também em pesquisas em outros contextos migratórios (BARTRAM, 2019))¹⁴.

O desafio da presente pesquisa foi, então, aprofundar-se no debate sobre solidão em contexto migratório, algo que não encontrei nos trabalhos sobre deslocados/as pelo conflito sírio acima mencionados (STEVENS, 2016; ZBEIDY, 2020b). Para tanto, recorri a autores/as que têm a solidão como seu tema de pesquisa ou que dialogam de forma significativa com este sentimento em seus trabalhos (DE JONG GIERVELD; VAN TILBURG; DYKSTRA, 2006; MARTINS, 2010; ELIAS, 2001; CASTRO, 1994; PAIS, 2016; BISPO, 2013; BALAZS, 1997; PIKE; CROCKER, 2020).

De acordo com vários desses/as autores/as (DE JONG GIERVELD; VAN TILBURG; DYKSTRA, 2006; ELIAS, 2001; MARTINS, 2010; BISPO, 2013; CASTRO, 1994; PAIS, 2016, apenas para citar alguns), a solidão não é um fenômeno da ordem do isolamento, da falta de interações sociais, mas do descontentamento com as relações existentes: De Jong, Van Tilburg e Dykastra (2006), por exemplo, definem a solidão como uma experiência subjetiva e negativa que surge quando uma pessoa percebe que seus contatos e interações lhe são

¹⁴ Para o autor (BARTRAM, 2019) quando a literatura sobre migrações aborda a sociabilidade há um consenso em relação ao fato de que os primeiros anos de migração produzem isolamento e/ou solidão para o/a migrante, sendo a diferença linguística um dos fatores que corroboram para isso. Porém, o artigo do autor acaba por ir contra a ideia de que a migração necessariamente produz cenários de diminuição de sociabilidade, isolamento e solidão, sendo que quando se migra para países com altos graus de sociabilidade podemos encontrar um aumento na sociabilidade dos/as migrantes se comparado com os não-migrantes do país de origem, já que seu estudo revelou que os/as primeiros/as tendem a adaptar os seus padrões de sociabilidade aos do país de acolhimento.

insuficientes, seja quantitativa ou qualitativamente¹⁵. Portanto, como afirma Pais (2016, p. 23-24), a solidão pode coexistir com seus contrários, como a sociabilidade.

Sobre este tema, Martins (2010), em estudo sobre as percepções de mulheres de camadas médias no Rio de Janeiro sobre o morar só, aponta que nem sempre morar sozinha era entendido pelas interlocutoras como solidão; isso só ocorria quando o morar só era acompanhado da percepção de que gostariam de ter mais conexões com as pessoas do que tinham atualmente. Por sua vez, tal percepção tendia a ser produzida em casos onde houve rompimento de vínculos (como separação ou viuvez), quando as interlocutoras não se sentiam ouvidas e compreendidas pelos seus contatos ou, ainda, quando sentiam que não tinham ninguém (próximo) com quem conversar ou socializar.

Cabe ainda ressaltar com Bispo (2013), cuja tese se dedica a etnografar as vivências de chacretes da primeira geração passando por temas como a vida afetiva-sexual, a conversão religiosa e a experiência de envelhecer, que a solidão assume formas muito diversas (e até mesmo contraditórias) nas vidas das pessoas, o que fica claro em sua abordagem do tema a partir das experiências de três ex-chacretes (Marina, Joana e Bia): Marina vivia em uma clínica psiquiátrica e estava afastada da família, Bia, ao contrário da maioria das chacretes, estava casada, mas o ciúmes do marido produzia para ela uma situação de afastamento de outras relações, e por fim Joana, que tem certa rede de relações (amizade, familiar, flerte...), mas esta é limitada, na medida em que os parceiros que hoje encontra não são por ela considerados tão bons quanto os que tinha em sua juventude e que seu comportamento sexual é alvo de condenação moral.

O trabalho de Bispo (2013) é importante não apenas porque traz a questão da diversidade por meio da qual a solidão é vivida e narrada - o discurso de cada uma de suas interlocutoras sobre solidão se dá em uma lógica diferente (queixa (Bia), confissão (Joana) e silêncio (Marina)) -, mas também por colocar a solidão como retrato, destacando suas conexões com, de um lado, o tempo, e, de outro, as condições sociais: “A solidão não existe em estado puro. A ideia de retrato nos remete justamente ao foco em um determinado momento de uma trajetória de vida, dando espaço para se pensar nas transformações dessa emoção ao longo do tempo e nas situações sociais em que ela se expressa” (BISPO, 2013, p. 286).

O debate entre a literatura sobre solidão e meus dados de campo me levou a concluir não apenas que a solidão é articuladora de experiências migratórias no contexto que pesquiso,

¹⁵ Elias (2001, [s.p]) aponta para algo semelhante: “Outra forma de solidão, que é social no sentido mais estrito, ocorre quando as pessoas vivem num lugar ou têm uma posição que não lhes permite encontrar outras pessoas da espécie que sentem precisar”.

mas também que, não sendo um sentimento totalizante, convive com seus contrários (como a sociabilidade) e se expressa de formas diversas na vida dos/as deslocados/as pelo conflito sírio, não estando presente porque é inerente à migração, mas porque é produto das relações estabelecidas pelos/as migrantes neste contexto específico e, por isso mesmo, aparece de formas particulares na trajetória de cada um/a deles/as. Desta forma, trago para o estudo da solidão no refúgio/ na migração a questão postulada por Malkki (1995) de não reificar a noção de refugiado/a, isto é, não considerá-la como denotando um tipo particular de pessoa, o qual seria definido por uma certa quantidade de traços comuns, mas como um *status* legal que reúne pessoas com trajetórias, características e condições de vida diversas.

O contexto de São Bernardo do Campo

A presença de sírios/as no Brasil não é uma novidade trazida pelo conflito iniciado em 2011: a partir do fim do século XIX e ao longo do século XX, o Brasil recebeu fluxos migratórios tanto da atual Síria como de outros países da região (a exemplo do Líbano); de acordo com Karam (2007, p. 10), entre 1880 e 1969 vieram 140.464 migrantes provenientes do Oriente Médio, enquanto que a partir dos anos 1970 a entrada anual de migrantes desta região ficou em torno de 500 a 700 pessoas, sendo importante destacar que, apesar dos fluxos mais recentes serem compostos majoritariamente por muçulmanos/as, entre árabes e descendentes no Brasil, os/as cristãos/ãs continuavam a preponderar em fins da década de 2000 (TRUZZI, 2008, 2016).

Os fluxos entre o Brasil e o Oriente Médio não se restringem, contudo, a essas migrações históricas, sendo que a literatura aponta para a existência de diversos deslocamentos que são feitos entre estas regiões a partir da presença de sírios/as, libaneses/as, palestinos/as, outros/as migrantes médio-orientais e descendentes no Brasil (JARDIM, 2000, 2007, 2009; OSMAN, 2016; PETERS, 2006; DA CRUZ, 2020).

Segundo dados de uma recente pesquisa censitária encomendada pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) ao Ibope Inteligência em parceria com a empresa H2R Pesquisas Avançadas¹⁶, havia, no final de 2019, 11.613.137 de árabes e descendentes residindo no Brasil¹⁷. Em relação à origem familiar, temos os/as libaneses/as como o maior grupo (27%), em seguida os/as sírios/as com 13% e mais outras 21 nacionalidades com percentuais menores que 10% cada uma. Cabe ainda dizer que 25% dos/as entrevistados/as não soube especificar

¹⁶ Intitulada “Pesquisa Nacional Exclusiva sobre Árabes no Brasil”.

¹⁷ Considerando a margem de erro, este número pode variar entre 9.527.125 e 13.699.149 (WEBINAR, 2020).

qual o país de origem de seus/suas ancestrais árabes. Tal população encontra-se desigualmente distribuída ao longo do território brasileiro, sendo que sudeste (39%) e nordeste (32%) são as regiões que mais concentram árabes e descendentes (a região norte abriga 6% desta população, a centro-oeste 5% e a sul 17%) (WEBINAR, 2020).

Todos esses fatores criam para os/as deslocados/as pelo conflito sírio uma experiência singular frente a outros grupos que se refugiam no país, dado que chegam em um contexto em que a arabicidade é conhecida e está presente não apenas no imaginário brasileiro mas em instituições e pessoas concretas, as quais desempenham um papel facilitador deste novo processo migratório (deslocamento forçado a partir do conflito sírio), conforme vemos no capítulo dois.

Dentro do cenário brasileiro, São Bernardo do Campo, cidade a partir da qual construí minha pesquisa, se destaca e singulariza pela presença de uma significativa comunidade *árabe* e muçulmana formada sobretudo por libaneses/as sunitas¹⁸ que emigraram no pós-Segunda Guerra Mundial (TRUZZI, 2008), a qual inclui uma ampla rede de instituições islâmicas - Centro de Divulgação do Islam para a América Latina (CDIAL), o escritório da WAMY (Assembleia Mundial da Juventude Islâmica), CDIAL HALAL¹⁹, mesquita sunita Abu Bakr Assadic, entre outras -, fazendo de São Bernardo do Campo uma referência para os/as muçulmanos/as (FERREIRA, 2009). Além disso, é preciso dizer que algumas dessas instituições, como o CDIAL, executaram e executam projetos voltados a migrantes e refugiados/as, sobretudo os/as vindos/as da Síria, como curso de português e apoio no acesso a serviços de saúde (BORBA; MOREIRA, 2016). Este cenário, somado às oportunidades de emprego e ao fato de ser considerada menos violenta que a capital do estado, faz com que São Bernardo do Campo se torne uma cidade atrativa para parte dos/as deslocados/as pelo conflito sírio que chega ao país pelo Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, como detalho no capítulo um.

¹⁸ “O Islam se divide em duas grandes comunidades sectárias: *Sunismo*, que deriva suas doutrinas e rituais do texto corânico e das tradições relativas à vida do Profeta (*sunna*); *Xiismo*, que baseia seu sistema doutrinário e ritual no texto corânico e na mensagem esotérica dos *Imams*, que são descendentes de Maomé pela linha de Ali e Hussein. No Sunismo, a interpretação e a aplicação das doutrinas religiosas são controladas por um grupo de especialistas religiosos (*‘alim*, pl *‘ulama*) organizados em funções rituais, doutrinárias e jurídicas; já no Xiismo a hierarquia religiosa é dominada pelos detentores do título de *ayatollah* ou *marja`* (fonte de inspiração), que possuem funções jurídicas e religiosas. Cerca de 85% dos muçulmanos são sunitas; os 15% restantes se distribuem nas diversas seitas xiitas” (PINTO, 2004, p. 484). Dentre as seitas xiitas, cabe destacar o alauismo, que mistura crenças e práticas tanto do islamismo quanto do cristianismo e do judaísmo (SALAMANDRA, 2004, p. 8). Cumpre dizer que na Síria o governo é ocupado atualmente por alauitas e que a maioria da população é sunita.

¹⁹ Filial da CDIAL que trata da certificação de produtos *halal* (“todo (sic) o que é lícito, autorizado e permitido pela lei Islâmica” (JIMENEZ LOPES, 2019)).

Embora não existam dados estatísticos sobre a categoria que emprego na pesquisa (deslocados/as pelo conflito sírio), amparo-me nas informações do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA)²⁰ relativas à emissão de Registro Nacional Migratório (RNM)²¹ para mensurar a população alvo deste estudo, visto que nem todos/as os/as deslocados/as pelo conflito sírio solicitam refúgio (alguns, por exemplo, requerem diretamente o RNM a partir do nascimento de um/a filho/a em solo brasileiro com base no direito de reunião familiar²²) e, portanto, estatísticas relativas aos deferimentos da condição de refugiado/a não abarcam essa parte da população. É preciso dizer, contudo, que os dados sobre a emissão de RNM não incluem, assim como os de deferimento da condição de refugiado/a, os/as indocumentados/as e os/as solicitantes de refúgio (porque ambos não têm RNM/RNE²³); além disso as estatísticas sobre o RNM não contabilizam as pessoas que deixaram o país após a obtenção do documento²⁴.

Tomando, portando, as informações do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), temos que São Bernardo do Campo abriga 231 das 6.941 pessoas nascidas na Síria que possuem RNM emitidos entre os anos de 2000 e 2021; isso a coloca na quarta posição considerando as cidades brasileiras, estando atrás apenas de São Paulo (3.392), Curitiba (324) e Rio de Janeiro (271), que são capitais de seus estados. Ainda de acordo com esta base de dados, das 231 pessoas nascidas na Síria que possuem RNM e moram (ou moravam) em São

²⁰ Disponível no site do Observatório das Migrações em São Paulo: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>. Acesso em: 04/08/2022.

²¹ O Registro Nacional Migratório (RNM) é o documento que substituiu, a partir da nova lei de migração (BRASIL, 2017b), o Registro Nacional do Estrangeiro (RNE). Trata-se de um “... número do registro alfanumérico decorrente da identificação de cada imigrante por meio de suas informações pessoais e impressões digitais. É obrigatório a todo imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência”. (Fonte: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/duvidas-frequentes/autorizacao-de-residencia-e-registro-nacional-migratorio-rnm/o-que-e-registro-nacional>. Acesso em: 17/08/2022).

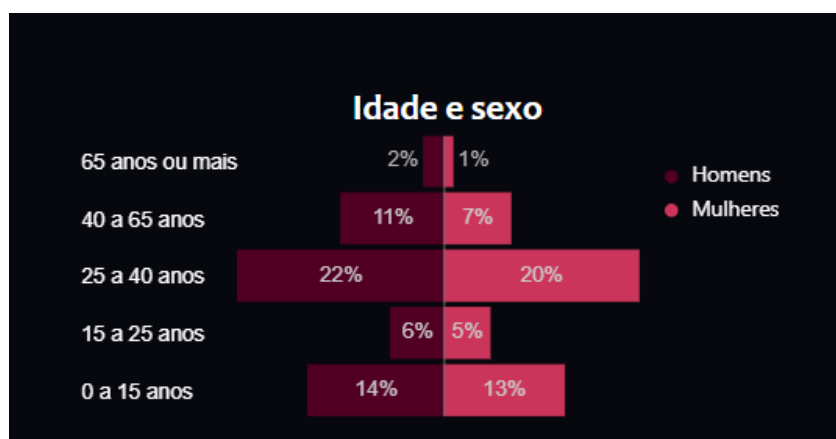
²² Várias leis e vários decretos abordam este direito, sendo que um deles é o decreto nº 9.199 que regulamenta a nova lei de migração (BRASIL, 2017a).

²³ Com a nova lei de migração (BRASIL, 2017b), houve uma mudança no documento emitido aos/as solicitantes de refúgio no Brasil (o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado vem sendo substituído pelo Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM)); com isso, os/as solicitantes de refúgio passam a ter um número de RNM antes mesmo da decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) sobre o pedido de refúgio. Assim, duas pessoas aparecem nas estatísticas de RNM como tendo DPRNM, o que inclui, portanto, dois/duas solicitantes de refúgio no total de pessoas nascidas na Síria com (número de) RNM em São Bernardo do Campo.

²⁴ Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>. Acesso em: 04/08/2022.

Bernardo do Campo²⁵, 54,55% são homens e 52,81% são casados/as²⁶. A distribuição etária de acordo com sexo se dá como segue:

Figura 1 - Pirâmide etária de acordo com sexo de pessoas nascidas na Síria que possuem RNM entre os anos 2000 e 2021 – São Bernardo do Campo.



Fonte:

<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincresismigra/>.

Ao desagregar os dados de acordo com o amparo legal que garante a permanência do/a migrante no país, a base de dados do SISMIGRA nos permite ver também que a maior parte (144) está amparada pelo direito à reunião familiar e o segundo maior grupo (45) tem fundamento no Estatuto do Refugiado²⁷.

²⁵ Considerando todas as pessoas nascidas na Síria com RNM no Brasil, temos 63,62% de homens e 45,38% de casados/as. Em termos de faixa etária, temos: sexo masculino de 0 a 15 anos (7%), sexo feminino de 0 a 15 anos (6%), sexo masculino de 15 anos a 25 anos (13%), sexo feminino de 15 a 25 anos (6%), sexo masculino de 25 a 40 anos (30%), sexo feminino de 25 a 40 anos (15%), sexo masculino de 40 a 65 anos (11%), sexo feminino de 40 a 65 anos (7%), sexo masculino acima de 65 anos (1%) e sexo feminino acima de 65 anos (1%). Sexo masculino sem informação: 1%. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincresismigra/>. Acesso em: 16/08/2022. Da comparação entre ambos os dados conclui-se que, frente ao Brasil, São Bernardo do Campo tem um maior equilíbrio numérico entre os sexos para pessoas nascidas na Síria com RNM (tanto em geral como na maioria das faixas etárias).

²⁶ A base de dados disponibiliza ainda informações sobre a ocupação atual dos/as migrantes, sendo que os maiores números estão sob as categorias “sem ocupação” (50), “sem informação” (40), “prendas domésticas (lides do lar)” (31), “estudante” (30) e “outra ocupação não classificada” (24).

²⁷ Das 144 pessoas que estão amparadas pelo direito à reunião familiar, 65 o estão com base no artigo 75 II da lei 6815/80 e/ou na resolução normativa 108/14, 77 com base no artigo 37 da lei 13.445/17, 1 amparada pela Portaria do Ministério da Justiça 606/91 e 1 pela Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE. Há também 33 pessoas amparadas pelo artigo 30, II, letra e lei 13.445/17 (autorização de residência ao residente transfronteiriço ou ao visitante que seja beneficiário de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida), 5 pessoas amparadas pelo artigo 75, II, lei 6815/80 e parecer 218/85- CJ/MJ (proibição de expulsão por ter cônjuge ou filho brasileiro), 1 pessoa com visto por vínculo empregatício (Resolução Normativa 80/08), 1 pessoa com permanência definitiva (Resolução Normativa 10/03 –

Voltando às estruturas de acolhimento em São Bernardo do Campo, temos que, além das instituições islâmicas, existem outras que atuam com migrantes e que figuram na trajetória dos/as interlocutores/as da pesquisa, como o curso de português para refugiados/as e migrantes no qual trabalhei como voluntária em 2020 e em 2021 e instituições religiosas cristãs. Uma delas oferece cursos de português destinados ao público migrante enquanto a outra, além de gerenciar doações de roupas e ministrar um curso de português, oferece também orientação jurídica.

Com relação aos serviços municipais, cumpre dizer que procurei projetos ou secretarias que trabalhassem com o público migrante, mas não encontrei, sendo que a Secretaria de Relações Internacionais, colocada por Borba e Moreira (2016) como responsável pela população refugiada no município, foi extinta pela gestão de Orlando Morando (PSDB) (2016-2020)²⁸ sob a justificativa de corte de gastos²⁹.

Ao longo da pesquisa de campo, que se desenvolveu de forma intermitente entre os anos de 2018 e 2022, a resposta que obtive de alguns/algumas funcionários/as dos serviços municipais ao indagar sobre a existência de políticas públicas específicas aos/as migrantes foi que estes/as podem se beneficiar dos serviços oferecidos pela prefeitura à toda a população do município; contudo, devo mencionar que uma funcionária do departamento de assistência social afirmou com surpresa que os/as sírios/as não procuram muito este serviço. Outra resposta que recebi foi a de que o setor de educação, por exemplo, foi orientado para lidar com o público migrante, tendo como uma de suas iniciativas atenção ao cardápio frente às restrições culturais e religiosas à alimentação (o islã, por exemplo, veta o consumo de produtos suínos). Além disso, orienta-se, quando possível em função da idade e série às quais pertencem, reunir jovens que provêm de cultura semelhante ou que compartilham a língua materna em uma mesma turma para que possam se apoiar mutuamente.

Em relação aos serviços municipais (ou a falta deles), cabe destacar os resultados obtidos pelo IBGE no que tange aos instrumentos de gestão migratória no ano de 2018 (IBGE, 2019)³⁰: dos seis aspectos analisados - mecanismo de cooperação entre município e demais

CONARE) e 2 solicitantes de refúgio com Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM) (artigo 2, Decreto 9.227/18).

²⁸ Em 2020, Orlando Morando foi reeleito e permanece como prefeito de São Bernardo do Campo até 2024.

²⁹ Cf. *Orlando Morando diz que vai reduzir número de secretarias*, por: Érika Motoda, Thaís Souza, Alexandre Leoratti. Disponível em: <http://www.metodista.br/rroonline/noticias/politica/2016/orlando-morando-diz-que-vai-reduzir-numero-de-secretarias>. Acesso em: 14/11/2022. *Prefeitura de SBC irá extinguir secretarias e reduzir comissionados*. Disponível em: <http://www.folhadoabc.com.br/index.php/secoes/politi/item/9842-prefeitura-de-s-bernardo-ira-extinguir-secretarias-e-reduzir-comissionados>. Acesso em: 14/11/2022.

³⁰ Na versão seguinte do documento (IBGE, 2020), sobre o ano de 2019, não há uma seção específica sobre serviços para a população migrante.

entes da federação no que concerne políticas para a população imigrante e refugiada, relação entre prefeitura e associação ou coletivo de imigrantes/ pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário, oferta permanente de curso de português para essas populações, abrigo para acolhimento delas, Centros de Referência e Apoio a imigrantes/pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário, atendimento multilíngue nos serviços públicos (inclusive em protocolos e formulários) e formação e capacitação continuada interdisciplinar para atendimento a imigrantes/ pessoas em situação de refúgio ou asilo humanitário -, São Bernardo do Campo não possui nenhum. A cidade não está, contudo, sozinha neste movimento, sendo que, naquele mesmo ano, das 3.876 cidades que tinham migrantes e/ou refugiados/as como moradores/as, apenas 215 ofereciam algum serviço específico para esta população.

A pesquisa de campo a partir de São Bernardo do Campo

Dentro deste cenário institucional de acolhimento a deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo, minha entrada em campo se deu a partir de instituições islâmicas na cidade: sabendo de sua atuação junto a esses/as migrantes por meio de informações que colhi durante o período de pré-campo (2017)³¹ e também da leitura do artigo de Borba e Moreira (2016), decidi iniciar a pesquisa nesses espaços, esperando não apenas obter aí apoio no acesso a deslocados/as pelo conflito sírio que pudessem contribuir com a pesquisa, como também aprofundar minha compreensão do contexto no qual estes/as migrantes se inserem.

Na primeira visita que fiz a uma dessas instituições fui recebida por um *cheikh*³² que inicialmente afirmou não ser possível me ajudar no contato com refugiados/as sírios/as (à época eu ainda usava este termo, sendo que na próxima seção explico porque abandonei esta categoria) por três motivos: (a) os/as refugiados/as não gostam de dar entrevistas, pois não dominam plenamente o português e, portanto, têm medo de serem mal interpretados/as; (b) trata-se de uma população vulnerável em função do cenário político sírio e (c) não era só eu chegar lá na instituição que eu ia encontrar pessoas para conversar comigo, esse processo demandaria tempo.

Na ocasião expliquei ao *cheikh* que eu estava ciente destes elementos e que o desenho de minha pesquisa os levava em consideração, sendo que ela seria de longa duração (no projeto

³¹ Neste momento, conversei com deslocados/as pelo conflito sírio que moram em várias cidades brasileiras, bem como com algumas pessoas que trabalharam no acolhimento a esta população também em diferentes cidades.

³² *Cheikh* é a pessoa que, por ter adquirido um conhecimento profundo sobre o islã, ocupa posição de liderança em uma comunidade muçulmana (FERREIRA, 2007, p. 171).

propus um total de dez meses de pesquisa de campo), além de anonimizar os/as participantes. Ademais, comentei que estava estudando a língua árabe para facilitar a comunicação com os/as possíveis interlocutores/as. A partir de então, o *cheikh* se mostrou mais receptivo à minha pesquisa e passou a me ajudar com os primeiros contatos com deslocados/as pelo conflito sírio na cidade. Nesse primeiro momento, contei igualmente com a ajuda de outros *cheikhs* para conhecer possíveis interlocutores/as para a pesquisa.

Importa ressaltar aqui que, apesar de dois *cheikhs* terem aconselhado que eu focasse a pesquisa nas interações com mulheres, isso não foi possível tanto porque não fui autorizada a acompanhar o curso de português oferecido por uma instituição islâmica da cidade, local frequentando, segundo um *cheikh*, por muitas mulheres sírias³³, quanto porque os *cheikhs* me apresentaram apenas a homens: era principalmente deles que os *cheikhs* se lembravam quando pensavam em pessoas para contribuir com a minha pesquisa. Além disso, de acordo com um *cheikh*, os/as sírios/as frequentam a mesquita com mais regularidade às sextas-feiras, por ocasião da *salat al-jumma* (oração da sexta-feira), sendo que, neste momento, a presença do homem muçulmano é obrigatória, enquanto que às mulheres é facultativa, sendo que há entre alguns *cheikhs* a ideia de que, para elas, o mais recomendado é orar em casa, já que, por conta das tarefas domésticas e do cuidado com os/as filhos/as, fica mais difícil estarem presentes na mesquita.

Assim, os/as primeiros/as interlocutores/as que conheci foram majoritariamente homens muçulmanos³⁴. A partir de indicações daqueles/as primeiros/as interlocutores/as ou do meu convívio com eles/as e também do recurso a outras instituições na cidade que trabalham com migrantes, como o curso de português no qual atuei como professora voluntária em 2020 e 2021, fui conhecendo os/as outros/as sujeitos da pesquisa e diversificando o perfil dos/as interlocutores/as – a pesquisa abarcou pessoas de diferentes faixas etárias (faixa dos 20 à faixa dos 40 anos), que estavam no Brasil há mais de cinco anos ou há poucos meses, homens e mulheres, muçulmanos/as, um cristão e pessoas não religiosas, solteiros/as e casados/as, sírios/as e palestinos/as nascidos/as na Síria, interlocutor que atuava como empresário na Síria, um outro cujo pai era advogado e uma cujo pai era funcionário em um pequeno comércio

³³ Não fui autorizada a acompanhar este curso pelas próprias alunas, que foram consultadas acerca desta possibilidade pela professora do curso, a qual, é preciso dizer, não foi receptiva à minha pesquisa e nem se interessou em ouvir minhas explicações sobre ela. Segundo a professora, as alunas não demonstraram interesse em participar da minha pesquisa; quando perguntei a ela se eu não poderia explicar para as alunas o que é a minha pesquisa como uma forma de verificar se assim elas se sentiriam mais à vontade para participar, a professora disse que não e justificou que as alunas são todas da elite e que sabem o que é pesquisa em antropologia, sendo que uma delas inclusive já havia participado de uma, tendo afirmado que a experiência foi muito desgastante para ela.

³⁴ Conforme expliquei abaixo, por conta da pandemia, não foi possível obter dados sobre a comunidade sectária de alguns/algumas interlocutores/as. Dos que obtive esse tipo de dado, são todos/as sunitas.

familiar, pessoas originárias de Damasco, de cidades menores em seu entorno, de Aleppo, de Homs e pessoas que moravam há anos no exterior -, mesmo que a predominância de homens muçulmanos tenha se mantido. Cabe pontuar em relação à religião que os/as interlocutores/as que são muçulmanos/as (informação detalhada na tabela do apêndice A) entretêm relações diversas com o islã, sendo que no capítulo 4 mostro como, no caso de jovens muçulmanos/as não casados/as, a religiosidade influencia a esfera dos arranjos matrimoniais e demais relações afetivas e/ou sexuais.

Ainda sobre o perfil dos/as interlocutores/as, é preciso dizer que, como as edições do curso de português nas quais participei ocorreram durante a pandemia do novo coronavírus, as aulas foram todas *online*. Se no primeiro ano (2020), os/as alunos/as eram pessoas que moravam em São Bernardo do Campo ou em cidades próximas, haja vista que a inscrição foi feita antes da pandemia e o curso seria presencial, em 2021 tivemos alunos/as que moram em cidades mais distantes e até em outros estados, já que o curso foi pensado e divulgado como sendo 100% *online*. Nesse sentido, parte dos/as alunos/as que aceitaram contribuir com a presente pesquisa não moram em São Bernardo do Campo, fato que levou-me a expandir o cenário do meu estudo: se antes o foco era a cidade de São Bernardo do Campo, agora este município seria o ponto de partida da pesquisa, o que significa que as interlocuções não mais ficaram restritas ao espaço geográfico de São Bernardo, mas passaram a incluir pessoas que conheci a partir de meu trânsito pela cidade e suas instituições, bem como por meio das redes de relações de interlocutores/as.

Tal expansão do escopo da pesquisa é, portanto, um reflexo direto não apenas do contexto em que ela foi desenvolvida (pandemia de COVID-19, durante a qual o contato presencial não era recomendado), como também das dinâmicas das interações em meio digital, as quais criam novas possibilidades para a conexão entre pessoas distantes geograficamente, viabilizando, por exemplo, que migrantes que moram em lugares com pouca oferta de cursos de português para estrangeiros (IBGE, 2019) acessem os recursos disponíveis em outras localidades³⁵.

No entanto, nem sempre as possibilidades abertas pelas interações em meio digital de fato levam a uma ampla conexão entre pessoas separadas geograficamente: um outro efeito da pandemia de COVID-19 na presente pesquisa foi a dificuldade de manter a interlocução no contexto do distanciamento social. Como dito anteriormente, a pesquisa de campo se iniciou

³⁵ Obviamente, a passagem destes serviços para o modo remoto também permitiu a migrantes de São Bernardo do Campo buscar cursos de português em outras cidades, sendo que um casal de interlocutores que mora na cidade, visando garantir o aceite do certificado junto à Polícia Federal, se matriculou em três cursos de português no período de um ano, um dos quais era sediado em Brasília.

em 2018, sendo que neste ano e no seguinte passei períodos entre um e dois meses em São Bernardo do Campo. Nestes momentos fui construindo, como a ajuda dos *cheikhs* das instituições islâmicas e de membros de outras instituições que acolhem refugiados/as, minha rede de interlocutores/as na cidade: como era o início da pesquisa e como passei períodos curtos na cidade, as interações com estes/as se deram mais sob a forma de conversas informais, sobretudo nos locais de trabalho dos interlocutores homens e nas casas das interlocutoras mulheres (mesmo que parte delas trabalhasse fora de casa). Nesses primeiros contatos com os/as interlocutores/as, o tema das conversas foi a trajetória migratória deles/as – como foi a decisão de deixar a Síria, os lugares pelos quais passaram antes de chegar ao Brasil, a escolha deste país como destino, com quem migraram, entre outras questões –, sendo que outros temas surgiram em paralelo, como as dificuldades enfrentadas no Brasil e as diferenças entre este e a Síria.

Tanto aqui como ao longo de toda a pesquisa de campo, a comunicação com os/as interlocutores/as se deu majoritariamente em português, sendo poucos os momentos em que recorremos ao inglês ou que eu mobilizei o meu pequeno conhecimento da língua árabe (as exceções estão no casal Samer[1] e Aisha[2]³⁶, que conheci no ano em que chegaram ao Brasil, e em Jamal[3], com os/as quais me comuniquei quase que inteiramente em inglês, idioma que eles/as estão habituados a empregar por terem viajado para e morado no exterior anteriormente); da parte dos/as interlocutores/as, o uso da língua árabe comigo também aconteceu poucas vezes, apenas com “modos de chamar correntes” (*habibi/ habibti*)³⁷ ou quando eles/as não sabiam uma palavra em português e, nesses casos, ou buscávamos em aplicativos de tradução ou eu compreendia pelo contexto o que queriam dizer (a exceção aqui é dada por Farid[4] e sua família, que dependiam mais do uso de aplicativos de tradução para se comunicar comigo).

Assim, a maior parte das pessoas que contribuíram com esta pesquisa tem um bom nível de português, sendo que aprenderam a língua majoritariamente por meio da interação com *brasileiros/as* e/ou com produtos culturais nativos, como músicas. Alguns deles/as participaram do curso de português onde trabalhei como voluntária, nos anos em que participei (2020 e 2021) ou em edições anteriores, principalmente com o intuito de obter certificado reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), necessário para o deferimento do pedido de naturalização.

³⁶ Todos/as os/as interlocutores/as aparecem identificados/as por números que remetem à uma tabela que detalha o perfil de cada um/a deles/as de acordo com idade, religião, cidade de moradia e tempo de permanência no Brasil. A tabela se encontra no apêndice A da tese.

³⁷ Meu querido/ minha querida.

A informação sobre o nível de português dos/as interlocutores/as é importante porque a capacidade de se comunicar plenamente em português não é generalizada entre os/as deslocados/as pelo conflito sírio, sendo que os/as interlocutores/as da pesquisa costumam ser, dentro de suas famílias, as pessoas que têm maior domínio deste idioma.

Em 2020, mudei-me para São Bernardo do Campo com o intuito de permanecer na cidade durante dez meses para fazer a pesquisa de campo. Logo após minha instalação dei início à pesquisa de campo, retomando o contato com a maioria das pessoas que já participavam da pesquisa (eram nove ao total e só não consegui contato com duas) e participando mais ativamente de seus cotidianos em suas casas, locais de trabalho, momentos de lazer e/ou na resolução de questões práticas de suas vidas no Brasil (exemplo: documentação). Além disso, por meio destes momentos e também ao frequentar espaços (como as instituições islâmicas e restaurantes árabes) por onde circulam deslocados/as pelo conflito sírio na cidade, expandi minha rede de interlocutores/as.

No entanto, em março de 2020, tive de suspender a pesquisa de campo presencial em um contexto marcado não só pela crise sanitária da COVID-19, mas por muita incerteza na vida de todos/as: não sabíamos quanto tempo ia durar a pandemia, se teríamos *lockdown*, se haveria auxílio emergencial, se os/as migrantes poderiam recebê-lo, se nossas fontes de renda se manteriam, entre outras coisas. Suspensa a pesquisa de campo presencial, passei a fazer um uso mais sistemático (porque já estava presente anteriormente) das redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) e de aplicativos de mensagens (*WhatsApp*) na interação com os/as interlocutores/as, valendo-me principalmente da troca de mensagens (texto, foto e áudio).

Continuar a conduzir a pesquisa de campo neste momento, agora em meio digital, foi um desafio e ao longo do caminho vários obstáculos se apresentaram: apesar de grande parte dos/as interlocutores/as ter ficado em casa nos primeiros meses da pandemia, o contato nem sempre foi fácil: parte dos/as interlocutores/as não respondiam às mensagens e às ligações ou o faziam raramente; a mudança do meio em que as interações ocorriam, do presencial para o digital, também trouxe desafios suplementares no que concerne à comunicação, dado que mensagens de texto dependem da linguagem escrita em português (já que meu nível de árabe ainda não permite a comunicação no idioma) e que estas e as mensagens e chamadas de voz contam com menos elementos que auxiliam a compreensão em comparação com as interações presenciais, como a expressão facial, o tom da voz ou formas sutis de pedir para que a pessoa esclareça o que quis dizer. Para além disso, tive dificuldade de encontrar técnicas de pesquisa que funcionassem bem em meio digital dentro do contexto em que estudo - embora a literatura sobre pesquisa em contextos digitais aponte proximidades entre o campo presencial e o digital,

também reconhece que as técnicas de pesquisa são relativamente diferentes nesses dois contextos (HINE, 2015; MILLER; SLATER, 2004).

Ademais, no caso específico da presente pesquisa é preciso notar que a pesquisadora e parte dos/as interlocutores/as tinham (ou desenvolveram) visões e vivências distintas em relação à pandemia, sendo que ao longo do tempo foi ficando cada vez mais difícil sustentar perante estes/as a condução da pesquisa em meio digital.

Esses fatores em conjunto (e possivelmente outros mais) foram configurando um cenário em que as relações com parte significativa dos/as interlocutores/as foram se esgarçando, sendo que alguns/algumas deles/as pararam completamente de responder minhas tentativas de contato em meio digital em meados de 2021 ou em um momento posterior. Para algumas pessoas, esse rompimento se deu no contexto em que propus realizarmos uma entrevista *online*: parte delas recusaram a entrevista e romperam a comunicação logo depois, outras aceitaram conceder entrevista, mas depois interromperam a comunicação.

Apesar destas dificuldades, consegui estabelecer interlocução de forma mais fluída e significativa com parte dos/as interlocutores/as com os/as quais já tinha maior proximidade³⁸, sendo que pude fazer entrevistas semiestruturadas ou conversas informais por chamada de vídeo com eles/as; com estes/as e com outros/as interlocutores/as também foi possível criar copresença (HINE, 2015) ou formas de “estar lá” (GEERTZ, 2005) durante o distanciamento social também através do auxílio que prestei, sobretudo a mulheres, em procedimentos burocráticos, como solicitação de documentos *online*, e na busca por fontes de renda e meios de subsistência durante a pandemia, como a solicitação do auxílio emergencial, doações e trabalho remoto (desenvolvo mais esta questão no capítulo dois). Com um abrandamento da pandemia e com a flexibilização do distanciamento social foi possível também fazer visitas pontuais aos/às interlocutores/as que assim o desejaram, porém elas não foram suficientes para mudar significativamente a situação da comunicação em meio digital.

Consequentemente, a relação que estabeleci com os 22³⁹ interlocutores/as da pesquisa é bastante variada em termos de duração, frequência e profundidade, o que se reflete nos dados apresentados na tese. Com algumas pessoas⁴⁰ só consegui me encontrar ou conversar poucas vezes, por conta da pandemia e/ou porque eu não tinha o número de telefone, endereço ou e-

³⁸ Como Jalila[5], Samia[6], Layla [7] e Said[8].

³⁹ Neste número estão inclusos/as apenas deslocados/as pelo conflito sírio, mas ao longo da tese aparecem também outras pessoas que contribuíram com a pesquisa, como funcionários das instituições islâmicas e uma brasileira que mora na Síria.

⁴⁰ Como Rashid[9], Jamal, Faisal[10] e Zayn[11].

mail da pessoa. Com boa parte dos/as alunos/as do curso de português⁴¹ que se tornaram interlocutores/as da pesquisa também não foi possível desenvolver um contato mais amplo, já que os/as abordei, durante a pandemia, com a proposta de conversarem comigo para a minha pesquisa. Uma vez a conversa realizada, foi difícil manter o contato e aprofundar a relação durante o distanciamento social, ainda mais considerando que a maioria deles/as não estava na minha turma.

Com Samer e Aisha, alunos/as do curso, pude desenvolver uma relação mais próxima e até visitá-los algumas vezes em sua casa; com o prolongamento da pandemia e o fim do curso, porém, a relação acabou por ficar mais distante. Com alguns interlocutores (homens) em São Bernardo do Campo⁴², a relação flutuou ao longo do tempo, havendo períodos em que nos encontramos e conversamos muito e outros marcados por um maior afastamento por parte deles. Essa flutuação se deu tanto em função da pandemia quanto por divergências pessoais (de opiniões ou expectativas) entre nós. Já com algumas interlocutoras (mulheres) jovens⁴³, por estarmos em uma faixa de idade próxima e por termos interesses em comum, estabeleci uma relação próxima ao longo de todo o período da pesquisa de campo, podendo acompanhar com mais qualidade e constância seus cotidianos. Com duas delas – Layla[7] e Samia[6] -, assim como com Aziz[19], realizei entrevistas semiestruturadas; junto a estes/as e aos/às outros/as interlocutores/as realizei observação participante e conversas informais.

Sendo assim, obtive um conjunto de dados mais amplo e completo de interlocutores/as com quem pude estabelecer uma relação mais prolongada e profunda, o que implica no fato de que eles/as aparecem com mais frequência nas páginas que seguem (os/as interlocutores/as serão identificados/as sempre por meio de nomes fictícios⁴⁴). Disso também decorre o fato de que, para alguns/algumas interlocutores/as, não foi possível traçar um perfil detalhado (religião/comunidade sectária, faixa de idade, cidade de origem, classe social de origem, entre outros): como só pude encontrar algumas pessoas uma ou duas vezes e como outras deixaram de me responder ao longo da pandemia, nem sempre consegui obter todos esses dados (na tabela do apêndice A indico quais as informações não consegui obter para cada interlocutor/a).

O desenvolvimento da pesquisa de campo durante a pandemia também não contribuiu para que eu pudesse desenvolver uma interlocução ampla com os/as parentes dos/as interlocutores/as (todos/as eles/as têm ao menos um/a parente no Brasil): com o distanciamento

⁴¹ Como Hayat[14], Hakim[15], Naim[16] e o casal Adnan[12] e Fátima[13].

⁴² Caso de Omar[17], Kalil[18], Farid, Aziz[19] e Said.

⁴³ A saber: Layla, Samia e Jalila.

⁴⁴ Como forma suplementar de garantir o anonimato quando abordo temas sensíveis, opto por não empregar nome algum, utilizando apenas expressões como “um/a interlocutor/a” ou “uma pessoa”.

social, o contato com as pessoas que já contribuía com a pesquisa estava dificultado e, quando possível, havia se tornado mais individualizado, porque feito por meio de mensagens de *WhatsApp* e algumas vezes chamadas de vídeo ou voz. No contexto da pesquisa de campo presencial também foram raros os momentos em que pude conviver com parentes dos/as interlocutores/as⁴⁵, seja porque algumas pessoas (especialmente homens) eu encontrava em seus locais de trabalho ou em espaços públicos, seja porque os/as parentes não tinham interesse em conversar comigo ou porque, não tendo um amplo domínio do português, as interações acabavam se centrando no/a parente que melhor domina o idioma. Apenas no caso de uma família grande que mora em São Bernardo do Campo (são vários/as irmãos/as com seus/suas esposos/as e filhos/as) e dos casais Samer e Aisha e Adnan[12] e Fátima[13], mais de uma pessoa da família contribuiu diretamente com a pesquisa.

Cumpru destacar também que ao longo do tempo fui descobrindo diversas conexões entre os/as interlocutores/as, sobretudo os/as que moram em São Bernardo do Campo: se apenas dois se conheciam antes da migração, outros/as se encontraram no Brasil, estabelecendo relações de amizade, de clientela, empregatícia, coleguismo no curso de português e relativas a arranjos de casamento. Quanto aos/as demais interlocutores/as, a grande maioria tem em suas redes deslocados/as pelo conflito sírio com quem não são relacionados/as por parentesco. No entanto, como abordo nesta tese, a experiência dos/as interlocutores/as é marcada por expressões do sentimento de solidão, sendo que muitos/as não tinham pessoas para quem perguntar certas questões práticas da vida no Brasil ou fatos da realidade nacional ou ainda sobre atitudes que eles atribuem aos/as *brasileiros/as* (como a preferência de mulheres jovens pelo namoro em detrimento do casamento), para treinar o português ou para a sociabilidade, sendo importante destacar neste momento que parte dos/as interlocutores/as encontrou em mim a possibilidade de obter essas coisas das quais sentiam falta. Nesse sentido, minha inserção em campo se intersecciona de forma íntima com o tema desta investigação e, portanto, minha relação com os/as interlocutores/as será alvo de reflexão em alguns momentos do texto.

Algumas categorias empregadas na tese

A partir da pesquisa de campo, foi preciso alterar a forma pela qual me refiro aos sujeitos desta pesquisa, dado que muitos/as interlocutores/as não se reconhecem na ou se sentem contemplados pela categoria “refugiado/a sírio/a” e isso não apenas em função dos diferentes

⁴⁵ Esses momentos se deram com Samer e Aisha, Farid, Jalila e Layla.

status migratórios que possuem, os quais vão além de “solicitante de refúgio” e “refugiado/a”, mas principalmente porque parte importante dos/as interlocutores/as (7 de 22) se identificou em algum momento da pesquisa como sírio/a-palestino/a ou apenas como palestino/a, sendo que alguns/algumas recusaram o adjetivo “sírio/a” em referência a si mesmos/as.

A presença significativa de palestinos/as na Síria se dá a partir da criação do Estado de Israel, em 1948, e das subsequentes políticas impostas neste, as quais provocaram grandes diásporas da população da Palestina, sobretudo para os países da região, dentre os quais se destacam o Líbano, a Jordânia, a Síria e o Kuwait (JARDIM, 2000). Para administrar este fluxo, foi criado no ano seguinte (1949) a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (mais conhecida como UNRWA, abreviação do nome em inglês), a qual, no entanto, não tem um mandato para proteger os/as refugiados/as palestinos/as (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010, p. 284), os/as quais são definidos/as como “... ‘pessoas cujo local de residência era a Palestina durante o período de primeiro de junho de 1946 a 15 de maio de 1948 e que perderam tanto casa quanto os meios de subsistência como resultado do conflito de 1948’” (tradução minha), conforme consta no site da UNRWA⁴⁶. Ainda de acordo com a instituição, os/as descendentes dos homens refugiados palestinos também podem ser registrados/as como tais.

Segundo Jubilut e Apolinário (2010, p. 284), o fato da UNRWA não ter um mandato para proteger os/as refugiados/as palestinos/as significa que esta responsabilidade foi atribuída aos países receptores; verifica-se, portanto, uma grande variabilidade no tratamento que estes/as refugiados/as recebem em países da região, sendo que, dentre os acima mencionados (Síria, Líbano, Jordânia e Kuwait), a Síria se destaca por conceder a eles/as praticamente os mesmos direitos dos/as nacionais, salvo o direito ao voto e à nacionalidade (AL-HARDAN, 2012), o que contrasta com a proteção precária que encontraram em países como Líbano e Jordânia (TUCKER, 2018; IRFAN, 2017; AL-HARDAN, 2012)⁴⁷.

Contudo, com o surgimento do conflito sírio em 2011, a situação do meio milhão de refugiados/as palestinos/as no país mudou consideravelmente, levando cerca de 120.000 deles/as a emigrar, conforme estimativas da UNRWA⁴⁸. No entanto, os/as refugiados/as palestinos/as oriundos/as da Síria vêm enfrentando uma série de entraves à mobilidade e à

⁴⁶ UNRWA. Disponível em: <https://www.unrwa.org/who-we-are>. Acesso em: 18 set. 2020.

⁴⁷ Importa registrar que um interlocutor de origem palestina, embora reconheça que a situação destes/as é melhor na Síria do que no Líbano, por exemplo, destacou que a igualdade de direitos acima mencionada é uma falácia já que os/as palestinos/as não têm documentos nacionais; além disso relatou várias situações na Síria em que foi discriminado por ser refugiado (palestino).

⁴⁸ Dado disponível em: <https://www.unrwa.org/where-we-work/syria>. Acesso em: 03 set. 2020.

regularização migratória, não apenas em países da região⁴⁹, mas também na Europa, como mostra a literatura (TUCKER, 2018; IRFAN, 2017) e a mídia⁵⁰, o que pode ter contribuído para a significativa presença de palestinos/as entre os/as interlocutores/as da presente pesquisa (conforme veremos no capítulo um, uma interlocutora de origem palestina destacou que o Brasil era um dos únicos países a receber palestinos/as deslocados/as pelo conflito sírio).

De acordo com a literatura (TUCKER, 2018; IRFAN, 2017; HAMID, 2012), a situação particular das migrações palestinas tem relação com a delicada situação geopolítica da Palestina, com os *status* diferenciais que os diversos países do globo atribuem à ela e aos/as nacionais e descendentes e com o fato de os/as refugiados/as palestinos/as estarem sob o mandato da UNRWA e não do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), órgão que foi criado posteriormente, em dezembro de 1950, com vistas a endereçar o problema das “...violações de direitos de civis ocasionadas por conflitos entre Estados nacionais, ou diretamente impetradas por Estados nacionais a seus próprios cidadãos” (JARDIM, 2016, p. 256).

Conclui-se, portanto, que usar o adjetivo de nacionalidade “sírio/a” para caracterizar os/as interlocutores/as de minha pesquisa não faz sentido, não apenas porque ao fazê-lo eu estaria apagando a diversidade e as diferenças presentes entre os sujeitos da pesquisa, mas também porque a palestinidade influencia as (i)mobilidades de parte deles/as e também porque ela é uma questão muito significativa para alguns/algumas sírios/as-palestinos/as com quem convivi, seja porque marca a história da família, seja porque o/a próprio/a interlocutor/a em questão têm uma conexão pessoal com a causa palestina⁵¹.

Da mesma forma, os dados de campo apontam para uma grande diversidade com relação ao *status* migratório dos/as interlocutores/as: solicitante de refúgio, refugiado/a reconhecido/a, residente permanente, brasileiro/a naturalizado/a... *Status* que também varia para uma mesma pessoa, conforme o tempo, os eventos da vida do/a migrante (como o nascimento de um/a filho/a em solo brasileiro) e o andamento dos procedimentos burocráticos e legais. Nesse sentido, o emprego das categorias “refugiado/a” e “solicitante de refúgio” se mostrou

⁴⁹ No site da UNRWA (ver nota 48) encontra-se a informação de que a Jordânia e o Líbano fecharam as portas aos/as refugiados/as palestinos/as oriundos/as da Síria.

⁵⁰ Alguns exemplos: *Forgotten and without a future: Syria's Palestinian refugees*, no site do Middle East Eye em 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/opinion/forgotten-and-without-future-syrias-palestinian-refugees>. Acesso em: 24 set. 2020; *The dilemma of Palestinian refugees in Germany*, no site do Infoimigrants em 16 de março de 2017. Disponível em: <https://www.infomigrants.net/en/post/2346/the-dilemma-of-palestinian-refugees-in-germany>. Acesso em: 24 set. 2020.

⁵¹ Trata-se da luta contra a ocupação israelense do território palestino e da demanda por um Estado independente para a Palestina, tendo Jerusalém como a sua capital. Para um debate mais amplo sobre o tema, ver o capítulo dois da tese de Jardim (2000).

insuficiente para dar conta da realidade encontrada em campo. Ao mesmo tempo, usar o termo migrantes para denominar os/as interlocutores/as ocultaria as diferenças entre o refúgio e outros movimentos migratórios (JUBILUT; APOLINÁRIO, 2010).

Tendo todos estes aspectos em mente e inspirada pela normativa do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) (BRASIL, 2013) que estendeu aos/às deslocados/as pelo conflito sírio, palestinos/as e curdos/as inclusos/as, o visto humanitário criado para dar conta do fluxo de haitianos para o Brasil (MACHADO, 2020, p. 4), optei por empregar o termo “deslocados/as pelo conflito sírio” para denominar os sujeitos desta pesquisa, pois ele permite simultaneamente abarcar a multiplicidade encontrada em campo e precisar o fluxo migratório a partir do qual falo.

Deve-se dizer, contudo, que a categoria “deslocados/as pelo conflito sírio” não é empregada pelos/as interlocutores/as da pesquisa, os/as quais privilegiam “sírio/a”, “palestino/a”, “sírio/a-palestino/a” ou “árabe”. As três primeiras são mobilizadas sobretudo quando falam sobre suas trajetórias migratórias, enquanto que a última tende a ser privilegiada em todos os outros discursos, particularmente quando está em jogo a ideia de uma semelhança cultural que ultrapassa as fronteiras nacionais, mas que os/as diferencia dos *brasileiros/as*, como também vemos nos trabalhos de Jardim (2000, 2009) e Peters (2006) com palestinos/as no sul do Brasil. Em minha própria pesquisa de campo, a categoria “árabe” foi acionada tanto para fazer referência a populações de países árabes, como Síria, Líbano, Jordânia e Palestina, quanto às pessoas vivendo, por vezes há muito tempo, na diáspora, como os/as *libaneses/as* que migraram para São Bernardo do Campo no século passado e seus/suas descendentes.

Trata-se de uma categoria fluida que ora engloba todas essas populações, suprimindo as diferenças entre elas, ora é empregada para designar apenas umas em detrimento de outras. Como exemplo do primeiro momento, cito a fala de um interlocutor quando me apresentou a seu melhor amigo (um brasileiro de origem libanesa): “*ele também* [isto é, como o interlocutor] *é árabe, mas é brasileiro, nasceu aqui*” (Diário de campo, 21/01/2019).

Para ilustrar o uso restritivo da categoria nativa “árabe”, é preciso retomar a conversa que tive com um outro interlocutor sobre a diferença entre o custo de vida na Síria e no Brasil: o interlocutor falava que o custo de vida no primeiro é bem mais baixo do que no segundo, explicando-me que lá tudo é mais barato, pois uma família de quatro pessoas que ganha o equivalente a R\$1.000,00 ou R\$1.200,00 vive bem, enquanto que, no Brasil, este valor não dá para muita coisa, já que o interlocutor sabe de outros/as refugiados/as que estão desempregados/as ou ganham mal (nesta faixa de valor) e enfrentam uma situação financeira difícil.

Concordando com ele, comentei de um concurso para professor/a que havia visto naquela época (meados de 2018) cujo salário era de cerca de R\$1.900,00 para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais e adicionei que, de fato, mesmo para quem trabalha, é difícil se sustentar, porque o salário é baixo em comparação com o custo de vida. A isso o interlocutor respondeu afirmando que para os/as *brasileiros/as* é mais fácil, dado que ambos os cônjuges trabalham, sendo que para os/as estrangeiros/as, *árabes*, adicionou, é só o homem, e então a família toda tem de se sustentar com apenas R\$1.000,00 e isso em um país em que o custo de vida é muito alto. Justificando o porquê de as mulheres *árabes* não trabalharem, disse que é porque elas têm quatro filhos e ainda tem a questão do *hijab*⁵² – “*se o empregador vê na foto do currículo uma mulher de hijab, já deixa para depois, não chama*” (Diário de campo, 24/07/2018). Perguntei se isso acontecia mesmo nos comércios dos/as *libaneses/as* na cidade e ele apenas disse que as *libanesas* não usam *hijab*, passando então a contar a história de uma amiga que havia sido demitida quando passou a usar lenço, conforme recomendação religiosa no islã.

Há, portanto, não apenas diferentes usos da categoria “*árabe*” no contexto em que faço pesquisa, uns mais amplos e outros mais restritivos, mas também percepções de diferenças entre aqueles/as que por vezes são reunidos/as sob esta mesma categoria. Nesse sentido, “*libanês/libanesa*” aparece como uma outra categoria importante no vocabulário dos/as interlocutores/as da pesquisa, sendo que ela é mobilizada pelos/as interlocutores/as para falar dos/as migrantes que vivem em São Bernardo do Campo (ou outra cidade brasileira) desde o século passado e de seus/suas descendentes. Como vimos, existem momentos em que as diferenças entre os/as interlocutores/as (deslocados pelo conflito sírio) e os/as *libaneses/as* são destacadas ou apagadas, a depender do que se deseja colocar em evidência (semelhanças culturais/ religiosas ou diferenças socioeconômicas, por exemplo).

Essa informação é importante na medida em que a categoria “*árabe*”⁵³ também é acionada pelos/as brasileiros/as que não descendem das diásporas médio-orientais, os/as quais parecem não reconhecer a existência de diferenças internas àquela categoria, a qual é ainda sobreposta à de muçulmano/a, como se todos/as os/as muçulmanos/as fossem árabes e vice-versa. Nesse sentido, as diferenças que existem entre estas categorias são apagadas e os termos

⁵² *Hijab* é um termo que denomina as vestimentas recomendadas pelo islã. No entanto, costuma ser empregado, como é o caso aqui, para se referir especificamente ao lenço usado por mulheres muçulmanas para cobrir os cabelos e o pescoço. O uso deste lenço é uma obrigação religiosa, embora existam mulheres que optem por não usá-lo (FERREIRA, 2007).

⁵³ Não uso itálico para assinalar que se trata de um uso brasileiro da categoria “*árabe*”, diferenciando-o do emprego da mesma categoria por parte dos/as interlocutores/as da pesquisa.

se tornam intercambiáveis, algo também presente no atual contexto europeu (MOORE, 2000, p. 34).

Vale salientar que esse “híbrido” formado pela confusão ou sobreposição entre as categorias de muçulmano/a e árabe é associado, ainda, a uma série de imagens, como fanatismo religioso, terrorismo⁵⁴, machismo, “safadeza” (por conta da permissão da poligamia no islã), entre outros. Tais imagens, presentes ao longo da pesquisa de campo, seja no relato de interlocutores/as sobre a fala de outras pessoas ou nos discursos de moradores/as de São Bernardo do Campo feitos em minha presença sobre a população alvo desta pesquisa, não são produto apenas do contexto local, mas também da forma como a noção de Oriente vem sendo historicamente construída por países que, ao contrário, se definem como ocidentais, discursos estes que estão presentes, por exemplo, nas mídias; as imagens supramencionadas se relacionam, portanto, com o Orientalismo, tal como definido por Edward W. Said (1990):

Mas os principais dogmas do orientalismo existem hoje em sua forma mais pura nos estudos sobre os árabes e sobre o islã. Vamos recapitulá-los aqui: um é a absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido, humanitário e superior, e o Oriente, que é aberrante, subdesenvolvido e inferior. Outro é que as abstrações sobre o Oriente, particularmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis às evidências diretas extraídas das realidades orientais modernas. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de definir a si mesmo; presume-se, portanto, que um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental é inevitável e até cientificamente “objetivo”. Um quarto dogma é que o Oriente, no fundo, ou é algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, os domínios pardos) ou a ser controlado (por meio da pacificação, pesquisa e desenvolvimento, ou ocupação pura e simples sempre que possível) (SAID, 1990, p. 305).

Destaca-se da descrição de Said (1990) a imagem de que o Oriente e os/as orientais são tidos como (a) exóticos/as, porque muito diferentes dos/as que os/as descrevem, cabendo apontar que as questões de gênero têm sido um palco importante para os embates entre o Ocidente e o Oriente (SAID, 1990; ABU-LUGHOD, 2002; CONKLIN; EL-DINE, 2016; EL-DINE, 2016), sendo significadas por ambos os lados como um dos principais elementos a separá-los e diferenciá-los: nesse jogo por vezes tenso, Oriente e Ocidente são construídos através de imagens estereotipadas, sobre opressão de gênero e promiscuidade, respectivamente, e também (b) perigosos/as, sendo que Wallerstein (1999) e Said (1990) postulam que a associação entre islã e terror/violência existe pelo menos desde a Idade Média, quando cristianismo e islamismo dominavam áreas grandes e vizinhas do globo e travavam uma disputa nos planos teológico e militar.

⁵⁴ Escrevi sobre isto em Da Silva (2020).

Como é de se esperar, as imagens associadas ao “híbrido” formado pela confusão ou sobreposição entre as categorias de muçulmano/a e árabe afetam diretamente as experiências dos/as deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil: como ficará claro ao longo da tese, os/as interlocutores/as da pesquisa são frequentemente confrontados/as com tais imagens, seja por meio de interações jocosas (como “piadas” sobre homens/mulheres-bomba), olhares curiosos às mulheres que usam lenço, xingamentos, suposições de que os interlocutores homens são machistas, preterimento em processos seletivos, entre outros. Devo apontar, porém, que, como veremos no capítulo quatro, os/as deslocados/as pelo conflito sírio também dialogam de certa forma com o orientalismo na medida em que defendem a existência de uma diferença muito significativa entre eles/as próprios/as e os/as *brasileiros/as*, a qual se expressa sobretudo no campo das interações de gênero e no lazer⁵⁵.

Voltando às categorias encontradas ao longo da pesquisa de campo, temos a de “*brasileiro/a*”, a qual é acionada muitas vezes em contraposição à categoria de “*árabe*” com o objetivo de marcar diferenças. Devo dizer que, apesar de em alguns momentos a categoria “*brasileiro/a*” se referir a todas as pessoas que têm essa nacionalidade, em muitos outros este termo exclui os/as brasileiros/as de origem árabe⁵⁶, especialmente os/as que são muçulmanos/as. Contrariamente, quando mencionados/as, os/as brasileiros/as que adotaram o islã foram colocados/as por interlocutores/as na categoria de *brasileiro/a*, classificação que mantive neste trabalho, embora, como discuto no capítulo quatro, os/as brasileiros/as que adotaram o islã possam ser, em alguns casos, lidos como uma diferença menos marcante em relação aos/as deslocados/as pelo conflito sírio do que os/as demais brasileiros/as.

Nesse sentido, é importante dizer que, quando mobilizam a categoria “*brasileiro/a*” para marcar uma diferença, os/as interlocutores/as não se valem apenas da nacionalidade, mas também de etnicidade e, em menor medida, religião para construir esta categoria. Da mesma forma, na maioria das vezes imaginam um/a *árabe* muçulmano/a, embora, diferentemente dos/as *brasileiros/as*, sejam conscientes de que árabe e muçulmano/a não são termos indissociáveis e intercambiáveis (MOORE, 2000).

⁵⁵ Os/as interlocutores/as também sofrem preconceitos e discriminações devido ao fato de serem migrantes; como exemplo eu poderia citar uma interlocutora que era alvo de “piadas” por parte de uma colega de trabalho pela forma que falava português.

⁵⁶ Uso a expressão *brasileiro/a* de origem árabe para designar os/as descendentes/as de migrantes vindos/as da Síria, do Líbano, da Palestina, da Jordânia e de outros países árabes nascidos/as no Brasil.

Dos capítulos

A presente tese está dividida em quatro capítulos:

No primeiro abordo o fluxo contemporâneo de deslocados/as pelo conflito sírio ao Brasil, explicitando como marcadores sociais da diferença, tais quais gênero, local de moradia e geração, influenciam as trajetórias migratórias, criando experiências de deslocamento diferenciais inclusive entre parentes. As diferenças no interior das famílias continuam sendo produzidas ao longo da vida no Brasil, seja porque seus membros ocupam espaços distintos na sociedade de acolhida, seja porque as migrações, ao afastarem e (re)aproximarem parentes, têm impactos significativos nas dinâmicas familiares. Tendo isso em vista analiso a partir de alguns casos selecionados os sentimentos e valores atribuídos pelos/as interlocutores/as ao afastamento e à (re)aproximação geográfica, dando ênfase à descrição dos contextos que permitem a produção de uma valoração positiva do afastamento e, contrariamente, de uma valoração, se não negativa, ao menos ambivalente da (re)aproximação.

Dedico o capítulo dois ao debate dos caminhos tomados pelos/as interlocutores/as para a resolução de questões práticas da vida no Brasil, como documentação e educação escolar. Tal discussão revela que a ausência de políticas robustas de acolhimento produz em muitos/as dos sujeitos da pesquisa um sentimento de solidão em relação ao Estado brasileiro, na medida em que não contam com o apoio deste na construção de suas vidas em um contexto que lhes é novo e desafiador; além disso, o Estado também aparece como um ator que obstaculiza iniciativas dos/as migrantes para encaminhar questões práticas da vida no país.

O capítulo também aborda outros caminhos mobilizados pelos/as interlocutores/as com vistas a resolver questões práticas, tais como o recurso a *árabes* estabelecidos/as, grupos no *WhatsApp* e no *Facebook* e *brasileiros/as*. Os relatos das experiências dos/as migrantes dão a ver que também aqui, o apoio que encontram não é suficiente, dado que nem sempre são efetivos, confiáveis e/ou perenes, podendo reforçar a solidão sentida na relação com o Estado. Ao final do capítulo, discuto esse modelo de acolhimento em relação a outros dois, um centrado na ideia de direitos e na atuação do Estado e outro na ideia de *karam* (generosidade/hospitalidade).

Em seguida (capítulo três) abordo os temas das sociabilidades, das amizades e do apoio emocional. Em um primeiro momento, analiso a questão da sociabilidade dos/as interlocutores/as, tanto na esfera local quanto na transnacional, dando a ver que ela coexiste com cenários ou momentos de solidão. No que concerne à esfera transnacional, abordo os

meandros da comunicação via internet e telefone e também as (im)possibilidades das visitas em um cenário atravessado por questões financeiras, pela hierarquização de passaportes (LOZANSKI, 2020) e pela pandemia de COVID-19. Já com relação à sociabilidade local, fica clara a dificuldade de estabelecer redes de relações que sejam satisfatórias (em número de pessoas, qualidade ou frequência de interação) para os/as migrantes. Embora existam elementos em comum entre as experiências a que tive acesso (dentre os quais se destaca os obstáculos impostos pelo trabalho à sociabilidade), a solidão que emerge em cada uma delas é muito variada, envolvendo desde pessoas que não têm uma ampla rede de contatos na cidade onde moram a pessoas que, mesmo conhecendo muitos indivíduos na região, se ressentem de relações mais frequentes ou profundas.

O último capítulo traz o tema dos arranjos de casamento e das relações afetivas e/ou sexuais, processo intimamente relacionado com as experiências migratórias⁵⁷, as solidões aí produzidas, as relações familiares e os mecanismos dos/as migrantes para lidar com e construir diferenças. O capítulo acompanha as tramas de relações que estão implicadas no desenvolvimento de arranjos de casamento e demais relações afetivas e/ou sexuais dos/as interlocutores/as, dando ênfase ao lugar ocupado pelos/as *brasileiros/as* enquanto pretendentes. Mostro que as relações sexuais e/ou afetivas com *brasileiros/as* são atravessadas pela percepção, presente tanto em interlocutores/as solteiros/as quanto em pessoas casadas, de que as normas e práticas de interação de gênero e de lazer hegemônicas no Brasil são muito diferentes das vigentes na Síria; tal percepção produz, juntamente com visões cristalizadas de *brasileiros/as* sobre *árabes*, (a) uma espécie de solidão na interação com (potenciais) parceiros/as *brasileiros/as* e (b) desencontros entre pais e filhos/as solteiros/as, categorias que tendem a ter posturas distintas frente à possibilidade de relacionamento afetivo e/ou sexual⁵⁸ entre deslocados/as pelo conflito sírio e *brasileiros/as*. Veremos como esses desencontros geram impasses nas relações afetivas e/ou sexuais, o que contribui para produzir um prolongamento do celibato e de sentimentos de solidão em parte dos/as solteiros/as. Ao final do capítulo discuto as uniões matrimoniais de dois/duas interlocutores/as, enfocando a escolha do/a noivo/a e o impacto do casamento na questão da solidão.

⁵⁷ Esta ideia também está presente no trabalho de Zbeidy (2020b).

⁵⁸ Trabalho com a ideia de relacionamento como categoria que inclui, além de casamentos, namoros e noivados, sendo que os dois últimos nem sempre envolvem sexo; assim, afasto-me do sentido que a palavra *alāqāt* (relacionamento) tem em árabe: de acordo com Conklin; El-Dine (2016, [s.p]), *alāqāt* significa relações sexuais, tanto as que ocorrem dentro quanto fora de uma união matrimonial.

Nas considerações finais alinhavo os diferentes lugares ocupados pela solidão na vida dos/as interlocutores/as, avançando o argumento de que este sentimento é um articulador das experiências migratórias no contexto analisado.

Capítulo 1: Deslocamentos, diferenças e relações familiares

Quando se fala de redes sociais na migração, um aspecto importante a considerar é a família. A forte conexão entre os deslocamentos e a família se dá, segundo Brycesson e Vuorella (2002) e Machado (2015), porque (a) alguns deslocamentos são produzidos (ou impossibilitados) pelas dinâmicas familiares (ver, por exemplo, o capítulo seis da tese de Jardim (2000) e também seu artigo sobre arranjos de casamento na diáspora (JARDIM, 2009)) e (b) porque estes e outros processos migratórios tensionam as relações familiares e podem produzir transformações neste âmbito (ver: Handerson, 2015; Osman, 2016; Lobo, 2014; Al-Ali, 2002; Jardim, 2000, apenas para citar alguns). O presente capítulo se dedica então a analisar como os deslocamentos produzidos a partir do conflito sírio se conectam com as relações familiares dos/as interlocutores/as, dando destaque para o segundo eixo mencionado acima, isto é, para as transformações colocadas pelos deslocamentos às dinâmicas familiares.

Com relação a este tema, muitos estudos se dedicam a compreender como as pessoas lidam com a ausência de um ou mais parentes - Kebbe (2015, p. 169) aponta, por exemplo, que a própria definição de família transnacional (aquela cujos membros vivem em mais de um país e mesmo assim mantêm um sentimento de unidade e bem-estar coletivo) já implica em pensar a ausência de parentes. Assim, os trabalhos que se alinham a esta vertente e também outros que analisam as intersecções entre família e deslocamento abordam principalmente dois temas: as mudanças na distribuição de responsabilidades na família a partir da migração (HOLTZMAN, 2000; AL-ALI, 2002; KEBBE, 2015; ALMEIDA, 2015, entre outros) e os meios pelos quais as relações familiares são mantidas/criadas na distância geográfica (LOBO, 2014; EREL, 2002; BALDASSAR, 2007; HANDERSON, 2015; PARRY SCOTT; DOS SANTOS VASCONCELOS, 2015, apenas para citar alguns).

Embora eu dialogue com esses temas ao abordar os distanciamentos geográficos em meu contexto de pesquisa, trago igualmente como em alguns casos estes podem ser não uma questão, mas uma solução (adotada ou imaginada) para dilemas que se colocam na intersecção entre relações familiares e deslocamento, sobretudo quando consideramos a re-união de parentes no Brasil.

Em sua tese sobre o reassentamento de refugiados/as palestinos/as neste país, Hamid (2012, p. 267) chama a atenção para o fato de que, enquanto pesquisadores/as que lidamos com o deslocamento forçado, tendemos a focar os processos de dispersão de parentes e amigos/as, porém os processos de aproximação, particularmente quando forçados ou indesejados, também podem ser problemáticos porque possibilitam o surgimento de conflitos entre familiares ou a

reativação de antigas desavenças. Hamid (2012), contudo, não aprofunda o debate, apenas mencionando esta questão a partir da experiência de uma de suas interlocutoras, a qual resistia à ideia de morar com os sogros para economizar dinheiro, pois não tinha uma boa relação com a mãe do marido.

Outros trabalhos com palestinos/as (OBEID, 2013; JARDIM, 2000, 2007) e com libaneses/as (OSMAN, 2016) também abordam, de forma mais ou menos intensa, problemas e questões que emergem em deslocamentos (forçados e/ou voluntários) que aproximam geograficamente parentes. Ainda que de forma breve, o trabalho de Obeid (2013) mostra como a migração dos pais de uma família palestina para Londres e a reunião deles com os/as filhos/as não significou, de forma automática e imediata, a reprodução da dinâmica familiar que tinham em Gaza: embora algumas atividades tenham sido retomadas logo após a chegada dos pais à Londres, foi só quando estes abriram um café que recuperaram seu lugar na família como provedores e tomadores de decisão (OBEID, 2013, p. 370).

Já nos textos de Jardim (2000, 2007) e Osman (2016), a figura do retorno (temporário ou permanente; realizado ou idealizado; familiar ou ancestral) toma centralidade na medida em que a vida no Brasil coloca desafios para as famílias palestinas (JARDIM, 2000, 2007) e libanesas (OSMAN, 2016). Contudo, quando o retorno é concretizado (mesmo que indiretamente através do envio de descendentes para aprender a língua e a cultura de origem na terra dos/as ancestrais), Jardim (2000, 2007) nota a criação de estranhamentos entre membros da família que se reencontram e também que se conhecem nessas viagens, bem como de tensões entre pessoas que fizeram a(s) viagem(ns) juntas, pois esta experiência, sendo modelada de acordo com gênero e geração, é conflitante entre os/as parentes; Osman (2016), por sua vez, observa a emergência de conflitos no interior das famílias que “retornam” ao Líbano (particularmente entre gerações e gêneros distintos) e a posterior criação de novos afastamentos geográficos entre os/as membros da família.

Como mencionado acima, fui levada a partir dos dados de campo a olhar também (e especialmente) para questões advindas da chegada de parentes ao Brasil no contexto dos/as deslocados/as pelo conflito sírio que migraram para cá. Situando-se entre deslocamento voluntário e forçado, a vinda de parentes para o Brasil revelou-se permeada por ambivalências na perspectiva dos/as interlocutores/as (estes/as são majoritariamente pessoas que receberam parentes no Brasil) : se em muitos casos a (re)aproximação foi desejada, nessas e em outras experiências a chegada de parentes trouxe desentendimentos, conflitos e até afastamentos na família.

Nesse sentido, me insiro em um debate menos estabelecido do que aquele que se dedica a pensar os efeitos da distância geográfica nas relações familiares, embora dialogue também com este último. Na realidade, uma contribuição da presente pesquisa ao debater as relações familiares frente ao deslocamento é mostrar a importância não só de considerar que a aproximação geográfica também impõe desafios ao parentesco, como faz Hamid (2012), mas igualmente indicar que é preciso pensar a (re)aproximação e o afastamento geográfico entre parentes em conjunto⁵⁹, dado que, em meu contexto de pesquisa, os significados atribuídos pelos/as interlocutores/as a esses processos estão intimamente relacionados, pois as experiências em um desses momentos influenciam como eles/as pensam o outro; ademais, ambas as significações entram no cálculo para refletir sobre as configurações que, frente aos deslocamentos, são melhores para a família como um todo.

Assim, partindo das narrativas dos/as interlocutores/as sobre seus processos migratórios, sobre a migração de parentes e sobre as relações familiares neste contexto, analiso os sentimentos e valores atribuídos localmente ao afastamento e à (re)aproximação geográfica. Mostro particularmente quais contextos permitem a produção de uma valoração positiva do afastamento e, contrariamente, de uma valoração, se não negativa, ao menos ambivalente da (re)aproximação de forma a colocar em evidência como tal migração embaralha a ideia, presente em alguns interlocutores/as e também no senso comum, de que o melhor é a família permanecer próxima fisicamente.

Cabe aqui pontuar que a família que emergiu dos dados de campo é composta por casais heterossexuais unidos por matrimônio e geralmente com filhos/as, embora, como veremos no capítulo quatro, outras experiências de relacionamento e de sexualidade são possíveis e presentes, mas de maneira minoritária entre os/as interlocutores/as.

O presente capítulo está dividido em quatro seções, além da introdução e dos comentários finais. Inicialmente abordo em linhas gerais o conflito sírio, apontando os fatores que levaram parte da sociedade a protestar contra o regime al-Assad e também as dinâmicas que transformaram esta revolução⁶⁰ popular em guerra. Em seguida, trato dos processos de

⁵⁹ De certa forma, o trabalho de Jardim (2000) já caminha nesta direção ao apontar como algumas das questões impostas aos/as migrantes que “retornam” (principalmente em viagem) se dão em função da fase anterior de afastamento geográfico entre parentes.

⁶⁰ Adoto o termo revolução a partir da literatura consultada (PINTO, 2013, 2017; CHATTY, 2017; VAN DAM, 2017, entre outros), porém estou ciente de que o termo “revolução” no contexto sírio pode ter outros significados, a depender de quem o mobiliza e quando: por exemplo, o golpe de 1963 que levou o partido Baath ao poder aparece em documento do partido de 1966 como uma revolução (ver VAN DAM, 2017, p. 34). Sobre a multiplicidade de sentidos desse termo, suas diferentes temporalidades e sobre seu caráter histórico, ver o artigo de Gonçalves (2017) sobre a revolução cubana. O diálogo entre os trabalhos de Van Dam (2017) e Gonçalves (2017) também permite problematizar ou complexificar o uso de outros termos no contexto sírio, como o de conflito: em várias passagens de seu livro Van Dam (2017) faz alusão à ideia de que o conflito contemporâneo na Síria de certa forma já ocorria

deslocamento para o Brasil, explicitando como a guerra afeta diferencialmente os/as interlocutores/as e suas famílias de acordo com gênero, geração e local de moradia, configurando trajetórias migratórias diferenciais, inclusive entre parentes. Na terceira seção continuo falando de deslocamentos, mas o foco recai sobre as movimentações dos/as interlocutores/as no interior do Brasil. Aqui também abordo, de forma breve, a situação laboral dos/as interlocutores/as, bem como a distribuição geográfica dos/as que moram em São Bernardo do Campo.

Por fim, exploro a partir da experiência de alguns/algumas interlocutores/as selecionados/as como os deslocamentos transnacionais, com sua capacidade de afastar e (re)aproximar geograficamente parentes, impactam as dinâmicas familiares e como, a partir disso, os/as interlocutores/as significam e valoram ambos os movimentos. Defendo que diferenças de gênero e geração, as quais modulam os deslocamentos, também são importantes fatores a configurar as dinâmicas familiares na migração. Nas considerações finais retomo as diversas conexões entre deslocamento e relações familiares no contexto em tela e argumento sobre a importância de os estudos migratórios analisarem em conjunto movimentos de afastamento e de (re)aproximação geográfica entre parentes.

1.1 Contextualizando o conflito na Síria

De acordo com Hinnebusch e Zintl (2015, p. 286), a raiz mais imediata da crise que se instalou na Síria a partir de 2011 está no modo de desenvolvimento do Estado Baathista: dependente de recursos externos e da renda do petróleo para sustentar sua estrutura, a qual incluía serviços sociais gratuitos (como educação e saúde), empregos públicos e subsídios em alguns alimentos, no gás de cozinha e no diesel, o Estado Baathista mostrava-se vulnerável a mudanças no preço do petróleo, sendo que quando as rendas obtidas por meio deste produto diminuía, haviam esforços para “reavivar o mercado e o setor privado e para alimentar o investimento interno por meio de políticas que necessariamente favoreciam os investidores” (Tradução minha).

em períodos anteriores durante os governos al-Assad, contudo, de forma menos intensa e aberta, dado que foi só a partir daquele ano que a oposição contou com dois fatores externos impulsionadores - a inspiração tirada da chamada Primavera Árabe e o apoio (realizado [de forma limitada nos âmbitos político, militar e moral] e esperado [desde uma pressão política mais eficiente e um apoio material e militar mais efetivo até, em alguns casos, uma intervenção militar direta]) de países estrangeiros – e da maior difusão da internet e de aparelhos celulares, o que permitiu um registro e uma divulgação mais amplos dos acontecimentos. Apenas para referência, uma das passagens em que o autor alude a essa existência prévia de um conflito na Síria pode ser encontrada entre as páginas 58 e 59 (VAN DAM, 2017).

Tais fragilidades do Estado Baathista começaram a se manifestar já na década de 1980, durante o governo de Hafez al-Assad (1971-2000), sendo que então foram implementadas algumas medidas econômicas liberalizantes rumo a uma economia de mercado, processo que se intensificou e se tornou explícito nos anos 2000 com Bashar al-Assad (2000-presente), quando a ideia de economia social de mercado (*social market economy*) foi apresentada (no ano de 2005) (ABBOUD, 2015). Em termos gerais, o objetivo dessa política era conciliar o mercado com proteção social através do intervencionismo do Estado: antes um ator hegemônico e ativo na economia, agora o Estado se limitaria a “direcionar os mecanismos do mercado para fins sociais” (ABBOUD, 2015, p. 60. Tradução minha).

Na prática, tal objetivo não foi atingido: as reformas econômicas liberalizantes levaram a um aumento da desigualdade social, na medida em que beneficiaram certas elites ligadas ao setor privado, sobretudo em Damasco e Aleppo, enquanto prejudicaram camponeses/as e assalariados (bases tradicionais do regime), especialmente em cidades de pequeno e médio porte (PINTO, 2013). Estes setores sociais foram os mais prejudicados pelos altos índices de desemprego e pelo aumento no custo de vida, o que reverberou em elevação dos índices de pobreza. Paralelamente a isso, a ação do Estado enquanto promotor do bem-estar social foi minguando, sendo que os sistemas públicos de saúde, educação e previdência social contraíram e os subsídios foram reduzidos (PINTO, 2013; HINNEBUSCH; ZINTL, 2015; ABBOUD, 2015; ABABSA; 2015).

Houve também, durante o governo de Bashar al-Assad, reformas políticas, mas estas foram mais rápidas e efêmeras que as reformas econômicas: houve um breve momento (entre os anos 2000 e 2001) em que a sociedade civil pôde se organizar e debater questões sociais, porém em pouco tempo o governo pôs fim a estas iniciativas e adotou uma postura mais repressora⁶¹. Apesar disto, as experiências de debate público e de liberdade política deste período influenciaram de certa forma os protestos que se iniciaram em 2011 (PINTO, 2013, p. 212; GHADBIAN, 2015).

No entanto, como nos lembra Ghadbian (2015), mesmo naquele cenário menos favorável (depois de 2001), outros atos de oposição ao regime al-Assad, organizados tanto por atores internos quanto externos (sobretudo sírios/as expatriados/as), ocorreram ao longo da primeira década do governo de Bashar al-Assad. Ghadbian (2015) os divide em dois momentos: o primeiro, de 2003 a 2007, no qual se viu uma série de iniciativas (petições, protestos, criação de comitês, etc.) pedindo uma “política mais pluralista e mais representativa” (GHADBIAN,

⁶¹ Estes movimentos ficaram conhecidos internacionalmente como Primavera de Damasco; na Síria se denominam Movimento da Sociedade Civil (PINTO, 2013, p. 212).

2015, p. 99. Tradução minha), e o segundo, entre 2008 e 2010, marcado por uma maior repressão aos/às opositores/as por parte do regime e também pela fragmentação da oposição situada no exterior.

Em 2011, inspirada pelos protestos realizados em países da região, como Tunísia e Egito, parte da população da Síria também se manifestou⁶²: inicialmente, em janeiro, com atos individuais para mostrar descontentamento em relação ao regime al-Assad (PINTO, 2013, p. 204) e já no mês seguinte com manifestações coletivas como forma de demonstrar apoio aos movimentos operados no Egito e na Líbia (GHADBIAN, 2015, p. 109; PINTO, 2013, p. 205) ou como oposição ao regime al-Assad (PINTO, 2013, p. 205).

Apesar destes protestos iniciais terem produzido por parte do governo uma forte repressão, resultando em indignação popular e maior engajamento nos protestos, um dos episódios mais significativos neste início da revolução síria ocorreu na cidade de Dera'a, localizada na área rural ao sudoeste do país, região que sofreu muito com as secas e com as políticas econômicas de Bashar al-Assad. Nesta ocasião, um grupo de jovens foi preso por ter escrito no muro de uma escola o lema da revolução tunisiana: “*‘Al-shaab iurid isqat al-nizam’* (O povo quer a queda do regime)” (MEIHY, 2019, p. 37). Frente à recusa das autoridades de segurança de Dera'a para libertar o grupo de jovens, houve grandes protestos na região. Por volta da mesma época, mas em Damasco, a abordagem policial truculenta ao filho de um comerciante também chamou a atenção da população e inspirou sua mobilização. A partir destes dois episódios, os protestos contra o regime al-Assad se avolumaram e se espalharam pelo país (MEIHY, 2019).

No entanto, é preciso dizer que esse movimento não envolveu todos os setores da sociedade síria igualmente: ele se iniciou e teve maior engajamento entre os/as mais prejudicados/as pelas políticas econômicas liberalizantes (camponeses/as e assalariados/as de cidades pequenas e médias), sendo que as elites econômicas, sobretudo as das cidades de Damasco e Aleppo, não se engajaram significativamente na revolução (PINTO, 2013).

Com o tempo, outras linhas de diferença também foram se colocando no desenrolar do processo que já havia se tornado um conflito armado⁶³, sendo importante destacar a dimensão religiosa - como disse Omar[17], “*a guerra não era, mas virou religiosa*” (Diário de campo,

⁶² Em conjunto essas manifestações são denominadas Primavera Árabe, a qual reuniu manifestações de oposição ao governo em países como Tunísia, Egito, Síria, Líbia, Iêmen, entre outros.

⁶³ De acordo com Pinto (2017), já em meados de 2011 a oposição começa a se militarizar (formação do Exército Livre da Síria), processo que contribuiu para a sectarização do conflito e também para a emergência de uma guerra. Para Chatty (2017, p. 224), a passagem da revolução para uma guerra se deu na virada de 2011 para 2012 em função das táticas adotadas pelo governo para arrefecer a população (muitas delas violentas) e da entrada de grupos armados na oposição.

fevereiro de 2020). De fato, no início dos protestos houve um cuidado por parte dos grupos de oposição para que o movimento se mostrasse inclusivo em termos étnicos e sectários (GHADBIAN, 2015, p. 111): a princípio haviam manifestantes sunitas, cristãos/ãs, drusos/as⁶⁴, ismaelitas⁶⁵ e alauitas, os quais pediam por dignidade e liberdade e depois, frente à repressão, pela queda do regime al-Assad (MEIHY, 2019; HINNEBUSCH; ZINTL, 2015)⁶⁶.

Contudo, esse cenário não se manteve por muito tempo, já que pouco a pouco as tensões sectárias⁶⁷ já existentes na sociedade síria (SALAMANDRA, 2004; PINTO, 2017; VAN DAM, 2017) passaram a ser articuladas nas narrativas e nas ações do regime e da oposição em torno da revolução/guerra (PINTO, 2017; VAN DAM, 2017).

Para Van Dam (2017), a própria composição do governo e das instituições de segurança (majoritariamente alauita) já seria uma porta aberta para a sectarização do conflito, visto que a violência do regime contra os/as manifestantes seria lida pela população, sobretudo pelos/as sunitas/as, em termos sectários. Por outro lado, Pinto (2017) defende que a sectarização do conflito foi ativamente produzida, inclusive pelo governo: tanto ele (em artigos de 2013 e 2017) quanto Meihy (2019) pontuam que o governo sírio tentou associar os/as manifestantes a extremistas islâmicos pertencentes ao sunismo, alegando que a repressão que impunha a eles era correlata à guerra ao terror promovida pelo Ocidente. Assim, o regime al-Assad buscava difundir a narrativa de que a população síria só tinha duas opções: continuar sob o seu comando ou cair sob o poder de sunitas radicais⁶⁸.

⁶⁴ Comunidade étnico-religiosa ligada ao xiismo, a qual é acessível apenas aos/às iniciados/as (ver: OSMAN, 2019).

⁶⁵ Uma das seitas do xiismo (ver Daftary, 2007). De acordo com Van Dam (2017), na Síria os/as ismaelitas, assim como os/as alauitas e os drusos/as, eram minorias religiosas localizadas, isto é, tendiam a se concentrar em uma área específica do território nacional, tendo migrado de forma significativa para as cidades depois da tomada de poder pelo partido Baath.

⁶⁶ Paralelamente a estes protestos pacíficos (que eram majoritários) já ocorriam manifestações violentas contra o regime por parte de grupos armados (VAN DAM, 2017, p. 88). Ainda de acordo com o autor, alguns desses manifestantes violentos compareciam às manifestações majoritariamente pacíficas causando confusão; de qualquer forma, as reações do governo às manifestações foram muito desproporcionais (*idem*).

⁶⁷ Pinto (2017, p. 124) diferencia tensões sectárias de sectarismo, indicando que o último consiste na “...mobilização política das diferenças religiosas como uma estrutura que orienta a distribuição de direitos, privilégios e/ou violência em uma dada população” (Tradução minha).

⁶⁸ Essa interpretação não é ponto pacífico entre os/as analistas do conflito consultados: Van Dam (2017) contesta a tese de que o governo queria produzir um viés sectário no conflito, afirmando que ele não extrairia nenhum benefício disso (ele já possuía amplo apoio entre os/as alauitas). Porém, Pinto (2013, p. 219) cita trecho de discurso de 2012 em que Bashar al-Assad associa os/as manifestantes ao islamismo radical e Yassin-Kassab e Al-Shami (2016, p. 45) apontam que caracterizar os/as manifestantes como islamistas (*Islamists*) seria a única maneira de o governo tentar angariar o apoio e a simpatia do mundo ocidental, bem como das minorias religiosas na Síria: “A prioridade do regime era recusar qualquer reconhecimento da existência de ativistas civis não-islamistas, porque eles representavam a maior ameaça. Eles não tinham nada que pudesse apavorar comunidades minoritárias ou secularistas; nem iriam encorajar o apoio do Ocidente para Assad” (Tradução minha).

A interpretação de Pinto (2013, 2017) e Meihy (2019) é corroborada pela fala de um interlocutor que morava em Damasco em 2011, ano em que emigrou para um país da região⁶⁹: para ele, como na capital inicialmente não havia conflito, os/as moradores/as da cidade foram levados/as a acreditar, pelo que viam pela televisão⁷⁰, que o conflito era feito por sunitas, que estariam atacando a população síria. Apesar de a cidade receber deslocados/as internos/as do conflito, segundo ele foi só quando os bombardeios atingiram a capital que os/as damascenos/as teriam percebido que não eram os/as muçulmanos/as (sunitas) que estavam atacando a população, mas sim o governo (que é majoritariamente alauita).

Ademais, de acordo com Pinto (2017), o governo distribuiu desigualmente a repressão aos/as opositores/as, seguindo linhas sectárias – reprimia os/as sunitas no espaço público, enquanto que para os/as cristãos e alauitas terceirizava a repressão, deixando-a à cargo da família do/a rebelde e/ou de sua comunidade -, estratégia que produziu ressentimento e suspeitas entre os/as rebeldes de religiões e comunidades sectárias distintas⁷¹. Já para Yassin-Kassab e Al-Shami (2016), as *shabihas* – milícias financiadas por pessoas ligadas ao governo – também ajudaram a produzir um viés sectário no conflito.

Além do governo, líderes religiosos⁷² e a oposição contribuíram no processo de sectarização do conflito. No que concerne à oposição, isso se deu em três momentos: (I) quando os símbolos religiosos islâmicos presentes nas manifestações⁷³ adquiriram um significado especificamente sunita, pois isso acabou por afastar manifestantes de outras comunidades sectárias e religiões e contribuiu com a ideia de que oposição era majoritariamente sunita (PINTO, 2017, p. 132); (II) no momento da criação do Exército Livre da Síria, grupo de oposição armado formado a partir de deserções do exército e composto sobretudo por sunitas,

⁶⁹ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato do/a interlocutor/a.

⁷⁰ O interlocutor afirmou que, quando jornais estrangeiros iam passar na televisão, o governo derrubava a energia elétrica ou a internet para que as pessoas não tivessem acesso a outros discursos sobre o conflito.

⁷¹ Para Yassin-Kassab e Al-Shami (2016, p. 49) a distribuição da repressão por parte do governo não era desigual apenas de acordo com a religião, mas também região, etnicidade e classe social. Por exemplo, nos primeiros meses da revolução, em Damasco, as manifestações não eram dispersadas com balas (como em outras cidades), mas com gás lacrimogênio e cacetetes (*clubs*).

⁷² Pinto (2017) mostra como líderes religiosos (sunitas, cristãos e alauitas) também buscaram se posicionar em relação ao conflito e disputar narrativas sobre ele: entre os sunitas, houve uma grande variedade de posicionamentos, sendo que alguns deles incluíam ameaças aos/as alauitas. Independente do teor dos discursos desses líderes, porém, o ativismo político sunita tendia a ser lido como sectarismo por parte das minorias religiosas. Os líderes alauitas também tiveram posicionamentos diversos, mas como haviam sido enfraquecidos politicamente no governo de Hafez al-Assad, acabaram não influenciando muito o debate público. Já os cristãos foram bastante consensuais em seu apoio ao regime al-Assad, entendido como o melhor cenário no momento para a proteção dos/as cristãos/as. Para ver como esses posicionamentos reverberam entre sírios/as que migraram para o Brasil, ler Meihy (2019).

⁷³ Esses símbolos religiosos estavam inicialmente ligados ao nacionalismo tal como delineado por Bashar al-Assad (PINTO, 2017; PINTO, 2011).

o que reforçou a ideia de que a oposição era sunita e os/as apoiadores/as de Assad não⁷⁴; (III) quando da entrada massiva de grupos armados com caráter sectário na oposição (a exemplo do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS [sigla do nome em inglês]) e da Frente de Suporte para o Povo da Síria (*Jabhat al-Nusra*))⁷⁵.

Um outro aspecto relevante a se destacar sobre o conflito sírio é a participação de outros países: segundo Van Dam (2017), o termo guerra civil deixou de fazer sentido nesse contexto na medida em que países como Rússia e Irã, aliados do governo, e Turquia, Arábia Saudita, Estados Unidos, Catar, Reino Unido e França, apoiando diferentes grupos de oposição, se envolveram no conflito, passando a interferir em assunto internos à Síria⁷⁶.

Todo este contexto trouxe consequências significativas para a população que vivia no país: crise econômica (agravada pelas sanções impostas por países como os Estados Unidos (VAN DAM, 2017)), falta de acesso a insumos básicos, dificuldade para acessar ajuda humanitária, aumento da violência urbana, além da violência da guerra, deslocamento forçado (interno e externo), destruição de infraestrutura, falta de hospitais, aumento de doenças, morte de parentes, perda de comércio ou casa, entre outros (YASSIN-KASSAB; AL-SHAMI, 2016). É importante destacar, contudo, que as guerras afetam diferencialmente os diversos setores da população, na medida em que se interseccionam com classe, região e gênero (entre outros marcadores sociais da diferença), como podemos ver nos trabalhos de Yassin-Kassab e Al-Shami (2016) e no de Pimenta (2019))⁷⁷. Na próxima seção, mostro como essas diferenças reverberaram nos deslocamentos internacionais ao olhar para as experiências dos/as interlocutores/as da pesquisa.

⁷⁴ De forma semelhante, Bashar al-Assad também recorreu à religião para configurar seu exército: depois das baixas sofridas no contexto da formação do Exército Livre da Síria, o presidente recrutou estrangeiros para ocupar os postos deixados vagos no exército, sendo que esses eram majoritariamente xiitas, o que fez com que os/as sunitas pensassem que o governo estava sendo apoiado por uma rede transnacional de xiitas (PINTO, 2017, p. 140).

⁷⁵ Segundo Van Dam (2017, p. 75), os grupos islamistas e jihadistas que entraram na oposição “...eram claramente motivados pelo sectarismo em suas ações contra o regime dominado por alauitas...” (VAN DAM, 2017, p. 75. Tradução minha); de acordo com Pinto (2017), tais grupos exerceram violência sectária contra a população.

⁷⁶ Para o autor (VAN DAM, 2017), o termo mais adequado para o conflito seria guerra por procuração (*war by proxy*).

⁷⁷ O presente trabalho demonstra que a guerra também afeta, de forma diversa, nacionais que vivem em outros países.

1.2 Os processos de deslocamento para o Brasil

Como vimos na seção anterior na fala de um interlocutor que, como muitos/as outros/as sujeitos desta pesquisa (10 de 22⁷⁸), morava em Damasco⁷⁹, o conflito não foi muito proeminente na capital da Síria em um primeiro momento. Para Yassin-Kassab e Al-Shami (2016, p. 52-54) isso se deu porque (a) Damasco contava com uma forte presença das forças de segurança, presença esta que foi reforçada no período da revolução, dificultando ainda mais a realização de manifestações e porque (b) o regime al-Assad contava com o apoio de vários setores da sociedade damascena (as elites [sobretudo comerciais e industriais], os/as alauitas, os/as cristãos/ãs), os quais se beneficiaram de seu governo, enquanto outros (sunitas das classes trabalhadora e média) não conseguiram, segundo os/as autores/as, quebrar o que chamam de “barreira do medo” (*fear barrier*) para participar das manifestações. Ainda de acordo com esta fonte, os/as damascenos/as que quiseram participar ativamente da revolução deslocaram-se para se juntar aos protestos que ocorriam nos subúrbios de Damasco ou somavam aos movimentos que aconteciam em suas regiões de origem (caso de famílias ou pessoas que haviam migrado para Damasco). As manifestações que aconteciam na capital eram rápidas ou à noite, diferenciando-se das mobilizações em outras regiões, como Dera’a e Hama.

Apesar de a situação ter ficado “relativamente quieta” (YASSIN-KASSAB; AL-SHAMI, 2016, p. 52) na capital nos primeiros momentos da revolução, no que concerne a homens jovens, a emergência de um conflito no interior do país traz de forma muito aguda a possibilidade de ser mobilizado para atuar ativamente nele, seja pelo serviço militar, obrigatório para homens entre 18 e 42 anos (MORRIS, 2019), ou entre os grupos rebeldes armados em cidades por eles/as ocupadas. Nesse sentido, em algumas das trajetórias migratórias que colhi em campo, o desejo de não participar ativamente do conflito armado levou homens jovens a optar pela emigração, o que nos mostra como região, gênero e geração influenciam as experiências com a guerra e também as trajetórias migratórias no contexto em tela.

Tal afirmação encontra amparo em dados estatísticos publicados pelo Ipea em 2017: analisando o perfil sociodemográfico de refugiados/as no Brasil entre os anos de 1998 e 2014,

⁷⁸ No caso de algumas pessoas não foi possível obter dados referentes à cidade onde moravam na Síria. Outros/as (3) responderam apenas que moravam “perto de Damasco”. Uma interlocutora morava em Homs e outra era originária de Aleppo. Nessa contagem das pessoas que moravam em Damasco não estão presentes também interlocutores/as que moravam há anos no exterior (caso de Samer, Aisha e Naim).

⁷⁹ De acordo com dados disponíveis no Atlas temático sobre migração refugiada do Observatório das Migrações em São Paulo (BAENINGER et al., 2018), Damasco é a cidade de origem de 530 dos/as 1.230 sírios/as registrados/as com a condição de refugiado/a no Brasil até o ano de 2015. Este é o maior grupo, sendo que se destacam numericamente também Homs (153) e Aleppo (107).

a referida publicação mostra como, no caso dos/as sírios/as, o número de solicitantes de refúgio começa a ser significativo em 2012, sendo que entre os/as que tiveram sua solicitação deferida em todo o período considerado (1998-2014), a maioria é composta por homens (73,3%), adultos/as⁸⁰ (78,9%) e solteiros/as (57,8%) (LIMA et al., 2017), o que significa que nos quatro primeiros anos do fluxo migratório aqui analisado houve uma predominância de homens em idade de atuação na guerra⁸¹.

Porém, a partir de meados de 2012, momento em que o Exército Livre da Síria chegou ao centro de Damasco pela primeira vez, a cidade começou a ser mais diretamente atingida: houve ataques do Exército Livre da Síria na parte central da cidade, enquanto que o regime revidava atacando os subúrbios e o campo de Yarmouk, lar habitual de muitos/as palestinos/as (e também de sírios/as) e local que acolheu sírios/as que se deslocaram devido à repressão que sofreram em outras regiões (YASSIN-KASSAB; AL-SHAMI, 2016). Ademais, a entrada de grupos jihadistas e islamistas no conflito também afetou Damasco e seus subúrbios: enquanto o campo de Yarmouk foi ocupado pelo Estado Islâmico, nos subúrbios este grupo entrou em conflito com rebeldes (YASSIN-KASSAB; AL-SHAMI, 2016).

À medida que o conflito mais intenso chegava à capital e arredores, começou a influenciar a vida dos/as habitantes de novas formas, gerando outros tipos de emigrações. Encontrei pessoas que moravam em Damasco e decidiram deixar a Síria porque o conflito passou a afetar a vida cotidiana (dificuldade de acessar hospitais, medo de sair de casa para estudar por conta dos bombardeios e/ou medo de ficar em casa por conta também dos bombardeios ou de outros tipos de ataques envolvidos no conflito) e o trabalho (mencionado tanto por um empresário que viu a demanda pelos serviços de sua empresa diminuir drasticamente quanto por pessoas que buscavam emprego); além disso, houve pessoas que tiveram suas propriedades destruídas ao longo do conflito, fator que motivou a emigração.

Tendo deixado a Síria, muitos/as, sobretudo os/as que emigraram nos primeiros anos do conflito, se dirigiram para um país da região - Líbano, Jordânia, Egito, Turquia e Arábia Saudita

⁸⁰ A pesquisa considera adultos/as, pessoas maiores de idade e com menos de 60 anos.

⁸¹ Dados mais recentes, relativos ao período entre 2000 e março de 2020, e que consideram os pedidos de Registro Nacional Migratório (RNM) e não as solicitações de refúgio aprovadas, como o relatório do Ipea (LIMA et al., 2017) (esta diferença é importante porque o RNM pode ser solicitado por uma pessoa que se regularizou por outros meios no país, como através do nascimento de um/a filho/a em solo brasileiro), mostram que, embora ainda mantenham a preponderância, a participação dos homens na população migrante síria no Brasil (63,3%) é menor do que a registrada pelo Ipea até 2014, assim como a de solteiros/as (49,77%). Com relação à faixa etária, nota-se que os/as adultos/as continuam a ser majoritários/as: são 4.707 indivíduos entre 20 e 59 anos contra 1.150 pessoas entre 0 e 19 anos e apenas 261 indivíduos com mais de 60 anos. Os dados aqui discutidos estão disponíveis no banco de dados interativo do Nepo/UNICAMP. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincretismo-migratorio/>. Acesso em: 23/02/2022.

foram mencionados – onde inicialmente se estabeleceram. Embora a maioria dos/as interlocutores/as não tenha dado muitos detalhes sobre a vida no primeiro país de acolhimento e do porquê decidiram migrar novamente, é preciso dizer que a fala de alguns/ algumas deles/as revela que a vida nesses países não foi fácil: obter emprego era um desafio, sobretudo se, como era o caso de alguns/algumas, sua situação no país de acolhimento era a de indocumentado/a⁸², e, quando obtinham um emprego, este era bastante precarizado; além disso, ouvi relatos de preconceito contra sírios/as na Jordânia, no Líbano e na Turquia, países que mais receberam deslocados/as pelo conflito sírio (CHATTY, 2017), e também algumas ocorrências de violência contra os/as emigrados/as da Síria⁸³. Pelo que pude compreender, esses fatores influenciaram na decisão de muitos/as interlocutores/as de buscar um novo país de acolhimento.

Por outro lado, no caso de Aziz, foi o rompimento de um contrato de trabalho no primeiro país de acolhimento que o levou a migrar novamente: ele havia obtido um emprego em um país do Oriente Médio⁸⁴ no qual morava com a família; porém, quando foi demitido, teve de deixar o país, pois sua permanência ali era condicionada à existência de um contrato de trabalho. Não vendo a Síria em guerra como um destino possível para si e sua família, Aziz teve de procurar outro país para morar.

Para ele, como para outros/as interlocutores/as, a decisão de vir para o Brasil foi narrada quase como uma não escolha: muitos/as enfatizaram o fato de não terem conseguido visto para viajar para outros países e também a recusa pela opção de viajar para a Europa via mar, a qual consideram muito arriscada⁸⁵. Neste cenário de impedimentos, descobrir que o Brasil estava facilitando o processo de obtenção de visto para pessoas afetadas pelo conflito sírio Síria (curdos/as e palestinos/as nascidos/as na Síria inclusos/as) por meio da normativa do Conare

⁸² De acordo com Chatty (2017), a Jordânia e o Líbano não são signatários da Convenção das Nações Unidas para o Estatuto dos Refugiados (1951) e a Turquia é signatária, mas adota a reserva geográfica, limitando a concessão do *status* de refugiado/a a europeus/europeias; assim, uma possibilidade, não muito empregada, seria aplicar diretamente com o ACNUR para a Determinação do *Status* de Refugiado (*Refugee Status Determination* (RSD)) ou tentar alguma das possibilidades de regularização migratória oferecidas localmente: no caso do Líbano, era possível adquirir (por meio de pagamento) a permissão de residência (*residence permit*) (em caso contrário, se permanecia como indocumentado/a e só poderia acessar o mercado de trabalho informal); na Turquia criou-se uma lei nacional sobre asilo de modo a conferir aos/às sírios/as documentos que permitiam acesso a serviços, mas não conferiam o *status* de refugiado; e na Jordânia podem se regularizar, segundo Mason (2011), por meio da obtenção de um contrato de trabalho ou de permissão de residência (exige certo nível financeiro). No entanto, Chatty (2017) afirma que durante a redação de seu livro tanto a Jordânia quanto a Turquia haviam criado meios para emitir permissões de trabalho (*work permits*) para os/as sírios/as, política que ainda não havia beneficiado muitas pessoas.

⁸³ Chatty (2017) e Yassin-Kassib e Al-Shami (2016) mostram como a inserção de deslocados/as pelo conflito sírio nas sociedades turca, libanesa e jordaniana, sobretudo no mercado de trabalho, gerou uma série de reações negativas por parte dos/as locais, especialmente de pessoas que também concorriam por trabalhos não qualificados.

⁸⁴ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato do/a interlocutor/a.

⁸⁵ De acordo com Denaro (2016, p. 78) e Chatty (2017) diversos países, como alguns vizinhos da Síria e alguns europeus, criaram políticas para dificultar o ingresso e o acesso à regularização por parte dos/as sírios/as.

de número 17, de 20 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013)⁸⁶, trouxe uma possibilidade muito concreta de deixar o primeiro país de acolhimento ou a própria Síria; nesse sentido, é preciso dizer que, apesar de o conflito ter se iniciado em 2011, os/as interlocutores/as da pesquisa chegaram ao Brasil a partir de 2014, ano seguinte à normativa do Conare.

Sobre esta normativa, a qual foi renovada duas vezes⁸⁷, ficando vigente ininterruptamente de setembro de 2013 a setembro de 2019⁸⁸, é interessante pontuar que, apesar de algumas pessoas terem encontrado o Brasil após pesquisar muito pela internet quais países estavam aceitando deslocados/as pelo conflito sírio e, em particular, palestinos/as nascidos/as na Síria, muitos/as interlocutores/as descobriram a normativa por acaso, geralmente a partir do comentário de algum/a conhecido/a, e então resolveram aplicar para o visto brasileiro.

Foi este o caso de Kalil[18]: depois de ter passado nove meses em um país vizinho da Síria⁸⁹ sem fazer nada (segundo ele próprio) e de ter seu pedido de visto recusado por várias embaixadas, decidiu tentar obter visto junto à embaixada brasileira a partir da sugestão de um amigo que estava no Brasil; o amigo, contudo, alertou que a situação no país não estava boa.

Ao chegar à embaixada brasileira, Kalil foi recebido por um homem, provavelmente um cônsul, que não falava árabe; através da atuação de uma tradutora, o interlocutor informou àquele homem sua intenção de migrar para o Brasil para solicitar refúgio, ao que o homem respondeu com um “joinha”. Surpreso, Kalil lembra-se que naquele momento pensou: “*nossa, tá todo mundo me recusando e os brasileiros estão doidos pra eu ir pra lá, pra movimentar a economia*” (Diário de campo, julho de 2018). Logo em seguida, o homem disse que Kalil precisaria pagar uma taxa de 200 dólares – de acordo com o interlocutor, esta seria a primeira coisa a se fazer: era preciso pagar a taxa antes de preencher qualquer formulário, mostrar

⁸⁶ Segundo Lima et al. (2017), o Brasil foi o primeiro país das Américas a introduzir um visto humanitário para pessoas afetadas pelo conflito da Síria, sendo que Souza e Manfrinato (2020) pontuam que a comunidade árabe brasileira e setores da Igreja Católica tiveram um papel importante nesse movimento efetuado pelo governo. Sobre o visto, Pucci (2021, p. 77) afirma que sua validade é de três meses e que ele era emitido no Líbano, na Turquia, na Jordânia e no Iraque.

⁸⁷ Cf. Resolução normativa nº 20, de 21 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-20-do-conare.pdf>. Acesso em: 26/08/2020; Diário Oficial da União, de 18 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-25-do-conare.pdf>. Acesso em: 26/08/2020.

⁸⁸ Neste mesmo ano ficou decidido que o visto humanitário promovido pela resolução de 2013 e por suas renovações seria substituído pelo visto temporário para acolhida humanitária, o qual prescinde dos trâmites ligados à solicitação de refúgio, legislando que o/a migrante solicite diretamente a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) (Cf. site da Embaixada Brasileira em Beirute. Disponível em: http://beirute.itamaraty.gov.br/pt-br/refugio_e_concessao_de_vistos_humanitarios.xml. Acesso em: 26/08/2020; Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570631506.1>. Acesso em: 26/08/2020.). Contudo, conforme o site da BLS Internacional (<https://www.blsbrazil-lebanon.com/>), ao qual somos direcionados a partir do site da embaixada brasileira em Beirute (Líbano), em janeiro de 2022 o visto humanitário para sírios/as, palestinos/as e refugiados/as apátridas afetados/as pelo conflito na Síria voltou a ser emitido.

⁸⁹ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato do/a interlocutor/a.

documentos, tirar foto, etc., o que, para ele, seria uma prévia do que é o Brasil, já que Kalil considera que aqui todo mundo só se interessa por dinheiro. Depois da taxa paga e dos demais trâmites feitos, o visto saiu em cerca de um mês.

Vemos, portanto, que os/as deslocados/as pelo conflito sírio contam, desde 2013, com mecanismos legais que facilitam os trâmites para viajar ao Brasil, sendo que vários/as interlocutores/as indicaram que o visto ficou pronto em questão de semanas, enquanto que um deles/as, que pensava em ir para a Alemanha, afirmou que, no caso deste país, a resposta para o pedido de visto demora entre dois e três anos; por esse motivo, segundo ele, é que algumas pessoas se arriscam a fazer o trajeto via mar: saem da Síria em direção à Turquia e quando chegam à Grécia pegam um barco para tentar ir para a Alemanha.

Não é à toa, portanto, que o Brasil apareça nas narrativas dos/as interlocutores/as como o único país a estar com portas abertas a eles/as: apesar de outros países, como a Alemanha, poderem ser acessados, o Brasil é percebido como o único (ou um dos únicos) que estava buscando facilitar o processo migratório de pessoas afetadas pelo conflito na Síria⁹⁰.

Ademais, de acordo com os/as interlocutores/as, o Brasil representou a possibilidade de migrar de forma segura, já que muitos/as consideram que a Europa só poderia ser acessada por barco. Deve-se dizer, porém, que o deslocamento para o Brasil não é barato, sendo que alguns/algumas interlocutores/as pontuaram que cada passagem custa cerca de mil e duzentos dólares: em março de 2011, este valor equivalia a 56.400 libras sírias⁹¹, sendo que em dezembro de 2022 um dólar equivalia a 2.512,53 libras sírias⁹². Apenas para ter uma base de comparação, de acordo com Honeysett (2013, p. 28-29), as famílias mais pobres com as quais trabalhou em Damasco ganhavam cerca de 10.000 libras sírias por mês (entre 150 e 170 dólares na época da pesquisa de campo de Honeysett (entre 2007 e 2009)).

⁹⁰ Aqui é importante fazer uma ressalva: apesar do Brasil aparecer na narrativa dos/as interlocutores/as como um país que estava de portas abertas para recebê-los/as, isso diz apenas sobre os mecanismos facilitadores para a obtenção de visto para viajar, sendo que veremos neste capítulo e no próximo como, ao chegar ao Brasil e se deparar com a insuficiência de políticas de acolhimento, há uma mudança de percepção dos/as migrantes em relação ao país. Além disso, é preciso dizer que essa facilidade à qual mencionam os/as interlocutores/as não está posta para todos/as os/as solicitantes de refúgio e demais migrantes: os/as deslocados/as pelo conflito sírio foram beneficiados/as por medidas que facilitaram o processo de solicitação e obtenção de refúgio (além da já mencionada normativa do Conare (BRASIL, 2013) temos a suspensão da necessidade dos/as afetados/as pelo conflito sírio que chegaram antes de 2015 de passar pela entrevista do Conare (PUCCI, 2021) e o fato de que a taxa de deferimento da solicitação de refúgio para os/as sírios/as é uma das mais elevadas (ACNUR, 2014; SILVA *et al.*, 2021; PUCCI, 2021). Ver também Lima *et al.* (2017)), sendo que diversos trabalhos acadêmicos relatam as dificuldades de outros grupos nacionais para conseguir solicitar e obter refúgio no Brasil (FACUNDO NAVIA, 2014; VASCONCELOS, 2021; ALMEIDA, 2021, entre outros).

⁹¹ Cotação disponível em: <https://exame.com/economia/siria-adota-o-dolar-apos-colapso-da-moeda-local/>. Acesso em: 25/02/2022.

⁹² Cf. <https://cuex.com/pt/>. Acesso em: 01/12/2022.

Se, por um lado, isso indica que os/as que vieram ao Brasil tinham certas condições financeiras, por outro é preciso dizer que mais de uma pessoa indicou que chegou ao país com uma quantia muito pequena de dinheiro, cerca de 150 dólares.

A origem de classe dos/as interlocutores/as, contudo, foi um dos dados que mais tive dificuldades em obter: com exceção de Hakim[15] (que possuía uma empresa e morava em um bairro de classe alta na capital da Síria) e Layla (que contou sobre a batalha dos pais para mobiliar a casa com móveis de qualidade), poucos falaram diretamente sobre sua condição financeira e situação de classe na Síria e, com as mudanças na pesquisa de campo trazidas pela pandemia de COVID-19, não consegui avançar muito no sentido de ter mais informações sobre este tema, sendo que tenho apenas indícios sobre a condição financeira e a situação de classe em relação a outros/as interlocutores/as: por exemplo, Omar, Said[8] e Farid, indicaram que sua família possuía determinados bens (propriedades ou objetos de decoração valiosos), enquanto outros/as interlocutores/as ressaltaram que eles/as próprios/as ou seus pais eram profissionais de sucesso no país de origem, por vezes ocupando posições de prestígio (por exemplo, chefe de departamento). Cabe mencionar ainda que o fato de o casal Samer e Aisha ter um histórico de viagens ao exterior também pode ser um indício de sua condição financeira e situação de classe anteriores à migração.

1.2.1 Outros caminhos: os efeitos do conflito nas vidas de sírios/as que viviam no exterior

Diferente dos/as demais interlocutores/as, cujos processos migratórios abordei na seção anterior, Naim[16] e o casal Samer e Aisha não estavam na Síria quando os eventos que levaram à guerra se iniciaram. Todos/as eles/as moravam e todos os homens trabalhavam em outro país da região naquela época⁹³. No caso de Naim, a sua permanência no exterior estava ligada a um contrato de trabalho, sendo que, quando este foi interrompido, teve que deixar o país em questão junto com sua esposa e filhos/as.

Confrontados/as com a necessidade de migrar novamente, Naim e a família optaram por vir para o Brasil, dado que voltar para a Síria não era uma opção: Naim considera que sua pátria não existe mais e, por isso, seria preciso encontrar um outro país onde se estabelecer com a família, preferencialmente um lugar que pudesse ser definitivo, já que mudar-se constantemente

⁹³ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato dos/as interlocutores/as.

é difícil – tem que vender tudo (geladeira, fogão...) e comprar tudo de novo - e, como ele já está com quase 40 anos, quer se estabilizar em algum lugar que seja bom para os/as filhos/as.

Para Naim, a escolha pelo Brasil foi influenciada por um fato ocorrido antes de seu contrato de trabalho ser rompido: alguns anos antes ele e a esposa haviam viajado para o país para dar à luz ao/à terceiro/a filho/a, ocasião em que obtiveram o RNE (atual RNM), tendo em seguida voltado para o país onde Naim trabalhava. Quando perguntei porque ele e a esposa não quiseram ter o terceiro filho no país onde moravam, Naim explicou que este não concede cidadania às pessoas que nascem em solo nacional (o país adota apenas o *jus sanguinis*), assim o/a filho/a que nasceu nesse país tem nacionalidade síria.

Perguntei-lhe, então, se o fato de o Brasil oferecer a possibilidade de naturalização dos pais a partir da cidadania dos/as filhos/as foi um fator que pesou na escolha do Brasil para o parto do/a terceiro/a filho/a e ele disse que sim. Desta forma, quando o contrato de trabalho de Naim foi rompido, ele, a esposa e os/as filhos/as mudaram-se para o Brasil valendo-se da documentação obtida à época do nascimento do/a terceiro/a filho/a. Esta trajetória se aproxima da de Hayat[14], que, no entanto, estava na Síria durante o conflito⁹⁴; ela migrou para o Brasil porque não estava conseguindo obter emprego no país natal, mas já havia dado à luz no país e por isso possuía um Registro Nacional Migratório (RNM). É interessante observar que, diferentemente de outras interlocutoras ou esposas de interlocutores, que migraram grávidas, deram à luz no Brasil e aqui permaneceram, Naim e sua esposa, assim como Hayat, retornaram para o país do Oriente Médio onde moravam e só posteriormente, quando enfrentaram dificuldades relativas a emprego, consideraram vir morar no Brasil⁹⁵.

No caso de Samer e Aisha, viajar para dar à luz era algo comum, feito a cada gravidez. Os/as filhos/as mais velhos/as nasceram em países do primeiro mundo⁹⁶ para que estes/as tivessem cidadania e, portanto, não dependessem de vistos e outros procedimentos burocráticos para viajar (a família costumava ir frequentemente para o exterior e, como veremos no capítulo três, a entrada de pessoas portando passaporte sírio só era/é aceita em muitos países com expedição de visto anterior à viagem), mas todos/as moravam com os pais em um país no Oriente Médio. Tudo mudou quando, em 2016, decidiram deixar a região e mudar-se para um

⁹⁴ O recurso mobilizado por Naim e Hayat de obter documento brasileiro (RNM) para o caso de precisarem deixar seu país de residência habitual em um contexto marcado pela guerra na Síria também apareceu no trabalho de Pucci (2021, p. 81), onde o autor destaca que esta é uma solução encontrada por pessoas afetadas pelo conflito sírio para lidar com as imensas restrições referentes a vistos que pesaram sobre elas.

⁹⁵ É importante lembrar que nenhum/a deles/as solicitou refúgio, tendo empregado outras formas de regularização migratória.

⁹⁶ Os nomes dos países são conhecidos por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato dos/as interlocutores/as.

dos países onde os/as filhos/as nasceram. No entanto, o visto de Aisha para entrar naquele país estava vencido; neste caso, os/as filhos/as migraram acompanhados/as de um/a outro/a parente, enquanto que Samer e Aisha permaneceram no Oriente Médio para tentar resolver a questão do visto de Aisha, algo que não foi possível em função de restrições extras relativas ao visto impostas aos/às sírios/as durante o conflito.

Nesse intervalo de tempo, Samer e Aisha fizeram uma viagem ao Brasil à turismo (foi o único país que emitiu visto de turista a eles/as, pois os demais, segundo o casal, temiam que, por serem sírios/as, usassem o visto de turismo para viajar e depois solicitar refúgio), gostaram muito do país e então procuraram saber o que era necessário fazer para que pudessem morar aqui e foram informados de que eles/as, enquanto sírios/as, poderiam pedir refúgio, firmar um contrato de trabalho ou obter documentos a partir do nascimento de um/a filho/a em solo nacional. A princípio não viram possibilidade para seguir por nenhum destes caminhos, porém, pouco depois de retornarem de viagem, Aisha descobriu que estava grávida. Ao me relatar este acontecimento, Samer colocou isso como uma grande surpresa, mas que no fim foi boa, dizendo que achava que Deus tinha arranjado um jeito de eles/as virem para cá. Assim, Aisha viajou novamente para o Brasil, desta vez para dar à luz, e algum tempo depois seu marido veio se juntar a ela.

Vemos, portanto, que apesar de não morarem na Síria há anos, as vidas de Naim, Samer e Aisha também foram afetadas pelo conflito na terra natal. No caso de Naim, o fato de a Síria estar em guerra fez com que optasse por migrar para um novo país quando seu contrato de trabalho em um país do Oriente Médio se encerrou, já que voltar para a Síria em guerra não era uma opção. Embora de forma menos direta, também podemos ver como o conflito sírio configura as experiências de Samer e Aisha, pois, mesmo que a guerra não tenha sido o motivo do deslocamento deles/as para o Brasil, a existência dela os/as impediu de acessar alguns países, seja para se juntar aos/às filhos/as, seja para viajar à turismo, levando-os/as finalmente a se instalar no Brasil, único país que expediu visto para eles/as, aproximando-se então da experiência de outros/as interlocutores/as que deixaram a Síria em função do conflito. Assim, poderíamos dizer que, de formas diversas, são todos deslocamentos influenciados pelo conflito sírio.

Por fim, cabe refletir sobre as experiências migratórias de Samer e Aisha e Naim e sua esposa em relação ao papel que a reprodução ocupa nelas; nesse sentido, elas dialogam com a literatura sobre mobilidades reprodutivas (LOZANSKI, 2020; ALTAN-OLCAY; BALTA, 2015; SPEIER; LOZANSKI; FROHLIK, 2020), a qual analisa as múltiplas intersecções entre reprodução e deslocamento (alguns exemplos seriam os deslocamentos com o objetivo de

acessar determinadas tecnologias reprodutivas, além de mulheres que se deslocam para dar à luz no exterior). Particularmente, o debate é bastante produtivo com as noções de turismo de parto, nome dado aos movimentos feitos por mulheres para dar à luz em países onde há o *jus solis*, e de bebê âncora (*anchor baby*)⁹⁷, quando o nascimento de um/a filho/a em um determinado país é usado como estratégia de regularização migratória dos pais.

Assim, por se tratarem de deslocamentos que se fundamentam na capacidade reprodutiva feminina, são, como os que se relacionam com o serviço militar, conformados segundo linhas de gênero⁹⁸; interessante destacar nesse sentido que, enquanto em outras famílias homens foram os primeiros a migrar, no caso de Samer e Aisha (e também de Hayat), foi a mulher quem migrou primeiro (para dar à luz).

Além disso, para compreender plenamente este tipo de deslocamento migratório é necessário ter em mente que tanto o que é denominado como turismo de parto quanto o bebê âncora são estratégias traçadas pelos/as migrantes em torno das normas diferenciais relativas à concessão de nacionalidade, bem como à hierarquização de cidadanias, a qual provê direitos (inclusive à mobilidade) diferenciais a cada uma delas (LOZANSKI, 2020)⁹⁹. Os casos relatados aqui (quais sejam, os de Samer e Aisha e de Naim e sua esposa) deixam isso claro: Samer e Aisha optaram por ter os/as filhos/as em países do dito primeiro mundo para que estes/as não precisassem se preocupar, diferentemente dos pais, com questões relativas a visto. No caso do/a filho/a que nasceu no Brasil, esta foi a possibilidade que encontraram (contando com uma atuação do acaso, já que a gravidez não foi planejada) para sair do país onde moravam no Oriente Médio, dado que não conseguiram obter visto para outros países, conforme vimos anteriormente. Já no caso de Naim e da esposa, dar à luz no Brasil foi uma escolha orientada pela ideia de que, como voltar para a Síria estava inviável, era preciso encontrar um país onde pudessem de fato se estabelecer e permanecer com a família (como disse, o país onde moravam anteriormente não concede nacionalidade aos que lá nascem (não tem *jus solis*, apenas *jus sanguinis*) e a permanência da família no referido país estava condicionada a um contrato de trabalho).

⁹⁷ Considero os dois termos problemáticos porque parecem culpabilizar e incriminar os/as migrantes, porém me valho deles para estabelecer diálogo com um debate que já está em construção.

⁹⁸ Há também, ao menos no caso de Samer e Aisha com relação ao nascimento dos/as filhos/as mais velhos/as, uma questão de classe social: conforme explica Lozanski (2020), para conseguir acessar países do primeiro mundo de forma a garantir esta nacionalidade para o/a(s) filho/a(s) e assim ampliar suas possibilidades de mobilidade, é preciso que a mãe já tenha certo grau de mobilidade, o qual está em forte relação com a posse de capital (financeiro e outros).

⁹⁹ Ver, por exemplo, o site *Passport index* (<https://www.passportindex.org/>), que faz um ranking dos passaportes de acordo com a mobilidade que permitem.

Assim, os deslocamentos de Samer, Aisha, Naim e sua esposa são configurados não apenas pela existência do conflito sírio, que limitou suas possibilidades de acessar a Síria e/ou outros países, mas igualmente pelas diferenças e desigualdades que permeiam a concessão de cidadania e os direitos que cada uma implica, diferenças e desigualdades que passam a ser gerenciadas, negociadas e contornadas por meio da capacidade reprodutiva e da mobilidade feminina, a qual permite, em países que tem *jus solis*, a obtenção de cidadania por parte dos/as filhos/as que nascem em solo nacional e em alguns casos, como no Brasil, também a obtenção de documentos por parte dos pais.

1.3 Deslocamentos no interior do Brasil e os caminhos que levaram a São Bernardo do Campo

Como dito na introdução da tese, dos/as 22 deslocados/as pelo conflito sírio que contribuíram com a pesquisa, a maioria (15) morava em São Bernardo do Campo na época em que os/as conheci¹⁰⁰. Isso não significa que todos/as eles/as se instalaram na cidade logo após a chegada; pelo contrário, vários/as moraram em outras cidades antes. O objetivo desta seção é, então, acompanhar alguns desses deslocamentos pelo Brasil e mostrar os motivos que levaram os/as interlocutores/as a se estabelecer na cidade foco da pesquisa ou nas outras cidades onde moram atualmente.

Layla, por exemplo, viveu em diversas cidades do estado de São Paulo, tendo se mudado muitas vezes no primeiro ano que passou no Brasil. Segundo ela, essas mudanças foram determinadas pelo/a parente que a recebeu no país, o/a qual, em suas palavras, “*não para em lugar nenhum*”, sendo que ele/a decidia mudar de cidade e ela e o resto da família iam junto. Sobre a mudança para São Bernardo do Campo, cidade onde moram atualmente, Layla contou que o que motivou esse movimento foi o fato de terem ouvido dizer que a cidade tinha muitas oportunidades de emprego e também muitos/as *árabes* (muçulmanos/as), fator que ela considera importante para que ela não receba tantos olhares na rua por usar lenço (como parte do código de vestimenta recomendado pelo islã às mulheres) quanto ela recebeu nas demais cidades brasileiras onde morou.

O fato de a cidade ter muitos/as *árabes* também influenciou a opção de outros/as interlocutores/as da pesquisa por São Bernardo do Campo, como Aziz. Ao chegar ao Brasil, Aziz se instalou no estado de Minas Gerais, onde tinha um amigo que conheceu pelo *Facebook*;

¹⁰⁰ Todos/as, com exceção de um, permanecem na cidade. Sobre a nova migração deste que deixou São Bernardo do Campo, falei no capítulo dois.

contudo, em função de um problema de saúde de um/a dos/as filhos/as, precisou fazer acompanhamento médico na cidade de São Paulo, tendo que se mudar com a família. Nesse momento, escolheram morar em São Bernardo do Campo, município considerado mais seguro que a capital e que também possui uma ampla comunidade de *árabes*:

Juliana: E... daí... Eu queria entender como vocês decidiram vir para São Bernardo, dentre... o Brasil inteiro?

Aziz: Sim, porque eu, você sabe, o programa de refugiados no Brasil é diferente do programa de, do mesmo programa na Europa, nos Estados Unidos, então quando você vem, você fica no país por causa de, por motivo guerra, conflito, lá tem programa certa, clara, no Brasil, porta tá aberta, mas não tem pessoas espera para você no aeroporto, por exemplo. Só a gente precisa de ajuda no país, quando a gente não fala a língua, não sabe sistema, não tem dinheiro, por exemplo. Só, bom, no, em São Bernardo tem comunidade grande, temos muitas pessoas fala árabe, tem muitos sírios aqui também, já chegaram em São Bernardo, tem também escritos de comunidade, ajudar com documentos, com dinheiro, comida, com achar lugar para morar, muitas coisas. Também vantagem de São Bernardo é segurança, mas não mesmo, por exemplo, do centro de São Paulo, que perigoso mesmo. (Entrevista presencial em janeiro de 2019).

De acordo com a fala de Aziz, como o Brasil não tem um programa claro de refúgio, como os que existem na Europa e nos Estados Unidos, a presença de *árabes* e outras pessoas que falam o idioma em São Bernardo do Campo representa uma oportunidade importante para os/as deslocados/as pelo conflito sírio, que podem encontrar aí, como Aziz encontrou, além de pessoas com quem se comunicar no idioma materno, auxílio em diversas questões práticas que concernem a vida de pessoas em situação de refúgio, como documentação e moradia¹⁰¹. Além disso, houve pessoas que chegaram à São Bernardo do Campo após ter encontrado a mesquita da cidade pela internet e ter obtido ajuda dela para encontrar um imóvel onde morar.

A presença de *árabes* com quem pudessem obter apoio prático também influenciou a escolha da cidade de moradia por parte de outros/as interlocutores/as, como o casal Adnan e Fátima: como veremos em detalhes no próximo capítulo, Adnan e Fátima mudaram de cidade no Brasil porque Adnan conheceu um *árabe* (também deslocado pelo conflito sírio) que se ofereceu para ajudá-los/as a se estabelecer neste novo município, local onde moram até hoje contando com a amizade e o apoio do *árabe* que ali os/as recebeu.

Por outro lado, tiveram pessoas, como Zayn[11] e Farid, que foram diretamente morar em São Bernardo do Campo porque tinham um contato prévio na cidade. No caso de Farid, este contato era um amigo sírio que havia migrado alguns anos antes, enquanto que no de Zayn eram

¹⁰¹ Veremos mais sobre o papel dessa comunidade *árabe* no acolhimento de deslocados/as pelo conflito sírio no capítulo dois.

parentes de um casal que ele conheceu no primeiro país de acolhimento¹⁰²: estando morando neste país após ter emigrado, Zayn recebeu em sua casa, a pedido de uma parente, um casal que estava de passagem pelo país para migrar para o Brasil, dado que tinham parentes que poderiam recebê-los em São Bernardo do Campo. Este episódio foi decisivo na vida de Zayn e sua família, dado que a partir das informações obtidas junto ao casal que acolheram, decidiram também migrar ao Brasil e se instalar em São Bernardo do Campo.

De forma diversa, Kalil, que chegou aqui poucas semanas depois de um tio, resolveu não se instalar na mesma cidade que ele (São Bernardo do Campo), pois não queria viver às custas da família do tio nem que ninguém se metesse em sua vida; preferiu, então, se instalar em uma outra cidade próxima, mas mais dinâmica economicamente. Morou por alguns meses com amigos enquanto trabalhou em uma fábrica; posteriormente, se mudou sozinho para um apartamento na mesma cidade para prepará-lo para receber a família – pais e irmãos – que chegariam ao Brasil. Contudo, os/as familiares não gostaram da localização do apartamento, pois ele ficava em um bairro com muito movimento de pessoas e muito barulho, sendo que a mãe afirmou que não queria mais morar lá. Além disso, de acordo com Kalil, sendo uma mulher estrangeira, a mãe dependia dos parentes com quem coabitava (todos homens) para viajar a São Bernardo do Campo e visitar outros/as parentes, algo que nem sempre era possível porque aqueles não tinham muito tempo livre. Por esse motivo, decidiram mudar de cidade e se juntar aos/às parentes em São Bernardo. Nesta cidade, tanto Kalil quanto seu pai e irmãos trabalham em atividades comerciais ou de prestação de serviço autônomas, seja com pequenas lojas ou no comércio ambulante.

Como Kalil, outros interlocutores, como Said e Omar, passaram de funcionários a pequenos proprietários em São Bernardo do Campo. Outros, como Farid, já migraram com a possibilidade de estabelecer um negócio próprio dada, sendo que o amigo que o chamou para vir ao Brasil havia dito que conhecia um espaço onde Farid poderia abrir um estabelecimento comercial, mantendo a mesma atuação profissional que tinha na Síria.

A situação de tais estabelecimentos, os quais se inserem sobretudo no ramo da alimentação, mas existe também quem atua no ramo da beleza, do vestuário ou outros, é bem variada, sendo que alguns, como o comércio de Omar, prosperavam e até se expandiam¹⁰³, enquanto outros, como o de Said¹⁰⁴ e o de Rashid[9], estavam em uma situação mais

¹⁰² O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato do/a interlocutor/a.

¹⁰³ É preciso pontuar que o fato de o negócio de Omar prosperar não significa que ele tivesse uma rotina de trabalho mais tranquila do que outros/as interlocutores/as com negócios menos lucrativos, como veremos adiante.

¹⁰⁴ Devo notar, porém, que o negócio de Said é bastante recente, se comparado com o de Omar.

complicada, tanto que estes interlocutores frequentemente relataram as dificuldades que enfrentavam para fazer o negócio virar: em resumo, Said e Rashid ressaltaram que os ganhos que tinham com a venda de seus produtos eram quase que inteiramente destinados a comprar matéria prima e a pagar outros custos relativos à produção, como o aluguel do espaço onde produziam (geralmente o mesmo local em que moravam), gerando pouco lucro.

A situação de Hakim[15], que presta serviços ligados a tecnologia, é semelhante à de Said e Rashid, sendo que o primeiro afirma que depois de muito tentar encontrar emprego no Brasil, decidiu prestar serviços na área em que trabalhava na Síria; contudo, tem enfrentado dificuldades para tornar o negócio rentável, pois os/as *brasileiros/as* que atuam no mesmo ramo cobram muito mais barato do que ele (a diferença chega a mais de 10 mil reais) e seria inviável Hakim diminuir seus preços, já que os valores cobrados pelos/as *brasileiros/as* (cerca de dois mil reais) não sustentariam a família dele e porque o trabalho em questão exige muitas horas de dedicação. Aziz, que também prestava serviços, mas na área de idiomas, relatou que seus ganhos eram insuficientes para dar conta dos gastos da família, um dos motivos que contribuiu para que ele tenha deixado o país junto com a família, como veremos no capítulo dois.

Entre os/as que são ou eram funcionários/as quando os/as conheci, como Jalila[5], Layla¹⁰⁵ e Naim, era claro o desejo de, um dia, passar a ter o próprio negócio: Naim, morando há pouco mais de um ano no Brasil, me confessou ter concluído que o trabalho como empregado no país não é muito bom e por isso estava tentando abrir uma loja de produtos para a casa junto a um amigo; Layla e Jalila, por outro lado, esperavam aumentar seus rendimentos abrindo negócios próprios nas áreas em que atuavam como funcionárias. Layla, por exemplo, disse, em setembro de 2020, que quem não estudou (isto é, não fez faculdade - caso dela) precisa criar seu próprio negócio para ganhar bem, porque quem fez faculdade consegue trabalhar em empresa ganhando cinco mil reais, mas quem não tem ensino superior não consegue, então o melhor caminho é evitar permanecer trabalhando para outras pessoas e montar o seu próprio negócio.

Apesar das dificuldades enfrentadas por esses/as interlocutores/as com relação a emprego e renda não serem exclusividade dos/as migrantes, sendo que dados recentes divulgados na mídia revelam um aumento na taxa de desemprego e nos índices de

¹⁰⁵ Todas as interlocutoras mulheres trabalhavam ou desejavam trabalhar no Brasil, situação que não é generalizada, visto que as esposas de alguns interlocutores não trabalhavam, sendo que alguns dos maridos em questão disseram que isso se justifica pelo fato de as esposas precisarem cuidar dos/as filhos/as e da casa, tarefas que não deixavam tempo para o trabalho remunerado.

informalidade, bem como uma queda na renda da população do país¹⁰⁶, devemos considerar que, no que concerne ao contexto específico do refúgio, existem diversos obstáculos suplementares à obtenção de um emprego na área de formação/atuação habitual e isso mesmo para aqueles/as que possuem alta qualificação, afinal os processos de revalidação de diplomas são complicados, existe preconceito em relação a estas populações e ainda há a questão do domínio da língua do país de refúgio e dos meandros da busca de emprego no novo contexto (Cf. TILBURY; COLIC-PEISKER, 2007; HAMID, 2012). Como afirmam Tilbury e Colic-Peisker (2007) sobre a Austrália (e os dados da presente pesquisa e de outras realizadas no Brasil¹⁰⁷ indicam que também aqui isso tem ocorrido), esse cenário levou muitos/as refugiados/as a instalarem-se em empregos cujas exigências estavam abaixo de suas qualificações, situação que tende a se manter porque a atuação neste tipo de emprego os/as afasta de elementos (atualização de conhecimentos e socialização com pares) importantes para a obtenção de postos que correspondam às suas qualificações.

Nesse sentido, é importante destacar também, mesmo que de forma breve, já que este tema é o objeto do capítulo dois da tese, que as dificuldades relativas a emprego e renda enfrentadas pelos/as interlocutores/as da pesquisa estão relacionadas com o fato – já apontado neste capítulo por Aziz – de o Brasil não ter um rol robusto de políticas de acolhimento destinadas às populações refugiadas e migrantes: segundo alguns interlocutores (homens) o governo brasileiro fornece a carteira de trabalho (a partir da solicitação de refúgio) e nada mais, sendo que os movimentos para obter emprego ficam à cargo quase que inteiramente dos/as migrantes (existem algumas iniciativas de igrejas, mesquitas e organizações da sociedade civil nesse sentido, mas estas se revelam insuficientes e, ademais, os empregos propostos por elas nem sempre são condizentes com o grau de instrução e a área de atuação do/a migrante, questão que foi alvo de queixa por parte de Aziz).

Nesse contexto, o empreendedorismo ou o autoemprego (TRUZZI; NETO, 2007) aparecem aos olhos de muitos/as como uma oportunidade melhor de trabalho ou, ainda, a única que lhes está disponível¹⁰⁸. É preciso lembrar, porém, que o autoemprego já é uma estratégia consolidada entre *árabes* migrantes no Brasil, como bem apontam Truzzi e Neto (2007)¹⁰⁹;

¹⁰⁶ Cf. <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-sera-9-pais-com-pior-taxa-de-desemprego-em-2022-mostra-ranking/> e <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/31/pais-tem-12-milhoes-de-desempregados-38-milhoes-na-informalidade-e-menor-renda-em-10-anos>. Acesso em: 22/06/2022.

¹⁰⁷ Ver: Vasconcelos (2021), Almeida (2021), Branco Pereira (2019), Pucci (2021), apenas para citar alguns.

¹⁰⁸ Para visões críticas ao empreendedorismo ou autoemprego, ver Antunes (2014a, 2020) e Pamplona (2001).

¹⁰⁹ Nas palavras dos autores:

As observações de campo sugerem que, para o primeiro grupo de etnias, as assim chamadas comerciais [sírios e libaneses, judeus e armênios], a capacidade empresarial está associada a um recurso étnico relacionado a cada etnia como um todo, prevalecente entre todos os seus estratos.

nesse sentido, há um encontro entre a conjuntura atual e os caminhos trilhados por muitos/as migrantes *árabes* ao longo dos mais variados fluxos migratórios entre o Oriente Médio (particularmente os atuais Síria e Líbano) e o Brasil a partir do fim do século XIX¹¹⁰.

Nesse cenário, a experiência laboral de Samer se destaca como um diferencial: consultor de uma empresa internacional de tecnologia (para a qual já trabalhava antes da migração), Samer se apressou em dizer, quando nos conhecemos, que não tinha problemas na área laboral/financeira. Por outro lado, um aspecto que reúne Samer aos/às outros/as interlocutores da pesquisa em São Bernardo do Campo é o fato de em geral terem o local de moradia e o de trabalho geograficamente próximos, sendo que alguns/algumas deles/as, como Samer, trabalham em casa.

Em termos de distribuição espacial na cidade de São Bernardo, constatou-se que a grande maioria dos/as interlocutores/as mora e trabalha em bairros centrais, local igualmente ocupado pela prefeitura da cidade e por grande parte das instituições islâmicas. Com relação ao bairro em que se localizam estas instituições, é preciso dizer que ele também é morada de outros/as muçulmanos/as e *árabes*.

1.4 Os deslocamentos e as relações familiares

Como vimos nas trajetórias migratórias descritas anteriormente, enquanto alguns/algumas interlocutores/as migraram com seus/as esposos/as ou com outros/as parentes (como pais e irmãos/ãs), outros/as, sobretudo homens, migraram sozinhos/as; isso não significa que estes/as últimos/as assim permaneceram, visto que muitos/as deles/as posteriormente trouxeram parentes (esposa/o, filhos/as, pai, mãe e/ou irmão/ãs) para morar no Brasil, sendo que atualmente todos/as os/as interlocutores/as que permanecem no país (um deles/as migrou novamente, como veremos no capítulo dois) estão acompanhados/as de ao menos um/a familiar.

Durante décadas, independentemente do pioneirismo ou da chegada mais tardia ao país, a esmagadora maioria dos imigrantes desses grupos visava o estabelecimento de um negócio próprio da família. É claro que houve assalariamento, mas sempre de caráter temporário, subordinado a uma estratégia de formação do primeiro pecúlio que possibilitasse a abertura do negócio próprio. Pouco importava também o porte inicial dessa firma: média, pequena, minúscula, ou ainda não estabelecida fisicamente, como no caso dos mascates, em que a firma é um baú de mercadorias. O essencial era granjear independência de ação e não condicionar o retorno da operação a um limite preestabelecido, como na relação assalariada. No dizer de um entrevistado, “todos buscávamos cuidar do nosso próprio nariz” (TRUZZI; NETO, 2007, p. 45).

¹¹⁰ A atuação como comerciante também não é uma novidade na vida de muitos/as deslocados pelo conflito sírio: Lima et al. (2017) indicam que, dos homens sírios que chegaram ao Brasil até 2014, 18,1% se dedicava a atividades comerciais no país de origem (contra 0% das mulheres).

O objetivo desta seção é observar os nexos entre os deslocamentos em tela e as relações familiares, mostrando como o afastamento e a (re)aproximação geográfica de parentes podem ter consequências e valores imprevistos e muitas vezes ambivalentes. Para tanto, trago as experiências de alguns/algumas interlocutores/as que pude acompanhar mais de perto.

1.4.1 As ambivalências da aproximação geográfica

Com Kalil vimos como a chegada de parentes, no caso pais e irmãos, pode mudar aspectos da dinâmica da vida no Brasil: em função do desgosto da mãe pelo local onde se localizava o apartamento que Kalil montou para receber a família e do desejo dela de visitar os/as parentes em São Bernardo, a família mudou-se para esta última cidade.

O que ainda não vimos são os meandros das relações familiares nestes dois momentos, isto é, quando os pais e irmãos não estavam no Brasil e depois de sua chegada. Sobre o momento em que ficou geograficamente separado destes/as parentes, Kalil contou que morou com amigos e que eram todos tranquilos, cada um ficava no seu quarto. Porém, sempre sentia que faltava alguma coisa. Na verdade, disse, faltavam muitas coisas: comida gostosa, a roupa dele ficava toda bagunçada, era ele quem tinha que lavar, etc., fazendo-me perceber que ele não tinha familiaridade com as tarefas domésticas, fato que ele justificou dizendo que a mãe dele nunca deixou os filhos fazerem nada em casa: segundo Kalil, a mãe quer fazer as coisas do jeito dela e gosta de trabalhar em casa.

Com a chegada dos pais e dos irmãos, se, por um lado, as questões com as tarefas domésticas desapareceram, pois a mãe assumiu novamente a responsabilidade por elas, por outro, novas questões relativas à manutenção da casa emergiram, gerando (ou reascendendo) tensões entre os/as parentes.

No início de 2020, Kalil estava muito cansado, pois vários problemas rondavam sua cabeça. Parte destes, conforme me relatou, tinham relação com a família: as contas de energia elétrica e água estavam vindo muito elevadas e quando ele perguntou para a mãe o que estava acontecendo ela disse que os irmãos dele tomavam banhos muito longos e quentes, mesmo no verão, algo que não era compreensível para Kalil.

Além disso, Kalil relatou que em sua casa havia muito desperdício de comida e bebida, pois o pai, responsável por fazer as compras, quando via uma promoção no mercado comprava vários produtos, mas acabava esquecendo de verificar a validade, que em geral era uma data próxima, e então a família não conseguia consumir todos os itens a tempo. Kalil e a mãe já haviam conversado com o pai sobre isso diversas vezes, mas o comportamento do último não

mudara, sendo que Kalil adicionou que o pai era assim desde que ele (Kalil) era pequeno. A diferença, talvez, é que atualmente a renda familiar é composta pelos ganhos do trabalho de todos os homens da família, sendo que Kalil tinha, na época da pesquisa de campo, um trabalho mais estável que o do pai. Além disso, Kalil tem igualmente um domínio maior do português, fator que, como veremos, impacta na distribuição de responsabilidades na família.

Fica claro, portanto, como o afastamento e a (re)aproximação geográficos entre parentes influenciaram a vida de Kalil e suas dinâmicas familiares: se o afastamento trouxe a saudade dos cuidados da mãe relativos às tarefas domésticas, a aproximação produziu, não apenas a mudança de cidade, mas também a volta de certos atritos com o pai e desentendimentos com os irmãos em questões também relacionadas à manutenção da casa; tais desentendimentos e conflitos, penso, também têm relação com a atual distribuição de responsabilidades na família, já que depois da migração quem ter maior estabilidade no emprego é Kalil e não seu pai.

No caso de Samia, a própria possibilidade da mãe vir ao Brasil já lhe impunha questões complexas: Samia e os/as irmãos/ãs haviam emigrado com o conflito sírio e moravam em países diversos¹¹¹, mas estavam na condição de indocumentados/as. Decidiram então se reunir no Brasil, um dos poucos países que estava facilitando a vinda de deslocados/as pelo conflito sírio, especialmente de sírio-palestinos/as, caso de Samia e sua família. Alguns meses depois, mandaram uma carta convite para a mãe vir se reunir com eles/as, fato que foi complicado para Samia em função de desentendimentos prévios com ela em torno de decisões importantes sobre a vida da primeira (como sua emigração e seu casamento [hoje ela não se encontra casada], quando ela ainda era bem jovem [tinha menos de 20 anos]) e os ressentimentos que eles causaram; por outro lado, a filha não queria que a mãe permanecesse na Síria em meio a guerra e por isso via na migração para o Brasil uma oportunidade de proporcionar maior segurança à mãe.

Com a chegada desta, os desentendimentos entre mãe e filha continuaram: um irmão de Samia decidiu sair do estado de São Paulo em busca de uma melhor inserção laboral levando consigo a mãe, a qual decidiu que Samia também iria. De acordo com Samia, sua mãe queria que ela ficasse para sempre com eles/as, ajudando o irmão nos negócios e dependendo do dinheiro dele; porém, Samia não queria isso: ela não gostou da nova cidade (achou as pessoas muito racistas) e queria construir a sua independência pois sabia que, no limite, só poderia contar consigo mesma: a mãe não estaria ali para sempre e esse irmão poderia, como os/as outros/as, casar, ter filhos/as e aí ter menos tempo para focar na família de origem. Nesse

¹¹¹ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato dos/as interlocutores/as.

sentido, Samia sentia que tinha que construir uma vida para si de forma independente da família. Com esse objetivo, voltou para o estado de São Paulo mesmo sem o apoio dos/as parentes, o que os/as levou a se afastar dela, e buscou se estabelecer no mercado de trabalho. Depois de algum tempo, quando os/as parentes viram que ela tinha se mudado para o estado de São Paulo não para “*fazer putaria*” (Entrevista online, 05/04/2021), mas para construir para si uma carreira e que isso estava dando certo (ela consegue se sustentar sozinha e conquistou coisas, como alugar um apartamento e ingressar na faculdade), eles/as se reaproximaram de Samia.

Já para Said a chegada dos pais ao Brasil, cerca de dois anos depois da sua, foi o início dos seus problemas. Quando me contou isso, Said fez questão de explicar que o problema não foram os pais – para ele, os pais são a chave do paraíso, pois é tratando-os bem que uma pessoa pode ter acesso ao paraíso (na ocasião contou-me uma história, provavelmente religiosa, de um criminoso que não era levado por Deus [ou seja, morto] porque sempre cuidava da mãe doente) -, mas porque, depois deles, vieram outros/as parentes e estes/as lhe causaram problemas: Said apoiou financeiramente a vinda destes/as para o Brasil, o que, junto com outros fatores, colocou-o em uma situação econômica delicada; ademais, um/a destes/as parentes, já no Brasil, entrou em conflito com Said e o expulsou do negócio que tinham juntos/as.

Além disso, apesar de serem considerados por Said como a chave do paraíso, pude notar pelos relatos dele que a presença de seus pais no Brasil influenciou o fluxo de sua vida amorosa em dois sentidos¹¹²: em um primeiro momento, a chegada dos pais causou tensões no casamento de Said com uma *brasileira* evangélica – os pais não gostavam da moça e a moça também tinha questões com os pais do marido; em um segundo momento, já separado da primeira esposa, os arranjos para um novo casamento de Said tinham que levar em conta o fato de que ele era o responsável por cuidar de e sustentar seus pais, sendo então inviável casar-se com alguém que exigisse uma casa separada dos/as sogros/as.

Embora no caso de Said a dependência dos pais em relação a ele seja expressa em termos de idade e de suas condições físicas, devemos também considerar o fato de Said ter migrado antes e ter um maior domínio do português, o que reforça a posição de dependência dos pais em relação ao filho.

As diferenças no nível de domínio da língua portuguesa, bem como do sistema e dos códigos culturais brasileiros, produto não apenas do tempo de permanência no país, mas igualmente de fatores como trabalho, tempo passado em casa e tempo livre para estudo, produzem dentro das famílias migrantes mudanças na distribuição de responsabilidades, sendo

¹¹² O tema das relações afetivas/sexuais e do casamento será abordado com mais vagar no capítulo quatro.

que, em cada família, a pessoa que conhece mais o idioma e os códigos locais tende a assumir a liderança nos processos de administração da vida familiar que envolvem contato com pessoas e instituições *brasileiras* - regularização migratória, interação com instituições como Poupatempo e Detran, consultas médicas e, a depender da disponibilidade e do nível de português dos demais membros da família, compras- , e isso mesmo quando os/as parentes migram ao mesmo tempo¹¹³.

Por exemplo, Jalila, interlocutora que estava apenas com o marido no Brasil, afirmou, em 2019, que ela tinha que faltar muito no trabalho porque, como fala português melhor, é quem fica responsável por resolver eventuais problemas na casa, como defeitos no serviço de internet, além de precisar acompanhar o marido em consultas médicas para ajudá-lo a se comunicar com o/a profissional de saúde.

Como vemos, isso gera uma carga de trabalho adicional para Jalila e outros/as interlocutores/as que assumem o mesmo papel, fato que muitas vezes fez com que fosse difícil me reunir com alguns/algumas interlocutores/as, sobretudo aqueles/as com quem não era possível encontrar espontaneamente em locais públicos, como nos comércios onde trabalham. Sobre este papel de mediador/a, alguns/algumas me confessaram se sentirem cansados/as ao tentar conciliar este trabalho de mediação das relações dos/as parentes com o Brasil e o próprio emprego. Outros/as estavam felizes por assumir essa função e assim ajudar os pais, ressaltando todo o cuidado que haviam recebido deles anteriormente. No caso de Jalila, o seu papel de mediadora causou problemas em um de seus empregos, já que os/as colegas e superiores/as não entendiam porquê ela precisava faltar com frequência nem que a situação seria diferente caso ela tivesse outros/as parentes na cidade, já que estes/as poderiam ajudá-la nas questões que precisa resolver em seu cotidiano.

Assim, fica claro que a presença de parentes no Brasil se reveste de um caráter ambivalente no contexto que pesquiso, sendo por vezes desejada em função das saudades e/ou do apoio que a presença de familiares pode trazer, mas também envolvendo questões como trabalho adicional de mediação, o qual pode ou não ser negativamente investido, e a

¹¹³ Ademais, no caso de alguns jovens adultos/as em relação a seus pais, não podemos esquecer que, além do papel nas providências práticas, podem contribuir significativamente para a renda familiar. No caso dos/as filhos/as serem adolescentes ou crianças também pode haver essa atuação como mediadores/as das relações dos pais com instituições e pessoas *brasileiras*: como estão na escola, as crianças e adolescentes em geral dominam o português antes dos pais e passam a ajudá-los quando o uso deste idioma é indispensável, como em situações de compras ou nas consultas médicas. É este o caso da família de Aziz, por exemplo: ele contou-me que, quando pode, acompanha a esposa ao supermercado e em consultas médicas, mas quando ele está trabalhando quem a ajuda são os/as filhos/as, que à época eram crianças (o mais velho tinha oito anos). Inclusive no projeto de ensino de português para refugiados e migrantes que participei como voluntária, as coordenadoras afirmaram que algumas vezes a presença do/a filho/a em sala de aula permite que o pai ou a mãe acompanhem melhor as aulas, dado que os/as ajudam.

(re)produção de conflitos na família. Como vimos, conflitos podem surgir em função das novas configurações da família no refúgio (particularmente mudanças de papéis assumidos por pais e filhos/as e também situação financeira e de moradia) e antigos conflitos podem reemergir ou se intensificar a partir do reencontro de parentes em solo brasileiro. Essa questão, vimos com Samia, não é estática, sendo que com o tempo as relações familiares podem encontrar soluções mais ou menos provisórias para os conflitos depois da migração.

Nesse sentido, é interessante apontar que uma das interlocutoras da pesquisa resistiu muito à ideia de migrar para o Brasil porque aqui morava um parente com o qual ela não se dava bem; segundo ela, eles dois têm pensamentos muito diferentes, especialmente no que concerne ao que é permitido à mulher (importa pontuar que a própria interlocutora trouxe o fato de outros homens *árabes muçulmanos* de seu convívio não compartilharem destas ideias limitantes sobre o que as mulheres podem ou não fazer). A interlocutora só aceitou migrar para o Brasil quando percebeu que, por conta do conflito, já não estava mais vivendo, pois tinha medo de sair de casa em função dos bombardeios na Síria, mas também de ficar em casa pelo mesmo motivo.

Chegando ao Brasil, os conflitos entre a interlocutora e seu parente reascenderam, sendo que o período em que morou com este parente foi bastante difícil para a interlocutora por conta dos desentendimentos com ele e pelas limitações que acabaram pesando sobre ela. Posteriormente, morando em outra casa, ainda existiam conflitos entre a interlocutora e seu parente, mas pude notar que estes eram intercalados com momentos de maior aproximação entre eles/as, sendo importante dizer que, para minha interlocutora, era importante fazer um esforço para se acertar com o parente justamente por estarem unidos/as por uma relação de parentesco.

1.4.2 As diferentes temporalidades do deslocamento e as relações familiares¹¹⁴

Farid chegou sozinho ao Brasil. Quando nos conhecemos, dois anos depois, ele ainda morava só em São Bernardo do Campo e contou-me que sentia-se muito solitário¹¹⁵ e tinha muitas saudades da família: a esposa e um/a filho/a, ainda criança, estavam na Síria, enquanto que outros/as filhos/as estavam em um país da região¹¹⁶ aos cuidados de um/a parente. Farid

¹¹⁴ Esta seção foi construída majoritariamente com base nos discursos de Farid e Omar, sendo que não consegui um amplo diálogo com seus/suas familiares, como explico na introdução da tese.

¹¹⁵ Veremos no capítulo três que a ausência da família não era o único motivo da solidão sentida por Farid.

¹¹⁶ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato dos/as interlocutores/as.

desejava e planejava trazer sua esposa e filhos/as para o Brasil, mas para tanto precisava trabalhar muito, porque deveria comprar quatro passagens de cerca de mil e duzentos dólares cada. Além disso, tendo tentado fazer a carta convite para trazer os/as filhos/as que estavam no outro país de acolhimento, estes/as foram informados/as no consulado brasileiro daquele país de que, sem o RNE (atual RNM) do pai, não seria possível dar seguimento ao processo.

Alguns meses depois, quando encontrei novamente Farid e soube da tentativa frustrada de trazer seus/suas filhos/as para o Brasil, soube também que ele já tinha o protocolo de solicitação do RNE, no qual constava o número do documento, mas ainda aguardava a emissão do documento impresso, passo necessário, segundo a pessoa que informou seus/suas filhos/as no consulado brasileiro, para iniciar os procedimentos para trazê-los/as para morar no Brasil. Nesta ocasião Farid contou-me que além deste, outros processos estavam impedidos por não ter ainda o documento impresso do RNE: não estava conseguindo abrir conta em banco, tampouco obter CNH¹¹⁷.

Com relação ao processo de trazer os/as parentes, soube no início de 2020, quando voltei a São Bernardo do Campo, que tanto os/as filhos/as mais velhos/as quanto a esposa e a filha mais nova haviam chego há alguns meses, sendo que os/as filhos/as mais velhos/as vieram primeiro; naquele contexto, Farid estava ocupado correndo atrás da documentação de todos/as os/as membros/as da família, já que, apesar das dificuldades que tinha para se expressar em português, em sua casa é quem mais domina o idioma. Além disso, é preciso considerar outros conhecimentos que ele adquiriu no tempo que vive no Brasil, relativos aos procedimentos burocráticos e ao funcionamento de órgãos públicos, como a Polícia Federal.

A chegada da esposa e dos/as filhos significou para Farid simultaneamente a realização do desejo de reunir-se novamente com a família e a emergência de algumas dificuldades: de repente a casa que abrigava uma pessoa passou a abrigar cinco e os/as filhos/as mais velhos/as passaram a pedir por quartos individuais, o que só seria possível se Farid alugasse uma nova casa, movimento que aumentaria em muito seus gastos, não sendo possível naquele momento. Além disso, Farid falou que é difícil para as famílias que chegam ao Brasil, pois enfrentam muitos problemas aqui, indicando igualmente que todos/as em sua casa estavam confusos/as em meio a esta grande mudança e toda a adaptação que ela exige. Questionado sobre quais são

¹¹⁷ Como será discutido no capítulo dois, pela lei Farid não precisaria ter o RNE/RNM para abrir conta em banco e obter CNH, sendo que outros documentos de identificação, como o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, deveriam ser suficientes, porém isso não se verifica na prática (MORTARI; MARTINO, 2019; VASCONCELOS, 2021, p. 176; FACUNDO NAVIA, 2014, p. 281). Com relação à reunião familiar, de fato há a exigência de que o familiar chamante tenha RNE (atual RNM) para que possa solicitar a facilitação do visto de reunião familiar (MARTUSCELLI, 2019, p.72; PUCCI, 2021, p.78).

os problemas enfrentados pelas famílias que chegam ao Brasil, Farid disse que são dois: língua e ladrão.

Com relação ao primeiro problema – a língua – disse que não sabia o que fazer com os/as filhos/as, pois não quer que eles/as fiquem como ele, que na época tinha dificuldades de se comunicar plena e livremente em português (ele também não fala inglês, idioma que ajudou alguns/algumas interlocutores/as a se comunicar no Brasil enquanto estavam aprendendo o português). Perguntou para mim o que ele deveria fazer. Indaguei se os/as filhos/as estavam na escola, ele respondeu afirmativamente e eu disse que a escola é um lugar interessante para conhecer pessoas e para praticar o português. Farid disse então que esperava encontrar um trabalho com *brasileiros/as* para o filho mais velho para que assim este pudesse aprender melhor e mais rapidamente o português, tendo inclusive me perguntado se eu conhecia algum restaurante com vagas abertas.

Devo pontuar, porém, que, quando conversei rapidamente com o filho de Farid mediada por um aplicativo de tradução árabe-português, notei que as expectativas do primeiro em relação ao trabalho eram bastante distintas das do último: mostrei ao filho uma vaga de emprego em uma pizzeria que havia visto pelo *Facebook*, mas o rapaz descartou a possibilidade de trabalhar lá justamente porque é um restaurante de *brasileiros/as* e ele ainda não falava português, então ele acreditava precisar encontrar um trabalho com *árabes* naquele momento. Como na sequência houve a chegada da pandemia e com ela a dificuldade de manter um contato regular e próximo com Farid e sua família, soube apenas recentemente que o filho acabou não seguindo nenhum dos dois caminhos: começou a trabalhar em casa produzindo e vendendo produtos para restaurantes.

Voltando aos problemas das famílias que chegam ao Brasil, o segundo elemento trazido por Farid foi a violência urbana, encarnada na figura do ladrão. Contou-me que nos poucos meses em que estavam no Brasil, seus/suas parentes já tinham sido vítimas de um roubo e um assalto, acontecimentos que despertaram nos/as filhos/as mais velhos/as o medo de sair de casa e reforçaram na esposa o desejo de retornar à Síria, sendo que ela já pensava nisso em função das saudades que sentia da família de origem. Essas duas consequências das experiências com a violência urbana no Brasil (São Bernardo do Campo) preocupavam Farid, sendo que o desejo da esposa de retornar à Síria trazia questões complexas, dado que ele próprio não pretende voltar a morar no país em que nasceu, visto que perdeu tudo o que conquistou por conta da guerra e pode apenas imaginar onde estaria na vida caso tivesse nascido no Brasil. Esse dilema é mais espinhoso por conta dos/as filhos/as, sendo que o interlocutor ressaltou o caso da filha mais nova, pois as crianças pequenas precisam, segundo ele, da presença conjunta do pai e da

mãe. Além disso, a importância de os/as filhos/as ficarem junto aos pais foi trazida por Farid e outros/as interlocutores/as em momentos diversos.

A experiência de Farid com sua família nos mostra que, se ficar longe da esposa e dos/as filhos/as foi bastante penoso por conta da solidão e das saudades, a reunião da família no Brasil tampouco foi fácil, pois gerou expectativas frustradas e também diferentes projetos de futuro, os quais envolvem desde a forma de inserção no Brasil (Farid quer que os/as filhos/as ocupem um lugar diferente do dele na sociedade são bernardense, o qual é marcado pela pouca prática do português e por um isolamento relativo em relação a brasileiros/as¹¹⁸, projeto que poderia ser prejudicado pelo desejo do filho mais velho de trabalhar com *árabes*), até o país de moradia (Farid pretende permanecer no Brasil, enquanto a esposa pensava, em janeiro de 2020, em voltar para a Síria).

Omar viveu um processo parecido, mas ocupando outra posição: além da esposa, trouxe também pais e irmãos/ãs. Quando conheci Omar ele estava acompanhado de dois irmãos e das famílias que eles construíram por meio do casamento; seus pais e uma irmã estavam em um país do Oriente Médio¹¹⁹, sendo que faziam quatro anos que meu interlocutor havia saído de lá e que não via os pais, pois, segundo ele, o referido país tem uma lei que impede que se retorne a ele uma vez que o deixou.

Assim, o desejo do interlocutor era trazer os pais e a irmã ao Brasil, mas como as passagens são caras e como estava operando mudanças no comércio que tem em São Bernardo do Campo, a reunião familiar ainda era incerta. A situação se complicava ainda mais porque os pais são idosos e precisam de cuidados, sendo que o interlocutor deu a entender que cuidar dos pais era uma tarefa para a qual a irmã precisaria da ajuda e do apoio dos/as demais irmãos/ãs; além disso, os pais e a irmã já estavam com o visto para vir ao Brasil, o qual tinha validade de três meses e que, depois de findo este prazo, a viagem já não seria mais possível.

Quando voltei a encontrar este interlocutor, no ano seguinte, ele havia conseguido trazer o resto da família para o Brasil. Fazia poucos meses que os pais e a irmã estavam na cidade e todos/as os/as membros da família moravam juntos/as, para economizar o valor gasto com o aluguel. A presença em uma mesma casa de pessoas com processos migratórios e relações com o Brasil diversos estava sendo difícil, dado que os pais não estavam gostando de morar aqui e, como fazia pouco tempo que haviam chegado, dependiam muito dos/as filhos/as para a condução de suas vidas: Omar contou, por exemplo, que às vezes os pais se perdiam quando andavam pela cidade e então ligavam para ele ir buscá-los.

¹¹⁸ Abordo a questão do isolamento relativo de Farid no capítulo três.

¹¹⁹ O nome do país é conhecido por mim, mas omito como forma de garantir o anonimato dos/as interlocutores/as.

Para além da atuação como mediador dos pais, Omar relatou alguns desentendimentos no interior da família, dado que ele, há mais tempo no Brasil e tendo um contato mais amplo com *brasileiros/as* e suas normas sociais, tem posturas que os pais consideram absurdas: por exemplo, o interlocutor gostaria de passar suas férias na praia, mas a mãe não queria ir porque nas praias brasileiras as mulheres usam biquíni e para ela isso é uma questão na medida em que se afasta de preceitos do islã sobre as vestimentas femininas¹²⁰; o interlocutor afirmou não se importar com o fato das mulheres usarem biquíni na praia, o que gerou espanto por parte da mãe, que, por isso e por não gostar de morar no Brasil, preferia que a família passasse as férias em casa, algo frustrante para Omar, pois essa era a única oportunidade que ele tinha para espalhar e relaxar (seu ritmo de trabalho é intenso – ele trabalha seis dias por semana desde antes do almoço até de madrugada - e se soma ao papel que tem na família como mediador da relação dos pais e outros/as parentes com o Brasil), mas ficar em casa prejudicaria essa possibilidade.

A esposa de Omar (que migrou depois dele) também não estava gostando de morar no Brasil, pelo menos até o início de 2021, quando Omar parou de me responder. Para Omar, o desgosto da esposa tinha relação com outras questões: na Síria, trabalhava fora e no Brasil era dona de casa, contribuindo com o cuidado do imóvel onde a família vive e também criando o/a filho/a do casal. Assim, segundo Omar, a esposa se sente frustrada por não estar empregando sua capacidade profissional no momento, sentimento que perdurou mesmo que o casal tenha feito movimentos para inseri-la profissionalmente no Brasil. Ademais, ela sentia muitas saudades da família de origem e se preocupava com a possibilidade de não mais conseguir ver os pais, que são idosos. Para ela, como para a esposa de Farid e ainda outras esposas no meu contexto de pesquisa, voltar para a Síria é uma opção, enquanto que para o marido, o desejo é ficar no Brasil, o que, em muitos casos, como o de Omar, coloca questões relativas à dinâmica do casamento em meio à distância geográfica e ao local de moradia do/a(s) filho/a(s).

Tudo isso culmina em uma diferença central que separa os/as membros da família de Omar: segundo o próprio, alguns de seus parentes, particularmente os que ficam mais em casa (mulheres e idosos/as) pensam em voltar, seja para a Síria ou para o primeiro país de acolhimento, enquanto que, de modo geral, os homens e as crianças (os/as filhos/as) preferem ficar no Brasil. A existência de diferentes mundos em uma mesma casa estava sendo muito difícil para Omar, que sentia que os/as familiares que ficam mais em casa não entendiam o seu lado, especialmente a abertura que tem em relação aos/às *brasileiros/as*.

¹²⁰ Além da vestimenta das mulheres no Brasil, outra coisa que chocou os pais do interlocutor foi a existência de moradores de rua, algo que diversos/as interlocutores/as pontuaram não ser comum na Síria.

Assim, se em Farid a solidão se expressa como resultado de, entre outros fatores, ausência da família, no caso de Omar poderíamos dizer que a sensação de não ser compreendido pelos/as parentes que ficam mais em casa é uma forma de solidão (REZENDE; COELHO, 2010, p. 63): por conta da diferença nos modos de inserção dos/as parentes no Brasil, produziu-se uma espécie de abismo entre eles/as, na medida em que, vivendo cada um em um Brasil diferente, há estranhamento entre eles/as ao ponto de, em algumas questões, não conseguirem se entender.

Além de produzir em Omar sentimentos próximos à solidão, este cenário reforça o argumento, já apontado por Facundo Navia (2014, p. 289), de que as famílias de pessoas em situação de refúgio não são “núcleos coesos e indissolúveis cujos membros viveriam todos em um mesmo ritmo ou em um mesmo tempo”; pelo contrário, como vimos ao longo do capítulo e como é possível notar no trabalho de Facundo Navia (2014), cada membro da família constrói para si um lugar muito singular no país de acolhimento e isso mesmo quando a família migra em um mesmo momento no tempo (lembremos, por exemplo, do papel de mediador/a discutido na seção anterior).

Voltando à experiência de Omar, o fato de a vida no Brasil continuar sendo bastante difícil para os pais, que estavam infelizes, deixou-o muito triste, sendo que no início de 2020 ele comentou comigo que é preciso pensar muito antes de trazer a família para o Brasil, porque, apesar das saudades, talvez os pais ficassem melhor no primeiro país de acolhimento; por outro lado, Omar fica feliz que os pais tenham vindo, pois assim pode cuidar deles.

A questão da família de Omar é ainda complexa na medida em que, além das vontades divergentes dos/as membros e das diferentes realidades em que vivem (o Brasil certamente não é a mesma coisa para cada um/a deles/as), a questão de ficar ou ir embora é atravessada por outros elementos, como o fato do primeiro país de acolhimento não permitir o retorno, pelo custo da viagem de volta e pela questão da distância geográfica nas dinâmicas familiares. Para além disso, nos anos de 2020 e 2021, a pandemia do novo coronavírus figurou como uma complicação suplementar na medida em que dificultou as viagens internacionais e acabou por separar geograficamente por alguns meses meu interlocutor de sua esposa e filho, os quais haviam viajado para a Síria em visita aos/às parentes da moça.

As experiências relatadas por Omar e Farid com relação às intersecções entre migração e família reforçam a ideia trazida por Hamid (2012, p.267) de que as aproximações geográficas entre parentes têm potencial para trazer questões e conflitos para as relações familiares. Contudo, diferentemente do caso descrito pela autora, que traz os conflitos que surgiram (ou foram reanimados) por conta de aproximações involuntárias (por circunstâncias relativas ao

deslocamento forçado e também por pressões econômicas), as experiências de Farid e Omar trazem desencontros entre familiares como consequências não previstas de reunificações familiares muito desejadas, embora a experiência de Omar seja permeada pela reunião de todos/as os/as membros da família em uma mesma casa por questões econômicas.

Como vimos, nas narrativas de Farid e Omar, os desencontros entre familiares são produzidos pelas relações diferenciais que cada parente, mediado/a por questões como temporalidade do processo migratório, gênero e geração, estabelece com o Brasil e também com a Síria e/ou o(s) primeiro(s) país de acolhimento. Assim, há mais tempo no Brasil, Farid sente na pele as dificuldades vividas por quem acaba convivendo mais com *árabes* e então se expressando neste idioma e por isso deseja que os/as filhos/as circulem mais entre *brasileiros/as*, movimento que traz insegurança ao filho mais velho por não sentir que vai conseguir trabalhar nesse meio sem saber muito o idioma local.

De forma semelhante, Omar, que além de morar há mais tempo no Brasil, tem amigos/as *brasileiros/as*, lida com naturalidade com as normas de gênero que encontra no Brasil, enquanto sua mãe não aceitava nas *brasileiras* comportamentos que divergem das normas de gênero que incorporou ao longo de sua vida na Síria (no caso, ligada à vestimenta recomendada pelo islã)¹²¹. Ademais, sem o conhecimento do português e com medo de sair na rua, os pais de Omar ficavam mais em casa e dependiam dos/as filhos/as para muitas das tarefas cotidianas fora dela. Por todos esses motivos, os pais de Omar pensavam em voltar para o primeiro país de acolhimento.

No caso das esposas, o desejo de voltar para a Síria se dá, por um lado, pelas saudades que sentem da família de origem (importante lembrar que, no caso da família de Farid, tanto ele quanto a esposa estão no Brasil apenas com os/as filhos/as, mas no caso de Omar, ele está acompanhado tanto da família de origem quanto da que estabeleceu por meio do casamento, enquanto que a esposa está separada da família de origem, estando acompanhada da família do marido), e, por outro, pela relação que estabeleceram com o Brasil até então: no caso da esposa de Farid, o medo gerado pelos episódios de violência urbana de que a família foi vítima, e para a esposa de Omar, pelo lugar que ela atualmente ocupa em termos profissionais (passar de trabalhadora remunerada a dona de casa)¹²². Com relação aos seus maridos, o retorno para a

¹²¹ O tema das relações de gênero será discutido no capítulo quatro.

¹²² O trabalho de Segal (2020) sobre migrantes brasileiras no Canadá e suas relações com as mídias sociais aborda uma situação semelhante em que mulheres, na migração, abdicam, ao menos inicialmente, de suas carreiras (diferentemente dos maridos, que continuam a trabalhar), processo que costuma ser acompanhado de muitos sentimentos negativos, dentre eles a solidão. Para Segal (2020) suas interlocutoras se ressentiam não apenas de não estar trabalhando, mas de não ter redes de apoio e sociabilidade no Canadá, especialmente redes de amigas que não se centrem na experiência da maternidade. A solidão produzida é, no contexto analisado pelo autor,

Síria não é uma opção, seja pela vigência da guerra (ainda presente na época – início de 2020) e pela atual situação econômica do país natal, seja pelas oportunidades de crescimento financeiro/ patrimonial que vislumbram para o futuro no Brasil.

Isso nos leva a pensar que o retorno para a Síria também não é o mesmo para todos/as¹²³, sendo necessário considerar não só a região da Síria para a qual se retorna e o momento do conflito naquele lugar, como também gênero e geração. Como forma de ilustrar isso, trago um diálogo que tive em campo com Jalila e seu marido: durante o almoço que me serviram, conversamos sobre meus poucos conhecimentos da língua árabe, sendo que lhes contei que havia feito aulas, mas como meu professor havia voltado para a Síria (porque a situação laboral estava difícil para ele aqui e porque era desejo de sua esposa retornar¹²⁴), eu não praticava há algum tempo. Nesse momento, o marido de Jalila deu a entender que a Síria estava perigosa e mais difícil do que aqui (estávamos em junho de 2019). Na sequência, Jalila me perguntou a idade de meu professor e eu disse que ele estava na faixa entre os 30 e os 40 anos. Ela então afirmou que, se ele tem 40 anos, lá pode ser mais fácil do que aqui, ao que o marido retrucou dizendo que ela dizia aquilo porque ela é mulher. Insistindo em seu ponto de vista, Jalila afirmou que meu antigo professor tem mais de 40 anos (Diário de campo, junho de 2019).

Embora não tenham mencionado explicitamente, podemos entender que um fator que influenciaria na decisão sobre a segurança ou não de um retorno para a Síria é a questão do serviço militar obrigatório, o qual, como vimos, abrange homens entre 18 e 42 anos. Assim, defendo que o desejo ou não de voltar para a Síria também está mediado pelos limites e possibilidades que, como pessoas generificadas e pertencentes a uma determinada faixa etária, vislumbram para si no país de origem.

De forma semelhante, o desejo de deixar o Brasil parece ter, nos casos relatados acima, relação com a ausência de outros vínculos com o país (atuais ou vislumbrados como possíveis para um futuro próximo) para além da família. Para a esposa de Omar, essa questão se expressa na área laboral, enquanto que para os pais dele e para a esposa de Farid a questão está na dificuldade em se relacionar com um contexto marcado, de um lado, por normas de gênero distintas e, de outro, pela violência urbana.

contrabalanceada pela atuação dessas mulheres nas mídias sociais, tida como um caminho que possibilita tanto fazer-se útil para além da maternidade, quanto conectar-se com outras pessoas.

¹²³ Sobre viagens “de retorno” em outros contextos de migração *árabe* para o Brasil, ver Osman (2016) e Jardim (2000).

¹²⁴ Importa pontuar que, nesse caso, a esposa estava no Brasil com a família de origem e a que constituiu por meio do casamento.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que, embora as relações estabelecidas com o Brasil sejam permeadas por gênero e geração, não há um determinismo no sentido de que mulheres e pessoas mais velhas tenderão a não estabelecer vínculos no/com o país além da família e que homens e crianças estabelecerão este tipo de vínculo, bastando para quebrar com esta visão trazer o exemplo de interlocutoras mulheres que trabalham e desejam permanecer no Brasil (por exemplo: Layla e Jalila) ou de interlocutoras que, mesmo não trabalhando à época da pesquisa, têm projetos e vínculos para além da família no país e pretendem continuar aqui (caso de Aisha e Hayat: mesmo quando não estavam trabalhando, tinham a intenção de fazê-lo, sendo que ambas também se mobilizaram para estudar aqui – Aisha se dedicava a fazer cursos de português e depois cursos de formação profissional e Hayat estudava português para se preparar para a pós-graduação)¹²⁵. Além disso, o próprio Omar comentou que acredita que sua irmã só permaneceria no Brasil se pudesse fazer faculdade aqui, caso contrário migraria novamente.

1.4.3 Estratégias em torno do afastamento geográfico

Ao longo deste item sobre as relações familiares frente aos deslocamentos, vimos como o afastamento geográfico em relação a parentes foi difícil para Farid, Omar e Kalil, mesmo que a reunião com aqueles/as no Brasil também tenha trazido desafios para estes e outros/as interlocutores/as. Nesta seção abordo com mais vagar a questão do afastamento geográfico entre parentes, mostrando uma outra perspectiva trazida pela experiência de Samer e Aisha: ao invés de focar nas saudades e nas outras dificuldades de estar longe dos/as parentes, Samer e Aisha trazem como o afastamento geográfico pode se tornar parte do projeto familiar e como as tecnologias são recursos úteis para alimentar as relações familiares na distância.

Como vimos anteriormente, Samer e Aisha vivem em São Bernardo do Campo com um/a filho/a enquanto que os/as filhos/as mais velhos/as moram em um país do dito primeiro mundo junto com um/a parente, sendo necessário lembrar que todos/as os/as filhos/as mais velhos/as nasceram neste país ou em outro do dito primeiro mundo, tendo facilidade para se estabelecer ali.

Quando conheci Samer e Aisha, a família não estava conseguindo se encontrar, já que seria mais barato que eles/as fossem visitar os/as filhos/as, mas não podiam por conta da

¹²⁵ É preciso fazer uma ressalva com Facundo Navia (2014, p. 288-289) de que nem sempre ter emprego no país de acolhimento significa a existência de vínculos com a sociedade de acolhimento; pelo contrário, quando é intenso e/ou desqualificado, o trabalho pode dificultar a construção deste tipo de pertencimento, questão que abordo com mais vagar no capítulo três.

dificuldade em obter o visto para viajar ao país onde moram os/as últimos/as. Por outro lado, a vinda dos/as filhos/as mais velhos/as para o Brasil, além de mais cara (são mais pessoas), está condicionada à necessidade de um/a acompanhante maior de idade, o que era impossibilitado tanto pela dificuldade em conciliar as férias dos/as filhos/as maiores de idade com os/as menores, quanto porque o/a parente que cuida destes/as não pode deixar o país onde mora porque ainda não obteve o deferimento de sua solicitação de refúgio (as crianças têm outro *status* e então poderiam viajar). Outro fator que acabou por adiar o encontro entre pais e filhos/as foi a pandemia de COVID-19, pois, conforme os pais me contaram, o referido país não estava autorizando viagens para o Brasil à época (outubro de 2020)¹²⁶.

É preciso destacar, porém, que, para Samer e Aisha, o problema não é que os/as filhos/as mais velhos/as moram em um país e eles em outro, mas que, por diversos fatores, não estavam podendo se encontrar. Isso ficou claro quando perguntei, em outubro de 2020, se eles/as pretendiam trazer os/as filhos/as ao Brasil: disseram que querem que eles/as venham passar as férias aqui, mas que o plano é que eles/as continuem morando no país em que estão atualmente, pois trata-se, na visão de Samer e Aisha, de um lugar com mais oportunidades (de estudo e emprego) para os/as jovens do que o Brasil (além do fato de os/as filhos/as já terem cidadania no referido país e então não precisarem se preocupar com questões de documentação). De forma semelhante, Samer e Aisha disseram que, para eles/as, é mais vantajoso permanecer no Brasil, porque para pessoas acima dos 45 anos, o Brasil é melhor do que o país onde os filhos moram, sendo que eles destacaram como motivos para isso o sistema público de saúde brasileiro e o menor custo de vida aqui. Assim, uma situação que foi inicialmente produzida pela dificuldade dos pais em obter visto para o país onde os/as filhos moram, atualmente é lida como vantajosa para ambas as partes, já que permite que cada um viva em um país adequado à sua faixa etária, motivo que faz com que Samer e Aisha não planejem trazer os/as demais filhos/as para morar no Brasil.

Além disso, quando perguntados/as sobre como estava sendo a situação de viver longe dos/as filhos/as mais velhos/as, Samer disse que isso não é muito incomum, sendo que atualmente existem várias famílias nas quais os pais estão na Síria e os/as filhos/as em outro país ou vice-versa. Aisha, por sua vez, disse que acredita que a paternidade à distância não é muito distinta da paternidade na proximidade física, pois eles/as podem contar com a tecnologia (*WhatsApp*, sistema de câmeras e sistema de localização dos/as filhos/as pelo celular, sendo que os dois enfatizaram que não usam o sistema de localização toda hora, apenas quando os/as

¹²⁶ Em meados de 2021, a visita dos/as filhos/as ao Brasil foi possível, conforme relato no capítulo três.

filhos/as não atendem às ligações, pois precisam verificar se algo de ruim aconteceu a eles/as) para exercer sua paternidade, algo que Samer chamou de *parenting by WhatsApp*¹²⁷ (paternidade por *WhatsApp*), afirmando que isso tinha que aparecer na minha pesquisa. Já Aisha destacou que a relação que tem hoje com a filha é muito parecida com a que ela tinha com a mãe quando era jovem: mesmo fisicamente distante, Aisha é muito presente na vida da filha, estando a par de tudo o que acontece com a garota, que sempre pede conselhos à mãe.

De fato, como comentei na introdução do capítulo, muitos dos trabalhos que se dedicam a pensar as intersecções entre deslocamento e relações familiares investigam os meios pelos quais as relações familiares são mantidas/criadas na distância geográfica (LOBO, 2014; EREL, 2002; BALDASSAR, 2007; HANDERSON, 2015; PARRY SCOTT; DOS SANTOS VASCONCELOS, 2015, apenas para citar alguns). Dentre estes, os trabalhos de Lobo (2014), Erel (2002), Parry Scott e Dos Santos Vasconcelos (2015) e Baldassar (2007) abordam especificamente as relações entre pais e filhos/as, sendo que a última autora trabalha com filhos/as adultos/as. Em todos estes textos podemos ver que a distância geográfica não necessariamente cria traumas e rompimento de relações entre pais e filhos/as: tanto Erel (2002) quanto Lobo (2014), analisando emigrações femininas, mostram que a separação geográfica entre mãe e filhos/as só se torna traumática quando o(s)/a(s) cuidador(es)/(as) não mantém(êm) uma boa relação com a(s) criança(s) (não é/são bom(ns)/boa(s) cuidador(es)/a(s), é/são frio(s)/a(s), distante(s) ou rígido(s)/a(s) demais) (EREL, 2002) ou quando há quebra das expectativas de reciprocidade, solidariedade e assistência mútua, o que, no caso das mães migrantes, significa que elas não sustentaram os mecanismos de manutenção e criação de “proximidade a distância”¹²⁸ (LOBO, 2014). Ademais, Baldassar (2007) conclui que não há nenhum tipo de cuidado operacionalizado pela família que não possa ser feito em um contexto transnacional (tanto a distância quanto por meio de visitas), embora isso não signifique que tais cuidados são colocados em prática em todas as famílias transnacionais. Nesse sentido, o trabalho de Parry Scott e Dos Santos Vasconcelos (2015) mostra que, quando é o pai quem emigra, a distância geográfica pode sim representar um afastamento nas relações com a família que ficou no país de origem.

¹²⁷ Como dito na introdução da tese, a comunicação com Samer e Aisha foi feita quase que inteiramente em inglês e por isso os termos que eles/as usaram aparecem neste idioma.

¹²⁸ No caso do contexto estudado por Lobo (2014), construir “proximidade a distância” significa alimentar constantemente a relação tanto com os/as filhos/as que ficaram no país de origem quanto como a(s) parente(s) (é sempre uma ou mais mulheres) que se encarrega(m) dos cuidados cotidianos daquele(s)/a(s); isso se dá, de acordo com a autora, através de apoio financeiro e emocional.

No caso aqui analisado, tanto o pai quanto a mãe encontram-se afastados geograficamente dos/as filhos/as mais velhos/as e ambos/as estão ativamente envolvidos/as em ações que possibilitem que a “*paternidade por WhatsApp*” exista de tal forma que não se diferencie muito da paternidade na proximidade geográfica. Como vimos, o principal recurso empregado por eles/as para cumprir este objetivo é o uso intensivo de tecnologias (*WhatsApp*, sistema de câmeras e sistema de localização) para acompanhar o cotidiano dos/as filhos/as que moram em outro país.

Outros trabalhos sobre relações familiares e migrações (BALDASSAR, 2007; COGO, 2017) também trazem a importância das tecnologias, sobretudo as da comunicação, na alimentação de relações familiares na distância geográfica. Trabalhando com italianos/as que migraram para a Austrália entre as décadas de 1960 e 2000, Baldassar (2007) analisa como a difusão de tecnologias de comunicação e viagem afetaram as relações entre pais e filhos/as migrantes ao longo do tempo. Para a autora, seus/suas interlocutores/as, pessoas que mantiveram fortes relações com parentes que ficaram no país de origem, se valem de todos os meios que podem para se comunicar com parentes em outros países, sendo que a rapidez e a facilidade trazidas por tecnologias como o SMS (*Short Message Service*)¹²⁹ fazem com que, por um lado, seja possível aumentar a frequência de contato e, por outro, também se intensifique a obrigação de interagir constantemente – já que a comunicação está facilitada, a ausência (temporária) de interação tende a ser lida de forma mais negativa.

Partindo de um contexto mais recente, Cogo (2017) em pesquisa com migrantes de diversas nacionalidades, também encontra um cenário em que as relações familiares na migração são intensas, frequentes e permeadas por tecnologias da comunicação; ela relata, contudo, que este cenário, quando tomado pela perspectiva de jovens, pode ser negativamente investido, na medida em que muitos/as deles/as consideram que a rotina de contatos com a família exerce um controle excessivo sobre eles/as.

Da perspectiva de Samer e Aisha, contudo, a *paternidade pelo WhatsApp* é um sucesso - ao menos com os/as filhos/as mais velhos/as: na sequência de nossa conversa sobre as possibilidades e limites da *paternidade por WhatsApp*, Samer e Aisha disseram que ela pode ser mais complicada quando os/as filhos/as são pequenos/as. Sobre isso, Samer me explicou que quando os/as filhos/as são mais velhos/as (mais de 16 anos) é mais tranquilo estar longe, porque, por um lado, já seria esperado que nesta fase da vida não houvesse tanta convivência entre pais e filhos/as (ele contou que quando era jovem passava o dia fora da casa onde morava

¹²⁹ Atualmente, poderíamos dizer que isso se expandiu com a criação e popularização de aplicativos de mensagens instantâneas, como o *Whatsapp*.

com os pais), e, por outro, porque os/as jovens nessa idade já teriam convivido muito tempo com os pais e estariam “formados/as” (termo meu). Exemplificando com os/as próprios/as filhos/as, Samer disse que só pelo olhar o mais velho já entende o que o pai quer dizer, enquanto que os/as mais novos/as às vezes não entendem o que os pais lhes falam¹³⁰.

Reforçando esta diferença na paternidade à distância de acordo com a idade dos/as filhos/as temos as falas de Farid e Hakim, que se ressentem muito do período que passaram longe dos/as filhos/as, especialmente dos/as que eram muito pequenos/as (já vimos que Farid pensa que os/as filhos/as com pouca idade precisam do pai e da mãe juntos/as).

Contudo, devo destacar que, no caso de Samer e Aisha, a distância geográfica dos/as filhos/as não é negativamente investida não apenas pelo fato de parte dos/as filhos/as não ser mais criança ou porque a distância acabou virando parte de um projeto familiar, mas também pois contam com um poder aquisitivo que permite que os aparatos tecnológicos empregados no *parenting by WhatsApp* vão muito além deste aplicativo, incorporando também sistema de câmeras na casa e sistema de rastreamento via celular. Esta ressalva é importante porque o trabalho de Dutra (2013) em Brasília com peruanas trabalhadoras domésticas mostra um acesso precário a meios de comunicação¹³¹ e, conseqüentemente, limitações no contato com a família no exterior; embora a autora não enfoque a questão da parentalidade, podemos supor que este cenário conduz a outros tipos de parentalidade transnacional, na medida em que não contam com o mesmo aporte tecnológico-comunicacional que Samer e Aisha.

1.5 Comentários finais: uma reflexão sobre conexões entre deslocamento e família.

Ao abordar as trajetórias migratórias dos/as interlocutores/as da pesquisa, vimos que elas estão interseccionadas com marcadores sociais da diferença, como gênero, geração e local de moradia. Assim, na cidade de Damasco, os primeiros a emigrar são principalmente homens jovens, pois estão no perfil visado para participar ativamente no conflito. Posteriormente, outros perfis de emigrantes se somam a este, seja porque o desenvolvimento da guerra afeta mais diretamente outros setores da população (consequências econômicas e/ou frequência dos bombardeios na capital), porque são chamados/as a se juntar a parentes que migraram anteriormente, ou ainda por uma combinação de ambos.

¹³⁰ Importante destacar com Baldassar (2007) que o uso de tecnologias para manter a proximidade com parentes em outros países pode ser mais complicado quando envolve pessoas muito idosas ou com idade muito pequena.

¹³¹ Deve-se dizer que, no país de origem, também não tinham amplo acesso a computadores e internet, por exemplo.

Encontrei um outro tipo de deslocamento em meu contexto de pesquisa, qual seja, o efetuado por sírios/as que moravam no exterior e, por motivos diversos, precisaram deixar o país de residência habitual durante o período do conflito. Tais migrações também foram afetadas por este evento, na medida em que (a) os/as migrantes não consideraram possível retornar para a Síria em guerra e (b) sofreram restrições de mobilidade similares aos/as demais deslocados/as pelo conflito sírio. Notei que, também aqui, gênero é uma categoria importante, dado que os deslocamentos em tela têm na capacidade reprodutiva feminina um elemento central. Além de gênero, estes deslocamentos se articulam com família, não só em função da reprodução, mas também por causa da legislação brasileira, a qual permite aos pais da criança nascida no território obter documentação nacional e posteriormente solicitar cidadania brasileira.

A família também se articula com os deslocamentos abordados no capítulo em outra instância: ela é, em muitos momentos, produtora de mobilidades: considerando os deslocamentos no interior do Brasil, vimos que alguns deles foram produzidos a partir de demandas de parentes (casos de Aziz, Kalil e Layla)¹³²; por outro lado, Samia se deslocou para construir uma independência em relação à família. As relações familiares podem, ainda, produzir imobilidades, como vimos com a interlocutora que resistiu a vir para o Brasil em função da relação difícil com um parente que já morava aqui.

O capítulo se centra, contudo, em outro tipo de relação entre deslocamento e relações familiares: as influências das migrações nas interações entre parentes. Os dados da pesquisa de campo apontam que, enquanto o afastamento geográfico é vivido por alguns/algumas com certa dose de sofrimento, seja em função do sentimento de saudades ou dos papéis práticos que eram antes divididos entre membros da família e agora se concentram em uma ou em poucas pessoas, para outros/as passa a ser a melhor opção dentro do contexto migratório: vimos isso não apenas com a experiência de Samer e Aisha em relação ao/às filhos/as mais velhos/as, que moram em outro país, e com a ida de Samia para o estado de São Paulo, mas igualmente na conclusão a que chega Omar a partir da experiência de seus pais no Brasil - para ele, é preciso pensar antes de trazê-los, pois talvez eles ficassem melhor no primeiro país de acolhimento, mesmo que longe de parte dos/as filhos/as.

¹³² O mesmo pode ser dito de alguns deslocamentos internacionais: um homem jovem teve sua emigração organizada pelos pais, que consideravam que, da família nuclear, ele seria o único que poderia ser convocado para o exército; além disso, um interlocutor emigrou porque a esposa estava grávida e precisaria acessar o hospital com frequência, processo que estava dificultado pela ocorrência da guerra.

Assim, o afastamento geográfico aparece nesses últimos casos como um solução (possível ou realizada) para desencontros e desentendimentos entre parentes (re)produzidos na migração e/ ou como um modo de maximizar os aspectos positivos do deslocamento para todos os membros da família, movimento que é realizado dentro das possibilidades dadas não apenas pelas dinâmicas familiares, mas também pelas finanças e pelas relações de poder que possibilitam e limitam mobilidades de acordo com uma série de marcadores sociais da diferença.

Por outro lado, a (re)aproximação geográfica, no caso, a chegada de parentes ao Brasil, se reveste de um caráter ambivalente: embora possa ser desejada em função dos aspectos negativos atrelados à distância, além de questões relativas à preocupação com a segurança e o bem estar daqueles/as que ficaram na Síria e o consequente desejo de oferecer uma alternativa de vida à eles/as, quando realizada, traz novas questões e eventualmente outros afastamentos para as famílias de migrantes. Isso porque a (re)união de parentes pode trazer à tona conflitos familiares que, por conta da distância geográfica, estavam menos acentuados e/ou criar novos. No último caso, os conflitos, as tensões e os afastamentos que emergem estão relacionados tanto com a nova distribuição de responsabilidades entre parentes quanto com as diferentes relações que eles/as estabelecem com o Brasil (e também com o país de origem e/ou o primeiro de acolhimento), as quais produzem visões de mundo, estilos de vida e projetos de futuro distintos e por vezes conflitantes, inclusive em relação ao país de moradia, sendo que alguns/algumas parentes pensam em migrar novamente e outros/as não, o que recoloca a questão do afastamento geográfico, que aqui figura como a expressão máxima de outros afastamentos que vão se produzindo no interior da família a partir do deslocamento.

Como dito acima, as relações que os/as migrantes estabelecem com o país de origem e os de acolhimento são perpassadas por questões como gênero, geração, temporalidade da migração e presença ou ausência de vínculos com o país de acolhimento para além da família, elementos que ajudam a desenhar e compreender as tensões e os afastamentos criados no contexto em tela.

Tudo isso deixa claro, como já apontado por Facundo Navia (2014), que as famílias migrantes são grupos heterogêneos e, enquanto tais, devem ser compreendidas em suas diferenças. Isso é fundamental para entender a emergência de sentimentos próximos à solidão nas relações entre parentes que estão no Brasil, pois é a partir da interação entre distintas visões sobre o país e projetos para o futuro que este tipo de sentimento pode surgir, como vimos com a experiência de Omar. Cumpre dizer que a produção de diferenças no interior da família a partir dos deslocamentos influencia também os rumos das relações afetivas e/ou sexuais de

jovens deslocados/as pelo conflito sírio, complexificando os arranjos de casamento e contribuindo para a produção de outras solidões, conforme detalho no capítulo quatro.

É possível concluir igualmente que há uma conexão muito próxima entre os movimentos de afastamento e (re)aproximação de parentes, visto que os/as interlocutores/as mobilizam suas vivências com um desses momentos para pensar sobre o outro: ao longo do capítulo fica evidente que, por um lado, a experiência prévia de conflitos com um parente foi mobilizada por uma interlocutora ao considerar a possibilidade de migrar para o Brasil e com isso se re-unir com ele; por outro, as experiências negativas proporcionadas pelo afastamento geográfico foram reavaliadas e ressignificadas com a chegada de parentes, sendo que, em alguns casos, as tensões postas pelos deslocamentos levaram os/as migrantes a rever a ideia de que o melhor é a família permanecer geograficamente próxima. No caso de Samer e Aisha, o entendimento e a cumplicidade construídos com os/as filhos/as quando moravam juntos, somados ao uso intensivo de tecnologias por meio do qual constroem “proximidade a distância” (LOBO, 2014) e ao fato de considerarem que a configuração atual da família é a mais benéfica para todos/as, permitiu ao casal perceber o afastamento geográfico em relação aos/às filhos/as mais velhos/as como algo tranquilo, ao contrário de outros interlocutores com filhos/as mais novos/as.

Portanto, os significados e valores atribuídos ao afastamento e à (re)aproximação geográfica entre parentes estão intimamente conectados e informam, junto com outros elementos como finanças e entraves ou possibilidades burocráticas aos deslocamentos, reflexões e decisões migratórias. Nesse sentido, defendo que os estudos que se dedicam a analisar as transformações que os processos de deslocamento impõem às relações familiares precisam, além de considerar que a aproximação de parentes também impõe questões, argumento já avançado por Hamid (2012), atentar para como se articulam, no contexto pesquisado, os movimentos de afastamento e (re)aproximação de parentes.

Capítulo 2: A produção de solidão por meio da política nacional de refúgio: abandono pelo Estado e os apoios vacilantes na resolução de questões práticas.

Este capítulo analisa a influência da política nacional de refúgio nas vidas dos/as interlocutores da pesquisa¹³³, mostrando como ela produz, de um lado, uma sensação de solidão, na medida em que eles/as não têm um apoio estatal significativo para desenvolverem suas vidas no país, e, de outro, traz a necessidade de que estes/as migrantes criem e mobilizem redes de contatos para dar conta de questões práticas, como moradia e os processos de obtenção de documentos. Tal análise revela que a solidão produzida pela falta de apoio significativo do Estado brasileiro se agrava quando, como por vezes é o caso, os/as migrantes não encontram em outros atores (pessoas comuns e/ou organizações da sociedade civil) apoio prático de forma segura e/ou consistente.

De forma resumida, a legislação brasileira prevê que já a partir da solicitação de refúgio, quando o/a migrante recebe um documento provisório - inicialmente era o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, que vem sendo substituído pelo Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM)¹³⁴-, seja possível obter outros documentos, como o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), abrir conta em banco e acessar serviços. Assim, de posse desses documentos, se espera que o/a solicitante de refúgio e, posteriormente, o/a refugiado/a, consiga acessar o mercado de trabalho, receber atendimento de saúde, estudar etc.

Não há, portanto, como afirma Moreira (2012), um grande esforço em traçar e implementar políticas de integração para a população em situação de refúgio, tampouco em definir as condições de vida a serem garantidas a ela, sendo que a maior parte da política brasileira de refúgio se concentra na definição das condições de entrada no território nacional e de concessão do *status* de refugiado/a.

Ainda seguindo Moreira (2012, p.293), prevê-se que a integração seja operacionalizada pela articulação entre atores estatais e não-estatais:

¹³³ O capítulo, portanto, foca nos/as interlocutores/as que solicitaram refúgio, sendo que outros/as se regularizaram por outros meios, como através do nascimento de um filho/a em solo nacional. No entanto, os dados da pesquisa nos levam a considerar que a experiência de solidão abordada aqui também pode ser compartilhada por aqueles/as que não solicitaram refúgio. Os trabalhos de Branco Pereira (2019) e Almeida (2021) também acenam nesse sentido.

¹³⁴ As primeiras normativas sobre este tema (BRASIL, 2018; POLÍCIA FEDERAL, 2018) previam iniciar a emissão do DPRNM em 2018; uma nova portaria (POLÍCIA FEDERAL, 2020) determina que se inicie a emissão do novo modelo do DPRNM e da CRNM em 180 dias.

O Estado brasileiro se encarregava do oferecimento de serviços básicos, como saúde e educação. Já as instituições da sociedade civil ampliavam a rede de apoio para prestação de assistência, proteção e fomentar a integração. O ACNUR¹³⁵ participava destinando verbas e monitorando esse processo, que, no seu entender, deveria ser assumido e gerido pelos atores locais no país.

Como em outros contextos em que não há uma ampla política pública (nacional, estadual e/ou municipal) de acolhimento a refugiados/as e migrantes (WAHLBECK, 1999; AMRITH, 2016; GLICK SCHILLER; ÇAĞLAR, 2016), a resolução de questões práticas da vida no país de destino depende largamente da ação de redes interpessoais, sendo que Wahlbeck (1999) destaca também o papel de organizações não governamentais e associações étnicas. Assim, os/as interlocutores/as da presente pesquisa, chegando em um país que pouco conhecem e onde nem sempre têm uma rede de contatos prévios (majoritariamente, os/as interlocutores da presente pesquisa tinham um contato no Brasil ou nenhum), precisam se mobilizar para encontrar ajuda para acessar direitos.

Alguns trabalhos recentes realizados no Brasil (BAEZA, 2018; MEIHY, 2019; BRANCO PEREIRA, 2019; VASCONCELOS, 2021; ALMEIDA, 2021; PUCCI, 2021) têm se dedicado a pensar os meandros do acolhimento a refugiados/as e migrantes em organizações da sociedade civil, apontando limites dos serviços oferecidos: Baeza (2018) e Meihy (2019) mostram como a sectarização do conflito na Síria e as leituras deste pela comunidade diaspórica no Brasil produziram uma organização sectária do auxílio destinado a refugiados/as do conflito sírio. Pucci (2021), também trabalhando com sírios/as em São Paulo, aponta igualmente para a importância da religião no acolhimento destes/as migrantes (o qual, no entanto, beneficiou menos os que chegaram no país mais tarde), destacando particularmente a atuação de redes religiosas transnacionais na trajetória de alguns/algumas interlocutores/as; por outro lado, o autor destaca que a maior parte dos sujeitos da pesquisa encontrou maior possibilidade de acolhimento em organizações não ligadas aos/às árabes, havendo também aqueles/as que não recorrem a organizações humanitárias. Ainda em São Paulo, mas trabalhando com diversas nacionalidades, Branco Pereira (2019) e Almeida (2021) mostram como o atendimento realizado nos serviços por ele/a analisados está sujeito a hierarquias e desigualdades entre a população refugiada-migrante (de acordo com linhas de raça, classe social, local de moradia, entre outros). Por fim, Vasconcelos (2021) dá a ver como o acolhimento a venezuelanos/as no norte do país é permeado por paradoxos - entre solidariedade e controle, entre as demandas dos/as migrantes e as agendas próprias das instituições. Tudo isso nos leva a concluir que, para

¹³⁵ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

refugiados/as e migrantes, o modelo de acolhimento vigente no Brasil (i.e ações operacionalizadas sobretudo por meio de parcerias com a sociedade civil) não tem sido um sucesso.

Diferentemente dos trabalhos supramencionados, a presente pesquisa não teve como foco nem foi desenvolvida majoritariamente em espaços institucionais – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), instituição religiosa, abrigo, entre outros – mas sim em outros espaços cotidianos dos/as interlocutores/as, como seus locais de trabalho e suas casas. Tal abordagem me levou a debater a questão do apoio prático mais a partir das redes interpessoais dos/as interlocutores/as do que da relação com organizações da sociedade civil, de acordo com os dados obtidos pela pesquisa de campo, embora seja preciso notar que este tipo de organização também esteve presente nas trajetórias de apoio prático dos/as interlocutores/as. Assim, embora o presente capítulo discuta um tema que é comumente encontrado em trabalhos sobre refugiados/as e migrantes no Brasil, qual seja, os apoios que agenciam para construir suas vidas em um contexto de escassez de políticas públicas específicas, a presente pesquisa se destaca por trazer uma abordagem distinta, focada nas interações interpessoais de apoio prático fora de contextos institucionalizados¹³⁶. A análise dos dados de campo nos leva a concluir que, também aqui, os apoios disponíveis aos/as migrantes, no caso deslocados/as pelo conflito sírio, embora possam ajudá-los/as no processo de resolver questões práticas, são insuficientes e vacilantes, como mostro ao longo do capítulo.

Para tanto, divido-o em quatro partes. Na primeira, abordo os caminhos que alguns/algumas interlocutores/as percorreram nos momentos imediatamente seguintes à chegada ao Brasil para dar conta de questões práticas como moradia e obtenção de documentos. Ao fazê-lo coloco em relevo como o Estado brasileiro, ao não concentrar esforços em políticas de acolhimento, produz para os/as migrantes uma situação de solidão, pois precisam buscar sozinhos/as meios para resolver aquelas questões, fato que é alvo de críticas por alguns/algumas deles/as. Ao longo desta primeira seção também fica claro que uma variedade de atores acaba sendo acionada no processo de resolução de questões práticas, no entanto esse movimento produziu resultados bastante díspares, como golpes e o estabelecimento de relações de amizade.

Na segunda seção trago uma outra faceta da relação entre interlocutores/as da pesquisa e o Estado brasileiro: se na primeira parte o Estado aparece como uma espécie de ausência, na segunda ele figura como uma presença incômoda, na medida em que dificulta algumas das

¹³⁶ Um trabalho que também adota esta abordagem no contexto brasileiro é o de Amrith (2016).

iniciativas desses/as migrantes por meio da burocracia, além de nem sempre trazer respostas eficientes para problemas vivenciados no acesso a serviços, como os de educação.

A seção seguinte se dedica a explorar as relações entre deslocados/as pelo conflito sírio e alguns dos principais atores com os quais obtêm apoio prático, quais sejam: *árabes*, internet, *brasileiros/as* e a própria pesquisadora. Mostro como, embora envolvam solidariedade e muitas vezes ajudem os/as migrantes em questões práticas, as relações com estes atores são, em geral, permeadas por ambivalências, o que contribui para constituí-los, na minha interpretação, como apoios vacilantes.

Nos comentários finais estabeleço uma comparação entre o modelo de gestão de populações deslocadas brasileiro – caracterizado por deficiência em termos de políticas de acolhimento e pela dependência de redes pessoais e de organizações da sociedade civil para a resolução de questões práticas – com dois outros modelos: um centrado na ideia de direitos e na atuação do Estado, o qual encontramos, por exemplo, na Alemanha, e outro na ideia de *karam* (generosidade/ hospitalidade), presente em países do Oriente Médio.

2.1 As incertezas da chegada, o abandono pelo Estado e os apoios vacilantes

Na fala de vários/as interlocutores/as, a chegada ao Brasil aparece como um momento emocionalmente carregado e atribulado por providências práticas, na medida em que coloca em jogo incertezas, inseguranças e muitas demandas novas, como estar em um país onde não se sabe o idioma predominante e onde poucas pessoas falam o seu idioma materno ou mesmo o inglês, estar em um território desconhecido muitas vezes sem ter uma rede de apoio sólida e a necessidade de encontrar moradia e emprego, além de realizar os procedimentos para a regularização migratória.

Para uma das interlocutoras da pesquisa, mesmo já tendo um parente no Brasil, este momento inicial foi tão confuso e conturbado, tendo tantas coisas para resolver (moradia, trabalho, entre outros) e para aprender (a língua, como se orientar na cidade etc) e tão pouca informação sobre os procedimentos burocráticos a serem feitos e meios para acessá-la (sobretudo por conta do idioma), que a obtenção de documentos acabou tendo que ser postergada até que os demais elementos da vida se organizassem minimamente. Além disso, há que se considerar o peso que as imagens que circulam internacionalmente sobre o Brasil têm neste momento: um dos interlocutores da pesquisa disse que quando chegou ao país ficou uma

semana sem sair de casa, não só em função da carga emocional do momento, mas também porque ouviu que o Brasil é um país muito perigoso¹³⁷.

A falta de informação sobre os procedimentos necessários para solicitar refúgio no Brasil também permeia a história de Aziz e isso mesmo que ele tenha pesquisado sobre o país antes de migrar para cá, tendo inclusive um contato (que conheceu pelo *Facebook*) aqui: Aziz contou-me que quando chegou no Aeroporto Internacional de São Paulo o policial que o atendeu, mesmo vendo pelo seu passaporte que Aziz é sírio, não o informou sobre os procedimentos para o pedido de refúgio nem indicou a existência de instituições (como o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), a Caritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP) ou outras organizações) que são referência para refugiados/as no país, lançando ele e a família à própria sorte em um ambiente completamente desconhecido.

De acordo com Baeza (2018, [s.p]), a atitude do policial que atendeu Aziz não é exceção, pois a Polícia Federal não tomou medidas para orientar os/as refugiados/as. Em nota, a autora esclarece que o aeroporto em Guarulhos tem um Espaço Conector (hoje denominado Sala de Inadmitidos¹³⁸) que acolhe migrantes que não foram aceitos/as no território brasileiro, o que não é o caso das pessoas vindas da Síria, pois elas portam visto humanitário. Nesse contexto, ainda segundo a autora, parte dos/as primeiros/as migrantes da Síria a chegar no Brasil acabaram por dormir no aeroporto pois não sabiam para onde ir.

No caso de Aziz, não ter sido informado sobre questões pertinentes à vida do/a refugiado/a no Brasil levou-o a cair em um golpe e perder muito dinheiro: uma pessoa se ofereceu para ajudá-lo com os processos de obtenção de documentos, mas cobrava por serviços que são gratuitos e podem ser feitos a partir da CASP, informação que ele não tinha à época do ocorrido justamente porque, no aeroporto, não foi instruído sobre o refúgio no Brasil.

Hakim, embora já soubesse, antes mesmo de migrar, os procedimentos para solicitar refúgio (havia visto em um grupo do *Facebook* que reúne *árabes* no Brasil), também enfrentou dificuldades na construção da vida no país. Tendo optado pelo Brasil a partir de conversas com um amigo sírio que havia migrado há pouco para cá, ele se viu sozinho no país quando o amigo, no dia de sua chegada, o deixou em um hotel e foi embora. Foram dias difíceis para Hakim que, por não ter documentos, não conseguia alugar uma casa. Em um grupo no *Facebook* descobriu um *libanês* que não exigia todos os documentos e foi assim que o interlocutor obteve um lugar

¹³⁷ Pela fala de outros/as interlocutores/as, esta imagem também está presente nas mídias que acessavam no país de origem, sendo que algumas das imagens mais comuns do Brasil neste meio estão ligadas à violência urbana.

¹³⁸ Informação obtida no evento *online* “Renovação de Parceria: Direitos dos migrantes inadmitidos no Aeroporto de Guarulhos”, realizado em 19/02/2021.

para morar. Também pelo *Facebook* descobriu como arranjar emprego no Brasil: sugeriram que ele fosse em uma rua comercial da cidade onde tem muitos/as *árabes* e perguntasse por lá. Acabou conhecendo outro *libanês* e este o empregou em sua loja, no entanto o salário, em torno dos mil e quinhentos reais, era insuficiente para os gastos de Hakim.

Sabendo que ele conhecia a existência da CASP, perguntei se a instituição não o auxiliou financeiramente, ao que ele respondeu que à época não sabia que ela também atuava neste sentido, tendo descoberto esta frente de atuação apenas quando sua esposa (que migrou depois dele) fez um curso de português em uma outra organização dedicada aos/as refugiados/as, ocasião em que recorreram à ajuda financeira da CASP, a qual, contudo, não se estendeu por muito tempo. Além disso, é preciso considerar que para este interlocutor estar na posição de precisar pedir ajuda para ter acesso a coisas básicas relativas à manutenção da família é muito difícil, sendo importante destacar que na Síria pertencia às camadas mais privilegiadas da população.

De forma diversa, Adnan e Fátima chegaram ao Brasil já com um contato dedicado especificamente a auxiliá-los em todos os meandros da vida no país: como não sabiam falar nem uma palavra em português, contrataram antes da viagem um sírio que havia migrado nos últimos anos para o Brasil para ajudá-los/as a encontrar moradia, obter os documentos necessários e outras providências (cabe pontuar que o casal não solicitou refúgio, tendo se regularizado através do nascimento de um/a filho/a em solo nacional). No entanto, eles/as foram enganados/as pela pessoa que contrataram para ajudá-los/as, sendo que ela (a pessoa) superfaturava o valor das coisas que providenciava para eles/as, como o apartamento onde moraram, situação que se assemelha à vivida por Aziz, que foi enganado em relação aos procedimentos de regularização migratória. Para Adnan e Fátima, a pessoa contratada para ajudá-los/as se aproveitou do fato de não saberem português para enganá-los/as e ganhar mais dinheiro. É preciso acrescentar que um outro interlocutor, que mora na cidade foco da pesquisa, também foi enganado em função do idioma, desta vez no contrato de aluguel de um comércio na cláusula relativa ao retorno do cheque caução quando da desocupação do imóvel. Ele também relatou não ter recebido o salário devido em um dos empregos que teve.

É preciso dizer, porém, que as experiências dos/as interlocutores/as na construção de suas vidas no Brasil nem sempre foram negativas. Como vimos no capítulo um, Adnan e Fátima acabaram por encontrar em um refugiado sírio que mora em uma outra cidade brasileira ajuda prática e amizade: como o trabalho de Adnan envolvia muitas viagens, ele acabou por conhecer um refugiado sírio em outra cidade brasileira, o qual forneceu a possibilidade de o casal mudar de cidade com a ajuda dele. O casal então se mudou e passou a contar com a ajuda deste sírio e

de sua rede de contatos em questões como moradia, escola para os/as filhos/as, abertura de conta bancária, entre outros, bem como para momentos de sociabilidade e lazer.

No caso de Hayat¹³⁹ o encontro com um/a amigo/a com quem contar tanto para apoio prático quanto para a sociabilidade se deu logo que chegou ao Brasil: conheceu uma mulher mais velha casada com um homem de família síria-palestina no aeroporto e desde então são amigas. A relação com esta mulher é tão importante que a interlocutora, quando perguntada sobre as dificuldades de viver no Brasil, afirma que elas não existem, pois ela pode contar com a amiga para tudo: não só a amiga a ajudou a aprender português e a encontrar casa e uma escola para o/a filho/a estudar, como é alguém para quem ela pode ligar a qualquer hora para pedir ajuda, como em casos de emergência de saúde. Além disso, a relação também envolve sociabilidade e amizade, sendo que se encontram cerca de uma vez por semana.

Ademais, alguns/algumas interlocutores/as comentaram que as pessoas no Brasil de forma geral são muito solícitas e generosas, tendo relatado experiências em que foram ajudados/as por pessoas que não conheciam. Como exemplos eu poderia citar um interlocutor que pediu informação sobre como chegar a um endereço a um motorista e este lhe deu carona até o local, um desconhecido que levou um parente de uma interlocutora para a própria casa ao encontrá-lo sozinho no aeroporto e a realização de doações.

Portanto, vemos como, frente a ausência de uma política robusta e bem definida de acolhimento a refugiados/as, os/as interlocutores/as da pesquisa tiveram que recorrer a atores não estatais, sobretudo pessoas comuns - *brasileiras* ou *árabes*, relações pessoais ou de prestação de serviço, contatos presenciais ou *online* – para encaminhar questões práticas e se estabelecer no país, processo que foi positivo e tranquilo em alguns casos e negativo e turbulento em tantos outros.

Tal contexto é alvo de críticas por parte de alguns/algumas interlocutores/as. Aziz, por exemplo, apesar de reconhecer a generosidade da população brasileira, indica que ela é insuficiente quando o assunto é garantir condições de vida adequadas aos/as refugiados/as, sendo necessário um acolhimento mais estruturado: “*É esse o problema do país. É, o país é, a gente é... generoso, ahm? Mas como só aberto porta? Quando você tem visitante, só abrir porta? ‘Sente-se por favor’, deixa ele sozinho? Não, você fica com ele, dá comida, dá café, chá, conversa com ele*” (Entrevista realizada em janeiro de 2019).

¹³⁹ Como vimos no capítulo um, Hayat não solicitou refúgio, tendo obtido RNM por meio do nascimento de um/a filho/a em solo nacional.

Como Aziz, outros/as deslocados/as pelo conflito sírio, interlocutores/as da pesquisa ou em depoimentos em reportagens¹⁴⁰ ou outros trabalhos acadêmicos¹⁴¹, assinalam que o Brasil abriu a porta aos/às sírios/as (e também a outras pessoas fugindo do conflito, como palestinos/as nascidos/as na Síria) e depois os/as deixou à própria sorte.

De acordo com os dados obtidos na pesquisa, deixar os/as migrantes à própria sorte quer dizer que eles/as precisam se orientar e se organizar para dar conta de elementos importantes da vida no país de acolhimento, como moradia, emprego, educação, aprendizado do idioma, bancarização, entre outros, sem um apoio significativo do Estado brasileiro por meio de políticas públicas direcionadas a esta população. Como bem diz Kalil, há um contraste entre a facilidade com que os/as deslocados/as pelo conflito sírio conseguem visto para viajar ao Brasil para solicitar refúgio (em comparação com outros destinos, como países europeus) e a falta de apoio quando chegam aqui: segundo ele, os/as refugiados/as contribuem mais para o Brasil do que o contrário, dado que, quando chegam, o governo dá apenas documentação, o que possibilita que trabalhem (e, adiciono, acessem serviços como saúde, educação e bancos – ao menos em tese), mas não ajuda em nada – conseguir moradia, emprego, aprender a língua -, enquanto que os/as refugiados/as contribuem com a economia brasileira porque pagam impostos, luz e aluguel, trabalham, compram mercadorias e isso tudo, ele ressalta, movimenta a economia. Para ele, é justamente por isso que o Brasil abriu as portas aos/às sírios/as, como vimos no capítulo um.

Como apontarei adiante, na prática, o governo fornecer documentos que permitem o acesso ao mercado de trabalho, à bancarização e aos serviços de saúde e educação acaba não sendo suficiente, seja porque são questões desafiadoras de serem resolvidas pelos/as migrantes sem um apoio bem estruturado, sobretudo nos momentos iniciais, quando em geral não dominam o idioma e o sistema brasileiro, sendo que nem sempre têm redes de apoio já formadas, seja porque não há por parte das instituições, como bancos e escolas, um preparo para lidar com questões pertinentes ao refúgio e à migração em geral. Nesse contexto, como bem diz Aziz, a liberdade que o Brasil imagina estar concedendo às pessoas que aqui chegam para solicitar refúgio não é uma vantagem, porque eles/as não sabem como proceder para fazer

¹⁴⁰ Cf. "O Brasil abriu a porta para nós, e não fez mais nada", afirma médico sírio, por Marina Pagno. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/09/o-brasil-abriu-a-porta-para-nos-e-nao-fez-mais-nada-afirma-medico-sirio-cj5w2s74c187cxbj0fapu50jn.html>. Acesso em: 28/10/2021; Diante do esquecimento do governo e desafios da pandemia, o relato de um refugiado, por Stéfanie Xavier. Disponível em: <https://journal48.com/conflitos-refugiados-e-migrantes/refugiado-sirio-no-brasil-um-relato-sobre-pandemia-e-ineficacia-do-estado/>. Acesso em: 28/10/2021.

¹⁴¹ Ver Meihy (2019).

as coisas aqui, isto é, quais são os processos a se fazer para obter emprego, moradia, entre outros.

Poderíamos aproximar, então, as relações destes/as e de outros/as migrantes com o Estado brasileiro da ideia de solidão, entendida aqui como uma experiência subjetiva e negativa que surge quando uma pessoa percebe que seus contatos e interações lhe são insuficientes, seja quantitativa ou qualitativamente (DE JONG GIERVELD; VAN TILBURG; DYKSTRA, 2006), pois os/as interlocutores/as entendem que o Estado brasileiro não está presente em suas vidas da forma que gostariam, já que os/as deixa à própria sorte, isto é, sozinhos/as, sem amparo, não se fazendo presente por meio de políticas de acolhimento robustas e de procedimentos menos burocráticos e demorados¹⁴².

Como forma de ilustrar esse sentimento de falta em relação ao Estado e o desejo por uma presença mais adequada dele na vida de refugiados/as e solicitantes de refúgio, trago a posição de Aziz; para ele falta um programa claro de refúgio no Brasil que possa, aos moldes dos que existem em países da Europa, como a Alemanha, garantir moradia fixa, ensino da língua portuguesa e auxílio para obter emprego na área de formação por um período mínimo de seis meses, tempo no qual os/as refugiados/as poderiam se dedicar a aprender o idioma e o modo de funcionamento do país (mercado de trabalho, sistema de transporte, códigos culturais, entre outros). Como ele bem lembra, os/as refugiados/as necessitam de políticas específicas (e não apenas de acesso às políticas públicas destinadas aos/às brasileiros/as) porque nem sempre dominam a língua local, conhecem o sistema brasileiro e/ou têm rede de apoio no país de acolhimento no momento da chegada e por vezes nos anos posteriores.

Contrariamente, quando as pessoas em situação de refúgio não contam com um apoio bem estruturado em questões como moradia e emprego, caso do Brasil, outras questões, como o aprendizado da língua ou os procedimentos de obtenção de documentos, podem ter que ser postergados, o que por sua vez também traz prejuízos aos/às migrantes: como vimos no início desta seção, uma interlocutora pontuou que demorou para fazer a solicitação de refúgio porque teve que encontrar trabalho e moradia antes, enquanto outros/as mencionaram não poderem se dedicar muito ao aprendizado do idioma em função de outros compromissos, sobretudo trabalho e cuidados com a família, fatores que também obstaculizam o estabelecimento e manutenção de redes sociais (*social networks*) para muitos/as, conforme abordarei no capítulo três.

Fica claro, portanto, que o Estado brasileiro, ao não priorizar em sua política nacional de refúgio políticas públicas de acolhimento, produz uma situação solitária para as pessoas em

¹⁴² O tema da burocracia será abordado nas próximas seções do capítulo.

situação de refúgio, dado que, sem iniciativas estatais, precisam buscar apoio prático em outros atores, o que nem sempre é fácil ou efetivo e por vezes pode levar os/as migrantes a serem vítimas de golpes. Ademais, esta situação pode contribuir para prolongar o período em que os/as migrantes têm menos recursos para encontrar apoio prático, ou seja, conhecimento da língua portuguesa, do sistema brasileiro e atores confiáveis com os quais buscar informações e ajuda. Na próxima seção, abordo uma outra faceta da relação entre os/as interlocutores/as e o Estado brasileiro: quando os mecanismos e processos do Estado se configuram como um obstáculo aos/as migrantes.

2.2 Obstáculos impostos pela atuação do Estado

Como dito na introdução do capítulo, os/as solicitantes de refúgio recebem um documento de identificação que, pela lei, confere uma série de direitos, como o acesso à educação e a possibilidade de abrir conta em banco. Inicialmente este documento era o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, emitido em uma folha de papel A4 com um número de identificação extenso (17 algarismos), configuração que acaba por dificultar o acesso de solicitantes de refúgio a serviços como conta bancária, educação, locação de imóveis, entre outros (MORTARI; MARTINO, 2019; VASCONCELOS, 2021, p. 176; FACUNDO NAVIA, 2014, p. 281). Embora este documento esteja sendo substituído por um novo, o DPRNM, emitido em carteira plástica e já com um número de RNM, o processo é bastante recente e então as dificuldades relativas ao Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado permearam a vida de interlocutores/as da pesquisa.

Layla, por exemplo, me contou que queria fazer cursos livres para se qualificar mais para o seu trabalho e também cursar faculdade. Pesquisando pela internet e mobilizando contatos de sua rede, como eu e uma colega de trabalho *brasileira* de quem estava começando a se aproximar, Layla foi investigando os caminhos possíveis para continuar seus estudos, sendo que obter um diploma de ensino médio era uma prioridade, pois ele abriria as portas tanto para o ingresso na faculdade quanto para fazer alguns dos cursos livres que a interessavam, pois estes também exigiam um comprovante daquele nível de estudos. Para que o processo de obter o diploma fosse mais rápido, a interlocutora procurava um curso de ensino de jovens e adultos (EJA) em escola particular, já que o disponível nas escolas públicas dura praticamente dois anos (são seis meses para cada etapa do ensino médio, mas como tem férias, acaba durando quase dois anos), enquanto que em escola particular é possível fazer em apenas nove meses. No

entanto, a escola indicada pela colega de trabalho alegava não poder fazer a matrícula de Layla apenas com o protocolo de solicitação de refúgio, sendo necessário ter o RNM.

Estando há pouco mais de dois anos no Brasil, Layla estava muito chateada por não conseguir continuar seus estudos. Sentia que sua vida estava parada por conta da lenta temporalidade dos processos de regularização migratória no Brasil¹⁴³, a qual se agravou durante a pandemia de COVID-19 porque a Polícia Federal suspendeu a emissão de documentos para migrantes (dentre eles o CRNM e o DPRNM) de março a julho de 2020¹⁴⁴. Possuindo apenas o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado e ainda não tendo passado pela entrevista com o Conare para dar seguimento ao processo de concessão dos *status* de refugiada, Layla não conseguia fazer muitas coisas, como o EJA em escola particular, abrir conta no banco e alugar casa em seu nome. A sensação dela era a de que todas as oportunidades que ela corria atrás estavam fechadas, seja por ela não ter um diploma de ensino médio, seja por não ter o RNM, sendo que ela destacou que a obtenção do diploma também estava sendo impedida pela demora na emissão do RNM.

Apesar disso, Layla seguia tentando encontrar caminhos para resolver estas questões. Se em alguns casos foi possível contornar os obstáculos com a ajuda de pessoas da sua rede de contatos na cidade, recorrendo ao cartão de uma amiga síria quando precisou fazer uma compra pela internet, por exemplo, em outras questões, como os estudos, isso não foi possível, como veremos a seguir.

Quando eu soube da negativa que ela recebera da escola particular, me dispus a tentar ajudá-la a resolver esta questão. Entrei em contato com a instituição e questioneei a recusa da matrícula, afirmando que a legislação migratória brasileira prevê o acesso igualitário dos/as migrantes à educação, sem discriminação de *status* migratório (BRASIL, 1988; BRASIL, 2017b). A escola afirmava que o problema não era ela, mas sim o sistema informatizado da Secretaria de Estado da Educação (SEE), que não permitia o cadastro do número do protocolo¹⁴⁵.

Tendo chego a um impasse com a escola, acionei alguns de meus contatos para ver caminhos alternativos, mas como as possibilidades de solução se revelavam complicadas, envolvendo o contato com outras instituições, como a Defensoria Pública da União, a

¹⁴³ Sobre este tema, ver o capítulo oito da tese de Facundo Navia (2014).

¹⁴⁴ Cf. PF retoma atendimento para emissão de documentos aos imigrantes em SP, Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/29/pf-retoma-atendimento-para-emissao-de-passaportes-aos-imigrantes-em-sp.ghtml>. Acesso em: 21/10/2021.

¹⁴⁵ Porém, eu soube depois que há uma orientação para a inclusão de pessoas com protocolo de solicitação de refúgio neste sistema: neste caso, a escola deve gerar um número de RA (registro do aluno) e realizar a matrícula normalmente (SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2017, p. 8).

interlocutora preferiu desistir de fazer o curso em escola particular e esperar alguns meses pelo início de novas turmas no sistema público. No entanto, poucos meses depois, Layla finalmente teve acesso a um número de RNM, por meio do DPRNM, e pode ingressar no ensino de jovens e adultos também na escola particular.

Para Said, a documentação produzida e exigida no país também estava sendo um problema, neste caso com relação ao processo necessário para obter a naturalização. Naturalizar-se é um desejo não apenas deste, mas de muitos/as dos/as interlocutores/as, dado que permite a obtenção de documentos, como Registro Geral (RG) e passaporte brasileiro, os quais são entendidos como elementos que facilitam a vida no Brasil e principalmente as viagens internacionais, sejam elas por motivo de turismo, visita a parentes e amigos/as, novas migrações ou trabalho, pois o poder do passaporte brasileiro é superior ao do sírio, especialmente por conta da guerra¹⁴⁶.

Particularmente para Said, a obtenção do passaporte brasileiro não apenas lhe daria maior liberdade de movimento, abrindo a possibilidade de ele realizar o sonho de conhecer a Europa, mas também poderia ampliar suas possibilidades profissionais, já que ele comentou que com o passaporte brasileiro poderia acessar também os países árabes e com isso aceitar a proposta de um *cheikh* (no caso, um homem rico e não um líder religioso) da Arábia Saudita de trabalhar para ele como tradutor.

Estando com quase quatro anos de RNE (atual RNM) quando o conheci, Said estava empenhado em organizar todos os requisitos necessários para entrar com o pedido de naturalização. No entanto, este processo estava sendo bastante estressante, pois ele enfrentava dificuldades em obter o comprovante de capacidade de se comunicar em língua portuguesa e temia que houvesse algum problema com a sua documentação devido a uma divergência no campo “nacionalidade”: ele é palestino nascido na Síria, sendo, portanto, palestina a sua nacionalidade, fato que consta no documento do Conare que reconhece sua condição de refugiado, mas não no RNE, onde a nacionalidade é síria. Esta situação não é exclusiva dele, sendo que outros/as interlocutores/as que são palestinos/as nascidos/as na Síria também relataram este tipo de erro nos documentos emitidos no Brasil.

Said temia que esta divergência o prejudicasse na hora de solicitar a naturalização, mas também temia que, se pedisse a correção deste dado no RNE/RNM, a data de emissão fosse

¹⁴⁶ Este fato foi trazido à tona nas interações com vários/as interlocutores/as da pesquisa e também está registrado no site *Passport index* (<https://www.passportindex.org/>), que faz um ranking dos passaportes de acordo com a mobilidade que permitem (este tema será abordado com mais profundidade no capítulo três). Devo dizer, contudo, que a força do passaporte brasileiro não foi um fator decisivo para a migração de grande parte dos/as interlocutores/as para o país.

mudada e então ele não conseguiu provar que já possuía o RNE/RNM há pelo menos quatro anos, um dos requisitos para solicitar a naturalização. Vemos, portanto, que uma falha cometida pela burocracia brasileira acaba ampliando a situação de insegurança de palestinos/as vindos/as da Síria.

Com relação ao comprovante da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, Said já tinha participado de alguns cursos de português que oferecem certificado que é considerado válido pela Polícia Federal para o processo de naturalização, mas os havia abandonado em função de outros compromissos – me contou que, à época, não sabia que o certificado do curso de português era tão importante para o processo de naturalização. No ano de 2020, havia se inscrito em um curso gratuito de português, mas como este era de longa duração, ele só obteria o certificado no final do ano de 2020 e só então poderia solicitar a naturalização.

Por meio de um/a parente, Said havia tomado conhecimento de um curso de português mais curto e que, segundo ele/a, fornece um certificado aceito pela Polícia Federal. O curso, contudo, era pago (R\$250,00) e isso era um empecilho para ele, que estava em uma situação financeira delicada, sendo que seus ganhos dificilmente bastavam para cobrir seus gastos. Por esse motivo, ele tentava se assegurar de que o certificado do curso indicado pelo/a parente seria aceito pela Polícia Federal, buscando evitar que esse gasto fosse em vão.

Para verificar a validade do curso frente à Polícia Federal, Said pediu para que eu e um amigo ligássemos para a professora que ministra o curso solicitando maiores informações. Eu conversei com a professora por telefone e ela me explicou que o curso está vinculado a uma faculdade e que há o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação (MEC) e que então o certificado emitido por ele é aceito pela Polícia Federal. Repassei essas informações para Said, que, conforme soube mais tarde, optou por fazer o curso pago, tendo obtido o certificado já no primeiro semestre de 2020. Para isso, contou com a ajuda de um amigo *brasileiro*, o qual pagou a taxa do curso para ele.

Já sobre o RNE/RNM, ele acabou decidindo solicitar a correção de sua nacionalidade, sendo que, quando foi à Polícia Federal entregar os documentos para a naturalização, portava um protocolo de solicitação do novo RNE/RNM. Inicialmente, a moça que o atendeu na Polícia Federal disse que não seria possível fazer o processo de naturalização com o protocolo do RNE/RNM, mas após uma conversa com Said e com um/a outro/a funcionário/a da Polícia Federal, ela aceitou o protocolo e alguns meses depois Said conseguiu obter a cidadania brasileira.

As relações da família de Aziz com instituições brasileiras, por outro lado, tiveram um desfecho menos favorável. Enfrentando dificuldades desde a chegada ao país, como no acesso

à documentação e na esfera laboral - buscando atuar na sua área de formação, Aziz prestava serviços para algumas empresas, mas seus ganhos não eram fixos e o montante que recebia era muito pequeno se comparado ao valor necessário para manter a família -, a situação se tornou insustentável quando alguns de seus/suas filhos/as, sofrendo *bullying* na escola, passaram a ter medo de frequentá-la.

Estudando em uma escola pública, uma das filhas começou a usar lenço e as outras crianças na escola zombavam dela por causa disso, batiam nela e tentavam tirar o lenço dela. O pai foi reclamar com a diretora da escola, mas ela nada fez e ainda disse que se eles/as estavam insatisfeitos/as, deveriam ir para uma escola islâmica. A família também tentou recorrer a outras instâncias, como a Defensoria Pública, mas como este procedimento é lento e a situação exigia uma resposta rápida, visto que estava afetando o bem-estar emocional da menina, o recurso à Defensoria Pública foi tido com infrutífero pelo pai da família.

Nesse momento é preciso dizer que os episódios de preconceito e violência vividos pela filha não eram exceção, tendo atingindo outros/as membros da família em diferentes graus e situações, inclusive quando um/a dos/as filhos/as estudou em uma escola islâmica. Para Aziz, o preconceito sofrido pela criança teve relação com o fato deste ser sírio/a, sendo que outros/as membros da família sofreram preconceito em nome da religião que professam (islã). Como exemplo, eu poderia citar a ocasião em que a família foi a um parque na cidade onde morava e uma pessoa intencionalmente soltou seu cachorro para cima deles/as, como se quisesse assustá-los/as. Ao buscar socorro em um policial, o pai frustrou-se, dado que o policial não deu importância ao fato e recusou-se a registrar boletim de ocorrência.

Quando relatou o ocorrido para mim, Aziz afirmou que ele e a família têm documentos brasileiros, mas não têm direitos, o que indica que nem sempre a posse de documentação nacional significa, na prática, um direito à plena cidadania, sendo que na situação do parque o policial, como a diretora da escola onde a filha estudou, não os/as compreendeu como pessoas cujos direitos deve proteger. A recorrência de situações em que foi alvo de preconceitos e violências, somada ao descaso das instituições que mobilizou para lidar com elas e os sofrimentos psicológicos que ambos eventos causaram, levou a família a decidir deixar o Brasil e procurar um novo país de acolhimento onde pudesse se sentir segura e amparada para continuar a construir a vida.

Apesar de bastante diferentes, as histórias de Layla, Said e Aziz colocam em evidência que, embora muitas vezes os/as deslocados/as pelo conflito sírio consigam resolver questões práticas da vida no Brasil recorrendo a pessoas comuns ou a organizações da sociedade civil, em alguns casos este recurso não é suficiente, sendo necessária uma atuação das esferas

governamentais. No entanto, as relações destes/as migrantes com instituições públicas brasileiras, como o aparato de gestão de refúgio, escolas e polícia, revelam como, de um lado, as engrenagens do sistema de refúgio brasileiro muitas vezes, pelo seu próprio funcionamento, colocam obstáculos à vida dos/as solicitantes de refúgio e de refugiados/as, como é o caso da demora no processo de análise da solicitação de refúgio e de emissão do RNM e da divergência no campo “nacionalidade” para palestinos/as nascidos/as na Síria; por outro, vemos com a história da família de Aziz a incapacidade de diversas instituições públicas em dar um encaminhamento rápido e adequado para garantir a segurança e os direitos daquela família.

É possível observar, portanto, que, como argumentam Butler e Spivak (2007), o Estado é, simultaneamente, um agente que outorga e retira direitos, sendo que os processos de retirada de direitos podem ser feitos por meio da criação de exclusões para minorias internas ou provocando a expulsão de pessoas de seu território. No caso da presente pesquisa, é interessante destacar que, enquanto cidadãos com *status* de solicitante de refúgio ou refugiado/a, os/as interlocutores/as tiveram vários de seus direitos desrespeitados por instituições públicas brasileiras, sendo que em um dos casos, o da família, a sucessão de violações de direitos acabaram levando à uma nova migração, configurando uma espécie de expulsão, dado que a saída do Brasil se deu em função do fato de não terem mais condições de viver aqui, processo que também afeta outros/as migrantes no país, conforme vemos no artigo de Machado (2018) e na tese de Almeida (2021).

É importante reconhecer, contudo, como fazem Butler; Spivak (2007), que no contexto do capitalismo global, os Estados, sobretudo os do Sul global, dificilmente são capazes de promover estruturas de redistribuição e de bem-estar social, o que cria, segundo as autoras, uma situação em que não há cidadania robusta para boa parte da população nesses Estados. Isso quer dizer que não apenas solicitantes de refúgio e refugiados/as, mas outros/as cidadãos/ãs de países do Sul global não têm acesso significativo a políticas de redistribuição e de bem-estar social¹⁴⁷.

2.3 Atores mobilizados no apoio prático a deslocados/as pelo conflito sírio

Ao longo do capítulo ficou claro que, frente à falta de políticas públicas de acolhimento para as pessoas em situação de refúgio (e também outros/as migrantes), os/as interlocutores/as da pesquisa recorrem a uma série de atores para apoio prático, dentre os quais se destacam *árabes* (estabelecidos/as, outros/as deslocados/as pelo conflito sírio e instituições ligadas à

¹⁴⁷ Sobre isso, ver Branco Pereira (2019).

diáspora *árabe* no Brasil), a internet (em grupos que reúnem *árabes* e migrantes ou usando-a como ferramenta de pesquisa e obtenção de informações) e *brasileiros/as* (cidadãos/ãs comuns e pessoas ligadas à instituições que lidam com migração e refúgio). Nesta seção, analiso os meandros das relações de apoio prático com estes atores, de modo a mostrar porque se configuram, na minha interpretação, como apoios vacilantes que potencialmente também envolvem solidão. Ainda nesta seção discuto a minha própria atuação no apoio prático a parte dos/as interlocutores/as da pesquisa, atuação esta que acaba por iluminar ainda mais o argumento da solidão produzida pela política nacional de refúgio e pelos apoios vacilantes, na medida em que tais interlocutores/as viram em mim uma oportunidade de apoio prático que não estava tão disponível em outros atores.

2.3.1 *Árabes*

Quando discuti as experiências de interlocutores/as da pesquisa nos momentos seguintes à chegada ao Brasil, dando conta de demandas como encontrar moradia e emprego e encaminhar os processos de regularização migratória, ficou claro que a presença de *árabes* no país, grupo composto sobretudo por sírios/as e libaneses/as que migraram ao longo dos séculos XIX e XX e seus descendentes (TRUZZI, 1997; KNOWLTON, 1961; OSMAN, 2016; KARAM, 2007; VILELA, 2011, entre outros), mas também por pessoas que migraram mais recentemente, tem um papel importante no apoio prático a parte dos/as interlocutores mencionados/as: Hakim e o casal Adnan e Fátima, todos/as vivendo em municípios diversos de São Bernardo do Campo, contaram com a ajuda de pessoas ligadas à arabidade – grupos *online* de *árabes* no Brasil, *libaneses/as* e outros/as deslocados/as pelo conflito sírio – para se estabelecer no país.

Como vimos anteriormente, as relações de ajuda entre *árabes* tomam formas diversas – se estabelecem por meio de relações informais e de amizade ou por relação de prestação de serviço, como vimos com Adnan e Fátima, que contrataram um sírio para facilitar sua chegada e estabelecimento no país – e revelam certa ambivalência, na medida em que em alguns casos esse apoio foi bastante positivo, como no de Adnan e Fátima com o amigo que é refugiado sírio, enquanto que em outros foi negativo – aqui poderíamos ilustrar tanto com o sírio que enganou o casal quanto com o amigo sírio de Hakim que o deixou sozinho em um hotel no dia de sua chegada.

Em São Bernardo do Campo, como vimos no capítulo um, a presença de um contingente significativo de *árabes* e muçulmanos/as foi um fator importante na escolha de alguns/algumas interlocutores/as pela cidade, haja vista que poderiam obter ajuda junto a ela.

De fato, os dados de campo apontam para iniciativas tanto individuais quanto ações organizadas por instituições islâmicas da cidade no sentido de proporcionar apoio prático para deslocados/as pelo conflito sírio. Com relação às iniciativas institucionalizadas, as mais mencionadas pelos/as interlocutores/as foram a doação regular de cestas básicas (mesmo para pessoas que estão no Brasil há mais de cinco anos), seguida do auxílio para encontrar moradia e pagar o aluguel nos primeiros meses. Além destas atuações, Borba e Moreira (2016, 2017) sobre o mesmo contexto¹⁴⁸ afirmam que uma das instituições islâmicas, o CDIAL, também auxilia os/as deslocados/as pelo conflito sírio na busca por emprego, no acesso à saúde, oferecendo curso de português e mediando a relação dos/as migrantes com a prefeitura municipal representada pela hoje extinta secretaria de relações internacionais.

No que concerne às iniciativas individuais de apoio prático, conheci uma fiel da mesquita que ajudava um casal sírio recém-chegado, tendo inclusive se mobilizado para montar uma cozinha industrial para a mulher do casal, pois ela queria trabalhar vendendo doces árabes. Além disso, Layla, uma das pessoas que se mudou para São Bernardo após saber da presença de muitos/as *árabes* no município (e também porque ouvira que a cidade tem muitas oportunidades de emprego), relatou ter recebido muita ajuda por parte deles/as, sobretudo por meio de doações, as quais são, segundo ela, mais significativas durante o Ramadan¹⁴⁹ ou quando o/a migrante ainda não fala muito português, nem conhece bem a cidade.

É preciso destacar que iniciativas individuais de apoio também se dão por parte de deslocados/as pelo conflito sírio, que podem oferecer apoio prático uns/umas aos/às outros/as, seja na esfera laboral (ajuda para conseguir emprego ou para encontrar um local para abrir comércio), na realização de procedimentos burocráticos (inscrição em curso de português, solicitação do auxílio emergencial, entre outros) ou empréstimo de dinheiro ou de cartão de banco.

¹⁴⁸ No entanto, a pesquisa de Borba e Moreira (2016, 2017) foi desenvolvida em um momento diferente desta, sendo que, enquanto durante a investigação delas havia uma secretaria municipal de relações internacionais preocupada com a temática da migração, a minha ocorre depois da extinção desta secretaria durante o primeiro governo de Orlando Morando (2016-2021). Pelo que pude constatar por meio da pesquisa de campo, atualmente não há uma secretaria específica para lidar com a temática da migração no município.

¹⁴⁹ Isso também apareceu no estudo de Hamid (2012) com refugiados/as palestinos/as em Mogi das Cruzes, sendo que a autora explica que nesta época do ano os/as muçulmanos/as devem investir uma parte do que ganham em ações para os/as pobres.

A possibilidade de obter e oferecer ajuda neste caso depende de certa desigualdade entre os/as deslocados/as pelo conflito sírio, a saber, os/as que têm um maior domínio da língua portuguesa, uma condição financeira melhor e/ou uma maior rede de contatos estão em uma posição melhor para ajudar seus/suas conterrâneos/as. Por exemplo, Layla falou mais de uma vez que eu era uma das únicas pessoas para as quais ela poderia perguntar sobre trâmites práticos brasileiros, como preenchimento de formulários, funcionamento de instituições educacionais e solicitação do auxílio emergencial. Esta fala normalmente vinha acompanhada de uma queixa com relação ao fato de ela ainda não ter nenhuma amiga *brasileira*. Quando eu a indaguei sobre suas amigas *árabes* (todas são sírias e migraram depois de 2010), se elas não poderiam também ajudá-la com informações sobre procedimentos burocráticos, Layla disse que, como a maioria das coisas que ela pergunta são complicadas, as mulheres *árabes* não vão saber, pois muitas não falam bem português e não têm muita experiência (com as coisas do Brasil). Essa situação não engloba todas as mulheres deslocadas pelo conflito sírio, sendo que a própria Layla e outras interlocutoras da pesquisa são, na casa onde moram, a pessoa que tem maior domínio do português e por isso são encarregadas de resolver muitas das questões práticas da casa e de seus/suas moradores. Além disso, Layla contou com a ajuda de duas amigas *árabes* no processo de solicitar e receber o auxílio emergencial do governo federal durante a pandemia do novo coronavírus.

Com relação ao apoio obtido junto a *árabes* estabelecidos/as em São Bernardo do Campo, é preciso dizer que ele também tem seus limites, sendo que as relações entre *árabes* estabelecidos/as e deslocados/as pelo conflito sírio são ambivalentes: se, por um lado, os/as primeiros/as, muitos/as dos/as quais são *libaneses/as*¹⁵⁰, e as instituições que criaram na cidade realizam ações solidárias e de apoio prático em relação aos/ às deslocados/as pelo conflito sírio, sendo importante destacar também que alguns/algumas interlocutores/as têm amizade com *libaneses/as* na cidade e outros/as os/as têm entre seus/ suas principais clientes, por outro, a pesquisa de campo revelou que essas relações são permeadas por tensões e fraturas, questão também notada por Hamid (2012), Meihy (2019), Baeza (2018) e Pucci (2021) em pesquisas com diferentes comunidades árabes no Brasil.

Em São Bernardo do Campo, a pesquisa de campo revelou que há por parte de algumas pessoas, deslocadas pelo conflito sírio ou não¹⁵¹, a percepção de que as interações entre as

¹⁵⁰ Sobre isso, ver os artigos de Da Cruz (2020) e Truzzi (2008).

¹⁵¹ Cumpro destacar que, em função da pandemia de COVID-19, não consegui conversar com *libaneses/as* em São Bernardo sobre esta questão sendo que os dados que aqui discuto foram produzidos na interação com deslocados/as pelo conflito sírio e alguns funcionários de instituições islâmicas na cidade.

primeiras e os/as *libaneses/as* não são tão próximas, intensas ou frequentes quanto se poderia esperar: algumas pessoas destacaram que não há muita convivência entre os/as *libaneses/as* e as pessoas vindas da Síria no contexto brasileiro, sendo que umas ressaltaram o fato dos/as últimos/as não frequentarem muito a mesquita, estando presentes apenas de forma rápida às sextas-feiras por ocasião da oração do meio dia (oração que, para os homens, deve ser feita na mesquita quando não se tem um compromisso no horário), enquanto outra destacou que isso se dá na esfera da sociabilidade em geral.

Outras pessoas, ainda, apontaram que o apoio econômico que os/as *libaneses/as* oferecem aos/as deslocados/as pelo conflito sírio é limitado, já que um homem disse que os/as *libaneses/as* não empregam com frequência esses/as migrantes em seus comércios nem frequentam com regularidade os estabelecimentos abertos por eles/as, enquanto outro homem contou que, quando teve dificuldades financeiras, não recebeu dinheiro emprestado dos *libaneses* com quem convivia, mesmo que estes sejam, na sua visão, muito ricos. Cumpre notar, como faz Pucci (2021), que a ideia de que os/as *árabes* são ricos/as, apesar de ser uma generalização, encontra certo amparo nos dados da pesquisa encomendada pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (WEBINAR, 2020), já que ela também investigou, a partir de perguntas sobre a posse de bens e escolaridade, o pertencimento de classe dos/as árabes e descendentes no Brasil: como resultado, temos que 45% deles/as pertencem às classes A e B, 41% à classe C e apenas 13% às classes D e E; estão, portanto, sobrerrepresentados/as nas classes A e B em comparação com a totalidade da população brasileira.

No que concerne às relações entre *libaneses/as* e deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo do Campo, há, ainda, a percepção por parte de algumas pessoas, deslocadas pelo conflito sírio ou não, de que os/as *libaneses/as* são um tanto fechados/as ao/à diferente, sendo que uma delas ressaltou o fato de a maioria dos/as *libaneses/as* em São Bernardo ser originária de uma mesma região do Líbano e falar um mesmo dialeto do idioma árabe, o qual, ainda segundo esta pessoa, não seria compreensível para quem fala outros dialetos ou apenas o árabe clássico. Outras pesquisas realizadas em São Bernardo do Campo (DA CRUZ, 2020; FERREIRA, 2007) apontam como, da perspectiva dos/as *libaneses/as*, haveria até mesmo uma continuidade entre a cidade paulista e a região de origem de suas famílias, sendo que Da Cruz (2020) mostra como São Bernardo e Sultan Yaccoub, localizada no vale do Beeka e origem de muitos/as *libaneses/as* que vivem na primeira cidade, constituem uma comunidade transnacional, com fluxos intensos e diversos entre elas.

Se, por um lado, esta suposta postura de fechamento por parte dos/as *libaneses/as* pode ajudar a explicar certo afastamento entre estes/as e deslocados/as pelo conflito sírio, sendo que

ao considerar a frequência na mesquita é preciso levar em conta também a atribulada rotina de trabalho dos/as migrantes, cabe dizer que, de acordo com um funcionário de uma das instituições islâmicas na cidade e um deslocado pelo conflito sírio, este afastamento existe em função da reverberação de tensões políticas entre a Síria e o Líbano durante o governo de Hafez al-Assad no contexto de São Bernardo do Campo.

Conforme me explicou o funcionário de instituição islâmica, neste período o exército sírio dominou o Líbano – de acordo com Mohamed (2016), o controle sobre o Líbano é estratégico para o nacionalismo sírio, sendo que Hafez al-Assad foi capaz de avançar neste objetivo ao enviar tropas ao país em 1976 para estabilizar a Guerra Civil Libanesa (1975-1990), aí permanecendo até o ano de 2005 - e cometeu muitas atrocidades contra a população, como roubos e estupros. Por esse motivo, ainda de acordo com o funcionário, os/as *libaneses/as* não têm muita simpatia pelos/as sírios/as. Para que eu pudesse entender melhor a situação, ele forneceu um exemplo didático: pediu para que eu imaginasse que eu tenho um vizinho que faz festa todo dia e me xinga; de repente a casa dele pega fogo e eu tenho que acolhê-lo na minha; assim seria com os/as *libaneses/as* em relação aos/as sírios/as no contexto do conflito contemporâneo, segundo a interpretação deste funcionário.

De acordo com um deslocado pelo conflito sírio que também comentou sobre esta questão, a influência do contexto da Guerra Civil Libanesa nas interações entre *libaneses/as* e deslocados/as pelo conflito sírio seria especialmente proeminente em São Bernardo, porque a maioria dos/as libaneses/as que ali vivem teria migrado na época em que a Síria dominou o Líbano. Contudo, para ele, deixar que os acontecimentos referentes à Guerra Civil Libanesa criem afastamentos nas relações entre *libaneses/as* e deslocados/as pelo conflito sírio não seria muito justo, visto que quem ocupou o Líbano foi o exército sírio, que é parte do governo, o qual é ligado ao alauismo, enquanto que os/as deslocados/as pelo conflito sírio são majoritariamente sunitas¹⁵².

Assim, por mais que o recurso a *árabes* estabelecidos/as seja importante para deslocados/as pelo conflito sírio na resolução de questões práticas da vida no Brasil, este apoio é vacilante, na medida em que, por um lado, pode falhar ou levar a golpes e, por outro, pode não ser tão efetivo quanto esperado, não apenas por deslocados/as pelo conflito sírio, mas por

¹⁵² Essa fala, além de dizer sobre as relações entre *libaneses/as* e deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo, também revela um afastamento em relação ao governo sírio que esteve presente no discurso deste e de alguns/algumas outros/as deslocados/as pelo conflito sírio com quem dialoguei. O afastamento de sunitas em relação aos/as alauitas que ocupam o poder atualmente na Síria, antes de ser uma questão puramente religiosa, se vincula a aspectos econômicos e políticos, na medida em que a ascensão do partido Baath acabou por marginalizar de certa forma a antiga elite (sunita) e que a sectarização do conflito contemporâneo acabou por acirrar as tensões entre sunitas e o governo central (SALAMANDRA, 2004; PINTO, 2013).

outros grupos em São Bernardo do Campo e até mesmo pelo senso comum, que suporia uma solidariedade sem restrições entre pessoas percebidas como pertencentes a um mesmo grupo, no caso, *árabes* no Brasil.

2.3.2 Internet

Na seção sobre os momentos iniciais da migração, vimos que o recurso à internet, por meio de grupos no *Facebook* que reúnem *árabes* no Brasil, foi fundamental para Hakim conseguir dar os primeiros passos na construção de sua vida no Brasil: foi por meio deles que obteve moradia e emprego, bem como descobriu os passos para solicitar refúgio.

A existência de grupos que reúnem migrantes (sobretudo *árabes*) no Brasil, tanto no *Facebook* quanto no *WhatsApp*¹⁵³, apareceu outras vezes ao longo da pesquisa de campo, em contextos relativos a apoio prático e como um espaço que permite a sociabilidade, sendo que dois/duas interlocutores/as mencionaram ter estabelecido amizades a partir de grupos deste tipo.

Como exemplo da atuação de grupos *online* no apoio prático, é interessante destacar a ocasião em que Jalila e eu fizemos o processo para solicitar a correção de um dado de uma pessoa de sua rede de contatos na publicação que deferia o pedido de naturalização - como Jalila tem um domínio de português maior do que alguns/algumas deslocados/as pelo conflito sírio que conhece, acaba os/as ajudando em processos burocráticos.

Conforme Jalila me informou, a solicitação de correção deveria ser feita pela internet, no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Entrando no site, vi que era preciso preencher alguns dados (como o número do processo em questão e o nome do/a interessado/a), bem como anexar arquivos referentes à solicitação, como a publicação no Diário Oficial em que se concede a cidadania brasileira, um documento de identificação do/a interessado/a e uma carta solicitando a correção devida, sendo que Jalila já havia me enviado todos os documentos necessários.

Porém, além de anexar os arquivos era preciso preencher algumas informações sobre cada um deles, como o tipo de documento e se o arquivo em questão era nato-digital ou digitalizado. A tarefa de preencher o tipo de documento me trouxe grande dificuldade, dado

¹⁵³ Pelos dados da pesquisa, a comunicação nestes grupos é feita sobretudo em árabe, o que dificulta a possibilidade de fazer pesquisa de campo neles, visto que não domino largamente o árabe e que as ferramentas de tradução árabe-português nem sempre fornecem resultados fiáveis. Neste sentido, é ainda importante notar que em suas redes sociais pessoais os/as interlocutores/as cujo perfil sigo postam em árabe e em português (alguns postam também em inglês), sendo que as publicações em árabe nem sempre podem ser plenamente compreendidas por mim, mesmo utilizando ferramentas de tradução.

que era preciso escolher a partir de uma lista imensa e que os tipos de documento ali presentes não eram de fácil compreensão - alguns exemplos: apartado, balancete patrimonial, carta precatória, auto de apreensão - e minhas tentativas de buscar palavras como “correção” estavam sendo infrutíferas. Eu estava bastante perdida e não sabia como poderia descobrir a categoria correta para os documentos que eu tinha em mãos.

Compartilhei minha dificuldade com Jalila e ela também não sabia qual era a opção correta para colocar a carta solicitando a correção do dado pessoal. Jalila então falou que ia perguntar “*nos grupos*” e em pouco menos de meia hora já tínhamos a nossa resposta: era para colocar no tipo de documento “Solicitação” e ao lado especificar o tipo de dado que estávamos pedindo para corrigir. Resolvido este problema, conseguimos enviar a solicitação e em alguns meses obtivemos a resposta positiva.

Quero ressaltar aqui que, frente à necessidade de fazer um procedimento que não conhecia, Jalila, mobilizando sua rede de contatos no Brasil, recorreu a mim para auxiliá-la; é preciso dizer, porém, que antes de chegar até mim ela já sabia em que site e em qual das abas dele poderíamos fazer a solicitação de correção, além de ter me enviado os arquivos dos documentos que era preciso anexar; nesse sentido, minha ajuda foi requisitada mais em nome das questões tecnológicas¹⁵⁴ do que em termos de acesso à informações sobre como fazer a solicitação de correção.

Ademais, quando eu e ela, sozinhas, não conseguimos resolver a questão do preenchimento do campo “tipo de documento”, novamente Jalila conseguiu a ajuda que precisava, desta vez mobilizando um outro recurso: grupos *online* que reúnem migrantes. Destaco esta questão não apenas para colocar em evidência a agência de migrantes que, em um contexto em que os mecanismos governamentais de acolhimento são poucos e falhos, mobilizam suas redes pessoais de forma a resolver questões práticas da vida no Brasil, mas também para indicar como essas redes são diversas, sendo compostas por nativos/as e estrangeiros/as, amigos/as, patrões/patroas, vizinhos/as e também por pessoas que não conhecem pessoalmente – caso de contatos dos grupos de *WhatsApp* e *Facebook*.

Por outro lado, é preciso dizer que a experiência dos/as interlocutores/as com esses grupos nem sempre foi positiva. Samer, por exemplo, contou-me indignado que entrou em um grupo de *WhatsApp* de *árabes*, onde viu que alguém postou uma mensagem perguntando como fazer para tirar Carteira Nacional de Habilitação (CNH); segundo Samer, todas as respostas falavam que era difícil e demorado e que então era melhor falar com um *broker*

¹⁵⁴ À frente discutiremos a relação de Jalila e outros/as migrantes com procedimentos *online* no Brasil.

(intermediário/a, mediador/a). Inconformado com a situação, Samer respondeu no grupo de *WhatsApp* falando que ele sabia como fazer para tirar a CNH; o pessoal do grupo ficou surpreso, perguntou como e então Samer colou no grupo o *link* de um site e disse que lá explicava tudo. Situações deste tipo fizeram com que Samer e sua esposa (Aisha) desistissem de colocar suas dúvidas no grupo, visto que ali as pessoas sempre falam que tudo é difícil e demorado.

De forma semelhante, Hakim, quando perguntado por mim se os grupos *online* que o ajudaram a obter informações nos momentos subsequentes à migração o ajudaram em outras questões, como a obter CNH, ele respondeu que não, afirmando que o grupo não foi de muita ajuda, sendo que notou que, quando alguém fazia uma pergunta, cada pessoa respondia uma coisa diferente e isso gerava brigas.

As experiências diferenciais de Jalila, Hakim, Samer e Aisha com grupos *online* de migrantes nos mostram as ambivalências que podem permear o recurso às redes sociais na busca por informações e ajuda prática em relação a procedimentos burocráticos brasileiros, já que as informações ou a ajuda recebida podem se revelar úteis, como no caso de Jalila e Hakim (em um primeiro momento), ou não úteis, de acordo com a visão do casal de interlocutores e de Hakim em um segundo momento.

Para compreender essas diferentes posturas em relação aos grupos *online* de migrantes no Brasil é preciso ter em mente algumas questões que permeiam o acesso à internet, a obtenção de informações e a realização de procedimentos neste meio por parte desta população. Em primeiro lugar, devo dizer que Samer e Aisha, apesar de terem migrado recentemente, já conheciam o Brasil (viagem a turismo) e dominam o inglês, sendo que Samer costuma pesquisar muitas coisas sobre o Brasil no computador que tem em sua casa, usando por vezes a opção do site para traduzir a página do português para o inglês. Assim, o fato de ele conseguir responder com facilidade como tirar CNH no Brasil tem relação com esses aspectos e sobretudo com as facilidades que o domínio do inglês, a posse de um computador e as ferramentas de tradução lhe trazem.

De forma semelhante, Adnan e Fátima contaram que atualmente conseguem resolver a maioria das questões práticas sozinhos/as, pesquisando pela internet (o casal possui celular e computador). Para Adnan, resolver as coisas pela internet é mais fácil não só porque assim ele não precisa sair de casa, mas também porque não precisa falar em português: por meio dos sites, consegue ler e entender o que está sendo dito porque, sabendo inglês, consegue compreender algumas palavras em português que são parecidas com as daquele outro idioma. Além disso, depois de mais de dois anos no país, o casal já conhece como funcionam as coisas no Brasil,

sendo que o único problema que enfrenta atualmente é a demora dos processos burocráticos, questão que abordarei abaixo.

Por outro lado, a realização de procedimentos burocráticos pela internet, questão que se tornou mais significativa a partir da pandemia de COVID-19, visto que boa parte dos órgãos públicos, como Poupatempo, Detran e Polícia Federal, suspenderam ou restringiram o atendimento presencial e adotaram o atendimento em meio digital, representa, para alguns/algumas migrantes, um aumento na dificuldade ao lidar com os trâmites burocráticos, na medida em que (a) implica em novos procedimentos, diferentes daqueles que já estavam acostumados, e (b) traz uma maior dependência do português escrito e do uso de tecnologias.

Essa questão ficou clara no contato com Jalila, que me escreveu algumas vezes ao longo da pandemia pedindo ajuda com procedimentos diversos em meio digital (agendamento no Poupatempo, naturalização, solicitação do auxílio emergencial, entre outros). Em algumas destas ocasiões, Jalila comentou sobre ter tentado obter, sem sucesso, atendimento presencial nas respectivas entidades; em outras, mencionou os problemas que vinha enfrentando ao tentar resolver as questões pela internet e como preferia o atendimento presencial, pois neste é possível tanto tirar as dúvidas no local quanto resolver as coisas de forma mais rápida.

Com relação ao atendimento em meio digital, Jalila pontuou algumas vezes a dificuldade que tem para lidar com as coisas na internet e também o fato de ela não ter computador, tendo apenas o celular para acessar a internet, o que, sabemos, dificulta a navegação em alguns sites e também em certos formulários do *Google forms*. Assim, mesmo que Jalila tenha um bom domínio do português (embora não fale inglês) e que tenha lidado por anos com a burocracia brasileira, a passagem do atendimento presencial para o digital trouxe dificuldades para ela e, possivelmente, para muitos/as outros/as migrantes.

Da mesma forma, outros/as interlocutores/as (majoritariamente mulheres¹⁵⁵), também solicitaram minha ajuda em trâmites a serem feitos *online*, como retirada de resultados de exames médicos, agendamento na Polícia Federal (desde antes da pandemia) e renovação do protocolo de solicitação de refúgio, tema que será abordado adiante. Ademais, em uma atividade *online* no Museu da Imigração no início de 2021, uma migrante comentou sobre o tema da dificuldade enfrentada pelos/as refugiados/as que precisam dar entrada na documentação de regularização migratória *online* por conta da pandemia: segundo ela, entrar em sites, ler e preencher os formulários é muito difícil para quem não sabe português, porque

¹⁵⁵ Aqui é preciso dizer que os/as interlocutores/as que me pediram ajuda com trâmites *online* são pessoas que, dentro de suas famílias, têm maior domínio da língua portuguesa e, portanto, ficam responsáveis por resolver a maioria das questões práticas da vida da família no país.

quando o procedimento é presencial você faz mímica, fala em outra língua, etc., ou seja, mobiliza outros recursos comunicacionais que não apenas a palavra escrita.

Assim, a internet como um recurso para lidar com questões práticas da vida no Brasil pode tanto facilitar a vida do/da migrante, caso ele tenha um bom acesso à internet, um computador, conhecimentos de informática e um bom domínio do português escrito ou do inglês, mas também pode trazer dificuldades suplementares caso as condições mencionadas anteriormente não estejam postas. Portanto, questões de classe social, tanto no país de origem quanto no Brasil, permeiam a relação dos/as migrantes com a internet no que tange o uso deste recurso para resolver questões práticas.

Nesse sentido, podemos entender que Samer e Aisha, tendo condições de se informarem por outros meios com facilidade, mesmo que ainda não dominem plenamente o português, podem prescindir dos grupos de migrantes; outras pessoas com distinta relação com a tecnologia e capacidades linguísticas podem depender mais do recurso aos grupos *online* de migrantes, sobretudo nos momentos imediatamente seguintes à chegada ao país, mas também quando há novas demandas, como no caso da solicitação de correção que narrei com Jalila e as trazidas pela pandemia de COVID-19.

Por outro lado, cabe refletir que, embora o grupo *online* de *árabes* mencionado por Samer não tenha conseguido, a seus olhos, responder adequadamente às perguntas colocadas, podemos considerar que falar que todos os procedimentos burocráticos no Brasil são difíceis e demorados revela uma informação que pode ser útil e valiosa para os/as migrantes, pois, ao dizer que, de acordo com as suas experiências, qualquer procedimento no Brasil é demorado e difícil, informa que é preciso se preparar para enfrentar esses dois obstáculos na busca por documentação, por exemplo.

De fato, acompanhando as trajetórias de interlocutores/as da pesquisa, pude perceber como vários dos processos para obter documentos – CNH, reconhecimento da condição de refugiado, processo de naturalização – tomam muito tempo. O processo de regularização migratória, por exemplo, exige várias viagens até a Polícia Federal, na cidade de São Paulo, o que é caro e costuma tomar praticamente o dia todo (entre a ida, os procedimentos e a volta), sendo importante mencionar que para dar conta destes procedimentos muitos/as migrantes precisam faltar ao trabalho, no caso dos/as que são funcionários/as, ou suspender o trabalho, para o caso daqueles/as que são autônomos/as ou têm um comércio, causando perdas financeiras e por vezes tensões com os/as patrões/ patroas por conta das ausências e sua frequência.

Além disso, há também a questão da espera pela resposta, pelo resultado da solicitação, pela emissão do documento: já vimos anteriormente as dificuldades que Layla enfrentou e

enfrenta por ainda não ter resposta em relação à solicitação de refúgio mesmo depois de mais de dois anos no país, sendo que outras pessoas relataram também demora na resposta e emissão de outros documentos, como CNH e decisão com relação ao pedido de naturalização. Há que se considerar ainda, como alguns/algumas interlocutores/as destacam, as mudanças frequentes nos documentos e critérios necessários para a concessão da naturalização, o que acaba atrasando ainda mais a obtenção da cidadania brasileira porque traz a demanda de novas providências por parte dos/as migrantes, os/as quais por vezes já estavam no processo de solicitação ou de análise dos documentos:

Aziz: A gente [ele e a esposa] já entrou no processo [de solicitação de naturalização], no ano passado, mas o portaria já fechou; só eu o processo já cancelou, já começou processo de novo três semanas passadas só, também a gente precisa esperar um ano, não sei, dois anos...

(...)

Juliana: Entendi. E mesmo você tendo dois/duas filhos/as [nascidos/as no Brasil] você não conseguiu da primeira vez que você pediu?

Aziz: Sim. Por causa de burocracia, com muda de lei. Não tem estabilidade de lei, tá.

Juliana: Sei, entendi.

Aziz: Todo ano, cada ano tem lei novo.

Aziz: A gente pediu *documents* quando dá resultado de [inaudível] na Polícia Federal: “Desculpa, mas a gente tem a regra nova”.

Juliana: Aí pede mais alguma coisa.

Aziz: Absurdo mesmo. Quando a gente pega outros documentos: “Desculpa, mas lei já mudou de novo”. Continua a mesma coisa: a gente perde tempo, perde direito, perde... também dinheiro muito.... (Entrevista realizada em janeiro de 2019).

Para Aziz, a perda de tempo pode ser ainda mais grave do que a perda de dinheiro, pois ele entende que o dinheiro é possível recuperar, mas o tempo não. Ainda segundo ele, a espera não está presente apenas nos processos de solicitar e obter documentos, mas também em serviços de saúde e mesmo na vida cotidiana. No dia que marcamos a entrevista, Aziz chegou atrasado, justificando que seu atraso se devia a diferentes noções de temporalidade. Como eu não havia entendido, ele explicou que no Brasil é tudo “espere, aguarde” e completou dizendo que havia solicitado um Uber para ir até o local onde nos encontramos, mas que o motorista demorou 20 minutos para chegar e que ele não podia cancelar a corrida, pois neste caso seria cobrado da mesma forma.

Esta questão da temporalidade também aparece no trabalho de Facundo Navia (2014) com colombianos/as solicitantes de refúgio, refugiados/as “espontâneos/as” ou reassentados/as¹⁵⁶; trabalhando as diferentes percepções do tempo conforme o *status*

¹⁵⁶ Refugiados/as reassentados/as são aqueles/as que já tem o *status* de refugiado/a reconhecido e chegam ao país por meio de um programa governamental específico que organiza a transferência de refugiados/as entre países de acolhida. Refugiados/as “espontâneos/as” são aqueles/as que solicitam refúgio apenas quando chegam ao país de acolhida (FACUNDO NAVIA, 2014).

migratório, a autora aponta que a vida de solicitantes de refúgio e refugiados/as “espontâneos/as”, caso dos/as interlocutores/as da presente pesquisa, é marcada por um processo de eternização da espera, isto é, um prolongamento do tempo pelo qual devem esperar para obter acesso a um serviço ou mesmo à resposta para uma pergunta; esta eternização da espera é lida pelos/as interlocutores/as de Facundo Navia (2014, p. 297) como um processo humilhante e como um mecanismo de controle que limita sua capacidade de decisão autônoma sobre sua vida.

Vemos, portanto, que quando os/as migrantes nos grupos de *WhatsApp* e *Facebook* ressaltam que todos os procedimentos no Brasil são difíceis e demorados, revelam um conhecimento prático adquirido ao viver no Brasil. Assim, mesmo que esse tipo de discurso nem sempre ajude diretamente na resolução de uma questão prática, informa sobre como funciona o sistema brasileiro, algo que, como mencionado pelos/as interlocutores/as, é um conhecimento importante. Ademais, em alguns casos, esses grupos são capazes de fornecer ajuda valiosa, como vimos com Jalila e na chegada de Hakim ao Brasil. Da mesma forma, a internet em geral como uma ferramenta para obter informações e para fazer procedimentos burocráticos também se mostra ambivalente, na medida em que facilita para migrantes com domínio do inglês/ português escrito e com acesso a computadores e dificulta para outros/as migrantes. Desta forma, é possível identificar a internet também como um apoio vacilante, na medida em que oscila, entre migrantes e para um/a mesmo/a, entre útil e não útil.

2.3.3 Brasileiros/as

Ao longo da pesquisa de campo em São Bernardo encontrei apenas um/a deslocado/a pelo conflito sírio que não é muçulmano/a. Conheci Rashid por meio da mediação de uma instituição religiosa cristã que realiza, como as islâmicas, iniciativas voltadas ao acolhimento de migrantes. Conversando com ele sobre os caminhos que o levaram para São Bernardo do Campo (anteriormente havia morado em outras cidades brasileiras), Rashid disse que ele e a família (esposa e filho/a) decidiram permanecer em São Bernardo do Campo porque gostaram da cidade e particularmente da população, considerada mais solícita que nas capitais onde haviam morado. Nesse momento, perguntei se o fato de ter pessoas que falam árabe influenciou na escolha da cidade e ele falou que não, indicando que se referia aos/as *brasileiros/as* quando afirmou que em São Bernardo as pessoas são mais solícitas, tendo dito posteriormente que tem mais amigos *brasileiros/as* do que *árabes* na cidade.

Infelizmente, com a chegada da pandemia de COVID-19, acabei perdendo o contato com Rashid, pois não tinha o seu número de telefone e a política de distanciamento social tornou inviável procurá-lo no local onde trabalhava e por isso não pude desenvolver mais o tema de suas relações com *árabes* e *brasileiros/as* na cidade. Contudo, sua fala sobre São Bernardo abre a discussão em relação às redes de apoio mobilizadas por deslocados/as pelo conflito sírio para dois aspectos importantes.

O primeiro é que, contrastando com os/as demais interlocutores/as, cujas trajetórias foram marcadas pelo apoio de *árabes*, Rashid conta mais com a amizade e o apoio de *brasileiros/as*, sendo importante destacar que ele também percorreu outros caminhos institucionais: conheci-o a partir da mediação de uma instituição cristã que tem ações voltadas a migrantes, sendo que uma funcionária desta instituição afirmou que os/as sírios/as não costumam frequentar a instituição (ela lembrava-se apenas de um sírio que buscou atendimento lá (Rashid) e disse que a maioria do público de migrantes atendidos pela instituição¹⁵⁷ é de latinos/as), tendo sugerido que eu fosse à mesquita da cidade para encontrar outros/as migrantes da Síria porque, segundo ela, como muitos/as deles/as são muçulmanos/as, devem passar por lá. A funcionária comentou inclusive que há um *cheikh* com um projeto voltado para o acolhimento de sírios/as¹⁵⁸.

Esses dados sugerem que a religião tem um peso significativo na configuração das experiências dos/as deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo do Campo, sendo que os/as muçulmanos/as acessam uma rede de amparo étnica e religiosamente configurada, enquanto que Rashid, que é cristão, percorreu um caminho também influenciado pela religião ao buscar apoio em uma instituição cristã (cujas celebrações religiosas frequentava), sendo importante destacar que Rashid não convivia muito com *árabes*.

Como vimos na introdução deste capítulo, os trabalhos de Meihy (2019) e Baeza (2018) com refugiados/as sírios/as na cidade de São Paulo também apontam para a importância da religião nas experiências daqueles/as no Brasil, mostrando como o sectarismo religioso influenciou os caminhos do acolhimento institucional aos/as migrantes, que, no Brasil, é majoritariamente feito por meio de organizações ligadas às religiões, sendo que os/as migrantes tendem a obter apoio em instituições alinhadas com suas filiações religiosas.

No contexto analisado por Meihy (2019), nota-se a presença de instituições ligadas à arabidade tanto cristãs quanto muçulmanas, algo que, até onde tenho conhecimento, não acontece em São Bernardo do Campo, sendo que a instituição cristã na qual Rashid buscou

¹⁵⁷ A instituição em questão não atende apenas migrantes.

¹⁵⁸ Tentei repetidas vezes contato com este *cheikh*, mas não consegui obter uma entrevista com ele.

atendimento não tem relação com a arabicidade, o que pode ajudar a compreender porque ele, diferentemente de outros/as interlocutores/as, não tem tanto contato com *árabes*.

O segundo aspecto trazido pela experiência de Rashid é justamente o fato de que os/as *brasileiros/as* também auxiliam deslocados/as pelo conflito sírio no desenvolvimento de suas vidas no Brasil. Este último ponto, como foi se revelando ao longo do capítulo, não é exclusivo da experiência de Rashid, sendo que outros/as interlocutores/as, inclusive muçulmanos/as, também mencionaram o apoio prático fornecido por *brasileiros/as*, sejam eles/as desconhecidos/as que os/as socorreram com alguma questão pontual, sejam pessoas com as quais tinham ou desenvolveram uma relação mais próxima.

Layla, por exemplo, ressaltou que, como os/as *árabes*, os/as *brasileiros/as* também a ajudaram e ajudam muito no tempo em que mora no Brasil. Trouxe como exemplo uma mulher que havia alugado a casa onde ela e a família moraram em outra cidade do estado de São Paulo. Esta mulher não apenas ajudou a mobiliar a casa que a família de Layla alugou, como também os/as visitava com certa regularidade para ver se estavam bem e se precisavam de alguma coisa.

De forma semelhante, outros/as interlocutores/as encontraram em seus caminhos *brasileiros/as* com quem estabeleceram uma relação e que os ajudaram em alguma(s) questão(ões) prática(s), como o aprendizado do português, busca por moradia, o pagamento da mensalidade de curso profissionalizante ou a taxa de inscrição de curso de português, o empréstimo de dinheiro, entre outros. As pessoas que forneceram estes auxílios podiam ser o/a proprietário/a do imóvel onde moram, o patrão ou a patroa, um/a vizinho/a, um/a amigo/a, noivo/a, marido ou esposa¹⁵⁹ ou um/a funcionário/a ou voluntário/a de algum serviço acessado pelo/a migrante, como o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), o curso de português onde atuei como voluntária¹⁶⁰ ou mesmo serviços de saúde.

No entanto, as relações entre *brasileiros/as* e deslocados/as pelo conflito sírio também são ambivalentes, pois envolvem não apenas solidariedade, mas afastamentos e preconceitos.

Por exemplo, soube da história de um/a migrante que solicitou um adiantamento para seu/sua patrão/oa para que pudesse pagar o cheque caução (referente a três aluguéis) da nova

¹⁵⁹ O tema das relações afetivas e/ou sexuais será abordado no capítulo quatro.

¹⁶⁰ Fui professora voluntária em um curso de português oferecido por uma instituição não religiosa de São Bernardo do Campo nos anos de 2020 e 2021, onde pude observar como o curso, que adota a metodologia de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), é um espaço não apenas para o aprendizado da língua portuguesa, mas também um lugar onde os/as estudantes podem ter acesso a informações importantes sobre a vida no Brasil - como o funcionamento do sistema único de saúde (SUS) e os trâmites necessários para abrir conta em banco, conteúdos obrigatórios das aulas naquela instituição - e também tirar dúvidas em relação às mais variadas questões que surgem em seu dia a dia, como dificuldades em acessar o site do Serasa ou para obter cartão de crédito. Além disso, presenciei mais de uma vez a coordenação do curso se mobilizando para mediar a relação de migrantes com instituições brasileiras, como Poupatempo, Polícia Federal e escolas, de modo a tentar facilitar o acesso dos/as primeiros/as aos serviços oferecidos pelas segundas.

moradia, sendo que a cada mês tinha um valor descontado de seu salário de modo a ir pagando o valor emprestado. Contudo, o/a patrão/oa passara a exigir mais de seu/sua funcionário/a, cobrando sua presença todas as vezes que o/a migrante não estava no local de trabalho, mesmo fora do horário de trabalho acertado ou durante seu horário de almoço, o que gerou tensões entre o/a patrão/oa e o/a funcionário/a. Tal situação levou este/a a pedir novamente dinheiro emprestado, desta vez a um/a amigo/a, para poder pagar o/a patrão/oa e, assim, tentar diminuir a pressão que sofria no trabalho.

Além disso, outros/as interlocutores/as relataram ter sofrido preconceito na busca por emprego: tanto Aziz quanto a esposa de Hakim participaram de processos seletivos para professor de língua estrangeira e, mesmo sendo bastante qualificados/as, sendo que no caso de Aziz ele era o único candidato com formação na área da vaga, não foram selecionados/as, o que, na leitura de Aziz e Hakim, significa que foram preteridos/as por serem *árabes* e/ou *muçulmanos/as*.

Layla, apesar de defender que o Brasil é mais aberto à diferença e menos resistente à presença de migrantes muçulmanos/as que outros países de destino para deslocados/as pelo conflito sírio, como a Alemanha, afirmou que *“para a mulher muçulmana é muito difícil conseguir emprego”* (Diário de campo, setembro de 2020) (por causa do uso do lenço) quando me relatou sua busca por trabalho durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19: ela havia enviado diversos currículos para comércios em ramos nos quais ela já tinha experiência, mas não havia obtido sucesso.

Como Layla, outras mulheres muçulmanas, migrantes ou não, também enfrentam dificuldades para acessar o mercado de trabalho, sendo que na pesquisa de campo conheci uma *brasileira* convertida que tinha que tirar o lenço durante o período de trabalho para poder permanecer no emprego. Contudo, a experiência laboral de uma outra interlocutora muçulmana que usa lenço não parece ter sido influenciada negativamente pelo uso desta vestimenta recomendada pelo islã, sendo que ela relatou que não teve dificuldades em obter emprego no setor de serviços; no entanto, cumpre dizer que em muitos momentos ela contou com indicações para obter tais postos de trabalho.

De forma semelhante, como já vimos, o acesso à educação nem sempre se dá de forma adequada, seja em função da falta de conhecimento por parte das instituições sobre os direitos e os documentos portados por pessoas em situação de refúgio, seja quando os/as migrantes são

alvo direto de preconceito em função de sua origem nacional e/ou religião, como vimos com os/as filhos/as de Aziz¹⁶¹.

Assim, embora deslocados/as pelo conflito sírio recebam apoio prático de *brasileiros/as* em contextos diversos, também lidam com barreiras impostas pelos/as últimos/as no acesso a espaços importantes para a construção de suas vidas no país, como o mercado de trabalho e o sistema educacional.

2.3.4 A pesquisadora

Como ficou claro ao longo do texto, parte dos/as interlocutores/as da pesquisa encontraram em mim uma possibilidade de auxílio em questões práticas, como elaboração de currículo, solicitação do auxílio emergencial, agendamento na Polícia Federal e no Poupatempo, ajuda no preenchimento de formulários eletrônicos e em procedimentos de regularização migratória, informações sobre o sistema educacional brasileiro e mediação do contato com instituições diversas (universidade, CASP, Polícia Federal, cursos de português, ONGs que trabalham com população migrante etc).

Se no início da pesquisa de campo, em 2018, esses momentos não eram tão comuns, conforme a relação com os/as interlocutores foi se aprofundando, as situações em que me procuravam ou que aproveitavam meus contatos para me pedir auxílio aumentaram, indicando com clareza para mim o argumento deste capítulo, isto é, que a experiência desses/as migrantes é perpassada pela ideia de solidão, na medida em que eles/as não têm nas políticas públicas um amparo significativo para a construção de suas vidas, sendo necessário encontrar e mobilizar outros/as atores para dar conta das questões práticas com as quais lidam. No entanto, fica evidente ao longo do capítulo que os caminhos para resolver este tipo de questão são tortuosos, pois o processo de estabelecer contatos pessoais confiáveis e de encontrar instituições que possam auxiliá-los/as nem sempre é fácil.

Nesse sentido, é importante destacar que, para alguns/algumas interlocutores/as, como Layla e Farid, eu figurei, segundo eles/as próprios/as, como uma das únicas pessoas para as quais poderiam solicitar este tipo de ajuda, seja porque não têm ou tinham muitos/as amigos/as *brasileiros/as*, seja porque seu círculo de relações em geral é ou era pequeno. Além disso, pessoas com círculos sociais mais amplos em São Bernardo do Campo, como Jalila, também recorreram à minha ajuda para procedimentos novos (como os advindos do atendimento em

¹⁶¹ Com relação aos/as filhos/as dos/as demais interlocutores/as, é preciso dizer que, estejam eles/as em escola islâmica ou não, não ouvi relatos de preconceitos como os vividos pelos/as filhos/as de Aziz.

meio digital de órgãos públicos por conta da pandemia) ou pouco usuais (como recurso de multa de trânsito).

É interessante apontar também que, por ter um bom domínio do português, Jalila ajuda deslocados/as pelo conflito sírio de sua rede de contatos a fazer procedimentos como solicitação do auxílio emergencial e agendamento da vacinação contra COVID-19, sendo que em alguns casos, quando não conseguia, também solicitava minha ajuda. Da minha parte, procurei colocar-me à disposição para auxiliar os/as interlocutores/as quando me contavam sobre dificuldades que estavam enfrentando para acessar serviços e direitos sociais.

É preciso dizer, porém, que houve interlocutores/as que não demandaram meu apoio em questões práticas, indicando que percorrem outros caminhos para tanto, seja sozinhos/as ou através de outras pessoas de suas redes de contato ou de organizações da sociedade civil, e isso mesmo durante a pandemia de COVID-19, momento em que boa parte dos/as interlocutores/as que anteriormente já haviam recorrido à mim para apoio prático passaram a me procurar com mais frequência com demandas similares, sendo que, especialmente em 2020, este foi um dos temas principais de nossas interações e, em alguns casos, o único. Assim, eu estava sendo chamada, especialmente no contexto da pandemia, a transformar ao menos parte da pesquisa etnográfica em atuação prática (BRANCO PEREIRA, 2020) com vistas a auxiliar os/as interlocutores/as em um momento de novas demandas, muita incerteza e crise econômica.

Outros trabalhos com migrantes e pessoas em situação de refúgio no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil já apontaram que os/as migrantes enfrentaram dificuldades adicionais para obter o auxílio emergencial (em resumo, poderíamos dizer que essas dificuldades têm relação com a incompatibilidade entre os documentos aceitos no processo de obtenção do auxílio e aqueles portados por migrantes, sendo necessário também pontuar que inicialmente não estava claro se os migrantes poderiam acessar o auxílio) (BRANCO PEREIRA, 2020; MARTUSCELLI, 2020), foram particularmente afetados/as pelo fechamento de fronteiras (BRANCO PEREIRA, 2020; MARTUSCELLI, 2020) e por mudanças nas dinâmicas de instituições como Polícia Federal, Conare e Poupatempo, como já assinala anteriormente e como vemos em Martuscelli (2020) e em artigo publicado na Folha de São Paulo por um grupo de pesquisadores/as e atores das estruturas de recepção de migrantes¹⁶²; além disso, a ausência de dados relativos à nacionalidade nos formulários específicos sobre a

¹⁶² Imigrantes e refugiados também contam: o acirramento da invisibilidade em tempos de pandemia, por Alexandre Branco Pereira, Beatriz Soares Benedito, Camila Barreto Breitenvieser, Giordano Magri, João Chaves e Natália Suzuki. Disponível em : <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/imigrantes-e-refugiados-tambem-contam-acirramento-da-invisibilidade-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 07/10/2021.

COVID-19 dificultaram obter informações sobre como a pandemia estava afetando esta minoria e, consequentemente, a formulação de políticas específicas (BRANCO PEREIRA, 2020).

Este cenário afeta diferencialmente os/as migrantes – por exemplo, no acesso ao auxílio emergencial, indocumentados/as, portadores/as de protocolo de solicitação de refúgio, possuidores/as de RNM e brasileiros/as naturalizados/as lidam com questões bastante diversas, sendo que claramente os/as indocumentados/as são os/as mais prejudicados/as. A maioria dos/as interlocutores/as da pesquisa, sendo refugiados/as reconhecidos/as ou tendo se regularizado por outros meios, já portam ao menos o RNM e, portanto, não foi tão frequente encontrar pessoas que enfrentaram problemas decorrentes de documentação, como os que relatei para Layla¹⁶³, ao longo da pandemia. Porém, como já vimos, as mudanças nas dinâmicas do atendimento de diversas instituições, passando muitas atividades para o meio digital, trouxeram obstáculos adicionais para alguns/algumas migrantes e o fechamento de fronteiras postergou encontros entre familiares há muito sonhados e desejados¹⁶⁴.

Em contrapartida, foi notório observar como, para os/as interlocutores/as que pude acompanhar mais de perto durante a pandemia, sobretudo aqueles/as que são/eram funcionários/as em estabelecimentos comerciais, a questão econômica se impôs de forma significativa com a chegada da COVID-19 ao estado de São Paulo (em março de 2020) e com a crise econômica que se instalou na sequência. Neste contexto, alguns/algumas interlocutores/as ficaram sem trabalho no início da pandemia, seja porque foram demitidos/as, porque o local onde trabalhavam estava fechado ou porque não recebiam tantas propostas de trabalho como autônomos/as.

Assim, muitos deles/as solicitaram (e obtiveram) o auxílio emergencial, porém, como o valor do benefício era baixo (de R\$600,00 a R\$1.200,00 por família), não conseguiram dar conta de todos os gastos, sobretudo do aluguel, sendo que alguns/algumas negociaram com o/a proprietário/a o adiamento do pagamento e outros/as tomaram dinheiro emprestado de sua rede de contatos para pagá-lo. Houve também movimentos em busca de outras iniciativas de apoio operacionalizadas por conta da pandemia, como doação de cestas básicas e cartões de alimentação proporcionados por uma parceria entre a Sodexo e o Instituto Adus¹⁶⁵, e busca por

¹⁶³ Contudo, devo dizer que, mesmo portando o Protocolo de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, Layla, contando com minha ajuda e a de outras pessoas de sua rede, não teve grandes dificuldades para solicitar e obter o auxílio emergencial.

¹⁶⁴ Abordo esta questão no capítulo três.

¹⁶⁵ Esta iniciativa foi uma campanha de arrecadação de recursos para financiar a distribuição de cartões alimentação no valor de R\$300,00 para refugiados/as em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia, conforme publicação de abril de 2020 no *Facebook* do Instituto Adus. Eu soube desta campanha em junho por meio do curso de português no qual atuei como voluntária, pois o instituto havia procurado o curso em busca de famílias com

um novo emprego ou a abertura de novos negócios, iniciativas das quais participei de alguma forma, sobretudo ajudando-os/as a buscar informações, oportunidades de trabalho e doações¹⁶⁶.

Por outro lado, interlocutores proprietários de comércios (todos homens), estavam, sobretudo no início da pandemia, preocupados com os riscos à saúde de continuar funcionando (para os que atuam no ramo da alimentação) ou com os efeitos econômicos negativos das normativas de fechamento do comércio não essencial.

Assim, o que vem se debatendo em relação à política nacional de refúgio – a insuficiência de políticas públicas visando garantir condições de vida a essas populações – e a consequente necessidade de migrantes e pessoas em situação de refúgio buscarem em outros atores – organizações da sociedade civil, internet e redes pessoais – apoio para resolverem questões práticas se revela também durante a pandemia de COVID-19, sendo necessário ressaltar que esta, ao trazer novas demandas nos processos de obtenção de documentos e de meios de vida, implicou em uma maior necessidade de recorrer ao auxílio de terceiros para alguns/algumas dos/as interlocutores/as, o que reverberou na minha relação com alguns/algumas deles/as, como vimos.

Este mesmo movimento pode ser visto em um artigo do site “O estrangeiro” que aborda o aumento da procura do grupo do *Facebook* “Brasil País de Imigração” durante a pandemia de COVID-19¹⁶⁷. De acordo com o texto, publicado em junho de 2020, um número significativo de migrantes (estejam eles/as no Brasil ou em outros países) passou a procurar o grupo para obter informações sobre direitos, onde encontrar doação de cestas básicas, como obter auxílio financeiro do governo, entre outras questões, dado que não estavam conseguindo as respectivas respostas por meio do contato com organizações dedicadas ao tema da migração e do refúgio, como ACNUR e ONGs.

Portanto, se ao longo de toda a pesquisa de campo fui acionada por parte dos/as interlocutores/as para apoio prático em diversas frentes, já que o amparo encontrado no Estado e por vezes em outros caminhos, como redes pessoais, nem sempre são suficientes, com a pandemia de COVID-19 vimos o aprofundamento deste cenário: trazendo novas demandas, mudanças no âmbito do trabalho, das finanças e nos procedimentos feitos junto a órgãos públicos, como Poupatempo e Polícia Federal, a pandemia trouxe para os/as migrantes, ao

crianças e/ou idosos para serem beneficiárias do cartão. É importante destacar que a coordenação do curso falou com alguns/algumas alunos/as que estavam nesse perfil e eles/as não quiseram receber o cartão.

¹⁶⁶ É preciso dizer, porém, que tais movimentos, embora tenham ajudado a resolver algumas questões, nem sempre resultaram em mudança significativa da situação econômica destes/as interlocutores/as.

¹⁶⁷ A importância dos grupos de Facebook para imigrantes em tempos de pandemia, de autoria de Flavia Arpini. Disponível em: <https://oestrangeiro.org/2020/06/22/a-importancia-dos-grupos-do-facebook-para-imigrantes-e-refugiados-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 07/10/2021.

menos nos meses iniciais, maior necessidade de procurar ajuda para encaminhar questões práticas, reverberando na frequência com que alguns/algumas interlocutores/as me acionaram e também, como vimos, na frequência com que migrantes recorreram ao grupo do *Facebook* supramencionado.

2.4 Comentários finais: uma reflexão sobre modelos de gestão de populações em situação de refúgio

Ao olhar para os caminhos que os/as interlocutores/as da pesquisa percorrem para resolver questões práticas da vida no Brasil, como moradia, acesso à educação e regularização migratória, o presente capítulo lançou luz nos sentimentos de solidão produzidos nos/as migrantes por meio da política nacional de refúgio.

Como vimos, no que concerne ao Estado, estes sentimentos se relacionam com o fato de ele ser, simultaneamente, ausente e excessivamente presente: não só o Estado não se faz presente de forma positiva, amparando pessoas em situação de refúgio por meio de políticas públicas que visem garantir certas condições de vida para elas, como também dificulta algumas das iniciativas desses/as migrantes por meio da burocracia, além de nem sempre trazer respostas eficientes para problemas vivenciados no acesso a serviços, como situações de preconceito no sistema educacional.

Nesse cenário, como já aponta a literatura (WAHLBECK, 1999; AMRITH, 2016; GLICK SCHILLER; ÇAĞLAR, 2016), os/as migrantes dependem mais de redes pessoais e de organizações da sociedade civil para encaminhar essas questões da vida prática, processo que se agravou com a chegada da pandemia de COVID-19, na medida em que ela trouxe novas demandas para a obtenção de documentos e de meios de vida para os/as migrantes, gerando em parte deles/as uma maior necessidade de recorrer ao auxílio de terceiros.

No contexto da presente pesquisa, tanto antes quanto durante a pandemia de COVID-19, os/as interlocutores/as obtiveram auxílio na resolução de questões práticas principalmente junto a *árabes* (estabelecidos/as, outros/as deslocados/as pelo conflito sírio e instituições ligadas à diáspora árabe no Brasil), na internet (em grupos que reúnem *árabes* e migrantes ou usando-a como ferramenta de busca de informações) e com *brasileiros/as* (cidadãos/ãs comuns, pessoas ligadas às instituições que lidam com migração e refúgio e a própria pesquisadora).

Como vimos, tais apoios, por serem permeados por ambivalências, foram denominados por mim como apoios vacilantes, dado que apesar de terem contribuído e contribuir ainda para a resolução de questões práticas por parte de deslocados/as pelo conflito sírio, são

titubeantes e apresentam uma série de instabilidades, potencializando em alguns casos o sentimento de solidão produzido pela relação com o Estado.

Essa questão se apresenta em sua maior potência nos momentos iniciais no país de acolhimento, quando muitos/as deslocados/as pelo conflito sírio chegam ao Brasil sem um conhecimento amplo da língua portuguesa e do sistema burocrático do país, tampouco têm amplas redes locais preexistentes, fatores que dificultam o processo de criar e mobilizar contatos pessoais para apoio prático ou de encontrar e acessar organizações da sociedade civil. É preciso dizer, porém, como veremos com mais vagar no capítulo três, que estabelecer redes no país de acolhimento envolve dificuldades que por vezes ultrapassam os momentos imediatamente posteriores à chegada, ainda mais quando, como vimos, o fato de não contarem com políticas de acolhimento robustas limita o tempo que dispõem para se dedicarem ao aprendizado do português e do sistema brasileiro e ao desenvolvimento de redes, fato que contribuiu para que alguns/algumas interlocutores/as tivessem em mim uma figura central para a qual solicitar apoio prático. Por outro lado, algumas pessoas, como Hayat, conseguiram estabelecer ao menos uma relação que proporcionou apoio prático (e também emocional) já nos primeiros momentos no Brasil.

Ademais, é preciso ressaltar que os dados da pesquisa revelam que o acesso a organizações da sociedade civil que trabalham com migrantes e refugiados/as pode ser dificultado porque informações sobre elas não estavam inicialmente disponíveis a alguns/algumas interlocutores/as ou em função dos sentimentos negativos relacionados com estar em uma posição de precisar pedir ajuda para prover coisas básicas para si e para a família.

Nesse contexto, a presença de *árabes* e suas instituições no país, fruto de fluxos migratórios anteriores, representam uma alternativa de apoio prático muito utilizada pelos/as interlocutores/as da pesquisa, tanto para os/as que vivem em São Bernardo do Campo, onde temos ainda uma população importante de muçulmanos/as¹⁶⁸, quanto para aqueles/as que moram em outras cidades. Por meio destas pessoas e das instituições que criaram (mesquitas, centros islâmicos, sociedades beneficentes, entre outras), deslocados/as pelo conflito sírio obtiveram e obtêm ajuda para conseguir moradia, doações e informações.

Contudo, apesar da existência destas iniciativas solidárias, as relações entre *árabes* no contexto do deslocamento de pessoas em função do conflito sírio também envolvem alguns afastamentos, sendo que em São Bernardo há a percepção por parte de algumas pessoas, deslocados/as pelo conflito sírio ou não, de que a solidariedade de *libaneses/as* em relação

¹⁶⁸ Como no islã as orações são feitas em árabe e se incentiva a leitura do Corão na língua original, muçulmanos/as não árabes também poder ter conhecimento desse idioma.

aos/às recém-chegados/as da Síria é limitada por animosidades dos/as primeiros/as em relação aos/às últimos/as. Além disso, a experiência de interlocutores/as em outras cidades mostra como o apoio obtido com *árabes* pode ser frágil, como vimos com o amigo sírio de Hakim, e até prejudicial, como no golpe sofrido por Adnan e Fátima.

Sobre golpes, é preciso dizer que todos os que me foram relatados ocorreram em momentos próximos à chegada ao país, quando os/as migrantes estavam em um momento mais vulnerável e sem apoio, sendo que os/as golpistas (*árabes* ou não) se aproveitaram do pouco conhecimento da língua portuguesa por parte dos/as migrantes ou da falta de informações sobre serviços e direitos relativos à população em situação de refúgio.

De forma semelhante, as interações entre deslocados/as pelo conflito sírio e *brasileiros/as*, embora envolvam solidariedade, expressas na forma de doações, ajuda pontual na rua, auxílio financeiro, entre outros, também são ambivalentes, na medida em que há na sociedade receptora preconceitos em relação a *árabes* e mulçumanos/as, os quais se expressam em contextos diversos, gerando exclusões para migrantes, como no acesso à educação (caso da filha de Aziz) e ao mercado de trabalho. Assim, se por um lado deslocados/as pelo conflito sírio encontram em *brasileiros/as* ajuda para resolver algumas questões práticas, por outro os/as últimas também lhes impõem obstáculos no acesso a espaços importantes para a construção de suas vidas no país.

A internet, seja por meio de grupos que reúnem *árabes* e migrantes ou como ferramenta de pesquisa e obtenção de informações, também tem suas ambivalências no que concerne ao apoio prático, sendo que os grupos de *Facebook* e *WhatsApp* que reúnem *árabes* e migrantes são considerados úteis em alguns casos e inúteis em outros, enquanto que a possibilidade de realizar procedimentos burocráticos *online*, ampliada durante a pandemia de COVID-19, é tida como facilitadora ou dificultadora a depender do/a interlocutor/a. Como vimos, as diferentes opiniões em relação aos grupos e aos procedimentos burocráticos *online* dependem de fatores como domínio linguístico (português e/ou inglês), dos aparelhos tecnológicos disponíveis e do conhecimento em relação à tecnologia, questões que resvalam no pertencimento de classe dos/as migrantes, tanto atual quanto anterior à migração.

Vemos, portanto, que, de um lado, os/as deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil (e outros/as migrantes e refugiados/as) não contam com um amparo significativo do Estado brasileiro por meio de políticas públicas de acolhimento para construírem suas vidas no país, sendo que ao menos parte deles/as se sente abandonado pelo Estado brasileiro, pois precisam se organizar sozinhos/as para dar conta de questões como emprego, moradia, acesso à educação, entre outros, em uma situação particular em relação aos demais brasileiros/as, mesmo os/as em

situação de vulnerabilidade social, porque em geral não chegam com conhecimentos amplos sobre o idioma e o sistema do país e nem sempre têm redes locais de apoio prévias.

Por outro lado, os mecanismos de apoio prático que estão disponíveis, qual seja, o recurso a organizações da sociedade civil e sobretudo a pessoas comuns, sejam *árabes, brasileiros/as* ou pessoas e informações acessadas pela internet, são vacilantes porque dependem em larga medida das habilidades, do conhecimento, da disposição e da honestidade dos atores acessados para ser bem ou mal sucedida e também de condições materiais, de conhecimentos e das redes do/a migrante, os quais possibilitam ou limitam as chances de encontrar onde obter auxílio.

Assim, é preciso deixar claro que o problema não está no fato em si dos/as deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil receberem apoio e auxílio de pessoas comuns e/ou de organizações da sociedade civil, mas que estes sejam os principais recursos, já que muitos/as destes/as migrantes chegam ao país sem conhecimento do português e sem amplas redes sociais preexistentes, o que torna a permanência no país particularmente difícil até que o/a migrante consiga se situar minimamente em relação ao idioma e ao sistema do país e que encontre atores (pessoas ou organizações) confiáveis a quem recorrer. Além disso, este modo de acolher populações deslocadas reproduz desigualdades entre os/as migrantes, como já foi apontado por Branco Pereira (2019), dado que aqui, como na Inglaterra (WAHLBECK, 1999, p.163; 189), a sociedade civil não tem sido capaz de oferecer de forma perene e suficiente os mesmos serviços e oportunidades que o Estado poderia, tampouco consegue garantir que esta oferta seja feita de modo igualitário. Telles (2003), abordando os direitos sociais no Brasil, vai mais além e afirma que as organizações da sociedade civil não atuam no mesmo plano que o Estado e, portanto, não têm a mesma capacidade nem a mesma responsabilidade que este, sobretudo quando se trata de garantir os princípios de universalidade e equidade. Por fim, no caso brasileiro, é preciso apontar que algumas questões, como as relativas à documentação, não podem ser resolvidas apenas com o recurso a organizações da sociedade civil ou pessoas comuns, pois dependem das estruturas estatais.

Nesse sentido, pode ser útil recorrer ao trabalho de Chatty (2016, 2017a, 2017b) sobre o acolhimento de deslocados/as forçados/as no Oriente Médio tendo como casos empíricos os fluxos migratórios recentes oriundos do Iraque (CHATTY, 2017a) e da Síria (CHATTY, 2016, 2017a, 2017b). Segundo a autora, a leitura do ACNUR em relação a estes dois movimentos migratórios foi equivocada, na medida em que ele errou a previsão de quando os/as nacionais dos dois países iriam se deslocar para o exterior e também se equivocou na resposta dada a estes fluxos, já que a maioria dos/as migrantes não se instalou nos campos montados pelo ACNUR,

mas nas cidades dos países vizinhos, onde foram acolhidos/as principalmente sob a figura do/a visitante temporário/a (*temporary guest*).

Tal modelo de acolhimento de pessoas deslocadas é antigo na região, tendo se consolidado no pós primeira guerra mundial, e baseia-se na ideia de *karam* (generosidade/hospitalidade), isto é, na obrigação social de oferecer asilo e hospitalidade ao estrangeiro, e nas redes sociais (*social networks*) preexistentes dos/as migrantes, as quais, por questões da história geopolítica da região e de fluxos migratórios anteriores, se estendem muito além das fronteiras dos modernos Estados-nação (CHATTY, 2017a, p. 190). Apesar deste modelo ter tido certa eficácia na recepção de sírios/as e iraquianos/as, a literatura (CHATTY, 2016; STEVENS, 2016; MASON, 2011) aponta limites desta forma de acolher pessoas deslocadas. Enquanto Mason (2011), trabalhando com a recepção de iraquianos/as na Jordânia, mostra como categorizar os/as deslocados/as como visitantes temporários/as implica em restrição de direitos e instabilidade, situação que se agrava com o prolongamento do tempo de permanência no país de acolhimento, Stevens (2016), em pesquisa com sírios/as na Jordânia, aponta como o apoio obtido através de redes pessoais foi minguando com o tempo e com a diminuição dos recursos disponíveis nessas redes; já Chatty (2016) afirma que a conjunção de (a) uma desconexão entre o planejamento/execução de políticas para os/as deslocados/as sírios/as no Líbano e na Jordânia (particularmente em interlocução com o ACNUR) e as práticas locais de acolhimento de pessoas deslocadas (inserção urbana com base na ideia de *karam*), (b) um grande volume de deslocados/as pelo conflito sírio acolhidos/as por esses países e (c) o crescimento de discursos que criticam os/as deslocados/as pelo conflito sírio e os/as acusam de prejudicar os países de acolhimento levou à desmobilização do sistema local de acolhimento (via *karam*) e colocou os/as deslocados/as pelo conflito sírio em uma situação de extrema vulnerabilidade¹⁶⁹.

Por outro lado, é preciso dizer que padrões de acolhimento de deslocados/as mais centrados na ideia de direitos e na atuação do Estado, como o sistema alemão mobilizado por alguns interlocutores (todos homens) como um exemplo a ser seguido, também têm limites e produzem exclusões. Se é fato que na Alemanha existem por parte do governo movimentos para promover, por tempo determinado, acesso dos/as solicitantes e refugiados/as a moradia (normalmente em abrigos), cursos de idioma, mercado de trabalho, entre outros¹⁷⁰, também é

¹⁶⁹ A autora (CHATTY, 2016) defende que a situação da Turquia é relativamente diferente, tanto porque o ACNUR não teve grande influência na política de recepção de deslocados/as pelo conflito sírio adotada no país, quanto porque aí o acolhimento se deu mais em termos de dever ético e religioso para com o/a estrangeiro/a do que por relações prévias.

¹⁷⁰ No entanto, nota-se na Alemanha um aumento da participação da sociedade civil em ações de acolhimento a migrantes e refugiados/as, o que tem reforçado algumas práticas estatais e desafiado outras (CHATTY, 2017a; HALM, 2017; TOGRAL KOCA, 2019).

verdade que tais políticas estão desigualmente distribuídas de acordo com o *status* migratório concedido e a nacionalidade do migrante¹⁷¹ (HETTICH, 2017; PREM, 2017; KORNTHEUER, 2017; TOMETTEN, 2018), sendo que se nota um movimento de tentar limitar ainda mais o acesso das pessoas ao *status* de refugiado/a, categoria que garante a maior parte destes direitos (PEARLMAN, 2017)¹⁷². Ademais, como mostra Pearlman (2017), a burocracia também é um grande obstáculo para pessoas da Síria em situação de refúgio na Alemanha.

Vemos, portanto, que, apesar de cada sistema de acolhimento a pessoas em situação de refúgio apresentar limitações, os dados da presente pesquisa permitem ver que o acolhimento de deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil, ao conjugar uma insuficiência de políticas públicas específicas à população em situação de refúgio e o fato de que nem sempre os/as migrantes têm redes preexistentes amplas e sólidas aqui, produz nos/as migrantes uma sensação de solidão que se expressa não apenas em relação ao Estado, mas também, especialmente nos momentos iniciais da migração, em relação à formação de redes seguras nas quais obter apoio adequado.

¹⁷¹ Postula-se que nacionais de alguns países, como a Síria, têm maior probabilidade de permanecer na Alemanha, o que lhes confere maior acesso a benefícios do Estado (PREM, 2017; KORNTHEUER, 2017).

¹⁷² Sobre este tema em outros contextos, ver Chatty (2017a) e Facundo Navia (2014).

Capítulo 3: A formação e manutenção de redes pessoais vistas sob o prisma das sociabilidades, das amizades e do apoio emocional.

No capítulo anterior abordei os caminhos percorridos pelos/as interlocutores/as em busca de apoio prático, evidenciando como a falta de um programa robusto de políticas de acolhimento implica na necessidade de recorrer a organizações da sociedade civil e, no contexto em que estudo, principalmente a relações pessoais para resolver questões práticas, movimentos que produzem nos/as migrantes sentimentos de solidão. Neste capítulo direciono, portanto, a reflexão para a formação e manutenção das redes pessoais¹⁷³ dos/as interlocutores/as investigando suas possibilidades e limitações no contexto da migração em tela. Ao fazê-lo debato igualmente questões referentes às sociabilidades, às amizades e ao apoio emocional.

Para abordar este tema, o presente capítulo se divide em três partes: na primeira, trato das experiências de interlocutores/as que afirmaram não conhecer muitas pessoas em São Bernardo do Campo, mostrando quais são os fatores que produzem essa situação de relativo isolamento em cada um dos casos relatados, bem como indicando que esse isolamento relativo não se expressa da mesma forma para todos/as eles/as.

Na sequência faço uma longa discussão sobre as possibilidades e limitações das visitas a parentes e amigos/as no contexto da migração que estudo, considerando tanto as redes locais quanto as transnacionais. Ao abordar as últimas mostro alguns obstáculos às visitas neste contexto e como estes implicam em desigualdades de mobilidade; quando o tema são as redes locais, busco compreender as falas de alguns/algumas interlocutores/as sobre a menor frequência de visitas no Brasil em comparação com o que viviam na Síria.

Na última parte abordo os temas da amizade e do apoio emocional a partir das experiências de quatro interlocutores/as jovens, evidenciando como a efetivação das diferentes funções das redes sociais postuladas por Ryann et al (2008) - emocional, instrumental, informacional, companhia e socialização - se dá de forma desigual, pois, enquanto estes/as interlocutores/as têm, em geral, muitas oportunidades de sociabilidade, no que concerne às amizades próximas e ao apoio emocional, a situação é sensivelmente diferente.

Nos comentários finais, estabeleço diálogos entre todas as vivências relatadas no capítulo, relacionando-as com a noção de solidão proposta por De Jong Gierveld, Van Tilburg e Dykstra (2006) e com o contexto da migração em tela.

¹⁷³ De acordo com Soares (2004, p. 107) rede pessoal é “...um tipo de rede social que se funda em relações sociais de amizade, parentesco etc.”

3.1 Os avessos da sociabilidade

Conheci Farid por meio do contato de um *cheikh* de uma das instituições islâmicas de São Bernardo do Campo cerca de dois anos após sua chegada ao Brasil. Esse primeiro contato foi quase que inteiramente mediado pelo *cheikh*, que fazia a tradução do que eu falava para o árabe e do que Farid falava para o português, dado que eu, apesar de ter estudado a língua árabe, não consigo me expressar nem compreender bem a língua, e que Farid não fala inglês e à época encontrava dificuldades para aprender português. De acordo com o próprio Farid, ao menos parte desta dificuldade se dá pelo fato de que ele, à época, não conhecia muitas pessoas da comunidade – dos/as vizinhos/as só conhecia um/a ou outro/a – e então ficava difícil praticar a língua de acolhimento, a qual estava aprendendo em um curso com aulas uma vez por semana.

É importante destacar que a rotina de trabalho de Farid é, conforme descobri ao longo da pesquisa de campo, bastante intensa, sendo que mantém seu comércio aberto em todos os períodos do dia (manhã, tarde e noite). Por um lado, este horário de funcionamento deriva da própria atividade profissional de Farid, que tem os horários e os ganhos dependentes do agendamento de clientes; de outro, como ele próprio explicou, ele precisa trabalhar bastante, pois, diferentemente da Síria, onde possuía casa e comércio próprios, aqui precisa pagar aluguel de ambos, o que aumenta consideravelmente seus gastos mensais. Além disso, é preciso considerar que à época Farid enviava remessas para a família, sendo que ele considera que, depois da chegada dos/as parentes ao Brasil, gasta aproximadamente o mesmo valor que enviava como remessa na manutenção da família no país.

Trabalhando muitas horas por dia, grande parte dos contatos face a face diários de Farid se dava (ao menos antes da chegada da família) com os/as clientes, muitos dos/as quais, frequentadores/as da mesquita, são falantes de árabe e se comunicam com ele neste idioma, mesmo quando dominam também o português. Logo, Farid não conseguia praticar muito o português nem com os/as vizinhos/as nem com os/as clientes, o que resultava que, quando atendia um/a cliente que só fala português, não conseguia conversar com fluência, recorrendo por vezes à comunicação via *WhatsApp*, pois assim, conforme me explicou, pode contar com a ajuda de um aplicativo de tradução.

Este cenário produzia como resultado uma situação em que Farid se encontrava de certa forma isolado dos/as brasileiros/as não falantes de árabe, pois não conseguia se comunicar livremente com eles/as; conseqüentemente, tendo menos contatos em português, Farid tinha menos oportunidades para aprender e praticar a língua, reforçando a dificuldade em se expressar em português e então limitando as interações com brasileiros/as não falantes de árabe, gerando

assim uma espécie de ciclo vicioso. Toda esta situação era bastante decepcionante e penosa para Farid, que pretende permanecer no Brasil e que lamentava muito o fato de não poder conversar com as pessoas por não dominar o português¹⁷⁴.

Assim, aprender e praticar a língua portuguesa eram objetivos importantes para Farid, que viu em meu interesse de pesquisa uma oportunidade para avançar nessa direção, tanto que pediu para que eu enviasse a ele frases, escritas e faladas, por *WhatsApp* para que ele pudesse ouvir, ler e treinar. Além disso, as ocasiões em que nos encontrávamos eram momentos em que, mediados por aplicativo de tradução, mímicas, gestos, algumas palavras em árabe e frases em português, ele podia também aprender e praticar a língua do país de acolhimento, sendo importante destacar que, ao longo de nossas interações, fomos construindo mecanismos de entendimento que permitiram que eu mediasse sua interação com agentes da polícia federal em 2020 durante um procedimento para regularização migratória¹⁷⁵.

No entanto, é preciso dizer que, conforme fui interagindo mais com Farid e conhecendo sua história, percebi que não era apenas de pessoas com quem praticar o português que ele sentia falta, mas também da própria interação social: como dito, quando o conheci, Farid estava sem família no Brasil, o que o fazia se sentir muito sozinho, tanto que em virtualmente todas as vezes que nos encontramos antes da família dele chegar¹⁷⁶, Farid mencionou sua solidão e as saudades da família, adicionando que nunca antes havia ficado sozinho, pois sempre esteve ao lado de seus/suas parentes.

Isso não significa que Farid ficasse ou estivesse completamente sozinho em São Bernardo do Campo: em duas vezes em que fui ao seu comércio, encontrei uma senhora que havia morado nas redondezas e que ele me apresentou como a sua primeira professora de português: *brasileira* que já fora vizinha dele, foi ela quem lhe ensinou as primeiras palavras na língua de acolhimento e até hoje, mesmo tendo mudado de casa, visita Farid em seu comércio. Esta senhora se mostrou muito animada para conversar comigo, tendo dito que a

¹⁷⁴ Como vimos no capítulo um, essa situação tem relação direta com os planos que Farid fez para a vida dos/as filhos/as no Brasil.

¹⁷⁵ Nesta ocasião acompanhei Farid e parentes à Polícia Federal para solicitar o RNM e atuei como mediadora na comunicação entre os/as agentes da instituição e a família: eu conversava com os/as funcionários/as e depois, falando devagar em português, usando gestos, mímicas e às vezes aplicativo de tradução, passava as informações para a família. Cumpre dizer que o fato de Farid já ter feito esse mesmo procedimento facilitou tanto essa comunicação quanto o desenvolvimento dos processos na Polícia Federal, pois ele já sabia como eles funcionavam, quais documentos precisava levar etc. Cumpre notar que, por vezes, eu ajudava Farid a entender o que os/as agentes solicitavam e posteriormente ele explicava, em árabe, para a esposa o que estava sendo solicitado.

¹⁷⁶ Como disse na introdução da tese e no capítulo um, com a pandemia de COVID-19 os contatos com Farid e sua família se tornaram mais raros e por isso não tive oportunidade de retomar o tema da solidão com este interlocutor.

minha pesquisa precisava incluir também os/as *brasileiros/as* que moram nessa área da cidade, a qual concentra muitos/as *árabes*.

Como que se voluntariando para contribuir com essa faceta da pesquisa, a senhora contou-me que a língua portuguesa é um dos idiomas mais difíceis de aprender, sendo que ela, tendo casado com um estrangeiro, aprendeu o idioma materno do cônjuge vendo televisão, enquanto o marido não. Sobre a amizade com Farid, disse que se conheceram na frente da casa dela, quando ele se voluntariou para ajudá-la a tirar o carro da garagem, e que naquela época ele não sabia nada de português e então ela ensinou este idioma a ele (sobretudo apontando para objetos e falando o nome deles em português) e também como lidar com dinheiro. No entanto, de acordo com ela, esta amizade é mal interpretada pelos/as *árabes* que vivem na região na medida em que seria confundida por estes/as com uma relação com fins sexuais, o que ela considera absurdo em função de sua idade (faixa dos 60 anos).

Apesar da amizade entre Farid e a ex-vizinha parecer desigual, com ela ajudando-o a se virar no Brasil, pelo que pude perceber a partir das interações que tive com ambos/as, esta senhora também ansiava por pessoas com as quais conversar, tendo me convidado algumas vezes para visitá-la em sua casa. Além disso, soube que, como Farid, ela convivia com a ausência de alguns parentes em seu cotidiano, dado que seus/suas filhos/as não moram em São Bernardo e que ela recentemente havia perdido um/a parente de quem era próxima.

Além da relação com a ex-vizinha, Farid mencionou um *árabe* que mora em São Bernardo do Campo e eu como seus/suas amigos/as, mas afirmou que não conseguia se encontrar muito com o referido amigo, pois os dois trabalham muito e o amigo tem família aqui, então não tem muito tempo para conversar com Farid. Adicionou ainda que aqui não tem amigos/as muito próximos/as e disse que na Síria tinha, afirmando que sempre se viam, saíam e passeavam.

Portanto, se o pouco domínio da língua de acolhimento ajuda a explicar porque Farid não tem muitos contatos com *brasileiros/as*, fator elencado pela literatura como um dos que contribui para a solidão e o isolamento que marcariam especialmente os anos iniciais da migração (HOLTZMAN, 2015; MCGHEE; TRAVENA; HEATH, 2015; WAHLBECK, 1999) ou que limita os contatos dos/as migrantes com nativos/as (MCGHEE; TRAVENA; HEATH, 2015; MEIHY, 2019; RYAN et al., 2008), quando se considera sua relação com outros/as falantes de árabe em São Bernardo do Campo, população que inclui não apenas outros/as migrantes, mas também brasileiros/as que, em função de sua ascendência ou de praticarem o islã, dominam o idioma, outros fatores devem ser considerados, como a configuração familiar e a dinâmica de trabalho no Brasil.

Isso é importante de ser levantado porque um casal de interlocutores, Samer e Aisha, sendo o marido prestador de serviços a empresas estrangeiras e a esposa dona de casa, mesmo que também estivessem há pouco tempo no Brasil e estivessem iniciando o aprendizado da língua portuguesa, relataram momentos de sociabilidade mais frequentes (com amigos/as *árabes*) do que Farid; no entanto, da mesma forma que este, sentiam falta de lugares para socializar com *brasileiros/as* e oportunidades para praticar mais a língua portuguesa para além das trocas comerciais cotidianas. Devo dizer, porém, que estes/as interlocutores/as haviam chegado ao Brasil pouco antes da pandemia de COVID-19, o que certamente impactou na diminuição de espaços possíveis para a interação com *brasileiros/as*. Ávidos/as por aprender e praticar o português, portal para a obtenção da naturalização, e por ampliar suas interações sociais, este casal buscava engatar diálogos com os/as vizinhos/as ou com pessoas que encontravam na rua, mas relataram que muitas das pessoas contatadas se apressavam em dizer que não falam inglês e recusavam a interação. Talvez por isso, como Farid, este casal parece ter visto na participação na minha pesquisa a possibilidade de ampliar a interação com *brasileiros/as* e também praticar e aprender o português.

Por outro lado, Kalil, jovem que fala bem português e tem parentes na cidade, se mostrou mais ambivalente em relação às suas interações comigo: embora por vezes, especialmente no início da pesquisa de campo, tenha gostado da oportunidade de conversar longamente comigo, o que contribuía para diminuir um pouco o tédio do trabalho de Kalil quando não havia clientes em seu comércio, em outros momentos indicou, por gestos ou palavras, que gostaria de ficar sozinho.

Em realidade, o tema do estar só para Kalil se estendia para além de suas interações comigo, pois, como Farid, ele também relatou uma vida social pouco intensa no refúgio: por mais de uma vez fez comentários no sentido de que eu conhecia mais sírios/as do que ele na cidade, tendo indicado que não tem muitos amigos/as ali, e isso tanto entre *árabes* quanto entre *brasileiros/as*. Se, por um lado, Kalil atribui a pequenez do seu círculo social em São Bernardo do Campo ao fato de ter grande parte do seu dia tomado pelo trabalho, sendo que sua rotina se resume em ir da casa para o trabalho e vice-versa, por outro é preciso considerar que o estar só é por vezes buscado ativamente por Kalil: mais de uma vez me disse que não gosta muito de conversar, que não se dedica intensamente a fazer amizades, que não tem muitos/as amigos/as e que por diversas vezes prefere ficar sozinho. No trabalho, quando não está atendendo clientes, Kalil opta por ver vídeos no *Youtube*, sobretudo sobre ciência, ou às vezes ler livros pelo celular, sendo que ele comentou que um dos livros que tem no aparelho é o Al Corão. Em casa, procura

ficar ao menos parte do tempo sozinho, pois, como passa o dia todo interagindo com pessoas, quer ficar só e quieto por um tempo.

Em uma das ocasiões em que falou sobre gostar de estar só, Kalil comentou que ele mudou muito depois que saiu da Síria, que aqui é como se ele fosse uma máquina, não só no sentido de que tem que trabalhar muito, mas também porque embruteceu. Antes ele confiava nas pessoas, era inocente, já hoje não, não confia em ninguém. Falou que isso é ruim porque a vida é bonita, mas que hoje é assim. Falou que não acha que isso é porque está no Brasil, acha que seria o mesmo se fosse para outro lugar: Argentina, Espanha... Pois acha que isso acontece quando você sai da sua terra natal, fica longe dos amigos (mantenho o masculino usado por ele) - ele não os vê faz tempo e deu a entender que perdeu o contato com eles. Falou que no Brasil não dá para confiar em ninguém, não dá para confiar que a pessoa é a mesma na sua presença e na sua ausência. Disse que só dá para confiar em relação a coisas pequenas, tipo dar dinheiro para alguém comprar alguma coisa pra você, mas que com coisas maiores, como confiar a alguém o cuidado de seu comércio, não dá.

Vemos, portanto, que, para Kalil, o isolamento no Brasil é produzido não apenas em função de sua rotina de trabalho, mas também pelas próprias mudanças que o processo migratório provocou em sua personalidade, sendo que ambas impactam no fato de ele não ter muitas amizades em São Bernardo do Campo, seja com *brasileiros/as* ou *árabes*, tampouco um contato próximo e frequente (*online*) com os amigos que tinha na Síria, o que, para ele, não parece ser um problema, na medida em que muitas vezes prefere ficar sozinho a alguns tipos de interação e que, em função do processo de migração, sente dificuldade para confiar nas outras pessoas.

Porém, é preciso dizer que o cotidiano de Kalil não é marcado pela falta de interação, pois, além de se relacionar com os/as clientes, Kalil conta com a presença de comerciantes dos estabelecimentos vizinhos para conversar entre um atendimento e outro, tanto que, por diversas vezes, quando eu fui ao seu comércio, o encontrei conversando com comerciantes dos entornos, sejam eles *brasileiros/as*, *árabes* (migrantes ou não) ou migrantes vindos/as de outros países; em outra ocasião, Kalil recebeu em sua loja um brasileiro de origem libanesa que ele me apresentou como o seu melhor amigo.

Pelo que pude observar, estas interações são em grande parte jocosas, sendo que em uma ocasião, quando o assunto era mais sério e emocional (o término do namoro de um amigo), Kalil sugeriu que eu conversasse com o amigo, afirmando que eu era uma boa ouvinte. Se, por um lado, isso pode indicar que Kalil não estava aberto a este tipo de interação com o amigo ou que já estava cansado de ouvi-lo falar sobre aquele tema, por outro, é preciso dizer que naquele

momento Kalil demonstrava estar um pouco cansado de interagir comigo, tendo por duas vezes seguidas evitado uma interação prolongada comigo alegando ter tarefas a fazer: em uma das ocasiões disse que precisaria fechar a loja por duas horas e perguntou se eu queria ficar por esse tempo ali o esperando (eu não podia em função de compromissos pessoais) e em outro dia na mesma semana disse, assim que eu cheguei, que tinha muitas coisas para fazer e que não iria poder ficar muito tempo comigo. Nesse sentido, talvez sugerir que o amigo, também migrante, mas originário de outro país, conversasse comigo poderia ser uma outra maneira usada por Kalil para se afastar um pouco da interação com a pesquisadora.

Considero importante relatar esses meandros da minha relação com Kalil, pois me parece que o desconforto dele nas interações comigo tem muita relação com a frequência em que elas passaram a ocorrer a partir do momento em que fui morar em São Bernardo do Campo (janeiro de 2020). Se nos anos anteriores as demandas de estadias curtas na cidade fizeram com que nos encontrássemos uma ou duas vezes no espaço de tempo de um a dois meses, em janeiro de 2020, quando ocorreram estes desencontros, o visitei quatro vezes. Não estou sugerindo que o aumento da frequência das interações é o único fator que levou a este afastamento temporário¹⁷⁷ de Kalil em relação a mim, mas que este é um dos fatores que deve ser mencionado pois ilumina e é iluminado pelo desejo dele de estar só.

Vemos, portanto, que o isolamento (ou o estar só) e a solidão¹⁷⁸, presentes na fala de alguns/algumas interlocutores/as e também na literatura sobre migração (WAHLBECK, 1999; MCGHEE; TRAVENA; HEATH, 2015; BARTRAM, 2019; HOLTZMAN, 2015; MEIHY, 2019; MOROSANU, 2013), precisam ser abordados de forma matizada, na medida em que se expressam de maneiras diferentes entre os/as interlocutores/as de minha pesquisa de acordo com fatores que dizem respeito não apenas ao tempo de permanência no país de acolhimento e ao domínio da língua local, mas igualmente à dinâmica laboral e familiar e à influência do processo migratório na personalidade do/a migrante. Há também diferenças na forma pela qual a escassez na esfera da sociabilidade é percebida e vivida por esses/as interlocutores/as: para Kalil ter poucos contatos em São Bernardo não é sentido como algo necessariamente ruim, pois combina com o seu momento mais recolhido; por outro lado, Farid, Samer e Aisha se ressentem

¹⁷⁷O contato se restabeleceu em março, no contexto da comunicação digital em função da pandemia de COVID-19.

¹⁷⁸Veremos mais sobre as diferenças entre esses termos nos comentários finais, mas por ora cabe sinalizar que a solidão implica necessariamente em um pesar em relação à falta (quantitativa ou qualitativa) de interações, enquanto que o isolamento ou o estar só não (DE JONG GIERVELD; VAN TILBURG; DYKSTRA, 2006; MARTINS, 2010).

do fato de não terem tantas interações (em geral, para Farid, e com *brasileiros/as* para Samer e Aisha) quanto gostariam.

3.2 Sociabilidades no contexto da migração em tela

Como vimos na seção anterior, Farid se sentia bastante sozinho quando o conheci, sendo que a ausência da esposa e dos/as filhos/as não era o único motivo da solidão: ele também não tinha uma ampla rede de contatos em São Bernardo do Campo nem conseguia se encontrar muito com seu amigo *árabe* por causa do ritmo de trabalho de ambos e da presença da família do amigo no município. Para Farid, o que vive em São Bernardo do Campo contrasta com sua experiência na Síria, onde tinha amigos próximos com quem sempre se reunia.

Na presente seção exploro mais à fundo os obstáculos a encontros mais frequentes com os/as amigos/as e os/as parentes no contexto dos/as deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo do Campo, dado que, mesmo entre interlocutores/as com círculos sociais mais amplos do que o de Farid em São Bernardo do Campo, ouvi relatos sobre a escassez de momentos de sociabilidade, particularmente relativos a visitas a parentes e amigos/as, em comparação com o que viviam no país de origem.

Como veremos ao longo desta seção, alguns/algumas dos/as interlocutores/as desta pesquisa retratam a vida na Síria como permeada por uma intensa sociabilidade: recordam-se de encontrarem-se frequentemente com amigos/as e familiares, sendo que, no caso da família, as visitas ocorriam pelo menos uma vez por semana, caso de uma interlocutora que morava em cidade distinta da família, porém próxima, ou mais de uma vez por semana, para dois interlocutores que moravam próximos da família. Ademais, um sírio cristão com quem conversei informalmente em outra cidade do estado de São Paulo relatou que quando estava na Síria se engajava em visitas, seja a parentes ou amigos/as, todos os dias da semana. Uma interlocutora que mora em outra cidade na região de São Bernardo do Campo e pertence à uma família muçulmana sunita, contou, por outro lado, como a casa de seus pais estava sempre cheia, sendo um ponto de encontro para o grupo de amigos/as dos pais e também para membros da família.

Trata-se, portanto, de investigar quais são os elementos que agem para configurar estes discursos sobre redução da frequência de visitas e outros momentos de sociabilidade, dado que, como podemos ver em Bartram (2019), Lokot (2018) e Souza (2021), nem sempre a migração leva à uma diminuição da sociabilidade e/ou das redes sociais dos/as migrantes.

3.2.1 Sociabilidades entre pessoas que estão em países distintos

Para o caso de pessoas que estão sem parentes em São Bernardo do Campo ou apenas com familiares com quem coabitam, a distância geográfica que separa o Brasil da Síria, onde estão os/as parentes de alguns/algumas destes/as interlocutores/as, ou a distância geográfica entre o Brasil e outros países para os quais os/as parentes migraram – estes são vários, como Estados Unidos, Alemanha, Líbano, Suécia e Nova Zelândia, sendo que a Alemanha e os Estados Unidos foram citados por mais de um/a interlocutor/a – é um obstáculo às visitas a parentes e amigos/as.

Porém, a distância geográfica sozinha, embora influencie negativamente a realização de visitas a familiares em outros países, não explica plenamente este fenômeno, dado que outros trabalhos sobre migrações (LOBO, 2002; AL-ALI, 2002; WAHLBECK, 1999; JARDIM, 2000, 2007, 2009; MOROSANU, 2013; DA CRUZ, 2020) relatam a realização de visitas ao país de origem e aos/às parentes que lá vivem ou aos/às que moram em outros países, inclusive em situações de refúgio¹⁷⁹; por outro lado, o trabalho de Stevens (2016) revela que, mesmo na proximidade geográfica, houve uma diminuição das visitas a familiares e amigos/as para os/as refugiados/as sírios/as em Irbid (Jordânia)¹⁸⁰. Assim, outros fatores além da distância geográfica devem ser considerados quando pensamos a questão da diminuição de visitas a parentes que estão em outros países.

A questão financeira pode ser um impedimento para alguns/algumas, como no caso de Jalila, que tem família na Síria: à época funcionária não registrada em um estabelecimento comercial, contou-me que queria muito visitar suas parentes (ao elencar as pessoas que visitaria mencionou apenas mulheres) na Síria, que todo ano diz que vai, mas que não estava conseguindo guardar dinheiro para comprar as passagens de avião, sendo importante mencionar que o caminho do Brasil até o país natal seria longo, dado que precisaria pegar um voo para a Turquia ou o Catar, depois para o Líbano e de lá ir de carro até a Síria. Além de economizar o dinheiro relativo às passagens, para poder viajar à Síria, Jalila precisava pesquisar e encontrar promoções das companhias aéreas em questão. Ou seja, a possibilidade de ir à Síria e visitar as parentes estava condicionada a conseguir economizar parte de seu salário e a encontrar passagens em promoção.

¹⁷⁹ Ver, por exemplo, Al-Ali (2002) e Wahlbeck (1999).

¹⁸⁰ Como abordei na introdução da tese, a diminuição das visitas em Irbid se dá em função dos custos financeiros e emocionais que elas envolvem nesse contexto de refúgio (STEVENS, 2016).

Neste momento é importante lembrar que, se o custo da viagem do Brasil à Síria era um impeditivo para a visita de Jalila a suas parentes, este mesmo aspecto foi levantado por outros/as interlocutores/as que desejam trazer parentes para morar no Brasil, mas não estavam conseguindo obter o valor relativo às passagens (conforme narrei no capítulo um), e também por Said, cuja família vendeu alguns imóveis (o interlocutor não disse se localizavam-se no Brasil ou na Síria) para financiar a vinda de parentes. Contudo, atualmente Said enfrenta dificuldades financeiras e também vê no dinheiro um obstáculo às viagens internacionais, em seu caso relativas à turismo na Europa¹⁸¹.

Por outro lado, a experiência de Omar e sua família traz outras nuances sobre as dificuldades ou facilidades de acessar a Síria desde o Brasil: em uma das ocasiões em que nos encontramos, Omar contou-me que sua esposa estava na Síria naquele momento, tendo viajado para visitar a família. Quando perguntei a Omar se era difícil ir para lá a partir do Brasil, ele disse que não muito e explicou que a esposa havia vindo por reunião familiar e não como refugiada e por isso pode ir para lá – os/as refugiados/as e solicitantes de refúgio devem pedir autorização de viagem para o Conare para viajar ao país de origem e para alguns outros tipos de viagem¹⁸² - e também porque é mulher : de acordo com Omar, os homens que voltam para a Síria são detidos já no aeroporto e direcionados para atuar no exército, pois, em tempos de guerra, todos os homens entre 18 e 42 anos devem servir, sendo que apenas os que não têm irmão homem são dispensados. Assim, evidencia-se, como já apontado no capítulo um, que gênero, idade e *status* migratório também podem ser obstáculos às viagens à Síria e às visitas a parentes que lá permanecem.

No que concerne aos/às parentes que estão em outros países, existem também fatores que dificultam as viagens internacionais e então a visita a parentes: Omar, que antes de vir ao Brasil morou em outro país de acolhimento, comentou que fazia vários anos que não via os pais, que permaneciam naquele país, porque o referido país tem uma lei que proíbe aqueles/as que deixaram o país de retornar a ele.

Ademais, um fator mencionado por vários/as interlocutores/as relativo às viagens internacionais, sejam elas para visitar parentes e amigos/as que migraram para outros países, seja em viagens à turismo, foi a baixa aceitabilidade do passaporte sírio em diversos países do

¹⁸¹ Conforme abordarei mais adiante, este não era o único empecilho, sendo que a dificuldade em obter visto para viagem internacional com os passaportes e vistos de viagem emitidos pela Síria foi mencionada por diversos/as interlocutores/as, inclusive Said.

¹⁸² Cf. Site do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/viagem#:~:text=H%C3%A1%2C%20no%20entanto%2C%20tr%C3%AAs%20situa%C3%A7%C3%B5es,de%20viagem%20espec%C3%ADfica%20ao%20Conare%3A&text=viagem%2C%20para%20qualquer%20destino%2C%20com,origem%20como%20documento%20de%20viagem>. Aceso em: 24 set. 2020.

globo, sobretudo a partir da guerra, posição que muitos/as opõem à ocupada pelo passaporte brasileiro. Samer, por exemplo, certo dia do mês de outubro de 2020 quis testar meus conhecimentos sobre o Brasil tendo me perguntado, entre outras coisas, em qual posição eu acho que o passaporte brasileiro está em relação aos de outros países do globo. Eu respondi que não tinha ideia e adicionei que eu nem sabia que existia esse tipo de *ranking*; comentando sobre como os/as *brasileiros/as* não são conscientes de seus privilégios, Samer me pediu para digitar “*passport index*” no *Google* e ver a posição ocupada pelo Brasil. Eu o fiz, encontrei o site *Passport index*¹⁸³ e fui ver a posição do Brasil: no critério “classificação do poder do passaporte”¹⁸⁴ o Brasil estava na vigésima primeira posição, ao que Samer respondeu que o país devia ter caído no *ranking* por conta da pandemia de COVID-19, o que se confirmou pelos dados do site que mostram a pontuação de mobilidade¹⁸⁵ do país ao longo do tempo, revelando uma queda significativa: o gráfico indicava para o passaporte brasileiro uma pontuação de mobilidade em torno de 150 de 2015 até o ano de 2019 e de 99 no ano de 2020.

¹⁸³ Disponível em: <https://www.passportindex.org/>. Acesso em: 07/04/2021.

¹⁸⁴ De acordo com o próprio site em uma página em que se explica como é feito este *ranking*, a classificação do poder do passaporte é obtida da seguinte forma: “os passaportes do mundo são classificados por sua pontuação de mobilidade total, a qual inclui privilégios como isenção de visto e visto obtido na chegada”. Disponível em: <https://www.passportindex.org/pt/about.php>. Acesso em: 07/04/2021. Tradução minha

¹⁸⁵ Também de acordo com o próprio site, a pontuação de mobilidade é formada por meio da atribuição de pontos aos passaportes por cada país em que ele permite o acesso sem visto ou com visto na chegada. Disponível em: <https://www.passportindex.org/pt/about.php>. Acesso em: 07/04/2021.

Figura 2 - Exigência de visto para brasileiros/as em outubro de 2020



Fonte: site *Passport index*¹⁸⁶ (print tirado em 23/10/2020). As cores no mapa representam medidas mais ou menos restritivas ao ingresso de pessoas portando o passaporte em questão, indo da cor vermelha (a mais restritiva, representando os países em que é preciso obter visto antes de viajar ou países que, por conta da pandemia de COVID-19, limitaram o acesso aos portadores daquele passaporte) à cor verde (indicando os países que podem ser acessados sem visto).

Comentei então que ia pesquisar a Síria ao que Samer respondeu que na página sobre a Síria a parte vermelha ia praticamente até o fim da barra (como se ela fosse ficar quase toda vermelha, indicando que as pessoas que têm passaporte sírio precisam de visto para ir a quase todos os países do mundo). Além disso, Samer comentou que o único país que está pior colocado do que a Síria nesse *ranking* é o Afeganistão. Ele adicionou que países que antes permitiam viagem aos/às sírios/as sem visto, como Egito e Turquia, passaram a pedir visto por conta da guerra.

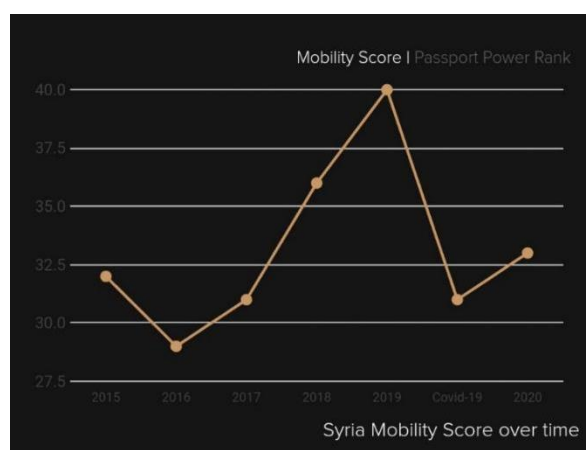
¹⁸⁶ <https://www.passportindex.org/>.

Figura 3 - Exigência de visto para sírios/as em outubro de 2020



Fonte: site *Passport index*¹⁸⁷ (print tirado em 23/10/2020).

Figura 4 - Pontuação de mobilidade do passaporte sírio



Fonte: site *Passport index*¹⁸⁸ (print tirado em 23/10/2020). O gráfico indica a evolução da pontuação de mobilidade do passaporte sírio ao longo do tempo.

¹⁸⁷ <https://www.passportindex.org/>.

¹⁸⁸ <https://www.passportindex.org/>.

Aqui é importante dizer que a baixa aceitabilidade do passaporte portado pelos/as interlocutores/as em comparação com o brasileiro também foi trazida à tona por aqueles/as que são palestinos/as nascidos/as na Síria, os/as quais portam um documento de viagem emitido pelo governo sírio que é diferente do passaporte expedido aos/às demais habitantes do país¹⁸⁹; como exemplo, eu poderia citar a fala de um interlocutor que é palestino nascido na Síria: de acordo com ele, *até cachorro brasileiro consegue entrar na Europa, mas ele, que é ser humano, não* (Diário de campo, 13/10/2020).

Figura 5 - Foto do documento de viagem emitido aos/às palestinos/as nascidos/as na Síria



Fonte: <https://dailynewsegypt.com/2013/05/19/syrian-refuges-no-work-no-home/>.

Assim, embora nem todos/as os/as interlocutores/as tenham, como Samer, explorado tão profundamente o assunto, foi comum ouvir em campo sobre as oportunidades que o passaporte brasileiro traz, tema que costumava surgir quando conversávamos sobre o processo de naturalização, que é desejado por muitos dos/as interlocutores/as da pesquisa por facilitar a vida no Brasil e principalmente as viagens internacionais. Devo ressaltar, porém, que a força do

¹⁸⁹ No site supracitado não encontrei dados referentes ao documento de viagem emitido aos/às palestinos/as nascidos/as na Síria.

passaporte brasileiro não foi um fator decisivo na escolha do país de destino para a grande maioria dos/as interlocutores/as, sendo que, como vimos no capítulo um, para muitos/as a opção pelo Brasil se deu em um cenário em que este era *o único país a abrir a porta aos/às sírios/as*, já que decretou em 2013 a emissão facilitada de vistos de viagem para pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

Para Samer e sua esposa (Aisha), o conhecimento sobre a aceitabilidade dos passaportes era um tema significativo muito antes de migrarem para o Brasil, pois, como mencionado no capítulo um, a família já tinha um amplo histórico de viagens internacionais e de moradia no exterior antes de migrar para o Brasil, sendo que atualmente os/as filhos/as mais velhos/as moram em um país do dito primeiro mundo.

Contribuindo para o tema em debate aqui (as viagens de visita a parentes que moram em outros países) cabe recuperar da história de Samer e Aisha as dificuldades que enfrentavam quando os/as conheci para se encontrar com os/as filhos/as que moram em outro país: Samer e Aisha não conseguiam acessar o país de moradia dos/as filhos/as tanto porque não estavam conseguindo obter visto, quanto por conta das restrições de mobilidade em função da pandemia de COVID-19 (estávamos em 2020) e os/as filhos/as também não estavam conseguindo vir porque os/as mais novos/as precisavam de um/a acompanhante e estava difícil conciliar as agendas dos/as filhos/as e também porque o/a parente que cuida destes/as não pode deixar o país onde mora porque ainda não obteve o deferimento de sua solicitação de refúgio.

Vemos, portanto, que uma série de obstáculos se colocam aos/às interlocutores/as da pesquisa no que concerne às visitas a parentes e amigos/as que moram em outros países; no entanto, é preciso dizer que as viagens internacionais não estão completamente ausentes no contexto em que pesquiso, sendo que alguns/algumas interlocutores/as mencionaram viagens de parentes ou amigos/as deslocados/as pelo conflito sírio ao exterior em um período posterior à migração ao Brasil: alguns/algumas relataram viagens de visita à Síria que parentes ou amigos/as fizeram, enquanto outros/as mencionaram parentes que foram visitar outros/as familiares nos Estados Unidos. Inclusive, ao final da pesquisa de campo, tanto Jalila quanto os/as filhos/as de Samer e Aisha conseguiram realizar as viagens tão desejadas: Jalila encontrou uma promoção de passagens para ir visitar sua família na Síria (as passagens de ida e volta estavam por volta de 600 dólares, metade do preço habitual, segundo ela), enquanto Aisha e Samer receberam os/as filhos/as no Brasil.

Assim, os trânsitos internacionais não são impossíveis no contexto que estudo, mas, por serem atravessados por questões financeiras, normas migratórias, a guerra, idade e gênero, podem se tornar mais difíceis de serem concretizados, prejudicando então, entre outras coisas,

as visitas a parentes e amigos/as que estão em outros países. Além disso, a pandemia de COVID-19 afetou grande parte dos deslocamentos internacionais, interferindo nos planos de viagem e visita de alguns/algumas interlocutores/as da pesquisa.

Ao analisar as sociabilidades entre pessoas que estão em países distintos, é preciso considerar também o papel das tecnologias de comunicação, particularmente da internet, visto que o trabalho de Baldassar (2007) nos alerta para o fato de que a disponibilidade de recursos tecnológicos que facilitam a comunicação à distância têm impacto nas relações familiares transnacionais, argumento que pode ser relevante igualmente para outros tipos de relações pessoais, como as amizades.

Os dados da presente pesquisa apontam que a comunicação por meio de tecnologias com parentes e amigos/as que moram em outros países, particularmente os/as que permaneceram na Síria, são atravessadas por questões como rotina de trabalho e tarefas domésticas, a disponibilidade de serviços como energia elétrica e internet nos países em questão e poder aquisitivo.

Digo isso porque, apesar de alguns/algumas interlocutores/as, como Layla¹⁹⁰ e Faisal[10] se comunicarem frequentemente com amigos/as e/ou parentes na Síria e em outros países, surgiram em campo diversas falas sobre as dificuldades de se comunicar com pessoas que estão na Síria: Hakim contou que não fala com os/as parentes que permanecem no país de origem muito frequentemente, porque ele está ocupado aqui e a família está ocupada lá e além disso há um fuso horário de seis horas entre os dois países, então quando ele fica mais tranquilo aqui, por volta das 22:00, já é madrugada na Síria.

¹⁹⁰ Cabe pontuar, contudo, que Layla indicou dois limites no que concerne às suas relações de amizade em contexto transnacional: de um lado, afirmou que seu contato diminuiu em frequência e profundidade a partir dos processos migratórios desencadeados pelo conflito sírio (algumas amigas também emigraram), sendo que em alguns casos o contato passou a ser apenas mensal; de outro, mesmo com uma amiga com quem mantém contato diário, nota que o apoio emocional obtido é distinto daquele que se tem em relações presenciais:

(...) é muito diferente sim, porque... quando você olha no olhar do outro, quando você consegue ficar feliz e abraçar ele primeiro, né? Quando você sente mal, assim, e você não fica bem, você quer conversar com alguém, com certeza quando ele tá do seu lado ou você vai pra casa dele, muito diferente quando você liga para ele e ele tá ocupado e não dá pra falar, sabe? É muito diferente. Mas mesmo assim a gente tenta o máximo possível, que a gente responde rápido, no celular, a gente fica em contato. É... a gente fala mais escrito do que ligação ou do que o vídeo porque (...) casa deles um quarto e uma sala, então praticamente não tem um quarto pra ela entrar e conversar comigo. E às vezes a gente tem coisa pra falar que não quer os outros ouvir, né? (Entrevista *online*. Fevereiro de 2021).

É preciso mencionar que em mais de uma ocasião a interlocutora afirmou que as amizades entre mulheres árabes envolvem muita proximidade física – andar de mãos dadas, abraçar, dormir na mesma cama –, sendo que através disso é possível compreender porque a distância geográfica e a comunicação apenas em meio digital são questões importantes, pois, embora a amiga que permanece na Síria seja uma importante fonte de apoio, troca e compreensão para Layla, esses outros elementos da amizade não são mais possíveis.

De forma semelhante, em uma de minhas interações com Jalila, logo depois de ela ter me cobrado de eu ter sumido (não ter mandando mensagem para ela pelo período de uma semana) e de eu ter justificado que perdi a noção do tempo em função da quantidade de coisas que eu tinha para fazer, contou-me que isso também acontece com ela, sendo que às vezes chega a ficar duas semanas sem falar com os pais por causa do trabalho, das tarefas de casa e das coisas que tem que resolver fora, tanto que algumas vezes ela recebe uma mensagem dos pais perguntando dela e cobrando notícias.

Adnan e Fátima mobilizaram outros fatores para explicar a dificuldade de se comunicar frequentemente com os/as parentes que estão na Síria: Fátima explicou que a internet na Síria está instável e Adnan completou dizendo que, além disso, mesmo se a internet funcionasse bem, a Síria só estava tendo naquela época (meados de 2021) quatro ou cinco horas de energia elétrica por dia, o que prejudica a comunicação via celular.

Nesta questão, pode ser elucidativo trazer um pouco da minha própria experiência com a comunicação *online* entre o Brasil e a Síria: conheci uma brasileira de origem síria que atualmente mora no país de seus ancestrais por meio de um grupo no *Facebook* que reúne *árabes* e cujas publicações são feitas em português e, ao tentar marcar uma conversa com ela sobre a sua experiência de migração, soube que, por causa da instabilidade na internet, ela achava melhor conversarmos por mensagens no *WhatsApp*. Em meio a nossas conversas, esta brasileira, que está na faixa dos 50 anos e é cristã (não obtive dados sobre a comunidade sectária), trouxe também a questão do fornecimento limitado de energia como algo que dificultava o fluxo da nossa conversa, seja porque o esquema do fornecimento de energia elétrica (oito horas sem energia elétrica e uma com) não permitia carregar completamente o celular, seja porque os trabalhos da casa, como lavar roupas, acabavam ficando acumulados e atribulavam seu cotidiano. Como forma de contornar estes problemas, algumas pessoas, segundo ela, estavam instalando placas de captação de energia solar em casa para ampliar o fornecimento de eletricidade doméstica. Outros, segundo Aisha, teriam comprado geradores para contornar os problemas decorrentes do fornecimento instável de energia elétrica.

Assim, mesmo a comunicação em meio digital entre pessoas que estão em países distintos se dá de forma desigual entre os/as interlocutores/as, estando conectada a fatores como rotina de trabalho e tarefas domésticas, o país em que os parentes estão e a situação atual dele (o fornecimento de energia limitado na Síria é uma consequência da guerra, por exemplo), além dos recursos financeiros individuais, já que, segundo Aisha e a interlocutora brasileira que mora na Síria, os/as que têm condições financeiras podem lançar mão de estratégias para contornar ou diminuir os impactos do fornecimento de energia limitado na Síria.

3.2.2 Sociabilidades entre pessoas que estão no mesmo país

Enquanto na seção anterior abordei a questão das sociabilidades entre os/as interlocutores/as e parentes e amigos/as que permanecem na Síria ou migraram para outros países, nesta analiso as sociabilidades considerando os/as parentes e amigos/as que estão no Brasil, particularmente em São Bernardo do Campo e nas cidades da região.

Inicialmente é preciso dizer que, também aqui, a distância geográfica pode ser um fator que influencia negativamente as visitas, sendo que a dificuldade da mãe visitar os/as parentes que já estavam em São Bernardo do Campo mobilizou, juntamente com outros fatores, a mudança da família de Kalil para a cidade onde realizei a pesquisa de campo, conforme relatei no capítulo um¹⁹¹.

De forma semelhante, a distância geográfica apareceu na experiência de Layla como um fator que atrapalha a consolidação de amizades: quando perguntei a ela como conheceu as mulheres *árabes* com quem tem/ tinha contato na cidade e o porquê da maioria destas relações não terem se tornado amizades próximas, Layla respondeu:

A gente vai pra chácara, pra... no *Eid*¹⁹² a gente vai pra uma chácara aí tem um monte de mulheres e homens *árabes*. Aí, mulher senta juntas, aí você acaba conversando, conhecendo, sabendo... e tal. Mas depois da chácara não tem mais contato, tipo não tem mais amizade. Pessoalmente [inaudível] que eles estão morando tipo tem uma no Guarulhos, outra no... não sei onde, cada uma em uma cidade, muito longe. Aí a amizade fica mais complicada, sabe? A minha amizade com uma amiga em Guarulhos é a mesma... é, não é, sabe, não é amizade, eu não consigo encontrar com ela qualquer hora, tem que viajar para chegar até ela. Então acho que fica mais difícil de ficar amiga quando ela tá longe (Entrevista *online*. Março de 2021).

A fala de Layla traz duas questões importantes. A primeira é a mesquita como um espaço de sociabilidade, sendo que foi em uma celebração do calendário islâmico organizada pela mesquita de São Bernardo que Layla conheceu algumas mulheres *árabes*. No entanto, essas relações não se atualizaram em outros momentos, seja porque, em função dessas mulheres morarem em outras cidades, as visitas ficam prejudicadas, seja porque fica implícito na fala de

¹⁹¹ É importante dizer que, pelo relato de Kalil, as visitas aos/as parentes são um momento importante de sociabilidade para a mãe, que não trabalha fora de casa e é a principal responsável pelas tarefas domésticas: é ela quem cozinha, lavas as roupas de todos/as os/as moradores/as da casa, arruma os quartos... enquanto que seu marido, que trabalha fora, fica responsável por fazer as compras no supermercado e qualquer outra tarefa que precise ser feita fora de casa. Assim, segundo Kalil, sua mãe só sai para visitar os/as parentes, almoçar fora e passear com o marido, isto é, para o lazer, não precisando sair de casa para fazer nenhum trabalho.

¹⁹² De acordo com Ferreira (2007), a comunidade muçulmana de São Bernardo tem duas celebrações principais: *Eid Al-Fitr* (festa feita ao fim do mês do Ramadan) e *Eid Al-Adha* (festa do sacrifício, realizada dois meses e dez dias depois da primeira), ocasiões nas quais os fiéis iam à mesquita e à chácara Sultan, localizada no distrito de Riacho Grande. Atualmente, de acordo com uma interlocutora, a mesquita não possui mais a chácara, sendo que agora ela aluga o espaço da Cidade da Criança para a comemoração do *Eid Al-Fitr*.

Layla que, também nos espaços ligados à mesquita, o encontro com essas mulheres não é frequente. Isso pode se dar tanto pelo fato dessas mulheres morarem em outras cidades e então não poderem comparecer com tanta regularidade à mesquita, quanto pelo fato de que, pelo islã, as mulheres não têm obrigação de realizar a oração de sexta-feira na mesquita, o que acaba implicando em uma presença menor de mulheres do que de homens neste momento, conforme pude observar através da pesquisa de campo neste espaço. Pelo que pude perceber, as mulheres tendem a comparecer às celebrações religiosas na mesquita sobretudo em ocasiões especiais, como o mês do Ramadan e as celebrações do *Eid Al-Fitr* (festa feita ao fim do mês do Ramadan) e *Eid Al-Adha* (festa do sacrifício, realizada dois meses e dez dias depois da primeira).

O segundo aspecto presente na fala de Layla é a importância da proximidade geográfica para a realização de visitas. Como no caso da mãe de Kalil, morar perto das amigas ou da família é um fator importante para o estabelecimento e a contínua construção destes laços, podendo inclusive mobilizar mudanças de cidade ou atuar como fator importante na hora de decidir em que região da cidade morar, como foi o caso de Jalila, que preferiu alugar um apartamento um pouco mais caro do que desejava de modo não só a ficar mais próxima de seu local de trabalho e assim reduzir os custos com transporte, mas também para ficar em uma região próxima à casa de algumas de suas amigas ao invés de morar em um bairro com um aluguel mais barato, mas distante das pessoas que conhece.

Outro fator a ser considerado quando olhamos para as visitas é, como já vimos com Farid, a composição familiar: na fala dele e de outros/as interlocutores/as a família apareceu como uma esfera que demanda certa dedicação e que então diminui o tempo disponível para as visitas aos/as amigos/as. Enquanto que para Farid o fato de seu amigo *árabe* ter família em São Bernardo do Campo faz com que os encontros com ele não sejam tão frequentes, Jalila (à época casada) e Layla (à época noiva) apontaram que o casamento e o advento de filhos fizeram com que algumas de suas amigas se engajassem menos frequentemente nas visitas e até na comunicação.

Curiosamente, Adnan, interlocutor que é casado e tem filhos/as, trouxe uma questão semelhante, mas inversa: quando perguntei se ele e a esposa conseguiam ver com frequência os/as amigos/as que têm na cidade, Adnan respondeu que não muito, porque a maioria dos amigos é solteiro, tem namorada e não tem muito tempo livre por conta do trabalho. Assim, para Adnan e a esposa, o que os/as impede que encontrar mais vezes com os amigos é o fato

destes não serem casados e também por trabalharem intensamente¹⁹³. Nesse sentido, poderíamos concluir que o que atrapalha a sociabilidade não é necessariamente o estado civil e a presença ou não de filhos, mas a diferença de situação familiar entre os/as amigos/as.

Com relação ao trabalho, Adnan disse, quando eu perguntei, que ele e a esposa têm mais tempo livre do que os amigos, porque ele, diferentemente de seus amigos, está trabalhando cerca de 80% do tempo em *home office* por conta da pandemia. Neste ponto é preciso dizer que Adnan é dono de uma empresa e tem funcionários/as, o que o diferencia da maioria dos/as interlocutores/as em São Bernardo do Campo que, mesmo quando têm negócio próprio, nem sempre possuem funcionários/as; ademais, os/as que têm funcionários/as, têm restaurante e, como disse um interlocutor, na Síria se diz que quem tem restaurante tem que quebrar a perna, para ficar o tempo todo lá.

Assim, para outros/as interlocutores/as foi o seu próprio ritmo de trabalho que apareceu como um dificultador da sociabilidade, dado que, para dar conta do custo de vida no Brasil (considerado elevado pela maioria dos/as interlocutores/as da pesquisa), precisam trabalhar muito, o que limita o tempo que podem dedicar à sociabilidade.

Zayn possui um comércio na cidade de São Bernardo do Campo, onde trabalhavam ele, algumas pessoas de sua família e outros/as funcionários/as¹⁹⁴. Quando nos conhecemos, Zayn estava em busca de um ponto comercial em outra cidade da região, pois considerava esta cidade mais interessante economicamente do que São Bernardo do Campo, tendo justificado a abertura de seu primeiro comércio nesta cidade pelo fato de ter sido o município no qual se instalou inicialmente e também pela falta de um lugar no Brasil para informar as pessoas sobre os melhores pontos para cada tipo de comércio (nesse momento ele afirmou que na Síria há uma instituição deste tipo). Posteriormente soube por uma amiga em comum que Zayn havia aberto um novo negócio naquela outra cidade, tendo mantido seu comércio em São Bernardo do Campo.

Para Zayn, é preciso trabalhar muito mais no Brasil do que na Síria porque o custo de vida aqui é superior ao do país de origem (ele mencionou que neste o botijão de gás custava algo em torno de 1 dólar enquanto aqui estava, em janeiro de 2019, na faixa de 80 reais), o que reflete negativamente no convívio social, no caso, com a família: segundo me contou, na Síria via os/as irmãos/ãs (quase todos/as casados/as) praticamente todos os dias; hoje, mesmo que

¹⁹³ Adnan tinha, à época da pesquisa, mais amigos que Fátima, pois ela não estava trabalhando naquele momento e não tinha muitas oportunidades para conhecer pessoas. Quando falaram de amigos/as, usaram sobretudo o gênero masculino.

¹⁹⁴ Coloco no passado, pois o quadro de funcionários mudou bastante ao longo do tempo.

grande parte de sua família de origem esteja em São Bernardo, os/as irmãos/ãs se encontram apenas uma vez por semana, na casa dos pais. Quando estes (os pais) não moravam na cidade (havia-se refugiado em outro país), os/as irmãos/ãs viam-se apenas uma vez a cada dois meses; para o referido interlocutor, encontros mais frequentes são impossibilitados em função do trabalho.

Jalila, ao contrário de Zayn, não tinha outros/as parentes em São Bernardo do Campo além do marido. Quando nos conhecemos, no início do ano de 2019, contou-me que ela e o marido trabalhavam muito – ela como funcionária no setor de serviços e ele como motorista; para garantir uma renda extra, ambos/as trabalhavam com a venda de alguns produtos alimentícios para comércios – para conseguir pagar as contas dado que Jalila considera caro viver no Brasil e que ela e o marido não recebiam nenhum tipo de auxílio financeiro na época. Além disso, Jalila, como outros/as interlocutores/as, destacou que no Brasil precisam pagar aluguel da moradia, enquanto que na Síria tinham casa própria. Por esses motivos, ao longo do ano de 2020, Jalila verbalizou diversas vezes a vontade de realizar uma mudança profissional como forma de ampliar seus rendimentos, seja via educação formal, seja abrindo seu próprio negócio.

Samia, como Zayn, Farid e Jalila, comentou sobre as dificuldades que os/as refugiados/as da Síria têm para se manter no Brasil, adicionando outras nuances das diferenças entre o custo de vida no Brasil e na Síria ao explicar sobre o tema: além da questão da casa própria *versus* aluguel, Samia contou que na Síria, água, luz e gás eram baratos e que as pessoas normalmente não almoçavam fora no dia a dia, fazendo as refeições em casa (um outro interlocutor, por exemplo, expressou seu estranhamento com relação ao fato de a jornada de trabalho brasileira incluir uma hora de almoço, sendo que na Síria as pessoas terminam a jornada de trabalho e depois vão para casa almoçar). Além disso, Samia contou que o governo fornece um cupom para que as pessoas possam comprar alguns mantimentos básicos, como arroz, lentilha e açúcar. No entanto, como vimos no capítulo um, no contexto das reformas econômicas liberalizantes no governo de Bashar al-Assad, iniciativas governamentais que visavam facilitar a aquisição de alimentos, gás e óleo diesel pela população foram cortadas ou reduzidas, deixando muitas famílias sem condições de adquirir tais produtos. Além disso, é necessário dizer que vários/as interlocutores/as, alguns morando há mais de cinco anos em São Bernardo (Samia mora em outra cidade da região), relataram receber com regularidade doação de cestas básicas por parte das instituições islâmicas da cidade, o que pode compensar ou minimizar os efeitos da perda daquele cupom.

Por outro lado, é preciso dizer que, embora tenha sido comum ouvir em campo que é caro viver no Brasil em comparação com a Síria, nem todos/as os/as interlocutores/as consideravam barato viver no país de origem, sendo que Layla narrou a batalha de seus pais para mobiliar a casa e sustentar a família mesmo antes da guerra, alegando que era preciso trabalhar muito para isso. Contou que não eram todas as famílias que tinham máquina de lavar automática e geladeira de inox – “*só os ricos que têm*” – e que seus pais batalharam muito para comprar esses eletrodomésticos para a casa deles/as (a mãe não trabalhava fora de casa e o pai trabalhava em um pequeno comércio da família).

De fato, como vimos na introdução, as reformas econômicas liberalizantes implementadas na primeira década do governo de Bashar al-Assad (de 2000 a 2010) tiveram como consequência um aprofundamento da desigualdade social, já que enriqueceram significativamente uma pequena parcela da população (certa elite burguesa, sobretudo das cidades de Damasco e Alepo) e deterioraram as condições de vida de assalariados e trabalhadores rurais: houve aumento nos índices de pobreza, acréscimo no desemprego, privatização de fazendas estatais, crescimento do custo de vida e diminuição dos serviços sociais promovidos pelo Estado (como saúde, educação e fomento para agricultura) (PINTO, 2013; HINNEBUSCH; ZINTL, 2015).

Nesse sentido, é importante observar que os discursos sobre as diferenças no custo de vida entre o Brasil e a Síria se conectam com questões de classe social, na medida em que, pelo que pude apreender apesar dos/as interlocutores/as não relatarem muito sobre suas vidas antes da migração, muitos/as dos/as que falaram sobre essa diferença no custo de vida no Brasil e na Síria pertenciam a camadas relativamente privilegiadas no país de origem¹⁹⁵.

Voltando à rotina de Jalila, é preciso dizer que ela incluía não apenas o trabalho e as tarefas domésticas (que compartilhava com o marido), mas igualmente grande parte das providências práticas relativas à casa: como descrevi no capítulo um, como ela e o marido não tinham parentes em São Bernardo e como segundo ela o marido não falava bem português, em geral era ela quem ficava responsável por resolver as questões práticas da vida do casal. Este tipo de rotina resultava em muitos momentos em que Jalila ficava sozinha em São Bernardo do Campo: além de ela e o marido terem horários de trabalho bastante incompatíveis, ela não tinha muito tempo para encontrar as amigas, situação que ela contrastou com a que vivia na Síria, pois nesta, mesmo que trabalhasse (por vontade própria e não por necessidade financeira, como

¹⁹⁵ Para informações sobre a condição financeira e a situação de classe dos/as interlocutores/as na Síria, ver o capítulo um.

ela pontuou), sempre visitava os/as amigos/as. No Brasil, por mais que tivesse amigas, sejam *árabes* ou *brasileiras*, não as encontrava tanto quanto gostaria.

Assim, o trabalho, não em sua ausência, mas em seu excesso, aparece nas experiências de Zayn, Jalila, Farid e Kalil como um elemento importante a obstaculizar a sociabilidade em São Bernardo. Isto é, não é a ausência de trabalho que produz cenários de isolamento ou solidão, mas sim a necessidade de trabalhar muito para arcar com o custo de vida na cidade. Nesse sentido, cabe concluir com Facundo Navia (2014, p. 288-289) que, ao contrário do que imaginam os/as agentes da gestão do refúgio no Brasil, o trabalho nem sempre atua como um fator de integração do/a migrante na sociedade de acolhimento, pois, quando é intenso e/ou desqualificado, pode atuar em sentido contrário. Nesses casos, podemos dizer que o trabalho ocupa um lugar oposto ao defendido por Segal (2020) em estudo sobre migrantes brasileiras no Canadá: para o autor, a solidão sentida por essas mulheres que suspendem seus planos de carreira para cuidar da família e com isso facilitar a inserção profissional do marido no país de acolhimento seria mitigada caso essas mulheres trabalhassem fora de casa, pois assim construiriam redes de relações independentemente da maternidade.

No caso da presente pesquisa, vemos como o trabalho dificulta certas formas de integração e construção de pertencimento, como as relações pessoais: estando no setor de comércio e serviços (seja como funcionário/a ou pequeno/a proprietário/a), os/as interlocutores/as supracitados/as lidam com jornadas de trabalho longas (mais de oito horas diárias) ou variáveis (a depender do agendamento de clientes), remuneração incerta porque dependente da venda de serviços ou produtos e do aquecimento ou desaquecimento do comércio e, por vezes, com o acúmulo de mais de uma atividade profissional, o que acaba por influenciar negativamente a sociabilidade. Quando estes trabalhos, além de intensos, são solitários (caso de Farid, que trabalha sozinho em seu comércio), pode-se agravar ainda mais o isolamento e/ou a solidão. Ademais, devemos lembrar que, além do trabalho, alguns destes/as interlocutores/as têm os encargos relativos às tarefas domésticas e/ou à resolução de questões práticas da vida da família no Brasil.

Por outro lado, é preciso dizer que, para Jalila, a diferença que sentia, no início de 2019, na frequência das visitas no Brasil em relação à Síria não se dá apenas pela questão laboral e econômica, mas igualmente por diferenças que ela percebe na forma em que a amizade é vivida nos dois países: na Síria, a amizade estaria intimamente ligada às visitas, enquanto que no Brasil não. Para além disso, outra diferença seria a questão da disponibilidade, sendo que aqui as amigas não estão sempre disponíveis, diferentemente da Síria.

É preciso mencionar também que, para Jalila, não são apenas as visitas que são menos frequentes do que na Síria, mas igualmente outras formas de lazer e sociabilidade: na mesma ocasião em que me contou sobre as visitas comentou que em São Bernardo do Campo não tem muitas coisas para fazer (mencionou apenas o Riacho Grande, onde dá pra fazer churrasco, e o parque Estoril), o comércio fecha cedo – às 20 horas ou 22 horas, inclusive o shopping – e à noite não tem ninguém na rua, cenário que faz com que ela se sinta um tanto entediada. Nesse momento, novamente estabeleceu um contraste entre o Brasil e a Síria, indicando que na última, tanto em Damasco¹⁹⁶ quanto nas cidades do litoral, os estabelecimentos ficam abertos até tarde e sempre tem gente circulando pelas ruas.

A menção à agitada vida noturna de Damasco inspirou Jalila a exibir vídeos no *Youtube* que retratam a cidade à noite. Enquanto os vídeos passavam na televisão da sala de sua casa, Jalila ia me apresentando à cidade: mostrou a mesquita dos Omíadas, na parte antiga da cidade, as ruas do entorno e alguns comércios, como uma sorveteria famosa. Comentou que a cidade é muito segura, tanto que podiam deixar a porta de casa aberta. Contou também que saia para passear de madrugada, tendo destacado nos vídeos o fato de terem muitas pessoas na rua e do comércio estar aberto, inclusive durante o inverno.

Além de destacar a agitação da vida noturna damascena fazendo uma contraposição com o marasmo são-bernardense, o recurso de Jalila aos vídeos sobre Damasco dialoga com um movimento descrito por Salamandra (2004) em sua etnografia sobre comodificação e consumo da Damasco antiga. Para a autora, as falas e as práticas relativas a esta parte da cidade atuam como mecanismos de distinção social: sendo até a década de 1980 uma parte renegada da cidade, associada ao atraso do passado, posteriormente a Damasco antiga passou a ser valorizada, sobretudo pelas elites e classes médias da capital, como fonte de autenticidade e orgulho. No entanto, como Salamandra (2004) sublinha, não se trata apenas de uma questão de classe, sendo que a nostalgia em relação à Damasco antiga tem relação com processos demográficos (migração de pessoas do interior para a capital a partir da década de 1950) e políticos (mudanças nas relações de poder entre estabelecidos/as e pessoas vistas como *outsiders*, sendo que no caso os/as *outsiders* são percebidos/as como tendo superado os estabelecidos/as; esse processo de mudança nas relações de poder tem relação com a ascensão do partido Baath ao poder e com sua filiação religiosa [alauita]), o que produziu nos/as moradores/as antigos/as o desejo de se diferenciarem dos/as mais recentes. Assim, a postura de

¹⁹⁶ Porém, é preciso notar com Salamandra (2004) que a ampla utilização de restaurantes e cafés como espaços de lazer em Damasco, sobretudo pela elite, e a consequente proliferação deste tipo de estabelecimento na cidade é um fenômeno recente, iniciado na década de 1990.

Jalila de escolher esta parte da cidade para me mostrar, juntamente com a fala de outros/as interlocutores/as sobre a antiguidade e a riqueza cultural de Damasco, podem ser entendidos como movimentos de reivindicar uma participação nesses setores da sociedade damascena estabelecida.

Voltando a São Bernardo do Campo, em janeiro de 2020, a vida de Jalila estava um pouco diferente do início de 2019: ela estava trabalhando na mesma área, mas em um outro estabelecimento, o qual era, de acordo com ela, muito mais animado que o anterior, sendo que os/as colegas de trabalho sempre faziam coisas juntos/as, como almoços e festas, e também havia conhecido uma outra mulher *árabe* da qual havia ficado muito próxima. Conforme pude observar estando em São Bernardo, Jalila se encontrava com certa regularidade com amigos/as – ela mencionava com frequência ter ido visitar uma amiga ou encontrar amigos/as - e também socializar com os/as colegas de trabalho. Essas redes de contatos se formaram, até onde pude acompanhar, por pessoas que Jalila conheceu por meio de seu trabalho, na vizinhança e em eventos sociais organizados por amigas *árabes* (ela mencionou conhecer tanto mulheres sírias quanto *libanesas*) ao longo dos anos que morou no Brasil.

No entanto, a chegada da pandemia de COVID-19 ao estado de São Paulo em março de 2020 representou para Jalila uma nova diminuição da sociabilidade pautada pelas visitas: naquele mesmo mês, quando conversamos por chamada de vídeo, o tema, naturalmente, foi a pandemia de COVID-19. Naquele momento, Jalila estava muito preocupada com o vírus e, como o local onde ela trabalhava estava com as portas fechadas, Jalila permanecia o dia todo em casa; segundo ela, sua rotina era apenas comer e dormir, pois não estava mais visitando ninguém e, como suas amigas também estavam isoladas em suas casas, não as estava vendo. Para Jalila, esta é a parte que mais dói do vírus: a gente não pode estar junto das pessoas que ama e não sabe quando vai vê-las novamente.

Da mesma forma que Jalila, outras pessoas relataram sentir falta de mais interações sociais ao longo da pandemia de COVID-19, como é o caso do casal que mencionei anteriormente no item “3.1 Os avessos da sociabilidade”: recém-chegados/as ao Brasil, sentiam falta sobretudo de oportunidades para conhecer e interagir com *brasileiros/as*, sendo que uma das primeiras coisas que me perguntaram sobre a vida em São Bernardo do Campo era justamente sobre lugares em que poderiam conhecer pessoas novas.

Devo dizer, porém, que a pandemia de COVID-19 foi diferencialmente vivenciada pelos/as interlocutores/as da pesquisa, tendo havido igualmente variações ao longo do tempo para um/a mesmo/a interlocutor/a; assim, embora tenha dificultado a realização de visitas a amigos/as e familiares e outras formas de sociabilidade presencial, a pandemia de COVID-19,

ao se prolongar por vários meses, não significou a completa interrupção da sociabilidade presencial no contexto que estudo, sendo que as flexibilizações do plano São Paulo, da mesma forma que permitiram o retorno ao trabalho presencial para muitos/as interlocutores/as, especialmente com a reabertura de diversos setores do comércio e serviços, também permitiu a retomada de certas formas de sociabilidade presencial.

Tendo a presente discussão em vista, podemos afirmar, portanto, que, no caso dos/as interlocutores/as mencionados/as nesta seção, a grande maioria dos/as quais, cumpre dizer, fazem parte da rede de relações uns/umas dos/as outros/as, seja porque se conhecem pessoalmente, seja porque têm amigos/as em comum, a vida em São Bernardo trouxe alguns obstáculos à sociabilidade vivida por meio das visitas a parentes e amigos/as, sendo que Farid, Zayn e Jalila disseram que estes obstáculos culminam em uma diminuição da frequência das visitas em relação ao que vivem na Síria.

É interessante pontuar como, apesar de terem redes sociais distintas em São Bernardo do Campo (Farid inicialmente estava sem a família e não tinha muitos/as amigos/as, Zayn tem parentes no município e uma rede de contatos com *árabes* e Jalila não tem muitos/as parentes aqui, mas tem amplas conexões com *árabes* e *brasileiros/as* no município), Farid, Jalila e Zayn relatam a mesma questão, isto é, a pouca frequência das visitas no contexto do refúgio em São Bernardo do Campo, o que nos leva a pensar que, neste contexto, o tamanho da rede social não necessariamente define a presença ou ausência de uma sociabilidade intensa, embora seja inegável que Jalila e Zayn tinham mais momentos de sociabilidade presencial do que Farid, ao menos antes da chegada de sua família à São Bernardo.

Mais definitivo do que a extensão da rede social no refúgio para a dinâmica das visitas é o ritmo de trabalho necessário para se sustentar no Brasil, o qual diminui a disponibilidade para as visitas a parentes e amigos/as, e a configuração familiar dos/as amigos/as em questão, sendo que a situação familiar diferencial apareceu na fala de vários/as interlocutores como um obstáculo às interações sociais. Outros fatores que também influenciam a dinâmica das visitas no contexto de São Bernardo do Campo e região são a distância geográfica e diferenças na amizade e no lazer entre Brasil/ São Bernardo do Campo e Síria/ Damasco.

Neste ponto é preciso dizer que alguns dos fatores mencionados acima como influenciando negativamente a sociabilidade de interlocutores/as da pesquisa, como o custo de vida, o ritmo de trabalho e as opções de lazer em São Bernardo do Campo, são compartilhados por outros habitantes da cidade que não são migrantes vindos/as da Síria. Como apontam Glick Schiller e Çağlar (2016, p.4) a partir do trabalho de Syrett e Spulveda (2012), cada cidade oferece “...estruturas institucionais e de oportunidades (...) para todos os seus habitantes, sejam

eles categorizados como migrantes ou não”¹⁹⁷, estruturas estas que moldam as relações entre as pessoas que ali vivem, assim como são moldadas por elas. Isso quer dizer que, embora diferentes camadas da população de uma cidade tenham acessos diferenciais à infraestrutura e às oportunidades promovidas por ela, toda a população lida de certa forma com aquilo que aquela cidade tem a oferecer, o que inclui equipamentos de lazer e custo de vida.

Com relação ao ritmo de trabalho, Antunes (2014a, 2014b, 2019, 2020) mostra como a reestruturação do capitalismo no Brasil na década de 1990 ampliou a precarização do trabalho no país ao (a) intensificar o ritmo e a exploração do trabalho em diversos setores da economia, como a indústria automobilística, a produção canavieira e os *call centers*, (b) ampliar a informalidade, através de terceirizações, subcontratações, trabalho intermitente, entre outros, e (c) criar novas formas de trabalho precarizado, como empreendedorismo, *pejotização* e *uberização*.

Araújo (2009) estudando a nova geração de metalúrgicos no ABC paulista no contexto desta reestruturação produtiva mostra como as novas demandas do capital, particularmente aquela que se refere à necessidade de constante atualização e capacitação por parte do/a trabalhador/a, reverbera na sociabilidade desta população: de acordo com o autor, esses/as novos/as metalúrgicos/as têm a quase totalidade de seu dia e de sua semana tomados não apenas pelo trabalho, mas também por cursos diversos de modo a satisfazer as demandas do capital, o que acaba implicando no fato de quase nunca se engajarem em atividades de lazer ou ligadas à sociabilidade; de fato, um discurso comum entre os/as entrevistados/as de Araújo (2009) foi a falta de tempo para se dedicarem às relações familiares, românticas e de amizade, o ritmo corrido da vida e o uso do tempo da noite e dos finais de semana para fazer cursos extras (como cursos de idiomas) ou para terminar tarefas que não conseguiram concluir ao longo da semana, elementos que se aproximam das falas dos/as interlocutores/as da presente pesquisa.

Este tipo de regulação do tempo livre a partir do trabalho, presente de formas diversas ao longo da história do capitalismo, se intensifica, de acordo com Antunes (2020), na atualidade quando a *uberização* do trabalho, mediada pela internet, permite abolir completamente “....a separação entre o tempo de vida *no* trabalho e *fora* dele...” (ANTUNES, 2020, p. 11. Grifos no original), criando uma situação em que há por parte do trabalhador uma disponibilidade *perene* para o trabalho.

Por outro lado, devemos lembrar que a migração para o Brasil representa, para muitos/as, um aumento nos gastos mensais, com a necessidade de pagar o aluguel da moradia

¹⁹⁷ Tradução minha.

e por vezes do comércio, o que não acontecia quando viviam na Síria, pois em geral tinham casa própria e alguns, como Farid, comércios próprios. Além disso, para algumas pessoas, a migração representou uma mudança profissional significativa e uma possível diminuição nos rendimentos, já que alguns/algumas não conseguiram emprego compatível com a sua formação e experiência profissional e, outros/as, iniciando ou se mantendo no setor de comércio e serviços, precisaram desenvolver novas clientelas.

Assim, a questão dos/as interlocutores/as desta pesquisa em relação à sociabilidade é que, por um lado, a migração provoca mudanças no âmbito econômico e laboral, implicando, no caso, na necessidade de aumento do ritmo de trabalho para dar conta dos gastos, que também aumentam de forma geral, e, por outro, que os/as interlocutores/as passam a lidar com as configurações do trabalho, do lazer e da sociabilidade na sociedade de acolhimento, as quais podem limitar ou possibilitar a sociabilidade de forma diversa da sociedade de origem, o que influencia a experiência dos/as migrantes, como argumenta Bartram (2019), para quem aqueles/as tendem a adaptar seus padrões de sociabilidade aos vigentes no país de acolhimento.

Sem aprofundar muito a discussão sobre os fatores que levam os/as migrantes a se integrar nos padrões e práticas locais de sociabilidade, Bartram (2019, p. 11) menciona apenas que esse processo pode acontecer (a) por imitação e/ou (b) porque a sociabilidade dos/as migrantes é possibilitada ou limitada pelos padrões nativos: “Se os nativos socializam em um menor grau, os migrantes podem encontrar menos oportunidades para socializar (i.e. menos pessoas com quem socializar) e vice-versa” (BARTRAM, 2019, p. 11. Tradução minha).

Tudo isso nos ajuda a entender porque mesmo pessoas como Jalila e Zayn, que têm redes sociais mais amplas em São Bernardo do Campo, também notam uma diminuição na sociabilidade ligada às visitas. Por outro lado, minha pesquisa avança o debate presente em Bartram (2019) na medida em que indica, a partir das falas e experiências dos/as interlocutores/as, outros fatores que influenciam a sociabilidade dos/as migrantes, quais sejam: o custo de vida, a dinâmica do trabalho e as opções de lazer e sociabilidade do município, isto é, fatores estruturais da cidade de acolhimento. Penso que este movimento é importante porque considera que a sociabilidade dos/as migrantes é limitada ou possibilitada não apenas pelos padrões de sociabilidade locais, mas igualmente por outras esferas da vida no país de acolhimento, como a laboral, fatores estes que influenciam não apenas as relações dos/as migrantes com nativos/as, mas também as interações entre migrantes. Um ponto não contemplado na presente discussão é a questão da sociabilidade para deslocados/as pelo conflito sírio em São Bernardo que não trabalham fora de casa e isso porque apenas uma pequena parte

dos/a interlocutores/as está neste perfil e com eles/as não foi possível um maior desenvolvimento deste tema.

Por fim, é preciso dizer que, embora alguns/algumas interlocutores/as contrastem a baixa frequência de visitas em São Bernardo do Campo com o que vivenciavam na Síria, uma fala de Omar em relação à vida em meio à guerra civil nos leva a pensar que, quando aqueles/as interlocutores/as mencionam a sociabilidade na Síria, possivelmente se referem ao período anterior à guerra, já que o relato de Omar sobre sua vivência neste período se aproxima significativamente da fala de Zayn sobre São Bernardo do Campo: para Omar, a guerra muda muitas coisas em um país, sendo que a primeira é que a família se separa. Usando sua própria família para ilustrar este processo, Omar disse que a família dele era muito unida, que não moravam na mesma casa, mas que a cada dois ou três dias se reuniam, situação que mudou com a eclosão da guerra, dado que as pessoas não saiam muito de casa em função do medo; ademais, afirmou que, em tempos de guerra, para garantir a comida dos/as filhos/as você deixa seus pais de lado e então estes ficam muito sozinhos, isolados e tristes.

3.3 Amizades e apoio emocional: reflexão a partir de experiências de quatro jovens adultos/as

A discussão do presente capítulo centrou-se até o momento na ideia de sociabilidade, sendo que me dediquei a descrever e analisar os obstáculos que os/as interlocutores/as encontram para viver uma sociabilidade que lhes é satisfatória. A partir de agora passo a olhar para uma questão que surgiu em campo na relação com interlocutores/as jovens que, mesmo que tenham redes de relações locais relativamente amplas e momentos de sociabilidade também amplos, queixaram-se da dificuldade de estabelecer amizades próximas (em geral ou apenas com *brasileiros/as*) e também da escassez de apoio emocional encontrada em parte de suas relações.

Desde que conheci Layla, o tema das amizades pontuou nossas conversas, dado que, tendo migrado recentemente, sua rede de relações estava se reconfigurando, processo que a mobilizava muito, sobretudo por suas dificuldades: apesar de conhecer diversas pessoas em São Bernardo do Campo - principalmente mulheres, tanto *árabes* (sírias¹⁹⁸) (por meio de festas, sejam elas promovidas pela mesquita da cidade [como no *Eid*], ou por outros/as migrantes vindos/as da Síria [caso de festas de aniversário, por exemplo], em grupos no *WhatsApp* que

¹⁹⁸ Ela usou a palavra “*árabes*”, mas quando perguntei se ela tem amigas *libanesas*, ela disse que todas as mulheres *árabes* que conhece aqui são sírias que vieram ao Brasil depois de 2010.

reúnem migrantes no Brasil e por meio de suas redes pessoais [amigos/as ou familiares]) quanto *brasileiras* (particularmente nos locais em que trabalhou) -, possuía apenas uma amizade próxima na cidade¹⁹⁹, o que significava que tinha somente uma pessoa a quem recorrer quando precisasse de ajuda prática e, sobretudo, apoio emocional (alguém com quem conversar sobre assuntos pessoais e para quem correr quando quisesse chorar).

Outras interlocutoras jovens também trouxeram a questão de que, por mais que tenham muitos contatos na cidade onde moram e que tenham momentos de lazer e sociabilidade com estes, não têm muitas amizades próximas. Jalila, por exemplo, contou-me que depois que voltou da viagem à Síria quase não havia saído de casa e estava se sentindo muito sozinha; explicou que isso se devia ao fato de não ter muitas amigas, tendo esclarecido em seguida que não tem muitas amigas próximas (amigas com as quais fala todos os dias) e que a única amiga com quem tem este tipo de relação não estava na cidade, pois havia viajado.

De forma semelhante, Samia, que também tem uma ampla rede de contatos no país de acolhimento e uma rotina pontuada por momentos de sociabilidade, seja recebendo visitas em sua casa, visitando amigos/as ou frequentando bares e eventos culturais, relatou em entrevista ter poucas “*amizades de verdade*”:

Então, a Laura hoje em dia tá virando a... a... a única amiga e tem o Abdul que é o amigo desde [há] 4 anos, desde que eu conheci ele. Só que, conhecidos e pessoas que são no lugar de amigos, só que não é amigos próximos, sabe? Amigos que a gente fala, tal, encontra, essas coisas, todos conheci pelo [restaurante árabe] na verdade. (Entrevista *online*. Abril de 2021).

Para ela, isso se dá por diversos fatores: (a) de acordo com a sua experiência, misturar trabalho e amizade nem sempre dá certo, porque o trabalho muitas vezes implica em competição entre as pessoas, o que pode prejudicar as relações de amizade estabelecidas nesse contexto (mas cabe pontuar que ela já trabalhou com o melhor amigo e isso não prejudicou a relação); (b) um afastamento entre ela e a “*comunidade árabe*” em função de posicionamentos diversos em relação ao comportamento adequado a mulheres *árabes*/ muçulmanas; (c) a ideia de que para formar amizades próximas é preciso tempo e, portanto, é algo difícil para migrantes que chegaram ao país recentemente; (d) o fato de muitas pessoas a verem primeiro como refugiada e depois como a Samia, processo que se expressa tanto por meio de uma curiosidade excessiva sobre a vida dela quanto na pressuposição de que ela, por ser refugiada, precisa ser ensinada sobre algumas coisas ou, ainda, quando as pessoas se surpreendem que ela sabe certas coisas,

¹⁹⁹ Uma outra migrante vinda da Síria com quem compartilhava, além da origem nacional e religião (islã sunita), a disponibilidade de tempo para o lazer e gostos e interesses em comum (ambas gostam de músicas brasileiras, de dançar e de moda, além de terem um desejo de melhorar suas oportunidades profissionais no Brasil).

como limpar a casa²⁰⁰. Nesse sentido, Samia pontuou que fazer “*amizades verdadeiras*”, em que os/as amigos/as estão presentes uns/umas para os/as outros/as e ficam um/a ao lado do/a outro/a, especialmente quando um/a deles/as precisa de ajuda, é um desafio para todos/as os/as refugiados/as.

A experiência de Said se alinha à observação de Samia: bastante comunicativo, Said estabelece relações amistosas por onde passa (ele relatou ter conhecido pessoas em diversos contextos, como o curso de CFC (Centro de Formação de Condutores), na faculdade onde fez um curso livre, no comércio do centro da cidade...) e frequentemente tinha momentos de sociabilidade (idas a restaurantes, receber amigos/as em casa, visitá-los/as...), mas sentia-se sozinho em alguns momentos, particularmente quando ele não estava bem (emocional ou fisicamente). Em mais de um desses momentos, verbalizou para mim que sentia falta de um maior amparo por parte de alguns de seus/suas amigos/as (*brasileiros/as* em sua maioria, embora tenha contado também sobre decepções que teve na relação com um amigo *árabe*).

A questão para Said era que, embora tivesse podido contar com seus/suas amigos/as para apoio prático (como empréstimo de dinheiro e ajuda na busca por emprego), sendo importante notar que a relação de ajuda não é de mão única, pois Said também auxiliou amigos/as que fez no Brasil (com caronas para serviços de saúde de emergência, por exemplo), ele sentia que não tinha por parte de alguns/algumas deles/as tanto apoio emocional quanto gostaria, sendo que em algumas dessas relações ele sentia que só era procurando quando os/as amigos/as precisavam de um favor²⁰¹.

Poderíamos dizer, então, que algumas amizades de Said são permeadas por uma tensão entre os aspectos instrumentais e os emocionais da amizade. Embora Reina (1959) e Wolf (2003) postulem que existem dois tipos de amizade – uma centrada nas emoções e outra na instrumentalidade –, as quais, no contexto analisado por eles, são encontradas, respectivamente, em uma população indígena e em outra não indígena em uma região da Guatemala, opto por compreender a emoção e a instrumentalidade como dois aspectos que podem estar presentes em uma mesma relação de amizade, dado que, no caso de Said, essas relações envolvem tanto a possibilidade de satisfação de necessidades emocionais (como no caso das amizades entre os indígenas descritas por Reina (1959) e analisadas por Wolf (2003)) e a possibilidade de ofertar e obter apoio prático e/ou acesso a recursos (como nas amizades dos Ladinos também presentes

²⁰⁰ De acordo com Samia, isso questiona a ideia de que os/as *brasileiros/as* são muito abertos/as aos/as outros/as e faz com que os/as migrantes tendam a ficar em suas “comunidades” (*árabes* com *árabes*, chineses/as com chineses/as etc.). Em minha dissertação de mestrado (SILVA, 2016) discuti sobre essa questão a partir de pesquisa de campo com descendentes de japoneses.

²⁰¹ Samia relatou algo semelhante sobre suas próprias experiências.

nos artigos de Reina (1959) e Wolf (2003)). É preciso dizer, porém, que ambos os autores (REINA, 1959; WOLF, 2003) apontam a existência de afeto nas relações de amizade em que o foco é a troca de favores.

Assim, no caso de Said, o apoio prático e o apoio emocional não são mutuamente excludentes em uma relação de amizade, como quer o modelo moderno ocidental desta relação (SILVER, 1989), sendo ambos partes da amizade; porém, para que Said considere a relação de amizade verdadeira e satisfatória, o apoio prático deve estar acompanhado de outros elementos, estes mais afetivos, como o se preocupar com o/a amigo/a e apoiá-lo/a em seus momentos ruins. Portanto, no caso que analiso, a presença de apoio prático na relação não diminui o valor da amizade, contrariamente ao que acontece no modelo problematizado por Silver (1989), desde que ela não se resuma a ou seja dominada pelos favores prestados. Logo, a tensão que mencionei permear algumas das amizades de Said se dá justamente no desequilíbrio entre satisfação de necessidades emocionais e obtenção/ oferecimento de apoio prático, isto é, em balancear o que Wolf (2003) chama de amizade emocional e amizade instrumental.

Já a experiência de Layla, embora parta de um cenário similar ao apontado por Samia, em que refugiados/as têm dificuldades para estabelecer “*amizades verdadeiras*”, revela uma trajetória dissidente na medida em que, com o tempo, conseguiu forjar para si amizades próximas em São Bernardo do Campo. Como vimos anteriormente, Layla tinha encontrado em uma outra deslocada pelo conflito sírio uma amizade onde obter tanto apoio prático quanto apoio emocional; no entanto, Layla sentia falta de ter também amigas *brasileiras* e isso não apenas porque, sem essas amizades, não tinha, com exceção de mim, para quem perguntar sobre questões práticas da vida no Brasil (conforme vimos no capítulo dois), mas também porque considera a amizade com *brasileiras* (sempre usou o feminino ao abordar este tema, embora tenha mencionado ter amigos homens na Síria) muito positiva, pois, segundo ela, como existem muitas diferenças (entre *brasileiros/as* e *árabes*), há muito tema para as conversas e também muitas coisas para aprender (sobre a língua portuguesa, mas não só).

Conforme me explicou, no trabalho ela até conversava com as pessoas (*brasileiras* inclusas), mas as relações nunca tinham saído daquele ambiente - nunca combinaram de ir tomar um café ou algo assim. Neste ponto é importante notar que, apesar de na época Layla estar há poucos meses no emprego atual (funcionária registrada em uma empresa), ela já havia trabalhado em outros lugares em São Bernardo do Campo, inclusive ao lado de *brasileiros/as*.

Como, ao falar sobre esse tema, Layla havia insinuado que as dificuldades que enfrentava seriam uma questão individual dela, comentei que, baseada nas minhas experiências e nas de pessoas que conheço, acho difícil que as amizades do trabalho perdurem para além

dele; eu disse que quando estamos na escola ou na faculdade é mais fácil que as amizades feitas ali extrapolem aquele espaço, mas que na vida adulta e no trabalho isso pode ser mais difícil. Nesse momento, Layla contra-argumentou dizendo que tem muitas amigas *árabes* aqui e que então pensa que talvez as *brasileiras*, quando olham para ela, que se veste diferente, tem língua diferente, se comporta diferente, tudo diferente, têm medo de falar com ela ou de, quando falarem, cometerem algum erro (erro aqui é algo que não seria bem visto pela outra por terem costumes diferentes), trazendo desconforto para a relação²⁰². De acordo com Layla, essa questão não estaria posta na relação com mulheres *árabes*, as quais compartilhariam o mesmo idioma e os mesmos costumes, o que, segundo ela, ajudaria a explicar porque até então ela tinha conseguido estabelecer relações amistosas com mulheres *árabes*, mas não com mulheres *brasileiras*.

No entanto, a realização de uma confraternização de final de ano do trabalho de Layla fez com que sua situação mudasse: este dia foi o primeiro em que ela pôde interagir com seus/suas colegas fora do local de trabalho e, como foi uma experiência bastante positiva, sendo que houve muita conversa, interação e troca de presentes, Layla se sentiu mais à vontade para fazer o seu almoço no espaço compartilhado da cozinha do local onde trabalha, fato que acabou possibilitando que ela e uma outra funcionária (*brasileira*) se aproximassem mais:

Depois daquela saidinha, eu comecei a almoçar na cozinha, eu tava almoçando fora do meu trabalho pra não encontrar as meninas na cozinha. Eu não conheço ninguém, eu não tenho amigas, então eu vou ficar sozinha, sabe? Não é legal sentir isso. Aí eu ficava saindo todo dia almoçar fora. Mas depois daquele dia que a gente saiu, eu comecei a levar meu almoço lá e almoçar na cozinha. Aí tinha uma menina que se chama Jane [*brasileira*] e ela começava a almoçar comigo todo dia, depois ela falou que “eu quero almoçar com você todo dia, você pode me chamar quando você vai almoçar?”. Aí a gente... quase viramos amigas, né? Conversamos com bastante assunto, tem muita coisa, sabe, próxima entre eu e ela, muita coisa que... sabe, que ela gosta que eu adoro. Aí a gente conversou bastante e ela... quase virou amiga lá, sabe, e até hoje, ela... não é tão, sabe? Não chegamos até amiga amiga, porque, ela nem me visitou, eu nem visitei ela, a gente nunca saiu juntas, sozinhas, mas... é... acho que a gente vai ficar muito amigas, porque a gente almoça junto todos os dias e conversamos muito. E...é isso. (risos) (Entrevista online. Fevereiro de 2021).

A experiência de Layla a partir da confraternização no trabalho foi tão importante para ela que a levou a rever sua opinião quanto ao que dificulta o estabelecimento de amizades com *brasileiras*: se antes pensava que era apenas porque as *brasileiras* têm medo do diferente,

²⁰² Essa impressão em relação às *brasileiras* possivelmente está relacionada ao fato de que, nas cidades em que morou no Brasil, Layla se sentiu muito observada por usar um lenço para cobrir os cabelos e o pescoço – embora ela afirme que isso acontece menos frequentemente em São Bernardo do Campo por ser uma cidade com mais muçulmanos/as e com muçulmanas que usam véu, a experiência de ser notada por onde passava no Brasil foi muito marcante para ela e pode ter contribuído para formar a ideia de que os/as *brasileiros/as* a veem como muito diferente.

depois da confraternização, Layla pensa que é importante considerar o idioma e o próprio ambiente de trabalho. Para ela, que praticamente só conheceu *brasileiras* no trabalho, as pessoas neste ambiente não buscam conversar muito nem construir relações muito profundas – “é... mais ... pergunta ‘oi, tudo bem?’, ‘bom dia’, ‘boa tarde’. Coisas básicas do dia a dia. É... não precisam mais entrar na vida dos outros.” (entrevista online. Março de 2021) – porque pensa que os/as colegas consideram que este tipo de interação mais profunda poderia atrapalhar o trabalho. Além disso, o fato de ela, apesar de se comunicar bem em português, por vezes demorar para entender algumas coisas, principalmente piadas e brincadeiras, cria, segundo ela, um afastamento em relação aos colegas *brasileiros/as*, pois algumas pessoas não têm paciência com ela por causa disso.

Esses elementos, não impediram, contudo, o aprofundamento da amizade com Jane: depois da entrevista, a relação entre elas continuou a se desenvolver, primeiro no horário de almoço e depois em outros momentos, sendo que os elementos faltantes apontados no trecho de entrevista acima – saírem sozinhas e se visitarem – aconteceram posteriormente. Além disso, mais ou menos na mesma época, uma *brasileira* que Layla havia conhecido por meio de um contato em comum a procurou buscando aulas de árabe, movimento a partir do qual desenvolveram uma amizade próxima: as interações foram muito além das aulas, abarcando momentos de sociabilidade e apoio emocional.

O debate sobre as experiências desses/as interlocutores/as jovens em relação à amizade e ao apoio emocional deixam claro que a formação e manutenção de redes sociais no país de acolhimento são processos complexos e multifacetados, pois, como vemos em Ryann et al (2008), as diferentes funções dessas redes (emocional, instrumental, informacional, companhia e socialização) nem sempre são obtidas junto às mesmas pessoas, o que pode implicar em uma distribuição desigual do atendimento de tais funções para cada migrante; nesse sentido, destaco que, apesar de Jalila, Samia e Said poderem contar com suas redes para o lazer, a sociabilidade (mesmo que Jalila a considere insuficiente se comparada com o que vivia na Síria) e para o apoio prático, quando o tema é o apoio emocional e as amigas próximas/ verdadeiras, há um sentimento de falta, seja em relação ao número de amigos/as próximos/as, seja em relação à insuficiência do apoio emocional recebido (em parte) dessas relações. A experiência de Layla, embora dialogue com as de Jalila, Samia e Said nas dificuldades enfrentadas no campo das amizades, evidencia possibilidades de construção de mais laços de amizade próximas.

É preciso considerar, contudo, que, como é uma relação que depende de sua atualização para existir (BELL; COLLEMAN, 1999, p.6), a amizade ou, no caso, especificamente a amizade próxima/ verdadeira, está significativamente sujeita a flutuações ao longo do tempo,

ainda mais se consideramos que o contexto das migrações é bastante dinâmico no que concerne às redes sociais e às amizades (RYANN et al, 2008; AMRITH, 2016), o que pode significar que as amizades que hoje são definidas como próximas/ verdadeiras, posteriormente sejam colocadas em outra categoria (por exemplo, a partir de decepções como as vividas por Samia no âmbito do trabalho), ou que relações que estão na categoria de conhecido/a, colega de trabalho ou de amigo/a não próximo/a possam vir a ser consideradas “*amizades verdadeiras*” (como aconteceu duas vezes com Layla).

3.5 Comentários finais: uma reflexão sobre solidão

Ao trabalhar os temas da sociabilidade, da amizade e do apoio emocional, este capítulo apresentou os caminhos e descaminhos de vários/as interlocutores/as na construção e manutenção de redes sociais no contexto da migração. Abordando as sociabilidades entre pessoas que estão em países diferentes, mostrei como as normas migratórias, o conflito sírio, a situação financeira, o gênero e a idade do/a migrante e sobretudo a hierarquização dos passaportes são fatores que agem no sentido de dificultar os trânsitos internacionais dos/as interlocutores/as mencionados/as. De forma semelhante, a comunicação com contatos que ficaram na Síria por vezes foi dificultada pelo fornecimento instável de energia elétrica e internet nos últimos anos.

Com relação às sociabilidades entre pessoas que estão no Brasil, vimos como a migração recente, o domínio do português, as mudanças na personalidade com o processo migratório e a pandemia de COVID-19 impactaram negativamente a construção de redes e os momentos de sociabilidade no Brasil (ver seção “3.1 Os avessos da sociabilidade”). Ademais, fatores estruturais da cidade de acolhimento (como dinâmica de trabalho, custo de vida e opções de lazer) e mudanças profissionais com o processo migratório, por vezes acompanhados de questões como diferenças na composição familiar e distância geográfica, impactam negativamente na frequência de visitas a parentes e amigos/as, estejam eles/elas em São Bernardo do Campo ou em outras cidades do Brasil.

Nesse sentido, destaco o fato de que o trabalho, considerado por agentes da gestão do refúgio no Brasil como um fator de integração no país de acolhimento (FACUNDO NAVIA, 2014) e por Segal (2020) como algo que mitigaria a solidão do/a migrante, pode agir no sentido contrário quando domina grande parte do tempo daquele/a, pois dificulta outras formas de integração e construção de pertencimento, como as relações pessoais. Quando o trabalho, além

de intenso, é solitário (caso de Farid), pode-se agravar ainda mais o isolamento e/ou a solidão do/a migrante.

Longe de serem fatores exclusivos aos/ às deslocados/as pelo conflito sírio, o custo de vida e o ritmo de trabalho são compartilhados com muitos/as são-bernardenses, já que são fatores estruturais da cidade e se relacionam com processos mais amplos do capitalismo no Brasil. No entanto, a situação dos/as deslocados/as pelo conflito sírio tem particularidades em relação a outros setores da sociedade são-bernardense, na medida em que o processo migratório traz novas necessidades, como passar a pagar aluguel, e para muitos/as a reconstrução de suas vidas profissionais, frequentemente em empregos não compatíveis com sua formação, experiência profissional e faixa de renda anterior; outros/as, iniciando ou se mantendo no setor do comércio e serviços, precisam desenvolver clientelas.

Por fim, acompanhando as experiências de quatro interlocutores/as jovens, abordei desigualdades na realização das diferentes funções atribuídas às redes sociais por Ryann et al (2008): se, de um lado, estes/as interlocutores/as acessam, mesmo que nem sempre com a frequência desejada, momentos de sociabilidade e, em alguns casos, apoio prático, por outro, quando o tema é o apoio emocional, por vezes expresso sob os nomes como “*amizade verdadeira*”, “*amiga amiga*”, entre outros, existem maiores obstáculos à sua efetivação: todos/as os/as quatro interlocutores/as revelaram ser difícil estabelecer amizades próximas no Brasil, sendo que tinham, no momento da pesquisa de campo, poucos contatos que se encaixavam nesta categoria e/ou tinham sofrido decepções em relação a pessoas que consideravam seus/suas amigos/as por não terem encontrado nestas relações o apoio, especialmente emocional, que esperavam.

É interessante notar que, por mais diversas que sejam as experiências relatadas neste capítulo, muitas delas trazem em seu interstício a ideia de solidão, entendida aqui como uma experiência subjetiva e negativa que surge quando uma pessoa percebe que seus contatos e interações lhe são insuficientes, seja quantitativa ou qualitativamente (DE JONG GIERVELD; VAN TILBURG; DYKSTRA, 2006). Nesse sentido, aproximar as experiências destes/as interlocutores/as da ideia de solidão significa que, por mais que tenham desenvolvido e mantido relações no tempo em que estão no Brasil, para muitos/as essas relações são sentidas como deficientes em algum aspecto:

Para Farid o que faltava era a presença da família, a oportunidade de encontrar mais frequentemente seu amigo *árabe* e a possibilidade de interagir mais com *brasileiros/as* para praticar o português, sendo que esta última questão também apareceu na experiência de Samer e Aisha. Jalila, apesar de ter uma rede ampla de contatos, sentia, no início de 2019, falta de

encontrar-se mais frequentemente com as amigas. Mesmo que em 2020 ela tivesse tido mais oportunidades para socializar, a chegada da pandemia de COVID-19 ao município também interferiu negativamente em sua sociabilidade. Ademais, no campo das amizades, Jalila se sentia sozinha por não ter muitas amigas próximas (com quem conversar diariamente) no Brasil, questão que também apareceu nas experiências de Samia e de Layla.

Para esta última havia também a dificuldade de estabelecer amizades próximas com *brasileiras*, seja porque estas poderiam afastar-se dela com medo da diferença, seja porque considera que o ambiente de trabalho não facilita o estabelecimento de amizades e porque a diferença de idioma materno dificulta a comunicação. No entanto, Layla acabou por encontrar uma brecha nesse cenário limitado - o horário de almoço – através da qual conseguiu iniciar uma amizade com uma colega de trabalho *brasileira*, relação que cresceu e se expandiu para além do âmbito laboral. De forma semelhante, uma outra amizade próxima nasceu a partir das aulas de árabe que deu para uma conhecida. Isso nos mostra tanto que a solidão pode ser um retrato, um momento na trajetória da vida de uma pessoa (BISPO, 2013, p. 286), quanto que as redes dos/as migrantes são bastante dinâmicas e se transformam em larga medida com o tempo (RYAN et al, 2008; AMRITH, 2016).

Para Said, a solidão se coloca quando ele percebe que, das relações de amizade que tem, não encontra o apoio emocional que espera em todas elas. Assim, ele se preocupa com o desequilíbrio entre apoio prático e apoio emocional nestas relações, temendo que elas estejam fundadas principalmente no lazer e na ajuda que ele pode proporcionar aos/às amigos/as.

Cabe ressaltar que o sentimento de solidão que advém desta percepção de faltas relativas a amizades próximas pode ser potencializado por faltas sentidas em outras áreas, como os relacionamentos afetivos e/ou sexuais e a família; no primeiro caso, não ter um/a companheiro/a com quem contar para apoio emocional e sociabilidade pode agir para agravar a falta destes elementos nas relações de amizade, enquanto que no segundo caso, o fato de alguns/algumas interlocutores/as terem conflitos com parentes acentua a necessidade de encontrar apoio emocional em outras fontes.

No entanto, não necessariamente as constatações de faltas relativas às relações pessoais implicam em solidão, dado que, por vezes, o estar só é procurado e/ou positivado (MARTINS, 2010). Este parece ser o caso de Kalil: embora tenha comentado por diversas vezes não conhecer muitas pessoas em São Bernardo e não ter atualmente um amplo círculo de amizades, ele também apontou em muitas ocasiões o quanto gosta de estar só e como age de modo a ampliar esses momentos. Portanto, para ele, não ter muitos contatos de amizade em São Bernardo do Campo não parece ser um problema, não implicando necessariamente em

sentimentos negativos em relação a isso, como acontece com outros/as interlocutores/as. Esse caso reforça a conclusão de Martins (2010) de que quando o estar só é entendido pelos sujeitos como fruto de vontade e escolha, ele tende a não ser sinônimo de solidão na medida em que não é visto negativamente tampouco vivido com sofrimento. Portanto, o que evoca a solidão no contexto por mim analisado não é a presença ou a ausência de relações, mas a discrepância entre o que se deseja em termos de interações (quantitativa e qualitativamente) e o que se tem, quadro que pode transformar-se em um futuro próximo visto que os tipos de relação abordados aqui têm grande potencial para mudança.

Capítulo 4: A solidão frente aos arranjos de casamento e às relações afetivas e/ou sexuais

A investigação das redes sociais de deslocados/as pelo conflito sírio a partir da cidade de São Bernardo do Campo indicou a presença de vários tipos e momentos de solidão – a produzida pelo afastamento geográfico de parentes, aquela que se expressa nos desencontros entre membros da família a partir de diferentes relações com a experiência migratória, a em relação ao Estado, os apoios práticos vacilantes vindos de outros atores, a falta de momentos mais frequentes de sociabilidade ou de amizades próximas –, os quais foram abordados nos capítulos anteriores. Aqui volto o olhar para os arranjos de casamento e as demais relações afetivas e/ou sexuais, mostrando como esse terreno também é profícuo para pensar o tema das redes sociais em meio ao refúgio e das solidões que surgem em seus interstícios, questão que é o eixo central desta tese.

Veremos que os arranjos de casamento e as relações afetivas e/ou sexuais são centrais para compreender a dinâmica da solidão em meu contexto de pesquisa, havendo inúmeros laços entre eles: de um lado, os relacionamentos produzem e/ ou reforçam solidões pré-existentes na medida em que são encerrados, havendo também as solidões produzidas pelo encontro com normas de interação de gênero e práticas de lazer tidas como muito diferentes das próprias; de outro, há por parte de alguns/algumas a expectativa de que o matrimônio seja capaz de contornar faltas e solidões que marcam a experiência migratória dos/as interlocutores/as, o que nem sempre se realiza, como veremos adiante.

Conforme pretendo mostrar ao longo do capítulo, os relacionamentos afetivos e/ou sexuais não são apenas um tema de interesse dos/as interlocutores/as não casados/as²⁰³, os/as quais o trouxeram frequentemente em nossas interações, sobretudo relatando relacionamentos que não se converteram em matrimônio - ouvi relatos sobre noivados encerrados, propostas de casamento recusadas e muitos planos e relacionamentos atravessados pela guerra, pelos deslocamentos e pelo contexto brasileiro –, mas também um tema que articula as experiências migratórias, as relações familiares e os mecanismos para lidar com e construir diferenças destas pessoas, e por isso muito relevante para a antropologia das migrações.

Trabalhos sobre casamentos no contexto do deslocamento sírio contemporâneo (ZBEIDY²⁰⁴, 2020a, 2020b; TAHA, 2020; AYOUB, 2017) apontam nessa direção ao mostrar

²⁰³ Uso o termo não casado/a para me referir aos/às interlocutores/as que não estavam casados/as quando os/as conheci, mas é preciso dizer que parte deles/as teve uma união matrimonial anteriormente.

²⁰⁴ A tese da autora também incluiu uma investigação com refugiados/as palestinos/as na Jordânia (além dos/as sírios/as).

que as imagens que os/as nativos/as do país de acolhimento fazem em relação aos/às sírios/as impactam não apenas o lugar social que os/as migrantes ocupam (ZBEIDY, 2020b; TAHA, 2020) como as dinâmicas matrimoniais (TAHA, 2020; AYOUB, 2017). Além disso, Zbeidy (2020a, 2020b) revela como os padrões locais de arranjo de casamento influenciam as práticas dos/as migrantes (no caso, o momento de oficializar a relação e os mecanismos para encontrar um/a pretendente) e também os sentidos que atribuem ao matrimônio²⁰⁵.

A presente tese, dialogando com os caminhos apontados pelas autoras acima, mostra que (a) também as imagens que os/as migrantes fazem dos/as nacionais influenciam os arranjos matrimoniais e as dinâmicas dos demais relacionamentos afetivos e/ou sexuais e que (b) os diferentes modos de os/as migrantes se relacionarem com essas imagens produzem tensões nos relacionamentos e até mesmo términos.

Nesse sentido, apesar de se centrar nos discursos e ações dos/as interlocutores/as não casados/as, os/as quais são minoria entre as pessoas que contribuíram com a pesquisa, o presente capítulo progressivamente incorpora outras vozes (interlocutores/as casados/as e também pais, parentes e amigos/as dos/as solteiros/as²⁰⁶) e trata de temas que perpassam as experiências dos/as deslocados/as pelo conflito sírio de uma forma mais geral, visto que todos/as eles/as lidam com o fato de estar em um país cujas normas de interação de gênero e algumas práticas de lazer são tidas como muito diferentes das próprias e que parentes (particularmente os pais) têm papel ativo nos arranjos de casamento no contexto pesquisado.

Sobre a abordagem dos relacionamentos, é preciso dizer que, no meu contexto de pesquisa, as relações às quais os/as interlocutores/as se referem são quase sempre heterossexuais (apenas dois/duas deslocados/as pelo conflito sírio mencionaram estabelecer relações afetivas e/ou sexuais com pessoas do mesmo gênero, mas tais relatos foram breves e no caso de um/a deles/as não é a maioria de seus relacionamentos) e por isso adoto essa configuração ao abordar os relacionamentos e os discursos sobre eles. Além disso, por se tratar de um tema que pode ser sensível para algumas pessoas – alguns/algumas interlocutores/as fizeram questão de explicar o que queriam dizer com namoro, enquanto outros/as baixaram a voz ao falar de relacionamentos afetivos e/ou sexuais –, optei por adotar mecanismos adicionais de anonimização dos/as interlocutores/as em alguns pontos do capítulo; assim, nem sempre

²⁰⁵ Veremos adiante que, também no contexto analisado por Zbeidy (2020a, 2020b), o casamento é investido pelos/as migrantes da capacidade de ser um antídoto para a solidão e para a relativa imobilidade em outras áreas da vida.

²⁰⁶ Na maioria dos casos não foi possível acessar diretamente estas pessoas (por isso não os/as denomino interlocutores/as), seja por barreiras linguísticas, seja porque, com a pandemia, o acesso aos/às deslocados/as pelo conflito sírio ficou mais difícil. Assim, trago as visões dos/as parentes e amigos/as dos/as solteiros/as tal como relatadas pelos/as últimos/as.

coloco o nome fictício das pessoas em questão e em alguns momentos descrevo processos sociais que perpassam meu contexto de pesquisa ao invés de fazer uma descrição detalhada e individualizada a partir dos dados de campo.

O presente capítulo está dividido em quatro partes, além desta introdução e dos comentários finais. Na primeira, abordo os sentidos atribuídos por interlocutores/as não casados/as ao matrimônio, mostrando como tais sentidos se constroem na confluência entre preceitos islâmicos²⁰⁷, a experiência migratória marcada por solidões e as imaginações (a partir de experiências prévias próprias ou de outras pessoas) sobre os impactos do casamento em sua liberdade/ independência e, em alguns casos, também em suas redes sociais. Mostro, portanto, que os discursos sobre casamento são também falas sobre migração, religiosidade e relações familiares. Por fim, exponho como, em cada caso, a articulação entre os elementos que compõem localmente os sentidos do casamento produz desejo pelo ou recusa do matrimônio.

Em seguida discuto os meandros dos arranjos matrimoniais no contexto pesquisado ressaltando o papel de parentes, particularmente os/as pais, na escolha do/a pretendente. Ao narrar alguns arranjos que não se converteram em matrimônio, também coloco em evidência os sentimentos que a continuidade do celibato despertou em interlocutores/as da pesquisa.

Na terceira parte, abordo as particularidades do Brasil enquanto país de acolhimento no que concerne aos arranjos de casamento e às relações afetivas e/ou sexuais. Analiso a construção de imagens diferenciais entre Brasil e Síria no âmbito das interações de gênero e práticas de lazer com o intuito de avançar o argumento de que imagens cristalizadas que circulam no contexto estudado de que *brasileiros/as* são muito sexuais e entretêm relações afetivas e/ou sexuais fluídas e impermanentes e as de que os homens *árabes* são machistas e opressores acabam por contrair o mercado matrimonial para os/as deslocados/as pelo conflito sírio solteiros/as, sobretudo pelas diferenças de posicionamento de pais e filhos/as frente às imagens sobre os/as *brasileiros/as*.

Por fim, abordo alguns casamentos realizados por parte de interlocutores/as da pesquisa a partir de dois eixos: a escolha do/a parceiro/a e os efeitos do matrimônio na solidão. Com relação aos/as parceiros/as, vemos como os/as *brasileiros/as* que adotaram o islã são uma saída possível para o problema colocado pelo Brasil aos arranjos matrimoniais. No que concerne à solidão, mostro a partir de dois casos empíricos que o matrimônio pode tanto ampliar as redes sociais do/a migrante, e, assim, cumprir expectativas de que o casamento atenuie faltas sentidas

²⁰⁷ Entre os interlocutores/as não casados/as temos muçulmanos/as sunitas e pessoas não religiosas, os/as quais pertencem a famílias muçulmanas.

pelo/a migrante em sua vida no país de acolhimento, ou, contrariamente, agir no sentido de encolhê-las.

Nos comentários finais aponto para a centralidade da temática dos arranjos de casamento e dos demais relacionamentos afetivos e/ou sexuais para a investigação das relações entre migração, redes sociais e solidão.

4.1 Os sentidos do casamento e a configuração do desejo (ou não) de contrair matrimônio

Certo dia, em fevereiro de 2020, estava conversando com duas deslocadas pelo conflito sírio que são amigas. Na ocasião, Layla, que à época estava noiva, contava que, no ano que se iniciava, pretendia fazer vários cursos na sua área de atuação e também voltar ao ensino formal. Sua amiga (muçulmana sunita, moradora de São Bernardo do Campo, há mais de cinco anos no Brasil), casada, sem filhos/as, replicou dizendo *“quando casar já era”*, o que indica que, na sua visão, a realização dos planos de Layla seria interrompida assim que ela se casasse. À essa frase se seguiu um breve silêncio, quebrado pela moça casada, que explicou: *“Você casa, tem filhos, tem que cuidar deles, fazer comida...”*. *“Limpar a casa...”*, eu adicionei. *“E aí você não tem mais tempo para você”*, completou a moça casada (Diário de campo, 07/02/2020)²⁰⁸.

Frente a isso, Layla comentou que as falas da amiga estavam deixando-a com medo de se casar. Pensativa, disse depois de algum tempo que (ainda) achava que queria fazê-lo, porque tem mais... Ela não se lembrava desta palavra em português e então falou em árabe e a amiga traduziu como estabilidade. Quando lhe perguntei o que ela queria dizer com essa palavra, Layla explicou que, quando alguém mora com os pais, principalmente quando se é mulher, fica um pouco preso/a; de modo a fundamentar esta ideia, comentou que eles (não especificou quem) costumam dizer que *“a filha na casa dos pais é sempre vizinha”*²⁰⁹ e adicionou que acha que isso acontece mais na cultura árabe. Na sequência, comentei que entendia o que ela queria dizer,

²⁰⁸ A impossibilidade de dar continuidade aos estudos nesse caso não se dá porque isso é interdito às mulheres casadas e com filhos/as, mas porque a tendência é que os afazeres domésticos e os trabalhos de cuidado fiquem à cargo da esposa/mãe, a qual, em função desta demanda extra, teria dificuldades em avançar em outras áreas de sua vida, como o trabalho e os estudos, fenômeno registrado também em contextos não-árabes e/ou não-islâmicos (HIRATA, 2002, 2015). Em campo, nas casas que pude visitar, esta divisão sexual do trabalho apareceu com frequência, embora eu tenha tido acesso a dinâmicas um tanto distintas, como o caso de um interlocutor que mora com os pais e faz a faxina em sua casa.

²⁰⁹ Pelo contexto e com base na literatura sobre hospitalidade em sociedades médio-orientais (MASON, 2011; SHYROCK, 2004), poderíamos dizer que a interlocutora queria dizer visita ao invés de vizinha: ambos/as os/as autores/as destacam que há uma relação de poder entre hóspede (*guest*) e anfitrião/ã (*host*), na qual o/a primeiro/a é recebido/a nos termos do/a anfitrião/ã e sua permanência na casa deste/a depende de sua boa vontade, enquanto que a reputação do/a anfitrião/ã depende da imagem que suas visitas divulgam sobre ele/a.

explicitando que é como se na casa dos pais você vivesse sob a regra dos/as outros/as e ela concordou.

Em entrevista realizada em março de 2021, Layla elaborou mais sobre esta questão, a meu pedido, indicando que, com o casamento, não era mais preciso ficar preocupada, já que você estaria em uma casa que é sua e que, então, você não obedeceria à mais ninguém, pois seria você quem mandaria. Contudo, quando lhe perguntei se a estabilidade a que se referia não poderia ser obtida ao morar sozinha, Layla respondeu dizendo que possivelmente eram iguais, mas, por um lado, afirmou que muitos/as *árabes* não veem com bons olhos uma mulher morar sozinha²¹⁰ e, por outro, que existem elementos trazidos pelo casamento que não poderiam ser obtidos desta forma: intimidade física (mais de uma vez Layla me explicou que pelo islã é proibido ter relações sexuais a não ser dentro de um casamento), filhos/as e ter alguém para compartilhar as alegrias e as tristezas. Além disso, em outro contexto, Layla desabafou comigo dizendo que a vida era só trabalhar, comer e dormir e então gostaria de casar-se para ter mais coisas para fazer.

Essas cenas da pesquisa de campo colocam em evidência visões opostas sobre o casamento - de um lado, o de Layla, o casamento é tido como um evento que possibilita acessar certas coisas (estabilidade, a intimidade física, filhos/as e também uma nova dinâmica, permeada por movimento, para a vida cotidiana); de outro, o da amiga casada, trata-se de um evento que dificulta que a mulher acesse algumas coisas (projetos pessoais, como estudo e trabalho) -, visões que estão presentes também em outros/as interlocutores/as da pesquisa.

De forma semelhante à Layla, Said gostaria de se casar (novamente²¹¹) não só porque considera que o matrimônio é a forma adequada para acessar a intimidade física e para ter filhos/as – para ele, gerar prole é importante pois assim você terá alguém para cuidar de você na velhice (como ele faz em relação aos pais dele) -, mas também um meio para aplacar a solidão que sente no Brasil: como vimos no capítulo três, Said, apesar de ter muitos/as amigos/as, nem sempre encontra em todos/as eles/as o tipo de apoio (sobretudo emocional) que deseja, sendo que espera encontrar este tipo de apoio em uma companheira.

Por outro lado, para uma interlocutora (faixa dos 30 anos, muçulmana sunita, mora em outra cidade do estado de São Paulo), a vontade de ter novamente um companheiro (ela já tinha sido casada e agora ressentia-se de ficar muito sozinha) era contrabalanceada pelo medo de que

²¹⁰ Para Layla isso se dá especialmente quando a mulher ainda não casou ou ainda não coabitou com o marido.

²¹¹ Tanto Said quanto Layla tiveram uma experiência prévia de casamento, porém no caso de Layla foi um casamento totalmente vivido à distância; nesse sentido, ela não considera que foi um casamento completo, pois a distância impediu que morassem juntos/as e vivessem a intimidade física. Sobre o primeiro casamento de Said falei no capítulo um.

o novo marido passasse a controlar sua vida, levando-a a perder parte de sua liberdade. Em contrapartida, estando insatisfeita com o pouco avanço que tinha tido na carreira ao longo dos anos no Brasil, sentia-se atraída pelas propostas de alguns de seus pretendentes de abrir um negócio para ela. Esta tensão se refletia em sua postura diante da possibilidade de um novo matrimônio: ela não sabia se queria casar-se novamente.

Já para Kalil e Samia a possibilidade de que com o casamento perdessem parte de sua liberdade²¹² – Kalil imaginava, a partir da experiência de amigos casados, que a esposa ficaria todo o tempo ligando para saber onde ele está e Samia, que já havia sido casada, via no matrimônio a restrição de seu espaço pessoal e também um aumento de tarefas domésticas já que, segundo ela, os homens ou enrolam para fazê-las ou não as fazem direito – fazia com que estivessem convictos/as em rejeitar o casamento.

Vemos, portanto, que existem dois elementos principais que influenciam o desejo dos/as interlocutores/as de casar-se ou não: (a) a vontade (ou não) de viver a intimidade física em um relacionamento e/ou de ter filhos/as, sendo que para boa parte dos/as interlocutores/as o matrimônio é a forma adequada para realizar esses desejos, e (b) as imaginações (a partir de experiências prévias próprias ou de outras pessoas) sobre os impactos do casamento em suas rotinas.

Com relação à primeira questão, vimos que existem pessoas, como Layla, cujo desejo por um casamento está ao menos parcialmente ligado ao fato de que, nos preceitos islâmicos, ele é a forma adequada (em realidade a única aceita) de viver a intimidade física e de ter filhos/as. Boudhiba (2008) em um livro inteiramente dedicado ao tema da sexualidade no islã, afirma que aí as relações sexuais não são vistas de forma negativa, mas como uma necessidade humana; contudo, tal necessidade deve ser satisfeita de forma adequada segundo os princípios islâmicos, isto é, dentro de um casamento. Assim, a união matrimonial, feita através de um contrato de casamento (*nikāh*) e do pagamento do dote (*mahr*)²¹³, legitima as relações sexuais,

²¹² Para Kalil, este não era o único fator a lhe motivar a rejeitar o casamento; ele mencionou, além da diminuição de sua liberdade, a sua rotina de trabalho, que lhe impediria de conviver regularmente com a esposa, o fato de estar satisfeito com a vida que levava, morando com a família em um quarto com entrada separada, o que lhe permitia certa independência em seus movimentos cotidianos e também que tivesse momentos sozinho, o que, como vimos no capítulo três, é muito importante para ele e, por fim, mencionou meio que de passagem o fato de que não havia sentido em casar-se se posteriormente a ocorrência de uma guerra acabaria por tirar a vida de seu/sua filho/a ou a dele próprio, fazendo com que ele deixasse filho/a e esposa sozinhos/as.

²¹³ O *mahr* é uma quantia de dinheiro ou propriedade prevista no contrato de casamento dentro do islã que deve ser paga pelo noivo (e sua família) à noiva em duas ocasiões: no momento da assinatura do contrato de casamento (*mahr* antecipado) e por ocasião da divisão dos bens do homem ou no caso deste solicitar divórcio (*mahr* postergado) (TUCKER, 2008; HONEYSETT, 2013; KHOLOUSSY, 2006; CARLISLE, 2016; JANSEN, 2005). Em português, *mahr* costuma ser traduzido como dote, termo também empregado pelos/as dois/duas únicos/as interlocutores/as que mencionaram explicitamente esta prestação.

gerando como contrapartida uma série de direitos e deveres entre as pessoas unidas por matrimônio (TUCKER, 2008).

Ainda de acordo com os autores (BOUHDIBA, 2008; TUCKER, 2008) a violação deste princípio, isto é, a prática de sexo entre pessoas que não são casadas entre si, é uma das faltas mais graves que podem ser cometidas, sendo que há no Al Corão 27 versos contra a fornicção. Na realidade, dentro dos preceitos islâmicos, não apenas o sexo, mas igualmente qualquer contato físico entre homem e mulher não relacionados por parentesco é desaconselhado, pois pode trazer a tentação da relação sexual (TUCKER, 2008; EL-DINE, 2016; BOUHDIBA, 2008). Nesse sentido, a reprodução também depende do casamento (HONEYSETT, 2013, p. 118; BOUHDIBA, 2008), sendo que esta é a única forma aceita de ter filhos, já que a adoção não torna a criança filha dos adotantes (MATTSON, 2005).

É necessário ressaltar, porém, que esta é uma discussão sobre princípios religiosos e que, na vida cotidiana, as pessoas têm relações variadas com eles, sendo que alguns/algumas interlocutores/as não se consideram religiosos/as e alguns/algumas se consideram religiosos/as, mas não seguem todos os princípios do islã ao pé da letra, entendendo que são possíveis negociações e flexibilizações²¹⁴; assim, para alguns/algumas deslocados/as pelo conflito sírio, existem possibilidades para o contato físico (em graus variados) entre os sexos fora de um casamento.

No caso do segundo fator a influenciar o desejo (ou não) de se casar, qual seja, as imaginações em torno das formas pelas quais o casamento vai impactar suas rotinas, ele se divide também em dois elementos principais: as redes sociais do/a migrante e a liberdade/independência. No que concerne às redes sociais, temos a expectativa por parte de alguns/algumas interlocutores/as de que o casamento seja capaz de atenuar solidões e faltas que sentem em seus cotidianos e que foram descritas nos capítulos anteriores: assim, casar-se aparece como uma oportunidade de encontrar novas fontes de apoio (emocional e prático), companheirismo, sociabilidade e/ou oportunidades de trabalho, o que é fundamental em um cenário em que o apoio (prático) estatal é deficiente e no qual a construção de redes onde obter esses elementos é um processo difícil²¹⁵. Neste contexto, como veremos adiante, não conseguir

²¹⁴ Os princípios a que me refiro aqui não concernem apenas à sexualidade, passando igualmente por questões como vestimenta modesta *versus* desejo de ficar bonita, relação com a música (um interlocutor mencionou que no islã não se vê com bons olhos a música porque ela traz mudanças nas emoções da pessoa que a escuta, questão que para ele era complicada, pois é ao mesmo tempo religioso e amante da música), entre outras.

²¹⁵ Embora as redes transnacionais ofereçam certo apoio, vemos ao longo da tese a importância de ter também redes no país de acolhimento. Sobre os diferentes apoios oferecidos pelas redes locais e transnacionais ver Ryan et al. (2008). Sobre os apoios oferecidos por redes transnacionais na distância e em visitas, ver Baldassar (2007).

casar-se pode atuar como um reforço dos sentimentos de solidão que emergem em outros âmbitos.

Zbeidy (2020a, 2020b) encontrou algo semelhante ao estudar casamentos de refugiados/as sírios/as e palestinos/as na Jordânia. Como vimos na introdução da tese, para a autora, em um contexto de estilhaçamento das redes sociais, casar-se pode ser uma maneira de encontrar companhia e apoio (inclusive por meio da extensão das redes sociais através do casamento); ademais, como na Jordânia outros caminhos vislumbrados para melhorar a vida (estudos e carreira) estão obstaculizados por fatores estruturais da recepção dos/as refugiados/as sírios/as no país, casar-se torna-se o caminho privilegiado, porque mais possível, para atingir o objetivo de melhorar de vida. Em ambos os contextos (o da presente pesquisa e o do trabalho de Zbeidy (2020a, 2020b)), o casamento aparece como uma forma de tentar solucionar dificuldades enfrentadas ao longo da experiência migratória.

Já sobre o aspecto da liberdade, apesar de todos/as os/as interlocutores/as em questão almejem atingir ou manter uma situação marcada por essa qualidade, há divergência no que concerne à sua relação com o matrimônio: enquanto existem interlocutores/as que consideram que o casamento implica em uma diminuição de liberdade/ independência, e por isso são reticentes em casar-se, Layla pensa que o casamento será capaz de lhe conferir estabilidade (noção que se aproxima das de liberdade/independência, como vimos na explicação de Layla sobre o termo).

Na pesquisa de Carvalheira (2014) vemos que a questão da autonomia, noção que se aproxima do que chamei aqui de liberdade/independência, é um valor importante a mobilizar as imaginações e movimentações de mulheres das classes pobres em torno do casamento em Essaouira (Marrocos)²¹⁶. Ali o desejo por autonomia aparece em vários sentidos (em relação à sogra, à família estendida como um todo e ao marido), sendo que a autora destaca em relação aos maridos que, apesar de muitas mulheres entenderem que o casamento implica em mudanças estruturais em suas vidas, elas nem sempre estão dispostas a abandonar todos os seus interesses pessoais e outros elementos da vida de solteira, o que as leva a recusar determinadas uniões matrimoniais ou a própria ideia de casar-se quando vislumbram no casamento o risco de abdicar de partes de si em prol do marido.

O trabalho da autora é importante não apenas por apresentar um contexto que se aproxima ao meu no papel da autonomia na relação com o matrimônio, mas também porque a

²¹⁶ A autora traz também outros marcos importantes que moldam as expectativas femininas relativas à vida conjugal, como o ideal do marido provedor e a neolocalidade, elemento que também se relaciona com a busca por autonomia (CARVALHEIRA, 2014).

autora aponta para duas questões que nos ajudam a entender os diferentes posicionamentos frente ao casamento no que concerne à ideia de liberdade/autonomia na presente pesquisa: em primeiro lugar, a abordagem de Carvalheira (2014) acerca da autonomia nos lembra que sua presença traz como corolário a questão da autoridade/ controle, sendo que se há desejo por autonomia há ao menos a imaginação de uma situação oposta de autoridade/ controle. Uma segunda questão profícua trazida pela autora é a necessidade de, ao abordar os casamentos, inseri-los em uma rede mais ampla de relações de parentesco.

Assim, um primeiro passo para compreender as divergências na relação entre casamento e liberdade/autonomia que apareceram em minha pesquisa de campo é perceber que ela é produzida através de um cálculo comparativo entre a liberdade/independência atual e a que teriam dentro de um casamento. Este cálculo, como veremos, envolve uma série de elementos, como situação familiar e finanças.

Analiseemos então a situação atual (vigente na época da pesquisa de campo) de cada um/a deles/as. A interlocutora que não sabia se queria casar-se morava sozinha, trabalhava fora e batalhava muito para sustentar a casa onde morava. Samia morava com uma amiga (com quem tinha uma boa dinâmica de divisão de tarefas domésticas e de respeito ao espaço pessoal de cada uma), trabalhava e se sustentava sem qualquer ajuda financeira da família, tenho batalhado muito para construir no Brasil uma vida própria, estável e independente (inclusive da família, a qual está espalhada em cidades brasileiras e também em outros países; isso não significa que os laços familiares não sejam alimentados, apenas que ela quis construir seu próprio caminho). Kalil, apesar de morar com a família, trabalhava e contribuía com os gastos da casa e tinha um quarto próprio com entrada separada e por isso considerava que tinha liberdade/ independência no seu dia a dia, já que conseguia ficar sozinho depois do trabalho e não era frequentemente questionado sobre seus movimentos e ações pela família.

Assim, os/as três já tinham em suas vidas certa liberdade/independência e, ao compararem com o que imaginavam que aconteceria caso se casassem (novamente ou pela primeira vez), consideram que a liberdade/ independência que conquistaram estaria ao menos parcialmente ameaçada e por isso são reticentes em relação ao casamento ou estão decididos a não se casar.

Contrastando com os/as interlocutores/as acima mencionados, Layla, que já havia sido casada, mas vivia em um país distinto do ex-marido (ver nota 211), considera que o casamento vai lhe trazer maior estabilidade, noção que se aproxima das de liberdade/independência, como vimos anteriormente. Esta percepção pode ser mais bem entendida ao considerarmos que, naquele momento, ela morava com a família e, mesmo que trabalhasse, tinha sua vida

influenciada pelas normas e desejos de seus/suas parentes, sendo que em uma das vezes em que nos encontramos ela me mostrou no celular várias chamadas perdidas de um/a parente e explicou que ele/a sempre liga para ela para saber onde ela está e o que ela está fazendo. Portanto, neste cenário, o casamento aparece como uma possibilidade de, morando em uma casa que é sua, viver sob as suas regras, representando, portanto, um aumento de liberdade/independência, ao menos no plano das expectativas para a desejada união matrimonial.

4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem

Como vimos na seção anterior, seja desejado ou rejeitado, o casamento é investido de diversos significados no contexto em que realizei pesquisa: para muitos/as é o meio adequado para ter acesso à intimidade física e ao advento de prole, além de ser percebido como tendo forte relação tanto com a liberdade/independência quanto com as redes sociais dos/as migrantes, sendo visto por alguns/algumas como um evento que seria capaz de atenuar solidões e outras faltas que marcam suas experiências no Brasil.

No entanto, o processo de se casar não estava sendo simples para os/as sujeitos da presente pesquisa²¹⁷, sendo que boa parte dos arranjos de casamento não levaram à efetivação da união matrimonial, situação que caracterizo através da ideia de casamentos em suspensão, dado que, apesar de estar constantemente no horizonte dos/as interlocutores/as que não migraram casados/as (sete pessoas) (seja porque os/as próprios/as o buscavam, ou porque outras pessoas lhes colocavam esta questão), apenas um/a estava casado/a na época em que os/as conheci.

A pesquisa de campo revelou dois caminhos principais para encontrar um/a pretendente: a busca empreendida por um parente (sobretudo a mãe) ou pela própria pessoa que poderá vir a contrair matrimônio. No caso da atuação da família, a história de Kalil ilustra bem os procedimentos: no início de 2020, quando voltei à campo, Kalil me contou que todos os dias sua mãe enviava-lhe pelo *WhatsApp* fotos de moças, primas dele ou vizinhas de parentes que estão em outros países, e perguntava o que ele achava delas; ao fazê-lo, a mãe estava em busca de uma noiva para o filho²¹⁸. No entanto, como Kalil faz questão de ressaltar, possivelmente

²¹⁷ Se isso não é exclusividade da migração (sobre dificuldades para se casar na Síria ver, por exemplo, Honeysett, 2013; Salamandra, 2004; Rabo, 2008), é fato que ela influencia o processo, como ficará claro ao longo do capítulo.

²¹⁸ No universo pesquisado, o casamento entre primos/as é possível, tanto que se consolidou na literatura a denominação “casamento árabe” para a união realizada entre primos/as paralelos/as patrilineares (BONTE, 1994; OBEID, 2006; HONEYSETT, 2013). Contudo, Jardim (2000) traz em sua tese sobre identidade e etnicidade entre

dialogando com a imagem estereotipada, comum entre os/as *brasileiros/as*, de que os casamentos entre os/as árabes são arranjados à revelia dos/as futuros/as noivos/as, sobretudo das mulheres²¹⁹, o mecanismo ativado por sua mãe para encontrar uma parceira para ele não prescinde da opinião dos/as noivos/as em potencial: imediatamente após comentar sobre o envio das fotos, Kalil adicionou que o processo que leva ao casamento “*não é igual... [comprar] calça jeans, que é só você gostar que ela chega (até você)*” (Diário de campo, 08/01/2020), mas precisa do consentimento de ambos/as os/as envolvidos/as, pois, caso ele se interesse por alguma das moças das fotos, a escolhida será consultada e apenas virá para a cidade onde meu interlocutor mora (em função do processo de casamento) caso ela também goste dele. O seguimento dos processos de arranjos casamento, porém, estava sendo obstaculizado pela recusa de Kalil em relação ao casamento, a qual, não tendo sido plenamente expressa à família, mobilizou a mãe e o pai a propor que o filho fosse ele mesmo em busca de uma noiva.

Como a mãe de Kalil, as de outros interlocutores homens também se mobilizaram para, em suas redes de relações, seja no Brasil ou em outros países, buscar possíveis noivas para os filhos. Nos casos que acompanhei, todas as moças eram *árabes*, sendo que ao menos uma delas também é deslocada pelo conflito sírio. Já com as mulheres solteiras que acompanhei, foi mais comum elas terem sido abordadas com propostas de casamento ou outro tipo de relacionamento, sendo que apenas uma se aproximou diretamente de um homem por quem teve interesse romântico.

No caso de movimentos feitos pelos/as próprios/as solteiros/as, existem tanto os intencionais de busca de um/a parceiro/a como situações em que, em seu cotidiano, a pessoa acabou por conhecer alguém pelo/a qual teve interesse em se relacionar afetiva e/ou sexualmente, sendo que então abordou ou foi abordado/a pela pessoa pela qual se interessou. Entre as experiências que acompanhei, houve interlocutores/as que conheceram potenciais parceiros/as em seus locais de trabalho ou nos arredores, pela internet (em redes sociais [*social*

palestinos/as no sul do Brasil uma crítica à ideia de que “casamento árabe” é casamento entre primos/as: em primeiro lugar, a autora afirma, a partir da leitura de Taper e Taper (1992/1993), que “...o casamento com a prima paralela pelo lado paterno não é nem islâmico, nem uma instituição árabe” (JARIDM, 2000, p. 402), estando presente também entre não-árabes e não-muçulmanos/as; um segundo argumento trazido pela autora seria que tornar este tipo de casamento preferencial significa omitir os demais vínculos que estão em jogo no processo de estabelecimento de uma união matrimonial; por fim, a partir de sua pesquisa de campo, a autora mostra como alguns casamentos entre primos/as são realizados sem que este parentesco seja um elemento central ou até conhecido por parte dos/as noivos/as. Assim, parte dos casamentos entre primos/as nesse contexto foram categorizados enquanto tais *a posteriori*.

²¹⁹ Este estereótipo tem relação com a novela global “O Clone” (2001-2002), cuja história se centra no amor proibido entre Jade (Giovanna Antonelli), muçulmana marroquina criada no Brasil, e Lucas (Murilo Benício), jovem brasileiro e cristão. Impossibilitada de ficar com Lucas, Jade tem o casamento com Said (Dalton Vigh), um homem marroquino, negociado por seu tio Ali (Stênio Garcia) sem a participação dela. Ver Karam (2007, p.113-114).

media]), por meio de sua rede de contatos e em locais de lazer (como espaços gastronômicos e culturais ligados à arabidade). Em relação aos/às parceiros/as que procuraram/ encontraram, temos tanto *árabes* (vivendo no Brasil ou em outro país), *brasileiros/as* (muitos/as dos/as quais convertidos/as ao islã) e também migrantes de outras nacionalidades que são muçulmanos/as; em todos esses casos, o/a pretendente não necessariamente mora na mesma cidade do/a interlocutor/a.

Aqui é preciso fazer uma explicação no que concerne aos/às parceiros/as potencias no caso de muçulmanos/as: de acordo com Peek (2006, p. 266-267. Tradução minha), “A maioria dos estudiosos islâmicos interpreta os códigos legais do Alcorão como permitindo que os homens muçulmanos se casem com mulheres que são cristãs ou judias (povo do livro)”, enquanto que esses estudiosos tendem a considerar, a partir das mesmas fontes, que a mulher muçulmana só pode se casar com um homem que também pratica o islã. Para Peek (2006) e Kholoussy (2006), esta diferença encontra amparo na ideia de que a educação dos/as filhos/as, sobretudo a religiosa, tende a seguir as crenças do pai. Nesse sentido, para as mulheres que são religiosas, a escolha do parceiro deve ocorrer dentro dos limites da comunidade de fiéis do islã (composta tanto por nascidos muçulmanos quanto por homens que adotaram a religião posteriormente), enquanto que a fronteira para os homens religiosos é um tanto mais ampla, abarcando também mulheres (*brasileiras*, migrantes ou morando em outro país) cristãs e judias.

Contudo, no que concerne à população muçulmana no Brasil enquanto um grupo onde os/as interlocutores/as podem encontrar parceiros/as, poderíamos dizer que essa vantagem normativa masculina (relativa à permissão de se casar também com mulheres cristãs e judias) pode ser contrabalançada pela preponderância de homens entre os/as muçulmanos/as no Brasil (são 60% de acordo com dados do censo de 2010 disponíveis no artigo de Castro e Vilela (2019)) e também pela realização de casamentos de mulheres brasileiras com homens muçulmanos de outros países, fenômeno crescente que, juntamente com a progressiva diversificação do perfil dos/as migrantes muçulmanos/as para o Brasil (a princípio marcadamente masculina), configura um percentual de 87% de casamentos endogâmicos nesta população²²⁰ (CASTRO; VILELA, 2019)²²¹.

²²⁰ Este número é bastante próximo ao dos/as não muçulmanos/as no país (89%). Para os/as autores/as, este resultado se justifica tanto pelo fato de que, no Brasil, seria mais fácil para cristãos/ãs e judeus/judias encontrarem parceiros/as dentro de seu próprio grupo religioso, quanto porque a taxa de endogamia entre muçulmanos/as no Brasil aumentou ao longo do tempo (em 1960 era de apenas 38%).

²²¹ Dados estatísticos disponíveis sobre muçulmanos/as no Brasil (CASTRO; VILELA, 2019; LACERDA, 2018) tomam por base o número de 35.166 muçulmanos/as no Brasil, fruto do censo de 2010, enquanto que a “Pesquisa Nacional Exclusiva sobre Árabes no Brasil” (WEBINAR, 2020) afirma que, apenas considerando os/as muçulmanos/as *árabes*, o número já estava por volta dos 1,9 milhão no final de 2019. Como não foi realizado censo no ano de 2020 e como os dados da “Pesquisa Nacional Exclusiva sobre Árabes no Brasil” não foram

Ainda explorando o âmbito do islã no que concerne aos casamentos, há que se considerar também o papel das mesquitas. Embora entre os/as interlocutores/as não tenha havido menção ao encontro de um/a parceiro/a em potencial nesse espaço²²², conheci uma *brasileira* que adotou o islã que estava tendo um encontro com um migrante sírio arranjado por amigas de uma mesquita em São Paulo. Além disso, um dos *cheikhs* que muito me ajudou no início da pesquisa contou que ele costuma arranjear casamentos para os/as féis da mesquita de São Bernardo, tendo tentado me inserir neste circuito ao mencionar que conhecia um médico migrante sírio que morava em uma cidade da região e estava doido para casar com *brasileira* para facilitar a obtenção de documentação. O *cheikh*, considerando que era preciso algo mais para o casamento dar certo do que o interesse em documentação, dizia que eu seria uma boa noiva para o médico, pois ambos estudamos muito, configurando assim um terreno comum que poderia facilitar a estabilidade da união.

Porém, o papel da mesquita nos arranjos de casamento não se limita a isso: um interlocutor se encantou por uma *brasileira* que adotou o islã ao encontrá-la em uma rede social (*social media*) através do perfil de uma amiga em comum. Eles conversaram e ele gostou dela; no entanto, o relacionamento foi desaconselhado por um *cheikh* porque, como a moça havia se convertido há pouco tempo, o *cheikh* considerava que ela ainda não estava muito inserida na religião e então haveria o risco de que ela deixasse o islã caso o interlocutor fizesse algo que ela não gostasse. Este episódio coloca em evidência o que Ferreira (2007) chama de atuação do *cheikh* como vidraça, dado que este que lida com os problemas da comunidade, ouvindo e aconselhando os/as fiéis²²³.

Por fim, cabe esclarecer que esses dois caminhos para encontrar um/a pretendente - a busca empreendida por um parente (sobretudo a mãe) ou pela própria pessoa que poderá vir a contrair matrimônio - não são mutuamente excludentes, sendo que em alguns casos, os dois são empregados ao mesmo tempo, enquanto que em outros, como veremos adiante, mesmo quando é a própria pessoa que poderá vir a contrair matrimônio quem encontra um/a pretendente,

divulgados de forma desagregada, foi necessário recorrer às informações presentes no censo de 2010 para esboçar o perfil sociodemográfico dos/as muçulmanos no Brasil, mesmo que saibamos que eles estão defasados. Cabe pontuar que o artigo de Osman (2019) sobre a presença de muçulmanos/as no Brasil também encontrou uma grande variação numérica para esta população de acordo com a fonte consultada ou até mesmo em estatísticas produzidas por uma mesma instituição.

²²² O trabalho de Chagas (2018) com muçulmanos/as no Brasil aponta a mesquita como um lugar importante para conhecer pretendentes, especialmente para os/as convertidos/as.

²²³ Pucci (2021) também traz a atuação dos *cheikhs* (e de outros religiosos, como missionários cristãos) como vidraça, no caso com os dilemas de refugiados/as sírios/as na cidade de São Paulo no âmbito do trabalho.

certos/as parentes, particularmente os pais, têm voz ativa em relação à passagem do/a pretende para o *status* de noivo/a e para o de esposo/a²²⁴.

Assim, da mesma forma que, como apontou Kalil, as uniões sugeridas pelos pais não acontecem sem o consentimento de ambos/as os/as pretendentes, as escolhas feitas pelos/as solteiros/as costumam ter de passar pelo crivo da família para que o casamento possa ser feito. Portanto, em meu contexto de pesquisa, as opiniões tanto dos/as pretendentes quanto de seus pais são importantes para a realização da união matrimonial, ou seja, é necessário que todos/as concordem com uma dada união para que ela seja realizada. Como ficará claro com a discussão abaixo, a dificuldade de conciliar as visões dos/as solteiros/as com as das famílias é um elemento importante a obstaculizar a efetivação de matrimônios no contexto que pesquiso, o que produz sentimentos diversos nos/as solteiros/as.

Um bom exemplo deste processo é dado pela experiência de uma deslocada pelo conflito sírio (muçulmana sunita) que conheci durante a pesquisa. Ela tinha sido noiva de um *brasileiro* recém convertido ao islã que conhecera em um dos locais onde trabalhou, porém o relacionamento terminou em função de uma quebra de expectativas: para ela e sua família o pretendente não estaria muito sério em relação ao casamento, na medida em que não parecia se empenhar em montar a casa em que iriam morar, dedicando-se mais a levar a noiva passear. Vendo esta situação se prolongar no tempo, a família da moça foi manifestando seu desagrado frente ao não cumprimento de suas expectativas em relação ao que um noivo muçulmano deve providenciar para o casamento (a moça mencionou o dote, casa preparada para morar e todos os gastos da celebração do casamento); dividida entre o amor que sentia e as visões da família, com as quais por vezes pactuava, a moça acabou rompendo o relacionamento. Contudo, depois de um tempo, ela percebeu que o que parecia falta de comprometimento era, na verdade, medo: o então noivo temia que, caso o relacionamento fosse rompido, ele perdesse o dinheiro investido (dote, equipamentos para a casa, presentes para a noiva), medo que perdurou mesmo que o pai da noiva tenha lhe explicado que, pelas regras islâmicas, tudo seria devolvido em caso de rompimento.

Frente a isso, esta moça compartilhou comigo que achava que ela não dava certo com ninguém e se perguntou em minha presença se o problema era ela ou os homens com os quais havia se relacionado (antes do rompimento deste noivado ela havia sido casada com um *árabe*). Tudo isso a levava a colocar em dúvida se ela de fato algum dia conseguiria se casar, tendo ressaltado, contudo, que seria melhor permanecer solteira do que casar e não ser feliz. Nesse

²²⁴ A participação dos pais e outros parentes nos arranjos de casamento de sírios/as também é descrita em Honeysett (2013), Zbeidy (2020a, 2020b) e Conklin e El-Dine (2016).

sentido, ela considera que casar-se é uma decisão muito importante e deve ser feita de forma pensada, pois, mesmo que o islã permita o divórcio, este deve ser evitado.

Considerando que esta moça valoriza bastante o matrimônio (nos moldes islâmicos), podemos dizer que, mesmo que ela não tivesse pressa em se casar, a possibilidade de não fazê-lo lhe é preocupante, pois a afasta de algo que deseja muito.

Como ela, Jamal também contou com certa tristeza sobre arranjos de casamento que não deram certo, ressentindo-se de ainda permanecer solteiro. De acordo com a sua fala, seu celibato foi produzido por um conjunto de fatores que vão desde o sectarismo religioso (na Síria fora impedido pela família de sua pretendente de se casar com ela porque pertenciam a comunidades sectárias diferentes) a fatores políticos e econômicos locais, dentre eles o conflito sírio contemporâneo, que fizeram com que, ao longo de sua vida, se deslocasse frequentemente por países da região e, por fim, para o Brasil, levando-o a ter de reconstruir sua vida a cada um ou dois anos. Há cerca de três no Brasil quando nos conhecemos, Jamal continuava desejando se casar, sendo que sua mãe, que fora quem lhe chamara para vir ao país, mencionava frequentemente o tema, impelindo-o a casar-se.

No caso de Said, foram vários os movimentos feitos por ele e sua mãe em busca de um novo casamento que acabaram não dando certo, sendo que em cada um deles um obstáculo diferente se erguia; por exemplo, se em um caso era o fato de ter se relacionado com uma *brasileira* (casamento) que o tornava um parceiro inadequado aos olhos do pai de uma pretendente *árabe* (brasileira de origem árabe) – Said justificou a postura do homem explicando que “*para o árabe*²²⁵, *mulher brasileira é muito ruim, porque você vai estar com uma mulher que já dormiu com 50 caras*” (Diário de campo, 29/02/2020) -, em outro era o fato de que após o matrimônio a moça (refugiada) moraria na mesma casa que os pais Said (tanto porque, por serem idosos, Said não queria deixá-los sozinhos, quanto porque ele não poderia arcar com os custos de duas casas).

Frente a esses obstáculos, Said se sentia frustrado e triste, lamentando o fato de estar sozinho, sem uma companheira. Contudo, apesar do desejo de se casar, Said e outros/as interlocutores/as privilegiaram em diversos momentos os seus ideais em relação ao/à parceiro/a e ao casamento em detrimento de uma possibilidade de efetivar uma união matrimonial, escolhendo permanecer solteiros/as ao invés de casar com alguém que não consideram plenamente adequado/a (que não corresponde ao que se espera de um/a pretendente, por

²²⁵ No contexto da conversa ficou claro que os/as brasileiros/as de origem árabe estão incluídos/as nesta categoria, mas ao usar “os árabes” o interlocutor não deixa claro se ele próprio compartilha dessa visão ou não.

exemplo) ou de uma forma que não julgam boa (como para obter ajuda financeira ou com documentação).

Contrastando com os sentimentos negativos que vimos ser despertados em interlocutores/as da pesquisa frente ao prolongamento do celibato, Samia demonstrou certo alívio ao ver seu desejo de não noivar/casar com o então namorado aceito pela família. Se antes esta pressionava o casal para oficializar a união, posteriormente a família aceitou que permanecessem como namorados pois, considerando que o moço (também árabe migrante) não estava estabilizado no Brasil – de acordo com Samia: “*Ele não tem sua casa, não tem seu trabalho e tal e tal tal e tal. Ele tá ainda construindo a sua vida no Brasil (...)*” (Entrevista online, abril de 2021) – não teria condições de viver um casamento; além disso, olhando para a situação geral do país (Brasil), que estava difícil, a família compreendeu que não havia como ter condições (subentendido: financeiras) para noivar/casar neste momento. Samia destacou, contudo, que não são todas as famílias que aceitariam bem o fato de a filha namorar sem ter o noivado ou o casamento como horizonte.

Nesse sentido, é interessante pontuar que, em contraste com outros/as interlocutores/as, o não poder/conseguir se casar não aparece como um peso e fonte de sentimentos negativos para Samia e isso não apenas porque ela, ao contrário de outros/as, não deseja se casar, mas também porque outros tipos de relacionamento eram possíveis e suficientes para ela. Digo isso porque, embora outros/as interlocutores/as também tenham namorado, o desejo e objetivo era o matrimônio e tudo que esperam que ele ofereça, sendo assim o namoro não lhes é suficiente.

4.3 O problema do Brasil

Naim, ao contrário dos/as interlocutores/as que já apareceram no presente capítulo, é casado e migrou acompanhado da esposa e filhos/as, sendo que a família de origem permaneceu na Síria. Como Naim havia comentado sobre a difícil situação econômica pela qual seu país natal passava após anos de guerra (estávamos em 2020), perguntei-lhe se os/as parentes em questão não queriam vir para o Brasil. Naim respondeu que naquele momento não poderia trazê-los/as, dando a entender que não tinha o dinheiro necessário para as passagens e nem para sustentá-los/as aqui, porque já tem uma família grande. Adicionou também que sua mãe não quer vir para o Brasil e explicou que aqui a cultura é muito diferente.

Quando perguntei em que a cultura brasileira é diferente da síria, Naim hesitou um pouco e disse “*a vestimenta das mulheres*²²⁶. *A relação entre homem e mulher*” (Diário de campo, outubro de 2020). Em seguida explicou que aqui as pessoas namoram e até moram juntas sem se casar, mas que, na Síria, isso não existe, só tem casamento. Falou também de “*relação de homem com homem e mulher com mulher*” (idem), afirmando que isso não é muito comum no país onde nasceu. Tudo isso faz com que sua mãe não queira vir para o Brasil e também impõe questões para o próprio Naim, sobretudo em relação ao fato de os/as filhos/as crescerem em contato com essa outra cultura (a brasileira) que lhe provoca certo desconforto. Tal movimento de construir diferenças entre o Brasil e a Síria, já visto em outros capítulos com relação a aspectos como custo de vida, taxa de violência urbana e frequência de momentos de sociabilidade, foi muito comum quando o tema eram os relacionamentos afetivos e/ou sexuais e as interações entre gêneros de uma forma mais geral, tendo permeado as falas da maioria dos/as interlocutores/as, casados/as ou não, adultos/as ou jovens, homens ou mulheres.

Entre os/as interlocutores/as mais jovens, houve quem disse que na Síria o namoro não é muito comum - segundo o interlocutor (não religioso) que mencionou este fato, o namoro é raro neste país porque o islã não o permite (“... a maioria dos juristas islâmicos considera que namorar é islamicamente inaceitável.” (WYNN, 2006, p. 90)), no entanto, algumas poucas pessoas se engajam neste tipo de relacionamento, fato que, segundo ele, tem sido facilitado pelo advento da internet e de aplicativos. Porém, para a maioria dos/as que se manifestaram sobre o assunto, a difusão do namoro não parece ser a principal característica a diferenciar sua prática na Síria e no Brasil, mas sim a forma que este tipo de relacionamento assume em cada um dos contextos, pois foi isso que ressaltaram em nossas interações: uma pessoa (não religiosa, mas de família muçulmana²²⁷) afirmou, por exemplo, que um namoro igual ao meu não existe na Síria, sendo que lá esse tipo de relação (isto é, a que envolve o contato físico entre os/as parceiros/as) só existe dentro de um casamento, enquanto que outra (muçulmana sunita) usou a expressão “*namorar sem namorar*” para indicar que as lógicas e normas do namoro que viveu são distintas em relação às vigentes no Brasil, dado que não envolvem sexo nem beijo. Apesar de estas normas relativas à intimidade física encontrarem amparo nos preceitos islâmicos (como visto acima), é importante dizer que um sírio cristão que mora em outra cidade do estado de

²²⁶ Cumpre lembrar que, como vimos anteriormente, a vestimenta das deslocadas pelo conflito sírio muçulmanas, bem como de outras mulheres que seguem o islã, também é uma questão para muitos/as *brasileiros/as*, sendo que Layla e outras mulheres que usam véu relataram serem frequentemente olhadas por conta disso e, em alguns casos, hostilizadas.

²²⁷ Não tive acesso a dados sobre a comunidade sectária, conforme expliquei na introdução da tese.

São Paulo demonstrou estranhamento frente a manifestações de intimidade física entre casais no espaço público brasileiro.

Além dessa, outra questão trazida à tona ao longo da pesquisa de campo foi a fluidez e impermanência das relações no Brasil: como a fala de Said sobre o pai de sua pretendente já adianta, a frequência com que os relacionamentos entre *brasileiros/as* são rompidos e também, em alguns casos, à quantidade de parceiros que as mulheres *brasileiras* teriam tido ao longo da vida ou em curtos períodos de tempo foram mencionados por alguns/algumas interlocutores/as. Este tipo de discurso por vezes vinha associado à ideia de que o casamento não é uma instituição tão importante no Brasil, o que fica claro no posicionamento de um interlocutor que desabafou sobre sua frustração no que concerne às suas tentativas de se relacionar no Brasil: disse que é muito difícil porque as mulheres na faixa etária dele não querem se casar, enquanto que as mulheres mais velhas (acima dos 40 anos) estão doidas para contrair matrimônio porque já perderam muitas oportunidades na vida. Ainda de acordo com ele, as mulheres *brasileiras* “*hoje estão com um cara, depois não querem mais, aí terminam com ele - jogam fora como se fosse um copo de sorvete (tinham dois deles em cima mesa enquanto conversávamos) - depois vão com outro e terminam de novo*” (Diário de campo, outubro de 2020).

Como vemos, as ideias que os/as interlocutores/as fazem sobre o Brasil reverberam em imagens sobre as *brasileiras* e também os *brasileiros*. Com relação às primeiras, são vistas, por meio de suas roupas²²⁸ e comportamentos (como danças sensuais, a exemplo do funk, consumo bebida alcoólica em grande quantidade e/ou por terem vários parceiros ao longo do tempo), como pessoas que estão sempre disponíveis para o sexo, imagem que também está presente em outros contextos, como vemos nos trabalhos de Piscitelli (2008) e Machado (2003) com *brasileiras* no exterior.

O artigo de Piscitelli (2008), ao abordar as experiências de *brasileiras* em países ricos da Europa e da América do Norte, mostra como elas são lidas através do imaginário tropicalizado da feminilidade, o qual, ao interseccionar gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade, considera que essas mulheres têm uma disposição naturalmente intensa para

²²⁸ No capítulo um vimos como o fato de as mulheres usarem biquíni nas praias *brasileiras* chocou a mãe de Omar. Outros/as interlocutores/as, como Naim, também mencionaram a questão da vestimenta, sendo que Samer e Aisha, colocando-se fora deste padrão, explicaram que na Síria a mulher que usa shorts “*é uma garota muito ruim*” (*is a very bad girl*) (Diário de campo, dezembro de 2020), um eufemismo que depois esclareceram significar “prostituta”. Segundo eles/as isso se dá porque o islã recomenda que a mulher se cubra (importante mencionar, embora eles não tenham dito, que também existem regras de vestimenta para os fiéis do sexo masculino). De acordo com eles/as, quando vêm para o Brasil, alguns sírios/as usam esta mesma métrica para julgar as mulheres nativas e por isso se chocam. Aqui é preciso dizer que, embora muitas das deslocadas pelo conflito sírio que conheci se vistam de acordo com os preceitos islâmicos, algumas não usam véu e/ou usam roupas que mostram mais o corpo (os braços, por exemplo).

fazer sexo, sendo igualmente consideradas dóceis, submissas e propensas à domesticidade e à maternidade. Para a autora, embora as migrantes critiquem este estereótipo, se beneficiam dele não apenas no mercado de trabalho (caso das que atuam na indústria do sexo ou no setor de cuidados), mas também no mercado matrimonial, onde são valorizadas como mulheres simultaneamente doces, domésticas e sensuais. No caso da presente pesquisa, veremos adiante como o imaginário sexualizado da *brasileira* impacta de forma diversa no mercado matrimonial.

Por ora, cabe pontuar que essas imagens sobre o Brasil e as mulheres *brasileiras* muitas vezes foram projetadas em mim, sendo que eu fui frequentemente questionada sobre meu *status* de relacionamento, se eu iria casar ou não, se meus pais são separados, entre outras perguntas²²⁹. Nesse sentido, é interessante dizer que, se em alguns momentos eu correspondia a este imaginário (não desejo me casar), em outros minha experiência não se encaixava nele (estou em um mesmo relacionamento há vários anos), sendo que em alguns destes casos, ao invés dos estereótipos sobre as *brasileiras* serem questionados²³⁰, eu fui valorizada como uma exceção à regra (como aquela que postula que os relacionamentos aqui são fluídos e impermanentes).

Olhando agora para as imagens associadas aos homens *brasileiros*, obtive menos dados, possivelmente porque, sendo a maioria dos/as interlocutores/as do sexo masculino e estando em um contexto em que os relacionamentos mencionados foram quase cem por cento heterossexuais, era a posição das mulheres *brasileiras* como potenciais pretendentes que estava em causa. Mesmo assim, algumas imagens relativas aos homens *brasileiros* figuraram em campo, sendo interessante que em alguns pontos elas se interseccionam com as atreladas às mulheres: de um lado, eles também são lidos pela chave do sexo, sendo que uma interlocutora pontuou que o fato de os/as *brasileiros/as* colocarem o sexo em primeiro lugar a impossibilitou de estabelecer amizades com homens nativos, já que a questão do sexo sempre despontava na relação, apesar de ela não ter dado abertura para isso, algo que é muito diferente do que acontece entre *árabes*, segundo ela. Se para ela a intimidade física não necessariamente deve ficar restrita ao matrimônio, o que a aproxima do que os/as interlocutores/as associam aos/as *brasileiros/as*, ela se diferencia da imagem que se tem sobre estes/as ao apontar que considera que o sexo não

²²⁹ Além de ter sido capturada pelo imaginário em relação às mulheres *brasileiras*, eu também fui chamada a esclarecer questões relativas às práticas que compõem as imagens aqui debatidas - por exemplo, Samer e Aisha me disseram que ouviram dizer que as escolas brasileiras têm muitos problemas com drogas e com sexo e me perguntaram se isso é verdade - e também a esclarecer outras questões da realidade brasileira, como os índices de violência urbana.

²³⁰ Sobre a permanência dos estereótipos frente a situações que os contestam, ver Fanon (2008), Silva (2016) e Da Silva (2020).

é a coisa mais importante do relacionamento e que ele deve ser praticado com uma “pessoa certa” (ou seja, não com uma pessoa qualquer ou com uma pessoa da qual você é amiga).

Além de serem vistos como pessoas muito sexuais, a questão da fluidez e da impermanência dos relacionamentos também apareceu em discursos sobre os homens: Layla contou-me que seu pai era cético em relação à possibilidade da filha casar-se com um *brasileiro* porque estes têm fama de não serem responsáveis. Quando lhe perguntei com relação a que os homens *brasileiros* não seriam responsáveis, ela disse que eles não cuidam muito da esposa e dos/as filhos/as; a interlocutora adicionou, ainda, que é muito fácil se separar no Brasil, dando a entender que este fato coloca a mulher em uma posição vulnerável. Assim, segundo a visão trazida por Layla, os homens *brasileiros* não prezariam muito pela união matrimonial, seja porque não cuidariam da esposa e dos/as filhos/as, seja porque o laço poderia ser rompido de maneira fácil através de um processo de divórcio.

Aqui é importante dizer que, apesar de tanto a Síria (considerando apenas a população muçulmana) quanto o Brasil terem vias simples para a solicitação do divórcio, uma vez que não passam por processo judicial - na primeira, temos o divórcio por repúdio e por acordo entre o casal, enquanto que no segundo existe o divórcio feito em Cartório de Notas (CARLISLE, 2016; JANSEN, 2005; TUCKER, 2008; MARCONDES, 2012; CAETANO; FERNANDES E OLIVEIRA, 2020) -, percebe-se que, no contexto dos/as muçulmanos/as na Síria, a maioria dos procedimentos de divórcio, especialmente quando feitos por iniciativa do homem ou quando este é responsabilizado na corte pelo término do casamento, implicam no pagamento da totalidade ou de um percentual da segunda parcela do *mahr*, o que não se verifica como regra geral no Brasil, que não tem leis específicas para a regulação do pagamento de dote no casamento²³¹. Assim, poderíamos dizer que, seguindo a interpretação posta na literatura (TUCKER, 2008; EL-DINE, 2018), Layla considera que o fato dos homens sírios (muçulmanos) terem algo (dinheiro) a perder com um pedido de divórcio, faz com que hesitem em tomar este caminho, raciocínio que foi literalmente mencionado por Kalil quando me explicou sobre as situações em que ocorrem “*casamentos duplos*” (poligamia) na Síria²³²;

²³¹ Segundo Nasser (2012, p. 735), no Brasil cabe ao/à juiz/juíza decidir se acata ou não as soluções normativas propostas pela *sharia* (direito islâmico) não apenas no caso do dote, mas também em outros tipos de processo; a decisão deve, em teoria, levar em conta a vontade dos/as envolvidos/as em relação ao sistema jurídico a ser seguido.

²³² Quando pedi para Kalil contar-me sobre as pessoas da sua família para que eu pudesse entender melhor quem eram os/as parentes que estão no Brasil, ele mencionou o fato de que o avô paterno (que não está no país) casou-se uma segunda vez; nessa ocasião fez questão de dizer que isso foi depois que a primeira esposa (a avó de Kalil) morreu, porque se não iriam achar que (o avô) é “*árabe safado*” por casar com duas mulheres. Quando eu afirmei que casar com mais de uma mulher é possível no islã (religião seguida pela família dele) ele concordou, mas adicionou que não é todo mundo que faz, tendo ressaltado que na sua família não há nenhum casamento poligâmico. Ele explicou, então, que os segundos casamentos geralmente ocorrem em contextos em que têm mais

contrariamente, os homens *brasileiros*, por não estarem obrigados ao pagamento do *mahr*, seriam levianos na hora de considerar o divórcio²³³.

Além das imagens ligadas aos relacionamentos afetivos e/ou sexuais, foram mencionadas também as ideias de que os/as *brasileiros/as* em geral usam substâncias entorpecentes em demasia e não são muito aplicados ao trabalho (enquanto alguns interlocutores [todos homens] trouxeram a questão de pessoas pedindo dinheiro na rua ao invés de trabalhar ou de pessoas que se sustentam por meio de auxílios governamentais, outros [também homens] chegaram a esta conclusão por meio da comparação entre o sucesso que alcançaram no país sendo refugiados com a posição socioeconômica ocupada pelos/as nativos/as).

É preciso dizer que, como em relação ao namoro, os/as interlocutores opuseram muitas destas características que enxergam no Brasil e nos/as *brasileiros/as* à Síria: uma interlocutora apontou que um parente seu, quando chegou ao Brasil, jovem e sozinho, e viu que muita coisa que era proibida na Síria aqui é permitida, aproveitou e fez de tudo: foi para a balada, namorou... Já um outro interlocutor destacou que estas e outras práticas só teriam se tornado comuns na Síria com o advento da guerra e a entrada de muitos ingleses/as e outros/as estrangeiros/as no país. Segundo ele, antes do conflito não tinham muitos bares e baladas na capital, situação que mudou com a chegada daqueles/as estrangeiros/as, os/as quais também trouxeram drogas e casas de sexo para o país. Para ele, isso é uma das formas de tentar dominar a Síria. O interlocutor mencionou ainda a fala de um amigo que, tendo voltado para lá durante as férias, afirmou que aquele não era mais o país dele, porque agora lá tem roubo, drogas, bares, violência e relações homossexuais.

É importante notar que essas imagens contrastivas entre Brasil e Síria são formadas em meio ao processo migratório e, portanto, dependem dos lugares que estes/as migrantes ocupam nas sociedades de origem e de acolhimento, bem como das reelaborações que fazem

mulheres do que homens e porque a mulher geralmente quer casar e construir família, então a poligamia seria um jeito para todas poderem casar. A outra forma de “*casamento duplo*” (termo empregado por Kalil) seria quando a mulher é muito chata, gerando brigas frequentes entre o casal até o ponto em que o marido não aguenta mais. Nesse caso, o marido fala pra esposa que ele não vai aguentar brigar com ela todos os dias e que então existem duas possibilidades: divórcio ou um segundo casamento por parte dele. Sobre o divórcio, adicionou que o marido paga um dinheiro para a ex-mulher, porque não vai deixá-la desamparada e por isso não é muito comum que as pessoas se separem.

²³³ Devemos considerar, contudo, que, aqui, as figuras dos dois países estão interseccionadas com religião, sendo que Jansen (2005, p. 99) afirma que, em países de maioria islâmica, as mulheres cristãs não estão protegidas pela segunda parcela do *mahr* (*mahr* postergado), enquanto que Truzzi (2008) retrata a prática do dote entre muçulmanos/as sunitas no Brasil, o qual é uma obrigação associada ao casamento no islã, no entanto, como já adiantado, não há uma lei que obrigue a este pagamento e que penalize o não cumprimento desta obrigação religiosa.

da primeira a partir da migração (sobre este tema, ver Machado, 2003). Assim, na próxima seção trago algumas reflexões sobre os processos de formação das imagens apresentadas aqui para na sequência mostrar como elas afetam os arranjos de casamento e os demais relacionamentos afetivos e/ou sexuais no contexto em que pesquiso.

4.3. 1 A formação das imagens que sustentam o problema do Brasil

A pesquisa de campo revelou que as imagens sobre o Brasil começam a se formar antes da migração, sobretudo pela atuação da mídia, mas também, em alguns casos, pelo contato com pessoas que estão no Brasil: com o aumento do fluxo de deslocados/as pelo conflito sírio, mais imagens sobre o país viajam até a Síria, sendo que Kalil soube da situação econômica brasileira por meio de um amigo que migrara anteriormente (ver capítulo um) e a mãe de Naim não queria migrar para cá pelas imagens que recebia sobre as interações de gênero e as roupas das mulheres no país. Com relação ao momento anterior à migração, muitas pessoas mencionaram o futebol, a violência e/ou o café como as únicas coisas que sabiam sobre o país, sendo importante dizer que poucas se referiram a elementos como o samba, o carnaval e/ou o sexo neste momento.

Quando chegam ao Brasil, entram em contato direto com dois principais grupos de pessoas: aquelas que definem como *brasileiros/as* e as que consideram *árabes*²³⁴. Entre os/as que são caracterizados/as como *brasileiros/as*, pelo que pude levantar, estão majoritariamente pessoas das classes menos abastadas (motoboys que prestam serviço para restaurantes dos quais os/as migrantes são donos/as, pessoas que trabalham no comércio e no setor de serviços na área central da cidade [colegas de trabalho, empregados/as em seus comércios, atendentes dos locais onde são clientes, outros/as comerciantes], pessoas em situação de rua e pedintes que veem e pelos/as quais são abordados/as, vizinhos/as, pessoas que conheceram na escola em que as crianças da família estudam [sobretudo para as que frequentam ou frequentaram escolas públicas, já que algumas estão matriculadas em escolas islâmicas] e também os/as professores/as dos cursos de português para migrantes que frequentam²³⁵) com as quais convivem por meio do trabalho/estudo e das compras, encontram no espaço público, entretém amizades e até relacionamentos afetivos e/ou sexuais (veremos sobre isso na próxima seção).

²³⁴ As redes de relações de parte dos/as interlocutores/as também incluem pessoas que não se encaixam em nenhuma dessas categorias, como migrantes muçulmanos/as não *árabes* (exemplo: paquistaneses/as). No entanto, pelos dados levantados, a maior parte dessas redes é composta por pessoas tidas como *brasileiras* ou *árabes*.

²³⁵ No curso do qual participei como voluntária em 2020 e 2021, a maioria dos/as professores/as e auxiliares/as de turma que conheci era composta por mulheres universitárias, porém não tenho dados sobre o pertencimento de classe.

Além disso, outra fonte importante de imagens relativas ao Brasil e aos/as *brasileiros/as* é o cenário musical, sobretudo os estilos funk e sertanejo, os quais colocam em evidência o consumo de bebidas alcoólicas e o sexo. Tais músicas estão presentes no cotidiano dos/as interlocutores/as por figurarem nas mídias (televisão e rádio, por exemplo), nos locais de trabalho (colegas que as escutam ou como músicas que são colocadas como som ambiente) e também em casa (algumas pessoas falaram que gostam de sertanejo e/ou funk e/ou que usam essas músicas para aprender português, sendo que uma interlocutora fez uma ressalva dizendo que ela e uma amiga síria escutam funk porque gostam do ritmo e não das letras).

Com relação aos/às *árabes* (noção êmica que tem proximidade com a ideia de muçulmanos/as, como vimos na introdução), com quem convivem na mesquita e, em alguns casos, através de relações de amizade ou de trabalho (são clientes em alguns dos comércios dos/as interlocutores/as), é preciso destacar que há indícios de que estes/as compartilham das imagens relativas ao Brasil e aos/às *brasileiros/as* discutidas aqui: se Said mencionou que o pai de uma pretendente (brasileira de origem árabe) recusou seu pedido de casamento porque Said já havia se relacionado com uma *brasileira* e elas são mal vistas pelos *árabes* em função de sua suposta promiscuidade, trabalhos com *árabes* e/ou muçulmanos/as no Brasil (TRUZZI, 2008; CHAGAS, 2018) também revelam uma preocupação e um afastamento em relação às normas de interação entre gêneros e práticas de lazer tidas como características do Brasil (são mencionadas as bebidas alcólicas²³⁶, a pornografia, o namoro (com intimidade física) e as muitas parceiras que homens teriam).

Já as imagens sobre a Síria, embora tenham relação com as experiências dos/as interlocutores/as no país de origem, as quais são marcadas, entre outros fatores, por morarem majoritariamente em grandes cidades (Damasco, Alepo e Homs), por serem em grande parte muçulmanos/as, muitos/as dos/as quais têm na religião um aspecto importante de suas vidas, e geralmente terem, até onde pude obter dados, uma boa condição socioeconômica, são ressignificadas a partir da experiência migratória, incluindo aí o contato com as normas de interação de gênero no Brasil.

Nesse sentido, é importante pontuar que muitas das práticas apontadas pelos/as interlocutores/as como ausentes na Síria ou que existem no país como um resultado do conflito iniciado em 2011, como o namoro com intimidade física, as baladas, a homossexualidade e as

²³⁶Chagas (2018) cita em uma passagem do texto a existência de um *hadith* que proíbe qualquer proximidade entre um/a muçulmano/a e o álcool; isso significa que é recomendado que os/as muçulmanos/as evitem lugares onde se serve álcool. Como em outras questões, existem diferentes posicionamentos dos/as fiéis frente a isso, sendo que alguns/algumas não frequentam locais que servem álcool, enquanto outros/as o fazem.

bebidas alcóolicas, são retratadas pela literatura sobre o país, inclusive em períodos anteriores à guerra (ver Philips, 2007; El-Dine, 2016; Conklin; El-Dine, 2016); também há trabalhos que trazem a experiência de sírios/as LGBT em situação de refúgio (ANDRADE, 2017). Ademais, apesar dos/as interlocutores/as entenderem que as interações de gênero na Síria e no Brasil são muito distintas e, portanto, da vida no Brasil despertar inseguranças nos/as parentes de jovens adultos/as, encontrei no trabalho de Singerman (2007) sobre casamento em países do Oriente Médio (Síria inclusa) preocupações semelhantes: segundo a autora, em função das dificuldades, sobretudo econômicas, que os/as jovens nesta região vêm enfrentado para se casar e, consequentemente, do prolongamento do período de celibato, novas práticas de relacionamento têm surgido entre os/as jovens, as quais são percebidas como preocupantes pelos pais e pelas autoridades religiosas na medida em que ampliam as possibilidades do contato físico fora do casamento, sendo que os números de pessoas não casadas que já praticaram sexo têm aumentado.

O objetivo de fazer estes apontamentos não é contradizer ou desmentir os/as interlocutores/as, mas explicitar que seus discursos sobre a Síria são localizados, estando no cruzamento entre suas experiências no país de origem e no país de acolhimento, sendo que as últimas permitem a reelaboração da imagem do país de origem. Assim, ao entrarem em contato com uma realidade em que o namoro e a intimidade física fora do casamento são a regra (embora, claro, existam exceções (ver Ramos, 2017; Leal, 2003)) e estão presentes tanto no espaço público quanto nas mídias e onde o consumo de bebidas alcóolicas também é corrente, podem optar por ressaltar as diferenças que percebem entre os dois países, apagando partes da realidade de um e de outro, como forma de deixar explícito que, apesar de na Síria existirem tais práticas, elas não ocorrem da mesma forma que aqui, daí por exemplo a expressão “*namorar sem namorar*” ou ainda “*um namoro igual ao seu*”. Ambas reconhecem que na Síria existe namoro, mas que ele, em geral, segue regras distintas das do Brasil, apesar de isso não ser verdadeiro para todos os namoros na Síria, já que lá há pessoas que recusam se engajam em relacionamentos não-matrimoniais em que há intimidade física (EL-DINE, 2016; CONKLIN; EL-DINE, 2016).

Ademais, é preciso considerar a percepção de Samer e Aisha sobre esta questão: para eles/as, o contato com a realidade brasileira teria feito com que alguns/algumas sírios/as (pelo modo como falaram, isso não os/as inclui) se tornassem mais radicais (conservadores/as) do que eram antes, pois temem que os/as filhos/as passem a se comportar como os/as *brasileiros/as*. Justificando sua afirmação, disseram que muitos/as dos/as que vêm para o Brasil chegam com uma imagem muito restrita e cristalizada dos/as *brasileiros/as*, como se fossem

todos/as iguais e todos/as envolvidos/as com drogas e bebidas (alcoólicas), algo que Samer e Aisha questionam. Assim, de acordo com a interpretação do casal, que ao longo de nossas interações enfatizou sua condição de classe diferenciada em relação aos/as demais deslocados/as pelo conflito sírio e também seu (de Samer e Aisha) *status* como cosmopolitas, para aquelas pessoas, a vida no Brasil seria tida como um fator potencialmente disruptivo em relação aos valores que esperam que os/as filhos/as sigam.

Tomando este apontamento de Samer e Aisha seria possível entender também que uma construção mais homogênea e contrastiva da terra natal poderia ser um produto deste movimento de tornar-se mais conservador/a no Brasil: se este representa uma ameaça para os valores que os/as migrantes esperam que os/as filhos/as sigam, é possível que o país de origem seja construído como o simétrico oposto da realidade atual, sendo então imaginado como o lugar onde essas práticas (quase) não ocorrem ou, se ocorrem, não o fazem da mesma forma (tão frequentemente, tão abertamente ou tão intensamente, por exemplo).

Por fim, devemos considerar também o contexto de enunciação destas falas, isto é, elas foram ditas para mim (uma mulher *brasileira*) e, nesse sentido, notei entre os/as interlocutores/as a preocupação em explicar bem em nossas interações as coisas que entendiam que são diferentes nas culturas síria e brasileira, buscando evitar, imagino, que eu lesse suas falas e práticas através das normas vigentes no Brasil (por exemplo, se falassem em namoro, que eu entendesse uma relação que envolve beijo e sexo); além disso, as falas que aqui relato foram produzidas no interior de uma pesquisa acadêmica e por isso os/as interlocutores/as estavam cientes de que teriam uma audiência muito mais ampla do que apenas a minha pessoa, o que pode ter contribuído para que enfatizassem ainda mais as diferenças que percebem entre os dois contextos, apagando partes de um e/ou de outro, como forma de evitar que confusões como as que relatei acima em relação ao namoro sejam mais difundidas e assim possam prejudicar a imagem deles/as e/ou do “grupo”.

Notei um movimento semelhante em interações com interlocutores homens nas quais o que estava em jogo (de forma evidente ou suposta) eram imagens cristalizadas sobre homens *árabes* e/ou muçulmanos: em várias dessas situações os interlocutores em questão (todos homens) adicionaram explicações sobre algo que haviam dito ou que fora dito a eles, possivelmente com a intenção de afastar a possibilidade de serem interpretados como machistas e opressores ou como “*árabes safados*”, para caso do tema da poligamia (ver nota 232). Omar, por exemplo, ao falar que sua esposa não trabalha (fora de casa), fez questão de adicionar que o trabalho que ela exerce em casa é árduo, possivelmente buscando evitar que eu pensasse que ele havia dito que, por não trabalhar (fora de casa), a esposa não faz nada.

Assim, o processo de construção de imagens contrastivas entre Brasil e Síria é perpassado pelas relações que os/as migrantes entretêm com uma pluralidade de atores, como os/as *brasileiros/as* que fazem parte de seu cotidiano, as mídias que acessam, os/as *árabes* que encontram no Brasil, os discursos sobre *árabes* e muçulmanos/as que circulam por aqui e a própria terra natal, a qual é reelaborada através das relações com os demais atores mencionados. Como veremos na próxima seção, estas imagens se conectam com o tema do capítulo não apenas porque o casamento e demais relacionamentos afetivos e/ou sexuais são um *locus* produtivo para construir diferenças entre Brasil e Síria, mas também porque, uma vez construídas, tais diferenças passam a influenciar os caminhos daqueles relacionamentos.

4.3.2 Os efeitos das imagens acerca de *brasileiros/as* e *árabes* nos relacionamentos afetivos e/ou sexuais

Apesar das imagens relativas ao Brasil e aos/as *brasileiros/as* discutidas acima figurarem na fala tanto de pessoas casadas e com filhos/as, como Naim, quanto solteiros/as sem filhos/as, como Said, é preciso dizer que nem todos/as se relacionam da mesma forma com elas. Retomando a situação entre Omar e sua mãe narrada no capítulo um, vemos que o fato de as mulheres no Brasil se vestirem de forma distinta da Síria para ir à praia, embora notado por ambos/as, era lido com naturalidade por Omar, que mora há mais tempo no Brasil e tem um contato mais amplo com *brasileiros/as*, mas não por sua mãe, que pouco saía de casa e que não queria frequentar a praia para não ter que lidar diretamente com o uso do biquíni por outras mulheres.

Essa diferença de posicionamento entre gerações, em que os pais se preocupam mais do que os/as filhos/as com as lógicas diferenciais entre o país de origem e o de acolhimento relativas às interações entre os gêneros e a de práticas de lazer, também apareceu em outros momentos da pesquisa de campo, inclusive em situações diretamente ligadas aos arranjos matrimoniais e a outros relacionamentos afetivos e/ou sexuais – lembremos que os pais (e também outros/as parentes) têm papel ativo nos arranjos de casamento no contexto pesquisado. Devo pontuar, porém, que existem exceções a essa divisão geracional, visto que Samer e Aisha (faixas dos 40 e dos 30 anos respectivamente) narraram com estranhamento os comentários de outros/as *árabes* em relação ao Brasil (vestimentas das mulheres, consumo de álcool e drogas), enquanto que o irmão de uma interlocutora (faixa dos 20 anos, muçulmano sunita), casado e com filhos/as, é bastante crítico de e preocupado com as normas de interação de gênero vigentes no país.

De uma forma geral, no que concerne aos/às filhos/as, isto é, interlocutores/as jovens (faixa dos 20 e dos 30 anos, majoritariamente sem filhos/as) que, como Omar, têm um contato amplo com *brasileiros/as*, seja através do trabalho ou de relações de amizade, o imaginário acima delineado não foi um impeditivo para que parte deles/as estabelecesse relações afetivas e/ou sexuais (houve noivados, casamentos e namoros) com *brasileiros/as*.

Em alguns casos, tais relacionamentos ocorreram em um momento inicial da migração, quando estavam sozinhos/as no país ou, ao menos, sem a presença dos pais. Este momento aparece na fala de algumas pessoas, sobretudo homens que migraram sozinhos, sob a figura da solidão, um período em que estavam sós e sentiam falta de alguém que cuidasse deles/as. Para alguns/algumas, foi também um período de muita vulnerabilidade e indefinição, na medida em que enfrentaram desafios para desenvolver suas vidas no país: aprender a língua, conseguir emprego, encontrar um lugar para morar.... Nesse sentido, ao menos alguns dos relacionamentos acontecem em nome desta solidão, o que não significa que outros fatores, como sentimentos de amor, não estejam presentes nestes e em outros processos, como nos relacionamentos que se iniciaram quando a família, pais inclusos, estava no Brasil.

Ainda sobre os relacionamentos estabelecidos aqui (o que abarca relações com *brasileiros/as*) é importante notar que eles incluem a possibilidade de que os termos da relação, inclusive no que concerne à intimidade física, sejam negociados entre o casal; isto é, não é porque se relacionam no Brasil e/ ou com *brasileiro/a* que a relação necessariamente segue as lógicas e moralidades entendidas como locais, isto é, relações fluídas que incluem contato íntimo. Houve quem destacou, inclusive, que não é porque está no Brasil que vai fazer coisas que são consideradas erradas pela religião (islã). Por outro lado, existiram pessoas (religiosas ou não) que vivenciaram a intimidade física fora de uma união matrimonial no Brasil.

No entanto, a negociação dos termos das relações entre deslocados/as pelo conflito sírio e *brasileiros/as* pode não ser um processo muito fácil, já que, a depender de como se relacionam com normas hegemônicas no Brasil para os relacionamentos e também com valores que associam à cultura árabe, estão a fazer dialogar formas de se relacionar que são entendidas pelos/as interlocutores/as como divergentes, as quais, ainda, nem sempre são plenamente conhecidas por uma e outra parte do casal.

Assim, foi comum que interlocutores/as jovens trouxessem para mim questões de seus relacionamentos para que eu pudesse ajudá-los/as a entender determinadas posturas dos/as pretendentes ou companheiros/as *brasileiros/as*. Uma interlocutora, por exemplo, me perguntou se era normal o homem *brasileiro* não levar a parceira até a casa dela depois de um encontro, enquanto dois interlocutores disseram não entender o fato de existirem no Brasil

mulheres que não querem se casar (neste caso, é importante dizer que uma interlocutora da pesquisa não quer se casar [novamente] e outra não sabe se quer, como vimos na seção “4.1 Os sentidos do casamento e a configuração do desejo (ou não) de contrair matrimônio”). Esta situação, como aquela dos desentendimentos entre Omar e sua família retratados no capítulo um, pode ser entendida como uma forma de solidão²³⁷, na medida em que o fato de estar lidando com normas de relacionamento concebidas como muito diferentes das próprias pode produzir uma dificuldade em ler e interpretar as ações do/a outro/a e, conseqüentemente, criar afastamentos entre os/as amantes. Um exemplo disso é o término do noivado de uma muçulmana sunita narrado na seção “4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem”.

Poderíamos dizer que o trabalho de Chagas (2018) traz um aceno na direção do sentimento de solidão que aponto aqui ao mostrar as dificuldades nas relações entre homens *brasileiros* que são muçulmanos e seus amigos e parentes que não o são, sendo que os muçulmanos que contribuem com o trabalho da autora muitas vezes se sentem incompreendidos pelos homens de suas redes de relações por não performarem a masculinidade hegemônica no Brasil em função de sua contradição com preceitos islâmicos.

Passando agora para as perspectivas de relações futuras, cumpre dizer que alguns/algumas interlocutores/as jovens disseram ter preferência por se casar com *brasileiro/a* porque consideram que existem muitas diferenças nas histórias de vida entre eles/as e por isso teriam mais assunto com um/a parceiro/a *brasileiro/a* do que com um/a *árabe*. Além disso, consideram que este tipo de relacionamento pode ser um local de muito aprendizado, inclusive em relação ao idioma português (importa ressaltar que as pessoas que falaram sobre isso já falam o idioma bastante bem). Um interlocutor mencionou também que preferia se relacionar com uma *brasileira* porque ele acha que as mulheres *árabes* são muito ciumentas e carentes.

Por outro lado, o casamento com *brasileiro/a* como forma de facilitar a obtenção de documentos (por meio da diminuição do tempo necessário para solicitar naturalização²³⁸) mencionado acima na fala de um *cheikh* sobre um migrante sírio, não figurou como uma possibilidade concreta para os/as interlocutores/as solteiros/as; pelo contrário, apareceu como piada no discurso de uma pessoa que enfrentava dificuldades no processo de obter documentação, a qual disse, rindo, que achava que o único jeito para ela conseguir essa

²³⁷ Algo semelhante foi encontrado por Pais (2016) no deslocamento de uma migrante da Romênia para Portugal.

²³⁸ Enquanto o tempo regular a ser transcorrido a partir da obtenção do RNM permanente até a solicitação da naturalização é de quatro anos, se o/a migrante é casado/a com brasileiro/a ou tem filhos/as nascidos no Brasil este tempo é de apenas um ano. Cf. <https://www.gov.br/pt-br/servicos/naturalizar-se-brasileiro>. Acesso em: 15/06/2022.

documentação seria casar com *brasileiro/a*, e como um caminho possível, mas não adequado na fala de outra: disse que conhece *árabes* muçulmanos/as sunitas que casaram com *brasileiras/os* e que isso facilitou o processo de naturalização e afirmou que ele/a próprio/a também poderia ter feito isso, mas não quis. Disse, ainda, que a história de todo ser humano está escrita e que na dele/a não consta um casamento realizado desta forma.

Do lado dos pais, já vimos com Naim, há uma preocupação em relação aos/às filhos/as (no caso de Naim são crianças, mas ouvi relatos de interlocutores/as jovens sobre posicionamentos parecidos de parentes seus/suas) porque os pais e outros/as parentes consideram que, no Brasil, as crianças e jovens têm acesso mais frequente e facilitado a práticas que os pais e outros/as parentes consideram incompatíveis com seus valores (por exemplo bebidas alcóolicas, intimidade física fora do casamento e roupas que mostram o corpo) e, por causa desse acesso mais frequente e facilitado, temem que as crianças e jovens acabem se engajando nessas práticas ou, para usar um termo empregado por Samer e Aisha, se comportem como os/as *brasileiros/as*.

No que concerne aos pais dos/as interlocutores/as jovens, cujos discursos tive acesso por meio da fala de seus/suas filhos/as, há também uma preocupação em relação à possibilidade desses/as jovens estabelecerem relacionamentos afetivos e/ou sexuais com *brasileiros/as*, visto que a imagem destes/as é bastante negativa. Já vimos que o pai de Layla era cético quanto a permitir que a filha se casasse com um *brasileiro*, pois estes têm a fama de irresponsáveis, sendo que um outro interlocutor relatou que, ao contrário dele, a mãe preferia que ele se casasse com uma mulher *árabe*. Em alguns casos, essas preocupações frente ao relacionamento com *brasileiros/as* se converteram em ações: os pais de alguns jovens (e, em menor medida, outros/as parentes), estando ou não no Brasil, contribuíram, direta ou indiretamente, para o término do relacionamento de um/a parente jovem com um/a *brasileiro/a* por não gostarem do/a parceiro/a em questão ou por considerarem que ele/a não estava cumprindo seu papel como noivo/a (como vimos na seção “4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem”). Houve também a ruptura (temporária) da relação entre uma interlocutora e um parente seu por causa do início de um relacionamento com um *brasileiro*.

Considerando a importância de um acordo entre pais e filhos/as no que concerne aos arranjos matrimoniais (ver seção “4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem”) percebemos que o cenário aqui descrito leva a impasses em relação aos/às pretendentes ideais ou mesmo aceitáveis, culminando na não realização de muitas potenciais uniões, isto é, apesar de os/as interlocutores/as e seus pais estarem em movimento para a realização do casamento dos/as primeiros/as, relacionamentos com

brasileiros/as foram frustrados em função deste desencontro entre as expectativas dos pais e as expectativas e/ou a realidade dos relacionamentos dos/as filhos/as.

Esse cenário se complica para os homens deslocados pelo conflito sírio na medida em que, como vimos, há uma percepção por parte dos/as interlocutores/as de que as mulheres *brasileiras* jovens, faixa de idade considerada adequada para uma pretendente (vários/as interlocutores/as mencionaram que é comum que os sírios casem com mulheres mais jovens que eles), não querem contrair matrimônio; por outro lado, como mostra a experiência de Said, as portas para o casamento com mulheres *árabes* podem ser fechadas para aqueles que tiveram um relacionamento prévio com *brasileira*, indicando assim, que a má fama atrelada a elas também afeta negativamente seus parceiros. Nesse sentido, é importante notar que, embora a literatura sobre muçulmanos/as em países não majoritariamente islâmicos, como Brasil e Estados Unidos (TRUZZI, 2008; ASWAD, 2005; AJROUCH, 2005; PETERS, 2006), coloque a situação das mulheres muçulmanas como muito mais complicada que a dos homens²³⁹, a presente pesquisa mostra que estes podem ser significativamente prejudicados no mercado matrimonial neste contexto.

Ainda nesse sentido, é preciso considerar que os estereótipos atrelados ao homem *árabe* no Brasil também podem influenciar a dinâmica das relações afetivas e/ou sexuais: os relatos de dois interlocutores sobre o término de um relacionamento com *brasileira* dão a entender que o fato de terem suas ações lidas como machistas influenciou a decisão das moças em terminar com eles. Um interlocutor contou que namorou uma *brasileira* que conheceu perto do local onde trabalhava. Ambos tinham estilos de vida diferentes – ela queria ir para a balada todo fim de semana e ele não -, mas o relacionamento começou a não dar certo quando a moça pediu a opinião do namorado sobre o desenho da próxima tatuagem que ela faria. O namorado afirmou que, por ele, ela não faria mais uma tatuagem, então a moça falou que o corpo era dela e por isso era ela quem decidia. A partir de então os desentendimentos aumentaram e eles terminaram o relacionamento. Já no caso de outro interlocutor, a relação foi terminada pela companheira pois um dia a moça, ao contrário do que ele sugeriu, foi para um lugar perigoso levando seu computador e acabou sendo assaltada. O interlocutor, irritado com a situação, se expressou

²³⁹ A literatura (TRUZZI, 2008; ASWAD, 2005; AJROUCH, 2005; PETERS, 2006) entende que a situação das mulheres é mais complicada porque a castidade, embora esperada tanto da parte do noivo quanto da noiva, é mais cobrada em relação às mulheres, sendo que o sexo antes do casamento teria maiores consequências para elas (i.e gravidez). Uma exceção é o artigo de Chagas (2018) que aborda a construção da identidade masculina entre muçulmanos no Brasil. Embora não foque nos arranjos de casamento, a autora mostra as dificuldades de construir uma identidade masculina contra-hegemônica, na medida em que ela não passa pelos marcos da masculinidade predominante no país (consumo de pornografia, ter muitas parceiras sexuais, consumo de bebida alcoólica, entre outros).

gritando, o que ela não aceitou e por isso terminou o relacionamento. Importante notar que esta última narrativa me foi dita em um contexto em que o tema eram os incômodos deste interlocutor com mulheres que, como a companheira em questão, são feministas. Este incômodo se dá não apenas porque, segundo ele, as feministas saem peladas na rua, mas também porque muitas das que ele conhece odeiam os homens e, especialmente, os homens *árabes*. Ao ser confrontado com esta questão no encontro com duas feministas, o interlocutor pontuou para elas que, por um lado, os/as *árabes* no Brasil são pessoas importantes (não é à toa que muitas ruas levam nomes de pessoas de ascendência árabe) e, por outro, que o islã garante muitos direitos às mulheres, argumento que serviria para afastar a pressuposição de que os *árabes* (aqui entendidos como muçulmanos) são machistas.

Contudo, outras narrativas ouvidas em campo apontam para o sentido contrário, isto é, momentos em que homens *árabes* aparecem como desejáveis para mulheres *brasileiras*: dois homens *árabes* que conheci em São Bernardo do Campo contaram episódios em que foram insistentemente procurados por mulheres *brasileiras* que queriam se relacionar com eles. Estas experiências em conjunto podem indicar que apesar de os estereótipos negativos em relação aos *árabes* não impedirem mulheres *brasileiras* de se relacionarem com eles, aquelas tendem a mobilizar esses estereótipos quando vivenciam problemas na relação.

O diálogo deste cenário com o instigante trabalho de Bourdieu (2004) sobre o celibato no Béarn dos anos 1960 nos ajuda a compreender como, em um contexto de ampliação geográfica do mercado matrimonial (o qual passa a incluir, no meu contexto de pesquisa, o Brasil [*árabes, brasileiros/as* e outros/as migrantes que vivem aqui], além da Síria, dos países vizinhos e outros que receberam deslocados/as pelo conflito sírio), não necessariamente temos uma ampliação das possibilidades de casamento. No caso analisado por Bourdieu (2004), vemos que a fusão dos mercados matrimoniais rural e urbano, juntamente com os valores negativos que passaram a ser atribuídos ao *habitus* corporal do camponês acampesinado, produziram o celibato sistemático de uma categoria social (homens camponeses que são primogênitos).

Em meu contexto de pesquisa, pude perceber que estilos de vida considerados distintos entre *brasileiros/as* e deslocados/as pelo conflito sírio (normas relativas às interações entre os gêneros e algumas práticas de lazer), bem como os estereótipos que os/as interlocutores/as e sobretudo seus/suas parentes têm sobre o Brasil e os/as *brasileiros/as* e os que estes/as constroem em relação aos homens *árabes*, produzem afastamentos nas relações afetivas e/ou sexuais, tendo muitas vezes como resultado a não realização da união matrimonial. Além disso, como a experiência de Said dá a ver, se relacionar com *brasileiros/as* pode prejudicar os

arranjos matrimoniais com (alguns/algumas) *árabes*, também em função das imagens estereotipadas acima mencionadas. Juntamente com questões relativas aos deslocamentos e a necessidade de reconstruir a vida (inclusive a material/financeira), temos um cenário no qual os casamentos estavam em suspensão, continuamente no horizonte, mas sem se concretizar. No entanto, conforme veremos na próxima seção, parte dos/as interlocutores/as encontrou em *brasileiros/as* que adotaram o islã uma solução possível para o problema colocado pela vida no Brasil aos arranjos matrimoniais.

4.4 Casamentos realizados

Como já adiantei, mesmo com as dificuldades impostas ao estabelecimento de uniões matrimoniais pelo contexto da migração em tela, com o tempo alguns/algumas interlocutores/as se casaram (novamente ou pela primeira vez) depois de terem alguns arranjos matrimoniais não concluídos. Ao abordar algumas dessas uniões²⁴⁰, pretendo colocar em evidência dois aspectos: a escolha do/a pretendente e a relação entre o matrimônio e a solidão.

Sobre os/as pretendentes, eu poderia dizer que, frente à imagem negativa dos/as *brasileiros/as*, notei duas soluções possíveis entre as uniões matrimoniais que acompanhei: a primeira foi a mãe de um interlocutor que, com medo de que ele se casasse com uma *brasileira*, mobilizou sua rede de contatos e encontrou uma noiva para ele na Síria, a qual posteriormente veio ao Brasil se reunir com o marido; a segunda, caminho tomado por dois/duas interlocutores/as, foi o casamento com *brasileiros/as* que adotaram o islã.

Como vimos anteriormente, os dados de campo revelaram haver uma divisão geracional no que concerne aos/às *brasileiros/as* como potenciais parceiros/as para os deslocados pelo conflito sírio: enquanto os pais tendiam a ter mais reservas quanto a isso, os/as filhos/as se sentiam mais inclinados a considerar os/as *brasileiros/as* como potenciais parceiros, sendo que alguns/algumas até mencionaram uma preferência por eles/as. Considerando que, no contexto em tela, a realização do casamento depende do consentimento tanto dos potenciais noivo e noiva quanto de seus pais (e em alguns casos de outros/as parentes), advogo que o casamento com *brasileiros/as* que adotaram o islã pode representar uma espécie de caminho do meio, o qual acaba por conciliar as expectativas dos/as jovens e de suas famílias: ao mesmo tempo que têm uma trajetória distinta da dos/as interlocutores/as, algo que para alguns é um aspecto muito positivo e que faz com que desejem se relacionar com *brasileiros/as*, são também pessoas que

²⁴⁰ Em alguns casos, não obtive dados suficientes para abordar as uniões. Porém, informações pontuais sobre elas aparecem ao longo do texto.

têm uma proximidade com os valores prezados pelos/as familiares destes/as jovens, valores que, como vimos, têm relação com o islã.

No entanto, não são todos/as os/as *brasileiros/as* que adotaram o islã que são capazes de realizar essa conciliação: por exemplo, vimos acima que um *cheikh* desaconselhou um interlocutor a casar-se com uma muçulmana recém convertida, pois ela ainda não estaria muito dentro da religião. De forma semelhante, o noivado de uma muçulmana sunita foi rompido porque a família (e de certa forma a própria) julgou que o então noivo (recém convertido) não estava correspondendo ao esperado para um noivo muçulmano, o que inicialmente foi lido pela moça e sua família como falta de comprometimento do moço.

Assim, o que esses exemplos indicam é que, para poderem ser uma solução viável para o problema de encontrar um parceiro/a no contexto do fluxo migratório estudado, os/as *brasileiros/as* que adotaram o islã precisam ter incorporado suficientemente os preceitos da religião em suas ações e práticas, o que é entendido por alguns/algumas, como o *cheikh*, como fruto de um processo que leva tempo²⁴¹. A temporalidade deste processo, porém, pode se chocar com a do noivado e do casamento, ideia que está presente na fala do *cheikh* (é melhor não casar com recém convertida, porque pode ser que você faça alguma coisa e ela deixe a religião) e na ação da família de uma muçulmana sunita relatada na seção “4.2 Os caminhos para encontrar um/a pretendente e os sentimentos que eles produzem”, já que o prolongamento do período de noivado sem que o noivo fizesse movimentos para montar a casa onde iriam morar também era problemático e não apenas o fato de não o fazer.

Portanto, é significativo que os dois casamentos estabelecidos com *brasileiros/as* que adotaram o islã tenham sido feitos com pessoas que, pelo tempo de conversão e/ou por suas ações, mostraram ter incorporado preceitos da religião.

No que concerne à relação entre casamento e solidão, é preciso dizer que as duas uniões que acompanhei mais de perto levaram a cenários bastante distintos: em um caso, o matrimônio ampliou significativamente a rede de contatos e os momentos de sociabilidade do/a migrante, enquanto que no outro houve o movimento contrário.

No primeiro caso, é preciso dizer que o/a parceiro/a é bastante extrovertido e já tinha uma rede de contatos na cidade, sendo que, com o casamento, o/a interlocutor/a pôde ampliar sua rede social local: ele/a me contou que, nos meses seguintes ao casamento, o novo casal estava recebendo pessoas (amigos/as de um ou de outro membro do casal e também a família que mora na cidade) em sua casa de três a quatro vezes por semana e isso ainda não estava

²⁴¹ Sobre esta questão ver Chagas (2018) e Ferreira (2007).

sendo suficiente para receber todos/as que queriam visitá-los/as. Pensando sobre essa questão, o/a interlocutor/a comparou sua situação atual com a anterior ao casamento, apontando o fato de que suas queixas em relação à solidão no campo da sociabilidade foram fruto de um momento em que estava mais introspectivo/a, sendo que agora essas questões não estavam mais postas.

Por outro lado, para outro/a interlocutor/a, que se casou com uma pessoa que não tinha amplas redes na cidade onde o casal passou a morar, a vida de casado/a acabou por diminuir, ao menos inicialmente, os momentos de sociabilidade, já que o/a parceiro/a em questão não se dava bem com parte dos/as amigos/as do/a interlocutor/a e isso acabava gerando conflitos entre o casal e um afastamento do/a interlocutor/a em relação àqueles/as amigos/as. Assim, diferentemente do caso anterior, aqui não houve um aumento da rede de contatos por meio do casamento, pelo menos nos primeiros meses após a união. Isso não significa que outras dimensões da solidão abordadas na tese não tenham sido atenuadas com estas uniões, sendo importante mencionar que tanto este/a parceiro/a quanto o/a anterior oferecem apoio prático ao/à esposo/a, ajudando-o/a com procedimentos burocráticos em português, por exemplo²⁴².

4.5 Comentários finais: uma reflexão sobre as relações entre relacionamentos afetivos e/ou sexuais e as experiências migratórias marcadas pela solidão no Brasil.

Conforme ficou claro ao longo do capítulo, os arranjos de casamento e as demais relações afetivas e/ou sexuais são um campo privilegiado da investigação das redes sociais e da solidão no contexto do deslocamento contemporâneo da Síria para o Brasil não só porque articulam suas experiências migratórias, algo já apontado por Zbeidy (2020b) para o contexto de refugiados/as sírios/as e palestinos/as na Jordânia, e relações familiares, fato já presente em trabalhos como o de Jardim (2000) com palestinos/as no Brasil²⁴³, mas também as solidões que descrevi nos capítulos anteriores.

No caso em tela, os discursos e ações dos/as interlocutores/as e seus/suas familiares em torno dos arranjos de casamento e das demais relações afetivas e/ou sexuais revelam não apenas como são suas experiências no Brasil, como eles/as as pensam e como lidam com e constroem diferenças entre aquele e o país de origem, mas igualmente que existem variações nas formas em que pessoas de uma mesma família se relacionam com esse processo, variações essas que

²⁴² A questão do apoio prático foi abordada no capítulo dois.

²⁴³ A articulação entre casamento e relações familiares mais amplas também está presente nos trabalhos de Honeysett (2013) em Damasco (Síria) e de Carvalheira (2014) em Essaouira (Marrocos).

reverberam nos rumos dos relacionamentos afetivos e/ou sexuais dos/as deslocados/as pelo conflito sírio não casados/as.

Assim, de central importância para a dinâmica dos arranjos de casamento e demais relações afetivas e/ou sexuais no contexto pesquisado é o fato de os/as interlocutores/as e seus/suas familiares considerarem que as normas e práticas de interação de gênero e de lazer hegemônicas no Brasil são muito diferentes das vigentes na Síria e que, portanto, os/as *brasileiros/as* se comportam e se relacionam de uma maneira diversa dos/as *árabes*. Essa construção de diferenças é, como vimos, inevitavelmente ligada ao processo migratório na medida em que envolve não apenas a posição que os/as interlocutores/as ocupavam na sociedade síria e a que ocupam hoje na brasileira, mas igualmente ressignificações que se estabelecem a partir da relação entre esses elementos: as imagens que fazem do Brasil e dos/as *brasileiros/as* são (re)formuladas a partir de suas interações cotidianas com *brasileiros/as* (sobretudo das classes menos abastadas), com a mídia e as produções da indústria cultural local (principalmente em torno dos estilos musicais funk e sertanejo) e com *árabes*, centralizando-se na fluidez e na impermanência das relações afetivas e/ou sexuais e também na presença de intimidade física entre pessoas que não são casadas. Com relação à Síria, a vida no Brasil propicia reelaborações das imagens do país de origem, o qual passa a ser construído por alguns/algumas como o oposto simétrico do Brasil, movimento que apaga parte da realidade do país de origem ao trazê-lo como um lugar onde essas práticas (quase) não ocorrem ou, se ocorrem, não o fazem da mesma maneira (tão frequentemente, tão abertamente ou tão intensamente, por exemplo).

Essas imagens sobre o Brasil e os/as *brasileiros/as* são apropriadas de formas diversas pelos/as deslocados/as pelo conflito sírio, sendo que a interação com interlocutores/as jovens não casados/as levou-me a perceber uma divisão geracional neste âmbito: enquanto seus pais apareciam em suas falas como pessoas preocupadas com a possibilidade de os/as filhos/as se relacionarem com *brasileiros/as* e/ou agirem como eles/as por estarem no Brasil - preocupação que também apareceu na fala de Naim, interlocutor casado e com filhos/as pequenos/as -, os/as próprios/as interlocutores/as jovens veem o relacionar-se afetiva e/ou sexualmente com *brasileiros/as* como uma possibilidade válida ou até mesmo uma preferência. Para eles/as, parte dos/as quais se relacionou com *brasileiro/a*, a questão deste tipo de relacionamento está mais ligada aos desentendimentos e negociações com o/a parceiro/a em meio a normas de se relacionar percebidas pelos/as deslocados/as pelo conflito sírio como muito distintas. Nesse sentido, como destaquei anteriormente, vários/as deles/as compartilharam comigo situações que

viveram com parceiros/as ou pretendentes *brasileiros/as* e pediram minha opinião “de *brasileira*” sobre elas.

Os desencontros entre pais e filhos/as têm impactos diretos sobre as relações afetivas e/ou sexuais dos/as últimos/as, pois os caminhos que levam à realização de um casamento costumam passar pelo consentimento e aprovação tanto dos/as pretendentes quanto de seus pais (e por vezes de outros/as membros da família), independente de quem encontrou o/a pretendente (os pais ou a própria pessoa que vai se casar). Assim, existe um impasse nos relacionamentos com *brasileiros/as* já que os pais dos/as solteiros/as geralmente eram reticentes quanto a tais relacionamentos, sendo que narrei alguns casos em que esta postura dos pais levou ao término do relacionamento ou ao conflito entre familiares. Importa notar que casamentos com *árabes* estavam no horizonte dos/as interlocutores/as jovens e seus pais, mas também aqui foram vários os arranjos que não se converteram em casamento, sobretudo em função dos desafios que a migração impõe para o migrante (homem) levantar dinheiro necessário para a realização e a vivência do matrimônio. Também vimos que a imagem negativa atribuída aos/as *brasileiros/as* pode afetar negativamente os/as *árabes* que se relacionam ou se relacionaram afetiva e/ou sexualmente com eles/as, prejudicando assim o estabelecimento de relações com *árabes*.

Este cenário de impasses em relação ao estabelecimento de uniões matrimoniais despertou nos/as interlocutores/as não casados/as sentimentos diversos: enquanto Samia sentiu-se aliviada quando a família aceitou que ela não se casaria com o então namorado, Said, Jamal e outros/as se sentiram frustrados/as e tristes frente aos arranjos de casamento que não se concretizaram e frente ao consequente prolongamento do período de celibato. Nas falas destes/as interlocutores/as vemos como a falta de um/a companheiro/a contribui para reforçar sentimentos de solidão que já estavam postos em outras esferas da experiência migratória, como no apoio emocional e no apoio prático.

Ademais, os meandros dos relacionamentos entre deslocados/as pelo conflito sírio e *brasileiros/as*, por envolverem modos de se relacionar que são entendidos como muito distintos pelos/as interlocutores/as, também têm potencial de produzir solidões ao criar desentendimentos e afastamentos entre os/as parceiros/as em função desta diferença percebida²⁴⁴, sendo importante mencionar também que essas relações podem ser permeadas por estereótipos e imagens cristalizadas, tanto por parte dos/as parceiros/as quanto de suas famílias.

Nesse sentido, vimos na última seção do capítulo como parte dos/as interlocutores/as encontrou em *brasileiros/as* que adotaram o islã uma solução possível para o problema

²⁴⁴ Algo semelhante foi encontrado por Pais (2016) no deslocamento de uma migrante da Romênia para Portugal.

colocado pelo Brasil aos arranjos matrimoniais. É preciso dizer, porém, que este tipo de união só se realizou em casos em que o/a convertido/a demonstrou, por tempo de conversão e/ou por suas ações, ter incorporado preceitos da religião islâmica.

Voltando à temática da solidão, vemos que, além de serem capazes de produzir solidões ou reforçar as pré-existentes, os arranjos de casamentos e as demais relações afetivas e/ou sexuais também aparecem para alguns/algumas interlocutores/as, assim como no trabalho de Zbeidy (2020a; 2020b), como um acontecimento que seria capaz de contornar faltas e solidões que marcam a experiência migratória dos/as interlocutores/as ao expandir suas redes sociais no Brasil e com isso possibilitar a ampliação de momentos de sociabilidade, as fontes onde obter apoio prático, apoio emocional e/ou oportunidades de trabalho, o que é fundamental em um cenário, como é o Brasil, em que o apoio (prático) estatal é deficiente e no qual a construção de redes onde obter esses elementos é um processo difícil.

No entanto, nem sempre esta promessa é cumprida: vimos nos dois casos analisados na última seção do capítulo que, apesar de ambos/as os/as parceiros/as dos/as interlocutores/as ajudarem seu/sua esposo/a com questões práticas da vida no Brasil, apenas em um deles o matrimônio representou uma ampliação das redes sociais do/a migrante e dos momentos de sociabilidade, sendo que para o/a outro/a houve uma redução desses aspectos tanto porque o/a parceiro/a não tinha amplas redes prévias na cidade quanto em função de desentendimentos entre este/a último/a e os/as amigos/as do/a interlocutor/a com quem se casou.

Considerações finais

O fluxo contemporâneo de sírios/as, palestinos/as e curdos/as nascidos/as na Síria para o Brasil devido ao conflito naquele país obedece, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, a dois fatores principais: as progressivas restrições enfrentadas por eles/as para acessar e permanecer em outros países de acolhimento e, contrariamente, uma política implementada pelo governo brasileiro, com o incentivo da comunidade de *árabes* estabelecidos/as, entendida como facilitadora desta migração. A medida mais citada pelos/as interlocutores/as foi a normativa do Conare (BRASIL, 2013) que simplificou a emissão de vistos de viagem, mas também houve a suspensão da necessidade dos/as afetados/as pelo conflito sírio que chegaram antes de 2015 de passar pela entrevista do Conare (PUCCI, 2021) e o fato de que a taxa de deferimento da solicitação de refúgio para os/as sírios/as é uma das mais elevadas (ACNUR, 2014; PUCCI, 2021), fatores que os/as diferenciam de outros grupos que buscam refúgio no país.

No entanto, não se verifica o mesmo empenho por parte do governo brasileiro no que concerne à garantia de condições de vida para os/as deslocados/as pelo conflito sírio (bem como para outros/as solicitantes de refúgio, refugiados/as e migrantes no país): como ficou claro no capítulo dois, a insuficiência de políticas públicas de acolhimento produz sentimentos de solidão nos/as migrantes, que se ressentem de não terem apoio estatal para construir suas vidas em um contexto que possui idioma oficial distinto e desconhecido dos/as migrantes, bem como lógicas e questões próprias.

Sem contar com políticas públicas de acolhimento robustas, os/as deslocados/as pelo conflito sírio têm de descobrir outros caminhos para resolver questões práticas da vida no Brasil, como moradia e emprego. Tais caminhos, apesar de passarem por organizações da sociedade civil, como instituições religiosas e OSCIPs, são constituídos no contexto analisado majoritariamente pelas relações interpessoais do/a migrante, sejam elas duradouras ou efêmeras.

Também aqui notamos carências no apoio prático oferecido aos/as e obtido por deslocados/as pelo conflito sírio: por um lado, organizações da sociedade civil nem sempre são conhecidas por parte dos/as recém-chegados/as ou, quando são conhecidas, nem sempre conseguiram oferecer um apoio adequado ou suficiente aos olhos dos/as migrantes consultados/as (tais opiniões apareceram com menor frequência associadas às instituições islâmicas de São Bernardo do Campo); por outro, as relações interpessoais podem ser bastante

instáveis enquanto fonte de apoio prático, pois nem sempre estão disponíveis ou são eficazes, sendo importante destacar que mais de uma pessoa foi vítima de golpe nos meses imediatamente posteriores à chegada ao Brasil. Nomeei, portanto, os auxílios obtidos junto a esses atores de apoios vacilantes, porque, apesar de eles contribuírem para a resolução de questões práticas, titubeiam e apresentam uma série de instabilidades, potencializando em alguns casos o sentimento de solidão produzido na relação com o Estado. No entanto, existem experiências dissidentes, como a de Hayat, que encontrou em uma pessoa que conheceu no aeroporto apoios prático e emocional seguros e duradouros.

Aprofundando o debate sobre os apoios vacilantes, experiência majoritária entre os/as interlocutores/as, vale à pena destacar a atuação da comunidade *árabe* como um exemplo: vimos que, apesar de parte significativa dos/as interlocutores/as ter migrado com ao menos um contato no Brasil (majoritariamente um/a outro/a deslocado/a pelo conflito sírio), muitas vezes este apoio se revelou insuficiente frente às necessidades dos/as migrantes, tendo também levado a golpes.

Para estes/as deslocados/as pelo conflito sírio, bem como para outros/as que não tinham contato prévio no país, a existência de uma comunidade *árabe* (fruto de movimentos migratórios históricos e atuais) forneceu um importante mecanismo de apoio na resolução de questões práticas, algo que singulariza os/as deslocados/as pelo conflito sírio frente a outros grupos de refugiados/as e solicitantes no país. As instituições criadas por essa comunidade auxiliaram, em São Bernardo do Campo, com a obtenção de moradia, informações e cestas básicas, enquanto que indivíduos nesta e em outras cidades atuaram através de doações e no auxílio à obtenção de emprego, moradia e informações.

Apesar disso, o apoio prático oferecido por *árabes* apareceu de forma ambivalente ao longo da pesquisa na medida em que, embora importante, é percebido, não apenas por deslocados/as pelo conflito sírio, mas por outros grupos em São Bernardo do Campo, como estando aquém do esperado, algo que figurou também na pesquisa de Pucci (2021). Para algumas pessoas que contribuíram com a presente pesquisa, tal quebra de expectativas se deu porque os/as *árabes* estabelecidos/as, majoritariamente *libaneses/as*, se ressentem dos/as sírios/as por conta da atuação do governo de Hafez al-Assad na Guerra Civil Libanesa (1975-1990).

Por depender significativamente de relações interpessoais, a resolução de questões práticas, tema do capítulo dois, dialoga intimamente com a questão da formação e manutenção de redes pessoais, foco do capítulo três. Importa destacar que o apoio prático não é a única

função desempenhada por elas no contexto estudado (e em outros), sendo também fonte de sociabilidade e apoio emocional.

Os dados da pesquisa revelam alguns desafios enfrentados pelos/as interlocutores/as nesse processo: no caso da manutenção de redes prévias à migração existem obstáculos (financeiros e restrições à mobilidade, as quais se relacionam não apenas com a hierarquização de passaportes, com o conflito sírio e com a pandemia de COVID-19, mas também com idade e gênero) às visitas (os quais não são incontornáveis) e, em alguns casos, à comunicação via telefone e internet (principalmente em função da instabilidade na oferta de energia elétrica e internet na Síria por causa do conflito). Já quando consideramos as redes e sociabilidades locais (Brasil), notamos que as dinâmicas de trabalho disponíveis a esses/as migrantes no país de acolhimento – em geral funcionário/a ou pequeno/a proprietário/a no setor de comércio e serviços – dificultam o estabelecimento de novas relações e a sociabilidade com estas e com pessoas que já figuravam em sua rede de relações (como parentes que estão na mesma cidade, mas não coabitam). Isso se dá, na visão dos/as interlocutores/as, porque precisam trabalhar muitas horas para dar conta do custo de vida no Brasil, o qual consideram elevado, e das novas demandas financeiras da migração (como passar a pagar aluguel, o financiamento da viagem de parentes e/ou o envio de remessas). Há ainda, na visão de Jalila, uma oferta limitada de opções de lazer em São Bernardo do Campo.

Assim, ter um trabalho não é garantia da existência de amplas redes sociais no país de acolhimento e/ou muitos momentos de sociabilidade no trabalho e sobretudo fora dele. É preciso dizer que esse fenômeno em que o ritmo de trabalho afeta negativamente as sociabilidades não é uma exclusividade dos/as deslocados/as pelo conflito sírio no contexto estudado, sendo que o custo de vida, as dinâmicas de trabalho e as opções de lazer disponíveis na cidade são compartilhados com setores da população nativa, no entanto existem algumas singularidades nas experiências dos/as interlocutores/as em relação a não-migrantes (o processo migratório traz novas necessidades, como passar a pagar aluguel, e para muitos/as a reconstrução de suas vidas profissionais, além da formação de novas redes sociais para apoio prático e emocional e para sociabilidade).

Este processo, obviamente, não afeta todos/as da mesma forma e, portanto, produz expressões diversas da solidão relativa à sociabilidade e às amizades entre os/as interlocutores/as: enquanto algumas pessoas tinham amplas redes de relações na cidade onde viviam, mas não conseguiam se encontrar com elas com a frequência desejada, outras tinham redes menores (considerando *árabes* e *brasileiros/as* ou apenas os/as últimos/as); outros/as,

ainda, conheciam muitas pessoas, mas estavam insatisfeitos/as com a quantidade ou qualidade de suas amizades próximas (em geral ou especificamente com *brasileiros/as*).

Há que considerar, ainda, as saídas criativas imaginadas e/ou colocadas em marcha pelos/as migrantes para lidar com os obstáculos impostos pela vida no Brasil à formação e manutenção de redes e também às sociabilidades e amizades: Layla, por exemplo, conseguiu estabelecer uma amizade no trabalho se valendo do horário de almoço para criar proximidade, enquanto Farid traçou uma estratégia para que o filho, diferente dele, pudesse aprender rapidamente o português: trabalhar com *brasileiros/as*. É preciso considerar, ainda, o fato de que nem sempre os/as migrantes estão interessados/as em uma ampla sociabilidade (este é o caso de Kalil).

Se, como vimos no capítulo três, a diminuição dos momentos de sociabilidade afetou também as dinâmicas familiares no caso de Zayn, dado que parentes que não moram na mesma casa passaram a se ver com menos frequência, para outras pessoas o deslocamento afetou as relações familiares de maneira diversa. Considerando que a migração nem sempre é a mesma para os diferentes membros da família (existem temporalidades diversas e também experiências diferenciais no Brasil de acordo com gênero e geração), há a produção de alguns desencontros e/ou tensões entre parentes. Nos casos que acompanhei, tais tensões e desencontros foram produzidos no contexto de re-união da família no país de acolhimento, após um período mais ou menos longo de afastamento geográfico em função dos deslocamentos produzidos a partir do conflito sírio. Se para muitos/as interlocutores/as o período em que ficaram afastados geograficamente (de parte) da família foi difícil, em função das saudades e/ou do apoio (prático e/ou emocional) que a presença de familiares pode trazer, o momento da re-união no Brasil também não é simples, visto que, de um lado, pode reascender conflitos prévios que estavam menos evidentes por conta da distância física e, de outro, criar novas tensões e/ou desencontros na família, algo que também aparece no trabalho de Hamid (2012).

Conforme detalhei no capítulo um, as questões que surgem no país de acolhimento estão relacionadas com a nova distribuição de responsabilidades entre parentes e/ou com as diferentes relações que eles/as estabelecem com o Brasil (e também com o país de origem e/ou o primeiro país de acolhimento), as quais produzem visões de mundo, estilos de vida e projetos de futuro distintos e por vezes conflitantes. Nesse sentido, a aproximação geográfica de parentes, mesmo quando muito desejada, é ambivalente, apaziguando sentimentos negativos que tinham em relação ao afastamento geográfico, mas impondo novas questões à dinâmica familiar, as quais podem ser tão intensas que levam a rompimentos de relações (muitas vezes temporários) e/ou a vislumbrar em um novo afastamento geográfico uma solução para aquelas questões.

Assim, vimos que o afastamento geográfico também assume uma nova valoração: se antes ou para alguns ele é vivido na chave da solidão e de certo sofrimento, posteriormente ou para algumas pessoas, ele passa a ser a melhor alternativa para a família, porque cada país de moradia traz mais benefícios para determinado grupo etário de parentes (crianças e jovens X adultos/as mais velhos/as [próximos/as aos 40 anos], adultos/as x idosos/as): se para Omar viver em um país diferente dos pais é uma possibilidade que apaziguaria os desencontros produzidos entre eles pela vida no Brasil, para Samer e Aisha morar em um país diverso dos/as filhos/as mais velhos/as não só se tornou parte do projeto familiar como não é tido como uma experiência muito distinta da paternidade vivida na proximidade.

As relações entre pais e filhos/as também foram centrais para compreender as dinâmicas das relações afetivas e/ou sexuais de jovens deslocados/as pelo conflito sírio no Brasil (capítulo quatro). Isso se dá não apenas porque, no contexto estudado, os pais (e por vezes outros/as parentes) têm papel ativo nos arranjos de casamento, mas igualmente porque as expectativas destes/as em relação ao matrimônio são conflitantes com as do/a filho/a em alguns pontos, dentre os quais se destacam dois: (a) o fato de alguns/algumas jovens não desejarem se casar, enquanto seus pais esperam que eles/as o façam e (b) a maneira de lidar com a percepção, compartilhada por ambos/as, de que as normas e práticas de interação de gênero e de lazer hegemônicas no Brasil são muito diferentes das vigentes na Síria. Vimos que, enquanto essa percepção fazia com que os pais tivessem mais reservas quanto a possibilidade do/a filho/a se relacionar afetiva e/ou sexualmente com um/a *brasileiro/a*, os/as filhos/as se sentiam mais inclinados a considerá-los/as como potenciais parceiros/as (alguns/algumas até os/as preferiam), mesmo que julgassem que este tipo de relacionamento pode envolver um maior grau de desentendimentos e negociações em função daquela diferença percebida.

Tais divergências geraram tensões nas relações entre pais e filhos/as e influenciaram os rumos de vários dos relacionamentos afetivos e/ou sexuais dos/as últimos/as, especialmente quando o/a parceiro/a era *brasileiro/a*: o término de alguns desses relacionamentos teve ligação direta com a desaprovação do/a parceiro/a *brasileiro/a* pelos pais (e por vezes também outros/as parentes) do/a deslocado/a pelo conflito sírio. Muitos dos relacionamentos com *árabes* igualmente foram encerrados antes do casamento, seja por interdição dos pais do/a migrante ou do/a pretendente (em função de questões financeiras ou outros elementos que faziam do/a pretendente um/a parceiro/a não muito desejável aos olhos da família [nos casos que acompanhei, tal inadequação se expressou no campo dos relacionamentos prévios ou da divergência religiosa]) ou não.

Nesse contexto, os relacionamentos com *brasileiros/as* que adotaram o islã, desde que estes/as últimos/as demonstrem ter incorporado suficientemente os preceitos da religião em suas ações e práticas, apareceram como uma possibilidade para efetivar a união matrimonial para dois/duas interlocutores/as, já que aqueles/as pretendentes têm a capacidade para conciliar as expectativas de pais e filhos/as: são um outro, diferente, o que é valorizado por alguns/algumas jovens com os/as quais conversei, mas têm valores e práticas que são próximas às da família em função do compartilhamento da religião, o que possivelmente os/as torna uma diferença menos preocupante para os pais.

Como vimos no capítulo quatro, os arranjos de casamento e as relações afetivas e/ou sexuais também se relacionam com a questão da solidão, a qual é produzida tanto pela falta de um/a companheiro/a (marido ou esposa) para aqueles/as que desejam se casar, quanto pelo encontro com normas de interação de gênero e lazer que são tidas como muito diferentes das próprias, encontro este que pode causar dificuldade em ler e interpretar as ações do/a outro/a e, conseqüentemente, criar desentendimentos e/ou afastamentos entre os/as amantes ou até entre estes/as e suas famílias.

Vê-se, portanto, que a investigação das relações entre deslocamento forçado e redes sociais de deslocados/as pelo conflito sírio a partir de São Bernardo do Campo encontrou no sentimento de solidão uma noção produtiva para pensar as experiências desses/as migrantes, pois ela apareceu frequentemente em suas falas sobre e em suas experiências em diversos âmbitos da vida: relações com o Estado brasileiro, apoios práticos vindos de outros atores, sociabilidades, relações afetivas e/ou sexuais, entre outros. Além disso, a solidão articula os âmbitos da vida acima mencionados: ora a solidão produzida em um deles reforça a criada em outro (como ocorre na relação com o Estado frente às políticas públicas de acolhimento e a formação de redes onde obter apoio prático), ora se espera que certa parte da vida possa atenuar as solidões e faltas sentidas em outras esferas (o casamento é tido por alguns/algumas interlocutores/as como um evento deste tipo, na medida em que é investido de potencial para ampliar momentos de sociabilidade, fontes de apoio prático, de apoio emocional e/ou oportunidades de trabalho).

Importa ressaltar, contudo, que a centralidade da solidão na experiência dos/as interlocutores/as não significa que ela é um sentimento totalizante; diversamente, como fica claro ao longo dos capítulos, ela convive com seus contrários, como a sociabilidade e a obtenção de apoio (prático, emocional ou outro).

É justamente nesse sentido que a presente tese contribui para os debates da antropologia das migrações: embora a ideia de solidão apareça em outros trabalhos neste contexto (como

descrito na introdução), tal sentimento se revela aqui um eixo central para a compreensão das experiências dos/as migrantes em questão; no entanto, a solidão não se apresenta de forma indiferenciada entre os/as interlocutores/as, como se ela fosse a mesma para todos/as eles/as, porque algo inerente à migração, mas sim como algo que se produz em relação e, por isso mesmo, de formas particulares na trajetória de cada migrante. Assim, articulo o estudo da solidão nos deslocamentos (forçados) com a questão postulada por Malkki (1995) de não reificar a noção de refugiado/a, isto é, não considerá-la como denotando um tipo particular de pessoa, o qual seria definido por uma certa quantidade de traços comuns, mas como um *status* legal que reúne pessoas com trajetórias, características e condições de vida diversos.

Simultaneamente, a solidão que emerge das experiências desses/as migrantes não é apenas um sentimento individual provocado pelo afastamento geográfico em relação a parte de suas redes de relações, pelo processo de construção de novas redes no Brasil e pela reelaboração de relações com pessoas que também migram para cá, e que afeta diferencialmente os/as migrantes. Aqui a solidão é igualmente construída na imbricação entre a insuficiência de políticas públicas de acolhimento para migrantes, a esfera laboral, a relação com a língua portuguesa, as estruturas de lazer disponíveis na cidade de acolhimento, as imagens cristalizadas que cada migrante faz dos/as nativos/as e como estes/as percebem os/as deslocados/as pelo conflito sírio, fatores que afetam as relações entre eles/as, e a experiência migratória singular de cada deslocado/a pelo conflito sírio frente a estes elementos, experiências que, quando são significativamente divergentes entre pessoas de uma mesma família, podem criar sentimentos de solidão.

É preciso pontuar, contudo, que as solidões produzidas neste contexto também estão relacionadas com o momento migratório pelo qual passavam os/as interlocutores/as à época da pesquisa: há menos de 10 anos no Brasil, estavam nos momentos iniciais da construção de suas vidas no país, isto é, estavam dedicados/as atualmente ou recentemente à obtenção de documentos, ao aprendizado do português, à compreensão de como funcionam as instituições no Brasil, à busca por moradia e emprego e também por pessoas em seus cotidianos com as quais construir amizades, momentos de sociabilidade e relações afetivas e/ou sexuais. Nesse sentido, as solidões que aqui descrevi são fruto deste momento, podendo ou não se prolongar nos próximos anos, a depender de como essas questões e os fatores descritos no parágrafo anterior continuarão a se desenvolver para cada um dos sujeitos migrantes em questão.

Referências bibliográficas

ABABSA, Myriam. The end of a World. Drought and Agrarian transformation in Northeast Syria (2007–2010). In: HINNEBUSCH, Raymond; ZINTL, Tina (ed.). **Syria from Reform to Revolt**, volume 1: Political Economy and International Relations. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015. p. 199-222.

ABBOUD, Samer N. Locating the “social” in the social market economy. In: HINNEBUSCH, Raymond; ZINTL, Tina (ed.). **Syria from Reform to Revolt**, volume 1: Political Economy and International Relations. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015. p. 45-65.

ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim Women Really Need Saving? **American Anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783-790, set. 2002. Disponível em: <http://org.uib.no/smi/seminars/Pensum/Abu-Lughod.pdf> . Acesso em: 09 set. 2020.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Refúgio no Brasil: uma Análise Estatística (2010-2014)**. Brasília: ACNUR Brasil, 2014. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf . Acesso em: 21/06/2022.

AJROUCH, Kristine. Youth Culture and Movements. The United States. In: JOSEPH, Suad. **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume II. Boston: Brill, 2005. p. 795-798.

AL-ALI, Nadjie. Loss of Status or New Opportunities? Gender Relations and Transnational Ties among Bosnian Refugees. In: BRYCESON, D.; VUORELLA, U. **The Transnational Family**. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002. p. 83-102.

AL-HARDAN, Anaheed. A Year On: The Palestinians in Syria. **Syrian Studies Association Bulletin**, vol. 17, n. 1, maio 2012. Disponível em : <https://ojcs.siue.edu/ojs/index.php/ssa/article/view/2720/682>. Acesso em: 04 set. 2020.

ALMEIDA, Alexandra Cristina Gomes de. Mulheres, migração e família em Gonzaga-MG. In: MACHADO, Igor José de Renó. (org.). **Deslocamentos e parentesco**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 51-76.

ALMEIDA, Alexandra Cristina Gomes de. **Refúgio e Imigração em São Paulo: uma análise através da realidade de cinco mulheres imigrantes negras**. 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

ALTAN-OCAY, Özlem; BALTA, Evren. Class and Passports: Transnational Strategies of Distinction in Turkey. **Sociology (online)**, p. 1-17, 2015.

AMRITH, Megha. Tentative friendships among low-income migrants in São Paulo’s commercial districts. **Urban Studies**, v. 55, n. 3, p. 522–537, 2016. DOI: 10.1177/0042098016631907.

ANDRADE, Vitor Lopes. **Imigração e sexualidade**: solicitantes de refúgio, refugiados e

refugiadas por motivos de orientação sexual na cidade de São Paulo. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXVII, p. 11-25, 2014a.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, n. 28, v. 81, p. 39-53, 2014b.

ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil (IV)** – Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? **Laborare**. Ano III, n. 4, p. 6-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2020-46>.

ARAÚJO, Renan Bandeirante de. “O cotidiano do *jovem-adulto flexível*: os ‘encantos’ e o ‘fardo’ de se ser o que é” e “Da rigidez fordista à empresa ‘toyotista’: a gênese do *jovem-adulto flexível*”. In: **O modo de vida “just- in- time” do novo perfil metalúrgico jovem-adulto flexível do ABC**: antigos dilemas, novas contradições e possibilidades. 2009. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2009.

ASWAD, Barabara C. Family relations. The United States. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume II. Boston: Brill, 2005. p. 147-151.

AYOUB, Maysa. Gender, social class and exile. The case of Syrian women in Cairo. In : FREEDMAN, Jane; KIVILCIM, Zeynep; BAKLACIOGLU, Nurcan Ozgur. **A Gendered Approach to the Syrian Refugee Crisis**. Londres: Routledge, 2017. p. 77-104.

BAENINGER, Rosana et all. **Atlas temático**: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração Refugiada. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018.

BAEZA, Cecilia. Le rôle des mosquées dans l’accueil des réfugiés syriens à São Paulo : entre professionnalisation des solidarités et intégration à la société brésilienne. **Brésil(s)**, v. 14, 2018. DOI : <https://doi.org/10.4000/bresils.3224>

BALAZS, Gabrielle. A solidão. In: BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p 683-692.

BALDASSAR, Loretta. Transnational families and the Provision of moral and emotional support: the relationship between truth and distance. **Identities**, v. 14, n.4, p. 385-409, out. 2007.

BARTRAM, David. Sociability among European Migrants. **Sociological Research Online**, v. 24, n. 4, p. 557–574, 2019. DOI: 10.1177/1360780418823213.

BELL, Sandra ; COLEMAN, Simon. The Anthropology of Friendship: Enduring Themes and

Futures Possibilities. In: BELL, Sandra ; COLEMAN, Simon. (ed.). **The Anthropology of Friendship**. New York: Berg, 1999, p. 1-19.

BISPO, Raphael. Retratos da Solidão e do Sofrer. In: **Senhoras do rebolado: Carreiras Artísticas e Sensibilidades Femininas no Mundo Televisivo**. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 282-345.

BONTE, Piere. Manière de dire ou manière de faire: Peut-on parler d'un mariage "arabe"? In: BONTE, Pierre (org.). **Épouser au plus proche**. Inceste, prohibitions et stratégies matrimoniales autour de la Méditerranée. Paris : Éd. De l'École des Hautes Études en sciences sociales, 1994. p. 371-398.

BORBA, Janine H. O. M.; MOREIRA, Júlia B. Refugiados nos municípios do ABC: a atuação das instituições da sociedade civil no processo de integração local. In: **Semana de relações internacionais UFABC & Unifesp**, 1, 2015. São Bernardo do Campo. *Anais....* Santo André: UFABC, 2016. Disponível em: <https://semanari.wordpress.com/>. Acesso em: 10/07/2017.

BORBA, Janine H. O. M.; MOREIRA, Júlia B. Refugiados sírios em São Bernardo do Campo: interação entre entidade religiosa e poder público municipal no âmbito do processo de integração local. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 8, n. 3, 2017.

BOUHDIBA, Abdelwahab. Part I: The Islamic view of sexuality. In : BOUHDIBA, A. **Sexuality in Islam**. Oxon : Routledge, 2008. p. 1-100.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**. La crisis de la sociedade campesina en el Bearn. Barcelona: Anagrama, 2004.

BRANCO PEREIRA, Alexandre. **Viajantes do tempo: imigrantes-refugiadas, saúde mental, cultura e racismo na cidade de São Paulo**. 2019.175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11851?show=full>. Acesso em: 17/09/2020.

BRANCO PEREIRA, Alexandre. Etnografar e intervir: relato de uma antropologia engajada. **Cadernos de Campo**, v. 29 (suplemento), p.216-224 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp216-224.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 222, de 21/11/2017, Seção 1, Página 1. (a)

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 99, de 25/05/2017, Seção 1, Página 1. (b)

BRASIL. **Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018.** Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 26, de 06/02/2018, Seção 1, Página1.

BRASIL. Comitê Nacional para os Refugiados. **Resolução Normativa n. 17.** Brasília: Comitê Nacional para os Refugiados., 20 de setembro de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-siria-refugiados.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.

BRYCESON, Deborah; VUORELLA, Ulla (ed.). **The Transnational Family.** New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002

BUTLER, Judith.; SPIVAK, Gayatri. **Who Sings the Nation-State? Language, Politics, Belonging.** Oxford: Seagull Books, 2007.

CARLISLE, Jessica. « I've Had to Be the Man in this Marriage »: Claims about Gender roles and Sexual Practices during Judicial divorce Cases in Damascus Shari'a Court One 2005–2006. In : OZYEGIN, G. (ed.). **Gender and Sexuality in Muslim Cultures.** Surrey, UK: Ashgate Press, 2016. Sem paginação.

CARVALHEIRA, Raquel Alves Neves Gil. **Autoridade e Autonomia:** Conjugalidade e Vidas Femininas em Essaouira, Marrocos. 2014. 316 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2014.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration.** International Population Movement in the Modern World. Nova Iorque: MacMillan Press, 1998.

CASTRO, Celso. Homo solitarius: notas sobre a gênese da solidão moderna. **Cadernos de Campo**, n. 4, p. 71-78, 1994.

CASTRO, Cristina Maria de; VILELA, Elaine Meire. Muçulmanos no Brasil: uma análise socioeconômica e demográfica a partir do Censo 2010. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 170-197, 2019.

CHAGAS, Gisele Fonseca. Brothers in Islam. Faith and care among Muslim men in Brazil. In: INHORN, Marcia C.; NAGUIB, Nefissa (ed.). **Reconceiving Muslim men.** Love and marriage, family and care in precarious times. Nova Iorque : Berghahn, 2018. p. 182-199.

CHATTY, Dawn. The Syrian Humanitarian Disaster: Disparities in Perceptions, Aspirations, and Behaviour in Jordan, Lebanon and Turkey. **IDS Bulletin**, v. 47, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bulletin.ids.ac.uk/index.php/idsbo/article/view/2728/HTML>. Acesso em: 02 dez. 2022. [sem paginação]

CHATTY, Dawn. The duty to be generous (karam): Alternatives to rights-based asylum in the Middle East. **Journal of the British Academy**, n. 5, p. 177–199, 2017a. DOI <https://doi.org/10.5871/jba/005.177>.

CHATTY, Dawn. The unmaking of a state as Syrians flee. In: **Syria. The making and unmaking of a Refugee State.** Oxford: Oxford University Press, 2017b. p. 219-246.

COGO, Denise. Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 1, p. 117-193, 2017.

COIMBRA, Melissa Gabriela Lopes Barcellos; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Um estudo sobre os Refugiados Sírios na cidade de São Paulo e Florianópolis: trajetórias laborais e precarização do trabalho. **Idéias**, Campinas, SP, v.11, p.1-26, 2020.

CONKLIN, Lindsey A. ; EL-DINE, Sandra Nasser. Negotiating Courtship Practices and Redefining Tradition: Discourses of Urban, Syrian Youth. *In* : OZYEGIN, G. (ed.). **Gender and Sexuality in Muslim Cultures**. Surrey, UK: Ashgate Press, 2016. Sem paginação.

DA CRUZ, Rodrigo Ayupe. CIRCUITO SULTAN YACCOUB (LÍBANO) - SÃO BERNARDO DO CAMPO (BRASIL). Fluxos de uma comunidade muçulmana transnacional. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, p. 115-136, 2020.

DAFTARY, Farhad. **The Ismailis**. Their History and Doctrines. Cambridge : Cambridge University Press, 2007.

DA SILVA, Juliana Carneiro. A constituição de sujeitos frente a interpelação de “terrorista”: reflexões a partir da presença síria no Brasil. **R@U: REVISTA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL DOS ALUNOS DO PPGAS-UFSCAR**, v. 12, n.1, p. 19-42, jan./jun. 2020.

DE JONG GIERVELD, Jenny ; VAN TILBURG, Theo; DYKSTRA, Pearl A. Loneliness and social isolation. *In* : VANGELISTI, Anita L.; PERLMAN, Daniel (ed.). **The Cambridge handbook of personal relationships**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006. p. 485-500.

DENARO, Chiara. Agency, resistance and (forced) mobility. The case of Syrian refugees through Italy. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 24, n. 47, p. 77-96, mai./ago. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852016000200077&script=sci_arttext. Acesso em: 09 set. 2020.

DUTRA, Delia. **Migração internacional e trabalho doméstico**: mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, SP: OJM, 2013.

EL-DINE, Sandra Nasser. Arab youth Occidentalisms: images of the West and the negotiation of gender relations in Syria and Jordan. **Suomen Antropologi**, Helsinki, v. 41, n. 2, p. 11-31, nov. 2016. Disponível em : <https://journal.fi/suomenantropologi/article/view/59640>. Acesso em: 09 set. 2020.

EL-DINE, Sandra Nasser. Love, Materiality, and Masculinity in Jordan: “Doing” Romance with Limited Resources. **Men and Masculinities**, v. 21, n. 3, p. 423–442, abr. 2018.

ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. *In*: **A Solidão dos Moribundos, seguido de “Envelhecer e morrer”**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. [sem paginação].

EREL, Umut. Reconceptualizing Motherhood: Experiences of Migrant Women from Turkey Living in Germany. *In*: BRYCESON, Deborah; VUORELLA, Ulla (ed.). **The Transnational**

Family. New European Frontiers and Global Networks. Oxford: Berg Publishers, 2002. p. 127-146.

FACUNDO NAVIA, Ángela. **Êxodos e refúgios.** Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 388 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=282368. Acesso em: 17 set. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. **Entre arabescos, luas e tâmaras - performances islâmicas em São Paulo.** 2007. 372 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-24102007-143500/pt-br.php>. Acesso em: 17 set. 2020.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Redes Islâmicas em São Paulo: “Nascidos muçulmanos” e “revertidos”. **Revista Litteris**, n. 3, p. 1-27, nov. 2009. Disponível em: <http://antropologiasocial.com.br/wp-content/uploads/2010/10/redesislamicasemsaopaulo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

GALLO, Fernanda Bianca Gonçalves. Construindo sentidos: o caso da Église Bon Nouveau Message. In: **Refugiados congolese em São Paulo:** sentidos significados na Igreja Boa Nova Mensagem. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.p. 99-133.

GEERTZ, Clifford. Prefácio e Capítulo 1: Estar lá a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p. 7 – 40.

GHADBIAN, Najib. Contesting Authoritarianism. Opposition Activism under Bashar al-Asad, 2000–2010. In: HINNEBUSCH, Raymond; ZINTL, Tina (ed.). **Syria from Reform to Revolt**, volume 1: Political Economy and International Relations. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015. p. 91-112.

GLICK SCHILLER, Nina; ÇAĞLAR, Ayse. Displacement, emplacement and migrant newcomers: rethinking urban sociabilities within multiscalar power. **Identities**, v. 23, n. 1, p. 17–34, 2016. DOI: 10.1080/1070289X.2015.1016520. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1070289X.2015.1016520>.

GONÇALVES, João Felipe. Revolução, voltas e reveses. Temporalidade e poder em Cuba. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, p. 1-16, 2017.

HALM, Dirk. Access to Religious and Ethno-Cultural Communities in Germany. In: KORNTHUEUER, Annette; PRITCHARD, Paul; MAEHLER, Débora B. (eds.). **Structural Context of Refugee Integration in Canada and Germany.** Köln: GESIS – Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften 2017. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-52101-0>. Acesso em: 31/08/2021.

HAMID, Sônia Cristina. **(Des) Integrando Refugiados: Os Processos do Reassentamento de Palestinos no Brasil**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

HANDERSON, Joseph. Casa diaspóra, diaspóra da casa. *In*: HANDERSON, J. **Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2015. p. 270-340.

HENRIQUE FERNANDES E OLIVEIRA, Victor; MOREIRA SILVEIRA CAETANO, Leidiane. Divórcio extrajudicial: inovações trazidas pela Lei no. 11.441/2007 e o conhecimento da população do município de Matrinchã-GO acerca de suas possibilidades. **Revista De Estudos Interdisciplinares Do Vale Do Araguaia - REIVA**, Jussara, GO, v. 3, n. 2, p. 1-16, abr. 2020. Disponível em: <http://reiva.emnuvens.com.br/reiva/article/view/127>. Acesso em: 25 set. 2020.

HETTICH, Nora. Access to Health Services for Refugees in Germany. *In*: KORNTHEUER, Annette; PRITCHARD, Paul; MAEHLER, Débora B. (eds.). **Structural Context of Refugee Integration in Canada and Germany**. Köln: GESIS – Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften 2017. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-52101-0>. Acesso em: 31/08/2021.

HINE, Christine. Ethnographic Strategies for the Embedded, Embodied, Everyday Internet. *In*: HINE, Christine. **Ethnography for the Internet**. London: Bloomsbury, 2015. p. 55-88.

HINNEBUSCH, Raymond; ZINTL, Tina. The Syrian Uprising and Bashar al-Asad's First Decade in Power. *In*: HINNEBUSCH, Raymond; ZINTL, Tina (ed.). **Syria from Reform to Revolt**, volume 1: Political Economy and International Relations. Nova Iorque: Syracuse University Press, 2015. p. 285-314.

HIRATA, Helena S. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. *In*: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 273-290.

HIRATA, Helena S. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015 (Edição 7- Análise).

HOLTZMAN, Jon D. **Nuer Journeys, Nuer Lives**. Massachusetts: Allyn & Bacon, 2000. DOI: 10.4324/9781315663418.

HONEYSETT, Bethany Eleanor. **The Memory of Generations: Time, Narrative and Kinship in Damascus, Syria**. 2013. 329 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Edimburgo, Edimburgo, 2013. Disponível em: <http://era.ed.ac.uk/handle/1842/8260?show=full>. Acesso em: 17 set. 2020.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IRFAN, Anne. Rejecting resettlement: the case of the Palestinians. **Forced Migration Review**, Oxford, v. 54. p. 68-70, fev. 2017. Disponível em : <http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/70519/4/irfan.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

JANSEN, Willy. Divorce and Custody: Contemporary Practices. Arab States. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume II. Boston: Brill, 2005. p. 98-100.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil**: identidade étnica e mecanismos sociais de produção da etnicidade. Chuí/RS. 2000. 498 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5249>. Acesso em: 17 set. 2020.

JARDIM, Denise Fagundes. Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 29, p. 193–225, 2007. DOI: 10.1590/s0104-83332007000200009.

JARDIM, Denise Fagundes. “As mulheres voam com seus maridos”: a experiência da diáspora palestina e as relações de gênero. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 189–217, 2009. DOI: 10.1590/s0104-71832009000100008.

JARDIM, Denise Fagundes. Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 243-271, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0243.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

JIMENEZ LOPEZ, Gabriel Angel. **Trabalho e ritual**: uma etnografia dos imigrantes e refugiados muçulmanos que realizam o abate *halal* nos frigoríficos do oeste catarinense. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2019.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração. **Revista direito GV**, São Paulo, v. 6, n.1, p.275-294, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 set. 2020.

KARAM, John Tofik. **Another arabesque**: Syrian-Lebanese Ethnicity in Neoliberal Brazil. Filadélfia: Temple University Press, 2007.

KEBBE, Victor Hugo. Famílias no tempo: Parentesco entre os decasségus no Japão. In: MACHADO, Igor José de Renó. (org.). **Deslocamentos e parentesco**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 167-194.

KHOLOUSSY, Hanan. Marriage Practices. Arab States. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume III. Boston: Brill, 2006. p. 250- 252.

KNOWLTON, Clark S. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial**. São Paulo: Anhambi, 1961. Sem paginação.

KORNTHEUER, Anette. Germany's Refugee Protection System. In: KORNTHEUER, Anette; PRITCHARD, Paul; MAEHLER, Débora B. (eds.). **Structural Context of Refugee Integration in Canada and Germany**. Köln: GESIS – Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften 2017. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-52101-0>. Acesso em: 31/08/2021.

LACERDA, Jefferson Oliveira da Silva. “**Se são Consumidores, por que não estudá-los?**”: O Marketing Islâmico e o Perfil dos Consumidores Muçulmanos no Brasil. 2018. 142 f. Tese (Doutorado em Administração)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.

LEAL, Andrea Fachel. **Uma antropologia da experiência amorosa**: Estudo de representações sociais sobre a sexualidade. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2098>. Acesso em: 17 set. 2020.

LIMA, João Brígido et al. **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017. 234 p.

LOBO, Andrea. **Tão Longe, Tão Perto**: famílias e ‘movimentos’ na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde. Brasília: ABA Publicações, 2014.

LOKOT, Michelle. ‘Blood doesn’t become water’? Syrian social relations during displacement. **Journal of Refugee Studies**, v. 33, n. 3, p. 555–576, 2018. DOI: 10.1093/jrs/fey059.

LOZANSKI, Kristin. Mobilizing mobilities: birthright tourists as willful strangers in Canada, **Mobilities**, v.15, n. 2, p.146-160, 2020. DOI: 10.1080/17450101.2020.1722557

MACHADO, Igor José de Renó. **Cárcere Público**: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279828>. Acesso em: 17 set. 2020.

MACHADO, Igor José Renó (org.). **Japonesidades multiplicadas**: Novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2011.

MACHADO, Igor José de Renó. (org.). **Deslocamentos e parentesco**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

MACHADO, Igor José de Renó. Refugiados e nipo-descendentes: espacialidades e deslocamentos no contexto brasileiro. **Antropolítica**: Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói, n. 44, p. 202-228, 1 sem. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41814>. Acesso em: 09/07/2020.

MACHADO, Igor José de Renó. Purity and Mixture in the Category of Refuge in Brazil, **Journal of Immigrant & Refugee Studies**, v. 18, p. 1-13, abr. 2020. Disponível em:

<http://www.lem.ufscar.br/wp-content/uploads/Purity-and-Mixture-in-the-Category-of-Refugee-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

MALKKI, Liisa H. Refugees and exile: from “refugee studies” to the national order of things. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 24, p. 495-523, out. 1995. Disponível em: <https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=85562&kod=JMM664>. Acesso em: 04/07/2019.

MARCONDES, Gláucia. Rompendo laços: perfil das separações judiciais e divórcios no Brasil (1984-2010). In: **V Congresso da Associação Latinoamericana de População**, Montevideo, Uruguai, 23 a 26 de outubro de 2012. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2012/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2012_FINAL344.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

MARTINS, Isis Ribeiro. “**Só há solidão porque vivemos com os outros...**”: um estudo sobre as vivências de solidão e sociabilidade entre mulheres que vivem sós no Rio de Janeiro. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. « **Refúgio significa saudades** »: A Política Brasileira de Reunião Familiar de Refugiados em Perspectiva Comparada (1997-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras a COVID-19? **Revista de administração pública**, v. 54, n.5, p.1446-1457, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200516>

MASON, Victoria. The Im/mobilities of Iraqi Refugees in Jordan: Pan-Arabism, ‘Hospitality’ and the Figure of the ‘Refugee’. **Mobilities**, v. 6, n. 3, 2011. p. 353-373.

MATTSON, Ingrid. Adoption and Fostering. Overview. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**. volume II. Boston: Brill, 2005. p. 1-3.

MCGHEE, Derek; TRAVENA, Paulina; HEATH, Sue. Social Relationships and Relationships in Context: Post-Accession Poles in Southampton. **Population, Space and Place**, v. 21, n. 5, p. 433–445, 2015. DOI: 10.1002/psp.1922.

MEIHY, Renan Abdouni Bon. **Refúgios e diásporas – identidade religiosa e memória coletiva entre refugiados do conflito sírio assentados em São Paulo**. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 10, n.21, p.41-65, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100003. Acesso em: 13 out. 2020.

MITCHELL, J Clyde. The Concept and Use of Social Networks. In: MITCHELL, J Clyde (ed.). **Social Networks in Urban Situations**. Analyses of Personal Relationships in central Africa Towns. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 1-50.

MOHAMMED, Yasmin. **O nacionalismo árabe e o partido Baath: uma análise da política externa da Síria da ascensão de Hafez Al-Assad (1970-2000) à presidência de Bashar Al-Assad (2000-2010)**. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.14, p.13-44, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635341>. Acesso em: 17 set. 2020.

MOROSANU, Laura. Between Fragmented Ties and “Soul Friendships”: The Cross-Border Social Connections of Young Romanians in London. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 3, p. 353–372, 2013. DOI: 10.1080/1369183X.2013.733858.

MOREIRA, Júlia Bertino. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**, 2012. 351 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2012.

MORRIS, Julia. The politics of return from Jordan to Syria. **Forced Migration Review**, Oxford, n. 62, p. 31-34, out. 2019. Disponível em: <https://www.fmreview.org/return/morris>. Acesso em: 25 set. 2020.

MORTARI A. C., Paulo; MARTINO, Andressa A. Solicitantes de refúgio no Brasil: tempo de permanência na condição migratória, suas implicações e ponderações sobre o panorama atual. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 25, p. 28–43, 2019. DOI: 10.23925/1982-4807.2019i25p28-43.

MOULIN, Carolina. Entre liberdade e proteção: refugiados, soberanos e a lógica da gratidão. **Encontro da ANPOCS**, 33, Caxambu, 2009. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt25-16/2041-carolinamulin-entre/file>. Acesso em: 05/09/2017.

NASSER, Salem Hikmat. Direito islâmico e direito internacional: os termos de uma relação. **Revista Direito GV**, São Paulo, v.8, n.2, p. 725-744, jul-dez 2012. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/direito-islamico-direito-internacional-terminos-de-relacao>. Acesso em: 25 set. 2020.

OBEID, Michelle. **Close bonds: Kinship, Politics and livelihood in a Lebanese Village**. 288 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - The London School of Economics and Political Sciences, Universidade de Londres, Londres, 2006. Disponível em: <https://ethos.bl.uk/OrderDetails.do?uin=uk.bl.ethos.436128>. Acesso em: 17 set. 2020.

OBEID, Michelle. Home-Making in the Diaspora. Bringing Palestine to London. In: QUAISON, Ato e DASWANI, Girish (ed.). **A companion to diaspora and transnationalism**. New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2013. p. 366-380.

OSMAN, Samira Adel. O Retorno de Famílias Imigrantes do Brasil para o Líbano: entre projetos e realidades. **Cadernos OBMigra**, v.2, n.1, 2016. p. 5-38.

OSMAN, Samira Adel. Presença muçulmana no Brasil: breve síntese histórica. **Hamsa**, 5, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/hamsa/343#tocto1n6>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PAIS, José Machado. **Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas**. Berlin: GD Publishing/ Edições Machado, 2016.

PAMPLONA, João Batista. Auto-emprego, setor informal e reestruturação produtiva. **Revista do TRT da 15ª. Região**, n. 15, p. 157- 183, 2001.

PARRY SCOTT, Russel; DOS SANTOS VASCONCELOS, Iana. Mulheres migrantes na fronteira Brasil/ Venezuela: casamentos, cuidados e poderes de práticas familiares. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 21, p. 143-169, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235653>. Acesso em: 14 nov. 2022.

PEARLMAN, Wendy. Culture or Bureaucracy? Challenges in Syrian Refugees' Initial Settlement in Germany. **Middle East law and governance**, n. 9, p. 313-327, 2017.

PEEK, Lori. Marriage Practices. The United States. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume III. Boston: Brill, 2006. p. 264- 267.

PERIN, Vanessa Parreira. O aparato burocrático-administrativo e assistencial-humanitário de governo: um “campo de refugiados sem cercas”. In: PERIN, V. P. **“Um campo de refugiados sem cercas”**: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. p. 81-119. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6752/5248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 out. 2020.

PETERS, Roberta. **Imigrantes palestinos, famílias árabes**: um estudo antropológico sobre a recriação das tradições através de festas e rituais de casamento. 135 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7651>. Acesso em: 17 set. 2020.

PHILLIPS, Joshua E. S. La prostitution dévoilée : des adolescents irakiennes marchandent leurs corps en Syrie. In: DUPRET, Baudoin et all. **La Syrie au présent**. Reflets d’une société Actes Sud, 2007. p. 303-312.

PIKE, Ivy L.; CROCKER, Rebecca M. “My own corner of loneliness:” Social isolation and place among Mexican immigrants in Arizona and Turkana pastoralists of Kenya. **Transcultural Psychiatry**, n. 57, v. 5 , p. 661-672, 2020.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso**: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada por mulheres, vivas e mortas). 2019. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Islamismo. In: SILVA, F. C. T. DA (org.). **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 484-485.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. 'Oh Syria, God Protects You': Islam as Cultural Idiom under Bashar al-Asad. **Middle East Critique**, v. 20, n. 2, p. 189–205, 2011.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Syria. In: AMAR, Paul; PRASHAD, Vijay. **Dispatches from Arab Spring**. Understanding the new Middle East. Minnesota: University of Minnesota Press, 2013. p. 204-242.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. The Shattered Nation: The Sectarianization of the Syrian Conflict. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Dany. **Sectarianization**. Mapping the New Politics of the Middle East. New York: Oxford University Press, 2017. p. 123-142.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>. Acesso em: 10/07/ 2018.

POLÍCIA FEDERAL. **Portaria nº 8.728, de 21 de agosto de 2018**. Institui os modelos das Carteiras de Registro Nacional Migratório e do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 173, DE 06/09/2018, Seção 1, Página 59.

POLÍCIA FEDERAL. **Portaria nº 11.264, de 24 de janeiro de 2020**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.23, DE 03/02/2020, Seção 1, Página 62.

POUTIGNAT, Philippe ; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo, SP: UNESP, 1998.

PREM, Maria. Access to Resettlement Services in Germany. Language Options for Refugees and Asylum Seekers in Germany. In: KORNTHEUER, Annette; PRITCHARD, Paul; MAEHLER, Débora B. (eds.). **Structural Context of Refugee Integration in Canada and Germany**. Köln: GESIS – Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften 2017. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssolar-52101-0>. Acesso em: 31/08/2021.

PUCCI, Fábio Martinez Serrano. **Trajetórias de sujeitos em situação de refúgio em relação às organizações humanitárias**: possibilidades de acolhimento de sírios em São Paulo e Toronto. 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

RABO, Annika. 'Doing family': Two cases in contemporary Syria. **Hawwa**, n. 6, p. 129–153, 2008.

RAMOS, Maisa Cardozo Fidalgo. **Prazeres pentecostais**: negociando intimidades e artigos eróticos no Capão Redondo e no Jardim Ângela. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325434>. Acesso em: 17 set. 2020.

REINA, Ruben E. Two Patterns of Friendship in a Guatemalan Community. **American**

Anthropologist, New Series, v. 61, n. 1, p. 44-50, 1959. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/666213>. Acesso em: 01/10/2021.

REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RYAN, Louise et al. Social networks, social support and social capital: The experiences of recent Polish migrants in London. **Sociology**, v. 42, n. 4, p. 672–690, 2008. DOI: 10.1177/0038038508091622.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALAMANDRA, Christa. **A new old Damascus**. Authenticity and Distinction in urban Syria. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

SCHIOCCCHET, Leonardo. **Palestinian Sumud: Steadfastness, Ritual, and Time Among Palestinian Refugees**. Birzeit University Working Paper 2011/51. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2130405. Acesso em: 08/02/2019.

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO. **1º Documento Orientador CGEB/NINC: Estudantes Imigrantes**. Ano 1, número 1, São Paulo, setembro de 2017.

SEGA, Rodrigo Fessel. **Produções ciborgues: imigrantes brasileiras & mídias sociais no Canadá**. 2020. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

SHYROCK, Andrew. The New Jordanian Hospitality: House, Host, and Guest in the Culture of Public Display. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 35-62, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3879412>. Acesso em: 17 set. 2020.

SILVA, Juliana Carneiro da. **Semelhanças que atraem: um caleidoscópio nas relações entre jovens brasileiros descendentes de japoneses no estado de São Paulo**. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP, 2016.

SINGERMAN, Diane. The economic imperatives of marriage: Emerging practices and identities among youth in the Middle East. **Middle East Youth Initiative Working Paper**. Wolfensohn Center for Development. Dubai School of Government, 2007.

SILVER, Allan. Friendship and trust as moral ideals: An historical approach. **European Journal of Sociology**, v. 30, n. 2, p. 274–297, 1989. DOI: 10.1017/S0003975600005890.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 1, p. 101-116, 2004.

SÖNMEZ, Zümrit. The role of social networks in the movement of Syrian refugees to neighbouring countries. **Insamer**, 2017. Disponível em: https://www.insamer.com/tr/the-role-of-social-networks-in-the-movement-of-syrian-refugees-to-neighbouring-countries_609.html. Acesso em: 15 nov. 2022.

SOUZA, Mirian Alves de. Refúgio e Família entre Mulheres do Conflito Sírio no Brasil e Tunísia. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**, n. 52, p.245-270, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2021.i52.a42147>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42147>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SOUZA, Mirian Alves de; MANFRINATO, Helena de Moraes. Refugees of the Syrian conflict and the struggle for housing in Brazil. In : SCHIOCCHET, Leonardo ; NÖELLE-KARIMI, Christine ; MOKRE, Monika (ed.). **Agency and tutelage in forced migration**. Viena : ROR, 2020. p. 119-124.

SPEIER, Amy; LOZANSKI , Kristin; FROHLICK, Susan. Reproductive mobilities. **Mobilities**, v. 15, n. 2, p. 107-119, 2020. DOI: 10.1080/17450101.2020.1726644

STEVENS, Matthew R. The collapse of social networks among Syrian refugees in urban Jordan. **Contemporary Levant**, v. 1, n. 1, p. 51–63, 2016. DOI: 10.1080/20581831.2016.1153358. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/20581831.2016.1153358>.

TAHA, Dina M. “Like a Tree without Leaves”: Syrian Refugee Women and the Shifting Meaning of Marriage. **Mashriq & Mahjar: Journal of Middle East and North African Migration Studies**, v. 7, n. 1, 2020. [sem paginação].

TAPER, Richard ; TAPER, Nancy. Marriage, honour and responsibility: Islamic and local models in the Mediterranean and the Middle East. **The Cambridge Journal of Anthropology**, Special Issue: Islamic Family Law: Ideals and Realities, v. 16, n. 2, p. 3-21, 1992/1993.

TELLES, Vera. Direitos sociais: afinal do que se trata? In: CENPEC. **Muitos Lugares para Aprender**. São Paulo: CENPEC; Fundação Itaú Social; Unicef, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8201-10-muitos-lugares-aprender-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 nov. 2022.

TILBURY, Farida; COLIC-PEISKER, Val. Skilled refugees, employment and social inclusion: A Perth case study of three communities. In: TILBURY, Farida; COLIC-PEISKER, Val (ed.) **Settling in Australia: The social inclusion of refugees**. Perth: Centre for Social and Community Research, Murdoch University, 2007. p. 108-128.

TOMETTEN, Christoph. Resettlement, Humanitarian Admission, and Family Reunion: The Intricacies of Germany’s Legal Entry Regimes for Syrian Refugees. **Refugee Survey Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 187-203, jun. 2018.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Huicitec, 1997. 254 p.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sociabilidades e Valores: Um Olhar sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo. **Dados, [S. l.]**, v. 51, n. 1, p. 37–74, 2008. DOI: 10.1590/S0011-52582008000100002.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Religiosidade cristã entre árabes em São Paulo: desafios no passado e no presente. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 266-291, jul.-dez.

2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872016000200266&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 out. 2020.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; NETO, Mário Sacomano. **Economia e empreendedorismo étnico**: balanço histórico da experiência paulista. RAE, v. 47, n. 2, p. 37-48, 2007.

TOGRAL KOCA, Burcu. Local Bordering Practices, Refugees, and Civil Society: The Case of Berlin. **Geographical Review**, v. 109, n. 4, p. 544–561, 2019. DOI: 10.1111/gere.12351.

TUCKER, Judith E. **Women, family and gender in Islamic law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 38-132.

TUCKER, Jason. Why here? Factors influencing Palestinian refugees from Syria in choosing Germany or Sweden as asylum destinations. **Comparative Migration Studies**, v. 6, n. 29, p. 1-17, out. 2018. Disponível em : https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6208926/pdf/40878_2018_Article_94.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. **“Desejáveis” e “indesejáveis”**: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. 292 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14574>. Acesso em: 27 ago. 2021.

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses. Redes sociais, coesão e posição de *status*. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 26 n. 76, jun. 2011. p. 157-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/09.pdf>. Acesso em: 11/07/2017

WAHLBECK, Östen. **Kurdish diasporas**. A comparative study of Kurdish Refugee Communities. Londres: Palgrave Mcmillan, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. Islam, the West, and the World. **Journal of Islamic Studies**, v.10, n. 2, 1999, p. 109-125.

Webinar. **A Comunidade Árabe no Brasil**: identidade, influência, contribuição e liderança, 2020. 1 vídeo (2 horas 35 minutos e 19 segundos). Publicado pelo canal Câmara Árabe TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FjzHrzIaRUk>. Acesso em: 17 out. 2022.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Antropologia e poder**. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003.

WYNN, Lisa. Courtship. Arab states. In: JOSEPH, Suad (ed.). **Encyclopedia of Women & Islamic Cultures**, volume III. Boston: Brill, 2006. p. 90-91.

YASSIN-KASSAB, Robin; AL-SHAMI, Leila. **Burning Country**. Syrians in Revolution and War. Londres : Pluto Press, 2016.

ZBEIDY, Dina. Marriage, Displacement and Refugee Futures: Marriage as Aspiration among Syrian Refugees in Jordan. **Etnofoor**, v. 32, n. 1, 2020a, p. 61–76. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26924850>. Acesso em: 09/03/2022.

ZBEIDY, Dina. **Marriage and displacement among Palestinians and Syrian refugees in Jordan**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciência Sociais e Comportamentais - Universidade de Amsterdan, 2020b.

Apêndice A: Tabela com dados dos/as interlocutores/as citados/as na tese

Número	Nome fictício	Idade	Religião	Cidade de moradia	Tempo de permanência no Brasil
1	Samer	faixa dos 40 anos	muçulmano (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	menos de cinco anos
2	Aisha	faixa dos 30 anos	muçulmana (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	menos de cinco anos
3	Jamal	faixa dos 40 anos	muçulmano sunita	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
4	Farid	faixa dos 40 anos	muçulmano (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
5	Jalila	faixa dos 30 anos	muçulmana sunita	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
6	Samia	faixa dos 20 anos	muçulmana sunita	outra cidade do estado de São Paulo	mais de cinco anos
7	Layla	faixa dos 20 anos	muçulmana sunita	São Bernardo do Campo	menos de cinco anos
8	Said	faixa dos 30 anos	muçulmano sunita	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
9	Rashid	não obtive dados	cristão (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
10	Faisal	não obtive dados	não obtive dados	outra cidade do estado de São Paulo	mais de cinco anos
11	Zayn	não obtive dados	não obtive dados	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
12	Adnan	não obtive dados	não religioso	outro estado brasileiro	menos de cinco anos
13	Fátima	não obtive dados	não religiosa	outro estado brasileiro	menos de cinco anos
14	Hayat	faixa dos 20 anos	não obtive dados	outra cidade do estado de São Paulo	menos de cinco anos

Número	Nome fictício	Idade	Religião	Cidade de moradia	Tempo de permanência no Brasil
15	Hakim	não obtive dados	não obtive dados	outra cidade do estado de São Paulo	mais de cinco anos
16	Naim	faixa dos 30 anos	muçulmano (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	menos de cinco anos
17	Omar	faixa dos 30 anos	não religioso	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
18	Kalil	faixa dos 20 anos	não religioso	São Bernardo do Campo	mais de cinco anos
19	Aziz	não obtive dados ²⁴⁵	muçulmano (não obtive dados sobre a comunidade sectária)	São Bernardo do Campo	menos de cinco anos

²⁴⁵ Na introdução da tese explico porque não consegui obter alguns dados de alguns/algumas interlocutores/as.